



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO/ PPGE

FÁBIO SOUZA CORREA LIMA  
TESE DE DOUTORADO



# *As Normalistas do Rio de Janeiro*



O ENSINO NORMAL PÚBLICO CARIOWA (1920 – 1970):  
DAS TENSÕES POLÍTICAS NA CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES  
À PRODUÇÃO DAS DIFERENTES IDENTIDADES DE SUAS ALUNAS

**VOLUME 1 (DO TOTAL DE 2 VOLUMES)**

Rio de Janeiro, RJ  
Dezembro de 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO/ PPGE

FÁBIO SOUZA CORREA LIMA  
TESE DE DOUTORADO

*As Normalistas do Rio de Janeiro*

---



O ENSINO NORMAL PÚBLICO CARIOSA (1920 – 1970):  
DAS TENSÕES POLÍTICAS NA CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES  
À PRODUÇÃO DAS DIFERENTES IDENTIDADES DE SUAS ALUNAS

**VOLUME 1 (DO TOTAL DE 2 VOLUMES)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Educação da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro como  
requisito parcial para a obtenção do título de  
Doutor em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sonia de Castro Lopes

Fábio Souza C. Lima  
[fabiosouzaclima@gmail.com](mailto:fabiosouzaclima@gmail.com)

Rio de Janeiro, RJ  
Dezembro de 2017

## CIP - Catalogação na Publicação

L732n Lima, Fábio Souza  
As Normalistas do Rio de Janeiro - O Ensino  
Normal Público Carioca (1920 - 1970): das tensões  
políticas na criação de instituições à produção das  
diferentes identidades de suas alunas / Fábio Souza  
Lima. -- Rio de Janeiro, 2017.  
383 f.

Orientadora: Sonia de Castro Lopes.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós  
Graduação em Educação, 2017.

1. História da Educação. 2. Formação de  
Professores. 3. Escola Normal. 4. Normalistas. 5.  
Rio de Janeiro. I. Lopes, Sonia de Castro, orient.  
II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FÁBIO SOUZA CORREA LIMA

TESE DE DOUTORADO

# *As Normalistas do Rio de Janeiro*



O ENSINO NORMAL PÚBLICO CARIOSA (1920 – 1970):  
DAS TENSÕES POLÍTICAS NA CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES  
À PRODUÇÃO DAS DIFERENTES IDENTIDADES DE SUAS ALUNAS

Aprovada em: \_\_\_\_\_

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sonia de Castro Lopes (UFRJ)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lia Ciomar Faria (UERJ)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Libania Xavier (UFRJ)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marly da Silva Motta (CPDOC/FGV)

---

Prof. Dr. Victor de Andrade Melo (UFRJ)

Rio de Janeiro, RJ  
Dezembro de 2017

**DEDICADO**

*Aos Professores do Brasil.*

## AGRADECIMENTOS

Embora pareça solitária a caminhada de quem passa mais de 10 horas diárias envolvido em atividades de escrita e pesquisa, sejam em extensas leituras de jornais antigos, bibliografias e leis específicas sobre educação, sejam em entrevistas com pessoas que viveram partes interessantes da nossa história, ou ainda, em meio ao trabalho de garimpo em acervos de variadas instituições, o fato é que muitas pessoas ajudaram a construir esse trabalho ao meu lado. Por conta disso e de outros fatores de ordem pessoal, acredito que devo escrever aqui nos meus agradecimentos usando a primeira pessoa o singular, enquanto no restante do trabalho, devo usar o plural de modéstia. Dessa maneira, escrevo aqui os meus mais sinceros agradecimentos:

A Deus, cuja influência não consigo explicar onde começa ou onde termina.

À minha mãe e à minha esposa, que mais do que qualquer outra pessoa sabem do meu empenho nessa vida.

Minha orientadora Sonia Lopes, por ser, inigualavelmente, sempre presente na minha caminhada acadêmica. Pela oportunidade de realizar o doutorado. Por ser um exemplo de profissional, vibrante, empenhada e dedicada. Por me trazer para dentro de um ótimo grupo de colegas que me auxiliou, aconselhou e estimulou desde que iniciei a pós-graduação *stricto sensu* (Bruna, Fabiana, Gustavo, Geise, José Roberto, Patrícia, Rodrigo e Vinícius). Pela visão que tem do campo educacional, planejando os meus passos, de olho em meu futuro. E, finalmente, por discordar repetidas vezes de mim, mesmo que eu não gostasse – e ainda não gosto!

Aos membros da banca de avaliação dessa tese, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marly da Silva Motta, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lia Ciomar Faria, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Monteiro, Prof.<sup>a</sup> Libânia Xavier e Prof. Dr. Victor de Andrade Melo, pelas inestimáveis dicas e orientações de pesquisa nas avaliações que precederam a apresentação deste trabalho.

Aos professores que me acompanharam durante toda minha trajetória acadêmica, desde as graduações, principalmente meus orientadores, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gizlene Neder, Prof. Dr. Marcos Sinésio (em memória), Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tania Fernandes e Prof. Dr. Alexandre Palma.

À professora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carolina Granato, um amor de pessoa, que me abriu as portas de pesquisa no Instituto de Educação, sempre disposta em dividir o seu conhecimento e me ajudar a encontrar novas respostas para antigas questões. E também um grande abraço ao pessoal do CMEB, no Instituto de Educação, que me auxiliou, prestativamente, nas pesquisas.

Ao Professor José Ricardo Andrade Ferreira e a professora Katya Veiga, então diretores do Instituto de Educação Carmela Dutra, por facilitar as investigações no acervo da unidade e por estimular minha pesquisa junto ao professorado.

Aos diretores e coordenadores dos acervos dos Colégios Estaduais Heitor Lira, Ignácio Azevedo do Amaral e Júlia Kubitschek, além claro dos diretores e coordenadores do Instituto de Educação Sarah Kubitschek, por aceitarem abrir seus acervos para pesquisa.

Aos professores doutores do PPGE da UFRJ, com quem tive o prazer de conviver nesses anos de trabalho duro. Obrigado pelas influências e aconselhamentos, em especial, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Ivenicki, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Anita Handfas, Prof. Dr. Carlos Frederico Loureiro, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Irma Rizzini, Prof. Dr. José Claudio Sooma, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Vitória Campos Mamede Maia, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Miriam Waidenfeld Chaves, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monique Andries Nogueira e Prof. Dr. Renato José Oliveira. Também aos funcionários do administrativo do PPGE, em especial, a Sol e ao Fernando pela parceria e disponibilidade.

E, claro, aos amigos antigos e novos, que, na academia ou fora dela, fazem da minha vida uma experiência doce e maravilhosa, principalmente quando acompanhado de cerveja e muito papo furado.

## RESUMO

LIMA, Fábio Souza (2017). *As Normalistas do Rio de Janeiro – O Ensino Normal Público Carioca (1920 – 1970): das tensões políticas na criação de instituições à produção das diferentes identidades de suas alunas*. Rio de Janeiro: [Tese de Doutorado em Educação]. Faculdade de Educação, UFRJ.

Este estudo, inserido no campo da história da educação, tem por objetivo estudar o processo de criação das seis tradicionais Escolas Normais e as diversas identidades das Normalistas do Rio de Janeiro. Justificamos a pesquisa diante da evidência de que, apesar da importância da história da formação de professores primários na Cidade, atualmente temos mais estudos acadêmicos focados no Instituto de Educação tijucano, deixando de lado instituições igualmente tradicionais como a Escola Normal Carmela Dutra, Escola Normal Sarah Kubitschek, Escola Normal Heitor Lira, Escola Normal Ignácio Azevedo do Amaral e Escola Normal Júlia Kubitschek. Tal carência de estudos possibilitou uma idealização do Curso Normal e da identidade das Normalistas, muitas vezes realizadas por meio de representações construídas e divulgadas pela mídia durante o século XX. Nossa recorte cronológico vai dos anos 1920 aos 1970, e sua periodização interna divide-se em três momentos: 1928 a 1955, anos de fortalecimento desta instituição; 1956 a 1961, anos de transformações e popularização do Curso e 1962 a 1973, quando a nomenclatura ‘Escola Normal’ é extinta. Assim, definimos como hipótese: A identidade das Normalistas do Rio de Janeiro não pode ser considerada uma construção oriunda apenas dos “anos dourados”, conforme apontam as formulações cristalizadas, mas, por outro lado, o resultado de um processo de tensões e mudanças na cultura política regional em um contexto de massificação da educação, de criação de novas Escolas Normais, de integração de áreas do subúrbio ao centro urbanizado da Cidade e de transições no que diz respeito aos privilégios e ao *status* social do professor primário entre os anos 1920 e 1970. Para isso, usaremos as seguintes categorias de análise: Identidade (DUBAR, 2005), Instituições Escolares (DUBET, 2006) e Memória (HALBWACHS, 1990; LE GOFF, 1996), que dialogam com a legislação escolar (FARIA FILHO, 1998), com as fotografias a serem analisadas (MAUAD, 1996) e com as entrevistas, cuja perspectiva metodológica segue no âmbito da história oral (JOUTARD, 2000; PORTELLI, 1997).

**Palavras-Chave:** História da Educação. Formação de Professores. Ensino Normal. Escola Normal. Normalistas. Rio de Janeiro.

## ABSTRACT

LIMA, Fábio Souza (2017). Qualifying Teachers in Rio de Janeiro – The Teacher Pre-Service Education Program in Rio de Janeiro (1920 – 1970): from political tensions in the establishment of institutions to the production of diverse student-teachers identities. Rio de Janeiro: Dissertation Thesis submitted to the School of Education of the Federal University of Rio de Janeiro, UFRJ.

Within the realm of History of Education, this investigation aims to explore the process that comprehends the establishment of six traditional Teacher Pre-Service Education institutes [the so-called ‘Escola Normal’] in Rio de Janeiro and their impact on the development of diverse student identities. This study is justified by the fact that current academic research is more focused on Tijucano Education Institute, in detriment of six equally traditional Institutes that played a key role in the history of primary teacher education in the city of Rio - Escola Normal Carmela Dutra, Escola Normal Sarah Kubitschek, Escola Normal Heitor Lira, Escola Normal Ignácio Azevedo do Amaral and Escola Normal Júlia Kubitschek. The lack of studies on these six ‘Escola Normal’ institutions has led to media-constructed unrealistic assumptions about primary teacher education and student-teachers` identities throughout the 20th century. This investigation focuses on the time span contained between the 1920s and 1970s, namely on three specific points in time: (i) 1928 through 1955, the highlight years of Tijucano Institute; (ii) 1956 through 1961, during which years this Institute went through changes and became highly popular; and (iii) 1962 through 1973, when the until then adopted term ‘Escola Normal’ was abolished. The hypothesis this study aims to verify is the following: The identity of qualifying primary teachers in Rio de Janeiro may not be considered a construct that originates only from the so-called ‘golden years’ as it is hinted at by fossilized assumptions; rather, this identify results from a process determined by regional political and cultural changes that characterized a mass-education context in which new ‘Escolas Normais’ were established between the 1920s and 1970s aiming to connect the outskirts to the urban center of Rio de Janeiro and to bestow upon primary teachers a higher-status quo. To achieve this aim, the following concept references were used to guide the Literature Review and Analysis of Findings: Identity (DUBAR, 2005), Educational Institutions (DUBET, 2006) and Memory (HALBWACHS, 1990; LE GOFF, 1996), interwoven to school legislation references (FARIA FILHO, 1998), assessed pictures (MAUAD, 1996) and interviews. The methodology that underlies this investigation is Oral History (JOUTARD, 2000; PORTELLI, 1997).

**Key Words:** History of Education, Teacher Pre-Service Education and Qualification, ‘Escola Normal’, Qualifying Primary Teachers, Rio de Janeiro.

## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

À Luz das Estrelas.....	16
O Objeto de Pesquisa e as Escolhas do Sujeito pesquisador.....	27
A Estrutura da Tese.....	34

### PARTE I

#### UMA ALQUIMIA INVERTIDA: OS ‘ANOS DOURADOS’,

##### CAPÍTULO 1

<b>A Pedra Fundamental: Humanismo, Religiosidade e Cientificidade.....</b>	<b>40</b>
As crianças de ‘futuro garantido’: do Ginasial ao funcionalismo público.....	43
Da Escola Normal do Distrito Federal ao Instituto de Educação.....	55
A Universidade do Distrito Federal diante do Projeto Educacional do Estado Novo....	65

##### CAPÍTULO 2

<b>Os Símbolos do Tradicional Curso Normal.....</b>	<b>78</b>
Missionária, Normalista e Professorinha: representações da professora primária.....	80
Controle, Espírito de Classe e Status: a história do uniforme das normalistas.....	97
As disputas pelos signos de prestígio: Escola Normal Carmela Dutra.....	112
As Normalistas do Rio de Janeiro – Um olhar confiante atravessa o amanhã.....	129

### PARTE II

#### AS TRANSMUTAÇÕES DA ESCOLA PÚBLICA

##### CAPÍTULO 3

<b>As Novas Escolas Normais: o Sonho ao alcance de quase todos.....</b>	<b>150</b>
A ‘Brasília de Miécimo’: Escola Normal Sarah Kubitschek.....	162
Na Raça: Escola Normal Heitor Lira.....	175
A ‘Vitória’ do Diário Carioca: Escola Normal Ignácio Azevedo do Amaral.....	182

##### CAPÍTULO 4

<b>Orgulho e Preconceito: O Comando Revolucionário das Normalistas.....</b>	<b>197</b>
A Ordem do Presidente: Escola Normal Júlia Kubitschek.....	200
As Normalistas contra a LDBEN de 1961: os privilégios mais uma vez ameaçados....	223
Transformações e Permanências: a Escola Pública.....	239

**PARTE III****E OS ‘ANOS DE CHUMBO’ DAS NORMALISTAS DO RIO DE JANEIRO****CAPÍTULO 5**

<b>‘Lá vão as mulheres do Lacerda!’ .....</b>	<b>253</b>
A quebra da Pedra Fundamental: do Humanismo ao Tecnicismo.....	261
O Ginásial com acesso automático, mas sem ‘futuro garantido’ .....	266
Os Normalistas da Guanabara e ‘o trem das professoras’ .....	276
As sedes das seis Escolas Normais: promessas, dívidas e descontinuidades.....	285

**CAPÍTULO 6**

<b>Adeus, Normalista? .....</b>	<b>310</b>
‘A amarga mistura de idealismo e esperança’: o salário da Professora Normalista.....	312
‘O Sol nasce para todas’: O fim do acesso automático ao serviço público.....	326
Os últimos passos: o fim da nomenclatura ‘Escola Normal’ .....	351

**CONCLUSÃO**

As Normalistas do Rio de Janeiro – Um <i>novo</i> olhar atravessa o amanhã.....	362
---	-----

**REFERÊNCIAS**

Bibliográficas.....	370
Digitais.....	378
Acervos Documentais Pesquisados.....	383
Músicas.....	383

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**AC** – Ato Complementar.

**AI** – Ato Institucional.

**ALEG** – Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara.

**APERJ** – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

**CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

**CECD** – Colégio Estadual Carmela Dutra.

**CEHL** – Colégio Estadual Heitor Lira.

**CEIAA** – Colégio Estadual Ignácio Azevedo do Amaral.

**CEJK** – Colégio Estadual Júlia Kubitschek.

**CF** – Constituição Federal.

**CFPEN** – Curso de Formação de Professores para o Ensino Normal.

**CNE** – Conselho Nacional de Educação.

**CMEB** – Centro de Memória e Educação Brasileira.

**CPI** – Comissão Parlamentar de Inquérito.

**CPDOC** – Centro de Pesquisa e Documentação de História Oral Contemporânea.

**DC** – Diário Carioca.

**DIP** – Departamento de Imprensa e Propaganda.

**EN** – Escola Normal.

**ENCD** – Escola Normal Carmela Dutra.

**ENDF** – Escola Normal do Distrito Federal

**ENHL** – Escola Normal Heitor Lira.

**ENIAA** – Escola Normal Ignácio Azevedo do Amaral.

**ENJK** – Escola Normal Júlia Kubitschek.

**ENSK** – Escola Normal Sarah Kubitschek.

**ESG** – Escola Superior e Guerra.

**EUA** – Estados Unidos da América.

**FGV** – Fundação Getúlio Vargas.

**HEM** – Habilitação Específica para o Magistério.

**IBAD** – Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

- IBOPE** – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística.
- IE** – Instituto de Educação (Rio de Janeiro).
- IECD** – Instituto de Educação Carmela Dutra.
- IECG** – Instituto de Educação de Campo Grande.
- IERJ** – Instituto de Educação do Rio de Janeiro.
- IESK** – Instituto de Educação Sarah Kubitschek.
- IPES** – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.
- ISEB** – Instituto Superior de Estudos Brasileiros.
- ITE** – Instituto de Educação.
- INEP** – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.
- INEPAC** – Instituto Estadual de Patrimônio Cultural.
- ISERJ** – Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro.
- ITE** – Instituto de Educação (Rio de Janeiro).
- LBA** – Legião Brasileira de Assistência.
- LEC** – Liga Eleitoral Católica.
- MEC** – Ministério da Educação.
- PCB** – Partido Comunista Brasileiro.
- PNE** – Plano Nacional de Educação.
- PPGE** – Programa de Pós-graduação em Educação.
- PR** – Partido Republicano.
- PROEDES** – Programa de Estudos e Documentação Educ. e Soc. da Fac. de Educ./ UFRJ.
- PSB** – Partido Socialista Brasileiro.
- PSD** – Partido Social Democrático.
- PSP** – Partido Social Progressista.
- PST** – Partido Social Trabalhista.
- SEEDUC** – Secretaria de Estado de Educação.
- SEMA** – Superintendência da Educação Musical e Artística.
- UDN** – União Democrática nacional.
- UFES** – Universidade Federal do Espírito Santo.
- UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- USAID** – United States Agency for International Development.
- URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

**LISTA DE IMAGENS**

<b>Figura 1</b> – Anel dos anos 1940 – Acervo pessoal de Natália Almeida.....	22
<b>Figura 2</b> – Imagens de anéis vendidos para as formandas de 2015.....	22
<b>Figura 3</b> – Governo/ sistema educacional ao qual as ENs estiveram submetidas.....	26
<b>Figura 4</b> - BRASIL. Decreto n. 10.060 de 13 de outubro de 1888.....	47
<b>Figura 5</b> – Emblema da Estrada de Ferro Central do Brasil.....	48
<b>Figura 6</b> – Emblema da Escola Normal do Distrito Federal.....	48
<b>Figura 7</b> – Anúncios de cursos para o ingresso nos ginásiais do IE e da ENCD.....	54
<b>Figura 8</b> – Valores de jornais no ano de 1959.....	53
<b>Figura 9</b> – O lançamento da Pedra Fundamental do Novo edifício da Escola Normal.....	58
<b>Figura 10</b> – Vista geral das obras de construção da Escola Normal.....	59
<b>Figura 11</b> – Fachada da Escola Normal do Distrito Federal.....	62
<b>Figura 12</b> – Revista O Cruzeiro. Adeus Aulas!.....	76
<b>Figura 13</b> – Percentual de Professores primários.....	84
<b>Figura 14</b> – Revista Estrela Azul/ Revista Ônix.....	95
<b>Figura 15</b> – Surprezas do figurino.....	105
<b>Figura 16</b> – Uniforme das normalistas.....	107
<b>Figura 17</b> – Uniforme da Escola Normal do Distrito Federal.....	108
<b>Figura 18</b> – Revista Instituto.....	110
<b>Figura 19</b> – Uniformes.....	111
<b>Figura 20</b> – Anúncios de cursos preparatórios à ENCD e IE.....	117
<b>Figura 21</b> – Quantitativo de alunos egressos no primeiro ano das ENs entre 47 e 57.....	118
<b>Figura 22</b> – Carmela Dutra.....	123
<b>Figura 23</b> – “As Normalistas do Rio de Janeiro – Vestida de Azul e Branco”.....	138
<b>Figura 24</b> – As futuras professoras.....	142
<b>Figura 25</b> – Localização das Escolas Normais.....	148
<b>Figura 26</b> – Crescimento Populacional do Rio de Janeiro entre 1872 – 2010.....	151
<b>Figura 27</b> – Crescimento populacional em números absolutos.....	152
<b>Figura 28</b> – Comissão p/ ENs de Campo Grande, Zona Sul e Zona da Leopoldina.....	155
<b>Figura 29</b> – Tabela construída a partir de dados do Censo IBGE de 1960.....	156
<b>Figura 30</b> – Arquitetura: Escola Normal de Campo Grande.....	171
<b>Figura 31</b> – D. Sarah desembarcou ao som de bandas de músicos mirins.....	174
<b>Figura 32</b> – Escola Normal da Penha funcionará no próximo ano.....	178
<b>Figura 33</b> – Fachada frontal da Escola Conde de Agrolongo.....	179
<b>Figura 34</b> – População da Zona Sul pede Escola Normal.....	184
<b>Figura 35</b> – Leblon e Lagoa pedem Escola Normal da ZS.....	186
<b>Figura 36</b> – É profundamente lamentável o estado de nossas dependências.....	204
<b>Figura 37</b> – Ordem do Presidente para aproveitar reprovadas leva Carmela Dutra a greve.....	206
<b>Figura 38</b> – Normalistas (hoje) com JK: Contra Excedentes.....	207
<b>Figura 39</b> – Cordão contra normalistas.....	209
<b>Figura 40</b> – ‘Quórum’ adiou (para hoje) votação da escola normal.....	210
<b>Figura 41</b> – “BOSSA NOVA: NÓS POR SELEÇÃO, ELAS POR EMPURRÃO”.....	213
<b>Figura 42</b> – Vereador aprovou (32 x 4) Escola “Júlia Kubitschek”.....	216

<b>Figura 43</b> – Despedida de JK: Catete e S. Dumont; Escola para as excedentes.....	218
<b>Figura 44</b> – Excedentes (237) vencem batalha pela matrícula.....	219
<b>Figura 45</b> – Anúncio.....	220
<b>Figura 46</b> – Passeata Monstro: Normalistas em defesa da Escola PÚblica!.....	233
<b>Figura 47</b> – ‘Escola PÚblica está à morte’: normalistas.....	236
<b>Figura 48</b> – Milhares de normalistas nas ruas defendem a Escola PÚblica.....	237
<b>Figura 49</b> – A Educação Total.....	273
<b>Figura 50</b> – Os normalistas.....	277
<b>Figura 51</b> – Modelo da Semana – Uniforme Escolar.....	279
<b>Figura 52</b> – A carona das professoras humilha o trem sem volta.....	281
<b>Figura 53</b> – Professoras da Zona Rural só pensam em mudar de profissão.....	282
<b>Figura 54</b> – Professoras, enfim.....	284
<b>Figura 55</b> – Governador Carlos Lacerda em inauguração da ENHL.....	287/288
<b>Figura 56</b> – Governador Carlos Lacerda. Discurso em inauguração da ENHL.....	289
<b>Figura 57</b> – Penha ganha nova Escola Normal.....	290
<b>Figura 58</b> – Alunas da Carmela temem mudança.....	292
<b>Figura 59</b> – Lugar para 200 excedentes.....	293
<b>Figura 60</b> – Escola Azevedo do Amaral inaugurada.....	295
<b>Figura 61</b> – Faixa e inauguração do ENIAA.....	296
<b>Figura 62</b> – Inauguração de Placa ENIAA.....	297
<b>Figura 63</b> – Inauguração das obras da ENSK.....	298
<b>Figura 64</b> – Aqui jaz uma Escola Normal e com ela milhares de esperanças.....	299
<b>Figura 65</b> – Chagas inaugurou em Campo Grande Instituto de Educação.....	302
<b>Figura 66</b> – Governador Carlos Chagas em inauguração do IECG.....	302
<b>Figura 67</b> – Lacerda mais calmo: normalistas tem Brocoió.....	304
<b>Figura 68</b> – Inaugurada Escola “Júlia Kubitschek”.....	305
<b>Figura 69</b> – Normalistas se despedem com lágrimas da Escola.....	306
<b>Figura 70</b> – Projeto Escola.....	307
<b>Figura 71</b> – Fachada do prédio da CEJK. Imagem produzida pelo autor. 2017.....	308
<b>Figura 72</b> – Salários mínimos 1967 a 1973.....	314
<b>Figura 73</b> – Grandeza e decadênciade uma profissão.....	320
<b>Figura 74</b> – A professora precisa de escola e a escola precisa de professora.....	323
<b>Figura 75</b> – A incrível opção de quem ensina.....	324/325
<b>Figura 76</b> – SER OU NÃO SER PROFESSORA.....	326
<b>Figura 77</b> – Normalistas contra a lei que as prejudica.....	330
<b>Figura 78</b> – Contra a Emenda.....	334
<b>Figura 79</b> – Protesto oficial.....	337
<b>Figura 80</b> – Relação de cand./ vagas p/ certames das ENs entre 67 a 73.....	342
<b>Figura 81</b> – Relação de cand./ vagas p/ certames da ENCD e ENIAA entre 67 a 73.....	343
<b>Figura 82</b> – Azul pálido e normalista mais triste.....	344
<b>Figura 83</b> – Normal “já era”: nosso caso mesmo é a Escola Técnica.....	351
<b>Figura 84</b> – Anúncios.....	352

## APRESENTAÇÃO

### À Luz das Estrelas

Nos breves momentos de discussão entre os docentes do atual Instituto de Educação Carmela Dutra (IECD), onde também lecionamos<sup>1</sup>, é possível ouvir os comentários sobre a queda da qualidade do curso de formação de professores normalistas nas últimas décadas. Impressão que também tivemos ao conversar com colegas dos Colégios Estaduais Heitor Lira, Ignácio Azevedo do Amaral, Júlia Kubitschek, bem como do Instituto de Educação Sarah Kubitschek (IESK), todas, anteriormente conhecidas como Escolas Normais, respectivamente ENCD, ENHL, ENIAA, ENJK e ENSK.

Além das falas dos docentes mais jovens, os colegas mais antigos relatam “tempos passados” de reconhecimento internacional pela competência da unidade e de concursos públicos rigorosíssimos que mobilizavam a cidade do Rio de Janeiro com cursinhos preparatórios para o concorrido certame visando à entrada de novos alunos. Época essa que, invariavelmente, vem sendo evocada pela memória coletiva desses professores com um misto de nostalgia, orgulho e crença na qualidade da escola pública de outrora.

Ao considerarmos essas memórias, seja dos docentes que ingressaram recentemente na escola, seja daqueles profissionais que já estão nas unidades há muitos anos, evidentemente temos relatadas diferentes experiências no tempo, embora o espaço das suas vivências, seus respectivos prédios e localizações geográficas, ainda sejam as mesmas. Todos esses professores, antigos ou novos, a despeito de suas experiências passadas, concordam quando começam a enumerar os atuais problemas estruturais das Escolas Normais.

De modo geral, no entanto, os grupos de professores das escolas normais, sejam do currículo pedagógico, sejam da formação regular<sup>2</sup>, também concordam em apontar outros indícios de que o curso vem sendo desmontado. O sucateamento das escolas é notório, a

<sup>1</sup> Como autor do trabalho, este pesquisador decidiu pelo uso do “plural de modéstia” por motivações pessoais. Desta forma, todo o estudo será realizado com o uso da primeira pessoa do plural (nós).

<sup>2</sup> As Escolas Normais dividem o quadro de professores entre aqueles que atuam no currículo pedagógico e aqueles que atuam no currículo regular. No primeiro caso, os profissionais, normalmente com formação em pedagogia, lecionam matérias que se relacionam a formação específica de professor. Já no segundo caso, estão os profissionais que lecionam matérias que estão nos currículos regulares, como matemática, física e química, por exemplo.

começar pelos dispositivos materiais: quadros brancos envelhecidos e estragados, falta de apagadores e materiais de esporte, obrigando alguns colegas professores – e até alunos – a trazerem de casa seus equipamentos para usarem aglomeradamente em quadras poliesportivas sem manutenção. Também faltam materiais para as artes, sendo sugerido pela SEEDUC que os alunos tragam seus próprios materiais para serem reciclados. Enquanto os professores devem lecionar disciplinas sobre o uso de tecnologias modernas como as lousas digitais, o uso de computadores em sala de aula e a produção de novas tecnologias dentro do ensino, enfrentam o absurdo paradoxo da ausência de recursos técnicos como computadores funcionando, internet, projetores em quantidade suficiente, salas escuras adequadas ao uso de vídeos e até extensões de cabos de energia.

Além disso, faltam funcionários; a sala de informática também não tem computadores funcionando ou internet; também não existem responsáveis pelas máquinas ou para lecionar sobre o uso dessa ferramenta em sala de aula. Faltam servidores para dirigir e servir nas unidades. Em uma das unidades que visitamos a Diretora Geral era também a porteira. Faltam também funcionários nos setores de Secretaria e Departamento de Pessoal da escola. Os arquivos com décadas de história não tem a higienização, ventilação e iluminação adequadas, alguns sendo roídos por animais antes mesmo que os alunos das próprias instituições<sup>3</sup> tenham a oportunidade de conhecer o seu passado e as suas origens.

A terceirização dos serviços impede qualquer sentimento de pertencimento de educadores que trabalham na inspeção, na limpeza, na merenda. Cada semana ou mês, os funcionários terceirizados são mudados, por conta de problemas enfrentados em suas empresas. As questões mais comuns relatadas por essas pessoas são que os salários estão abaixo do mínimo e recorrentemente são pagos atrasados, reclamações de que os vales-transportes não são pagos, que o horário de trabalho é mal definido e que é necessário exercer funções diferentes daquelas para as quais foram contratados. O que se observa é a falta de professores mesmo nessas escolas que são referência de qualidade para a região e para própria Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), que se beneficia com as boas notas do alunado nos exames nacionais, como o ENEM. Faltam salas de aulas, pois encontramos espaços ocupados que apenas contam com um basculante, e outras ainda em

<sup>3</sup> A palavra “instituição” deriva do latim *instituto, onis*. Este vocábulo apresenta uma variação de significados que podem ser agrupados em quatro acepções: “1. Disposição; plano; arranjo. 2. Instrução; ensino; educação. 3. Criação; formação. 4. Método; sistema; escola; seita; doutrina (TORRINHA, 1945, p. 434).

que não há carteiras ou mesas adequadas para o cumprimento das tarefas. Alguns auditórios servem de depósito de mesas antigas e novas, além de tornarem-se fieis depositários de livros didáticos e avaliações regionais a serem distribuídas para outras escolas da região.

Não seriam esses, ao menos possivelmente, efeitos de um processo de declive destas Instituições Escolares<sup>4</sup>? Retrato de mudanças na cultura política que acomete de tempos em tempos nossas esferas de poder e tem efeitos diretos nos sistemas e modelos educacionais? A resposta de qualquer professor da rede seria, simplesmente, sim. Contudo, guardamos esse indício e esse sentimento até o momento em que, motivados pela prática historiográfica e pela crítica filosófica – além de uma evidente ventura, percebemos diante de nós algo interessante, que ilustrava perfeitamente o sentimento dos nosso colegas e nos oferecia uma irresistível história para investigar.

Diante desse quadro, por diversos anos, encontramos no pátio de uma Escola Normal um homem sentado sozinho ocupando uma carteira escolar. Tal senhor, lendo ou realizando anotações em um tipo de agenda, permanecia em silêncio em meio a gritaria contumaz do intervalo das aulas. Enquanto passávamos, víamos que diante dele havia sempre uma caixa de anéis que parecia ser justamente a motivação para estar ali, embora raramente, tenhamos visto uma aluna conversando qualquer assunto que fosse sobre aquelas joias. Em uma dessas ocasiões, tendo já iniciado nosso curso de doutorado, conversamos durante alguns minutos sobre o seu trabalho, seus anos de experiência e as muitas transformações ocorridas nas Escolas Normais. O vendedor ali acomodado apresentou-nos seus produtos e descreveu as dificuldades de vendas que aumentavam ano após ano, desde que começara a trabalhar há algumas décadas. Toda sua história parecia corroborar o sentimento que nutríamos em relação ao declínio do ensino normal.

Coincidemente, no mesmo período, uma das alunas desta unidade, durante uma missa de ação de graças pela formatura, impunha orgulhosamente seu anel, cuja constituição era diferente daquele usado pelas demais alunas. A principal diferença, segundo pudemos perceber no primeiro instante, estava no centro da jóia: uma grande *estrela* prateada sobre uma pedra negra ainda maior do que as ostentadas pelas demais alunas. Os questionamentos foram imediatos: O que significava essa *estrela* ali naquele anel? E por que apenas aquele anel a possuía?

<sup>4</sup> Neste caso devemos ressaltar que toda a rede escolar do Estado do Rio de Janeiro está em situação similar às Escolas Normais da cidade.

Sabíamos, contudo, que a *estrela* era uma referência às Escolas Normais, mas não sabíamos a razão de estar sobre *aquele anel*, uma vez que todos os outros não tinham a mesma composição.

Nossas primeiras investigações caminharam em direção à ideia de uma tradição, difundida largamente a partir da década de 1920. O anel de formatura com a *estrela* sobre a pedra negra outrora fora símbolo de prestígio social. Falamos da *estrela* símbolo dos cursos normais, utilizada pela Escola Normal do Distrito Federal, pelo prestigiado Instituto de Educação, adotada pela unidade que surgiu em 1946 sob sua tutela (ENCD) e, posteriormente, transmitida às demais Escolas Normais (ENSK, ENHL, ENIAA e ENJK).

De fato, o uso do anel para a formatura continua, embora este símbolo tenha sofrido uma série de transformações, o que direcionou nossa atenção para o que poderia ser uma parte interessante do nosso objeto de estudo, principalmente no que tange a produção da imagem dos professores (LAWN, 2001).

Esse trabalho de percepção da realidade, no uso dos nossos sentidos, e posterior interpretação dos eventos históricos, realizadas as devidas imersões teóricas e metodológicas, nos levaram à questão que aguçou nossa perspectiva de pesquisa: Mas afinal, onde está *estrela* que ficava sobre a pedra negra?

Nas Escolas Normais, os anéis de formatura das professoras primárias tradicionalmente são compostos por um Brasão da República ou Armas da Municipalidade, o que remete a formação desses profissionais diretamente à ideia de construção de uma nação. A pena sobre o livro ou pergaminho, disposta do outro lado do anel, representa ainda o privilégio do trabalho intelectual de escrita e transmissão dos conhecimentos, tal como faziam os sacerdotes e escribas antigos.

Além desses símbolos que remetem à própria história do Brasil, também foi adotada a pedra de ônix preta, uma variante relativamente barata do quartzo. A palavra em português tem origem no homônimo grego *ônix*, que significa *unha*. Como os *ônix* variam de cor, passando da preta para branca, acreditava-se que eram pedaços das unhas da deusa Vênus que caiam do céu, cortadas pelo deus Eros. Entretanto, a pedra escura, volumosa sobre o anel, ainda não completava a imagem de que a normalista vinha trazendo a luz do conhecimento com fins de mudar a sociedade. Faltava ainda a adoção de mais um item que deveria, sobre todos os outros símbolos, afirmar o papel da professora normalista na sociedade: a *estrela*.

A alteração do anel simbólico da diplomanda da Escola Normal deveu-se ao decreto nº 2.775 de 15 de novembro de 1922, de modo que passou “a ser composto de uma pedra de ônix em forma cabochon, circundada de brilhantes e encimada por uma estela de platina, no centro daquela existe um brilhante, conservando-se o mesmo aro e distintivos; de um lado um livro aberto atravessado por uma pena, do outro as armas da Municipalidade” (SILVEIRA, 1954; p.43-44).

Embora as escolas da cidade do Rio de Janeiro, na época, Distrito Federal do país, adotassem esse modelo de anel apenas a partir de 1922, conforme nos aponta Silveira (1954), sua simbologia nos remete a algumas centenas de anos antes, no continente europeu. O uso da *estrela* como fonte de luz na escuridão, definitivamente, se relaciona aos usos do saber durante o período histórico conhecido como Iluminismo, referente aos séculos XVII e XVIII, quando as obras de Jean-Jacques Rousseau, Montesquieu, Voltaire, Locke, Diderot, D'Alembert, entre outros, divulgavam que o saber iluminava as trevas da ignorância. Tal influência que partiu do país da *Liberdade, Igualdade e Fraternidade* no século XVIII, inevitavelmente, chegou aos novos bancos escolares que se desenvolviam no sentido de espalhar tais luzes por todo o mundo.

A primeira Escola com as características das Escolas Normais atuais foi inaugurada na França, em 1794, por iniciativa do clérigo Jean-Baptiste La Salle. “Católico, ele criticava a formação de professores improvisada, ao mesmo tempo em que defendia uma cultura enciclopédica, que incluísse leitura, gramática, sistema de pesos e medidas, aritmética e canto” (SCHAFFRATH, 2008, p. 147). Foram criados diversos seminários que buscavam constituir professores para atuar no segmento primário da educação. Mais tarde, com a geração de rigorosas normas para as escolas de formação de professores, o curso passou a ser conhecido como curso Normal. Deste modo, acreditamos que a *estrela* tenha sido adotada pelos cursos normais dentro deste contexto de rigor acadêmico e crença no saber como caminho da luz, chegando oficialmente ao Brasil no ano de 1922, conforme vimos na citação anterior. De fato, a *estrela* tornou-se o símbolo máximo não só das normalistas, mas do Curso Normal. O ritual de iniciação daqueles que resolvem cursar a formação de professores primários é conhecido por todos como Cerimônia de Incorporação, quando depois dos cânticos do Hino Nacional, Avante Normalista, a exaltação dos valores da Escola e a apresentação das novas turmas, os alunos veteranos

colocam na gola da camisa dos calouros a *estrela*, simbolizando o acolhimento e incorporação do jovem ao coletivo de normalistas.

O Sr. Carlos Alberto Monteiro, vendedor de joias de formatura para as Escolas Normais, mencionado anteriormente, trabalha ainda hoje em unidades como o Carmela Dutra, Ignácio Azevedo do Amaral, Heitor Lira, Júlia Kubitschek, Sarah Kubitschek e Presidente Dutra, além do Instituto de Educação (até o ano 2000<sup>5</sup>) e entre outras. O Sr. Monteiro, que assistiu a mudança do anel nas últimas décadas, descreve a joia da seguinte forma:

Esses anéis抗igos (...) quando na época não existia pedra sintética, só existia pedra natural e diamantes, brilhantes. (...) Na época era ouro 18k, e era até um ouro que se usava na época, que também é 18k mas era um ouro mais avermelhado, que antigamente dava-se mais valor aquele ouro mais avermelhado. (...) Eram caríssimos. (...) anéis realmente muito volumosos. Então um anel que tradicionalmente a indústria de anéis de grau hoje... dependendo do modelo é de 2 ou 3 gramas que é a média geral... claro, existem anéis mais pesados. Mas não como antigamente: anéis de 6, 7, 8 gramas feminino [de ouro]. Hoje, o poder aquisitivo com relação aquela época, acredito que seja menor, porque hoje não se admite um anel feminino com 7 gramas de ouro. Um anel para se vender aí a 4 mil reais. Não existe isso. (...) Anel com carreiras de brilhantes, chuveirado mesmo, duas ou três carreiras, com aquela pedra grande. Então cabia-se, cravava-se ali uma estrelinha em ouro branco (MONTEIRO, 2015).

De acordo com o que comentamos anteriormente, os anéis de normalistas formandas sofreram pequenas, porém, significativas alterações. A pena sobre o livro continuou sendo usada, estando representada, por vezes, sobre um papiro ou pergaminho. Quanto às Armas da Municipalidade, características da época do Distrito Federal, transformaram-se no Brasão da República e o ouro do corpo do anel foi substituído pela prata, mais barata. Os diamantes cravejados em volta das grandes pedras escuras de ônix foram substituídos pelas zircônias cúbicas, popularizadas por conta do seu baixíssimo custo a partir de 1976<sup>6</sup>.

Além disso, as mudanças estéticas e o refino das joias tornaram o anel menos chamativo. A pedra de ônix foi diminuída consideravelmente, tornando-se apenas mais um

<sup>5</sup> No ano 2000, o Instituto de Educação formou a última turma de professores normalistas de nível médio.

<sup>6</sup> A Zicônia Cúbica (CZ) é uma imitação de alta qualidade dos diamantes. Disponível em: <http://www.heartjoia.com/4167-zirconia-cubica-sintetica>. Acessado dia 13/08/15.

detalhe. Quanto à *estrela*, ela simplesmente sumiu, pois nas palavras do vendedor de joias das Escolas Normais “A estrela abafa a pedra!” (MONTEIRO, 2015).



Figura 1 — Anel dos anos 1940 – Acervo pessoal da aluna do IECD Natália Almeida, 2015.

Nas três imagens acima, temos o anel de formatura em 2015 da normalista Natália Almeida, ex-aluna do IECD a quem nos referimos nos parágrafos anteriores. Entretanto, dentre várias formandas de sua turma, apenas a professora Natália apresentou um anel com as características descritas anteriormente. Tal fato ocorreu por tratar-se de uma joia herdada de sua avó, formada pelo IE nos anos 1940. Segundo o vendedor de anéis de formatura, um anel com essa constituição poderia chegar ao valor de quatro mil reais. Porém, nas imagens abaixo, colhidas também no IECD, temos imagens dos anéis atualmente usados pelas formandas dos cursos normais que podem ser vendidos pelo preço mínimo de até R\$ 135,00 (MONTEIRO, 2015).



Figura 2 — Imagens de anéis vendidos para as formandas de 2015 — Fotos geradas pelo autor.

Evidentemente, ao gerarmos tais imagens a partir dos modelos de anéis disponíveis para venda às formandas das Escolas Normais da cidade do Rio de Janeiro, nos concentramos no significado deste anel para a história das normalistas, desde quando o seu uso foi estabelecido. Desta forma, nos preocupamos em apontar as mudanças na joia, trazendo para o nosso estudo as imagens em sua dimensão documental, “não é o produto livre da imaginação de alguém, mas, pelo contrário, é sempre o resultado da ação da luz sobre um suporte sensível, ou seja, uma *pegada* da realidade (GURAN, 2000, p. 158).

Assim, para além dos modismos e das estéticas que são rediscutidas, recriadas e alternadas, a principal questão não está entre os valores de R\$ 135,00 ou 4 mil reais, mas sim em *Onde está a estrela?* Para além de uma resposta óbvia, gostaríamos de pensar essa ausência material no campo do simbolismo. Onde está a *estrela* que não ilumina mais as trevas? E mais, que mudanças no campo da cultura política de nosso país podem ser identificadas às transições no campo educacional e, por sua vez, relacionadas a perdas do prestígio do curso de formação de normalistas?

Dentre as unidades visitadas que ainda possuem o curso normal, em uma delas já havia sido abolido o uniforme de gala das normalistas, em outra não se fazia ideia de que a Escola tinha um Hino. Muitas foram os percalços de pesquisa nos acervos das unidades. Se as dificuldades em encontrar material sobre o histórico das unidades foi enorme, mais ainda foi explicar que os Hinos representam os ideais das instituições, normalmente fazendo referência as suas finalidades, como no caso do simbolismo do anel. Logo abaixo, alguns exemplos retirados das letras dos hinos das escolas normais:

“Instituto fanal cuja história/ (...) Óh! luzeiro sem par, tua glória/ (...) Teu clarão nossas almas inflama/ (...) Conduzi-los em luz e labor”, “A brilhar no ensino normal (...) conduz sobranceira/ Sob auréola de glória imortal!”, “Quando a luz se aproximar da terra/ A treva fugirá e logo surge o alvorecer. (...) Seja a instrução nosso fanal” ou “Templo augusto doce lar/ O teu nome saberemos/ Entre luz glorificar”<sup>7</sup>.

O que se observa é que o declínio dessas instituições poderia ser abordado, inicialmente, através dos seus símbolos, os quais vêm perdendo força a ponto de as antigas Escolas Normais perderem até a nomenclatura “normais”. Neste sentido, então, indaga-se:

<sup>7</sup> Todos os trechos são citações de Hinos de Escolas Normais que descreveremos mais detalhadamente nos próximos capítulos.

o que tem ocorrido nessas instituições? O sociólogo francês François Dubet, em seu livro *El declive de la institución: profesiones, sujetos e individuos ante la reforma del Estado* (2006), descreve a atuação de pessoas e instituições, sejam elas ligadas à fé, à educação e ao labor social, entre outras. Dubet retrata a instituição como *lócus* de trabalho, de influência e de inculcação de valores; procedimento este realizado por um grupo de profissionais especializados sobre um grupo de alunos em sua passagem pela unidade escolar. Neste sentido, a escola enquanto instituição não transmite simplesmente uma cultura ou saber, mas, através do processo de socialização, transforma os valores de um indivíduo, adequando-o aos interesses de uma cultura política presente à frente do Estado, tema que discutiremos mais adiante.

Tais Instituições, porém, ainda segundo François Dubet (2006), não serão fortes e atuantes por todo tempo. É esse o ponto em que identificamos a atual situação, momento que se revelou, para nós, quando emergiu a questão do anel de formatura. Para Dubet, embora não exista uma ruptura ou quebra das instituições, uma crescente mudança pode ser melhor verificada a partir dos anos 1960, quando é possível identificar a paulatina perda do poder de “crer e fazer crer” das instituições de ensino (2006, p. 64, tradução nossa).

Além disso como aponta ainda o autor, a maioria dos elementos que compõem o ideário das instituições origina-se no período da modernidade, época onde se desenvolveram os ideais do iluminismo. Nesse sentido, voltando ao anel de formatura das normalistas, podemos, finalmente, nos perguntar se a ausência da *estrela* enquanto luz do saber não seria mais um sinal de que a Instituição Escolar, particularmente os cursos de formação de professores normalistas, estão em crise? Não seria essa uma evidência de que as práticas e os símbolos das instituições estão realmente se esvaindo paulatinamente? (DUBET, 2006).

Entretanto, com todo esse evidente processo de declínio, nos surpreende notar que, nos dias atuais, ainda há uma grande fila de espera junto às secretarias das Escolas que possuem os Cursos Normais. O que se observa são turmas inteiras que se formam apenas esperando por desistências ou pela abertura de mais vagas nessas unidades. Grupos de pais, que mesmo após o processo de distribuição de escolas da Secretaria Estadual de Educação, feito pelo critério de proximidade com as unidades, insistem junto aos diretores das Escolas Normais por vagas para seus filhos. Isso, mesmo sendo de amplo conhecimento

que a LDBEN/96 apresente tendência a extinguir essa modalidade de ensino de nível médio, cobrando dos professores de Educação Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental a formação superior. Então, por que os Cursos Normais ainda tem tanta procura?

Assim, diante dessas questões, isto é, do enfraquecimento das insígnias do Curso Normal e da contraditória continuidade da procura por essas unidades, decidimos que seria interessante buscar a ponta do fio dessa história, iniciando pelo simbolismo que a *estrela* dos cursos de normalistas representa em na cidade do Rio de Janeiro.

\*\*\*\*\*

Nessa breve introdução, esperamos ter deixado claras as nossas motivações iniciais para a construção dessa tese, que perpassa a história do ensino normal oficial da Cidade do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que o Instituto de Educação, bem como as demais escolas normais públicas estiveram submetidas à rede educacional do Distrito Federal desde a sua criação até 1960. Posteriormente, as unidades passaram à responsabilidade do recém criado Estado da Guanabara, entre 1960 e 1975, período que, em parte faz parte do recorte cronológico que realizamos (décadas de 1920 – 1970). Entretanto, vale ressaltar ainda, que essas mesmas unidades, após a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, tornaram-se parte da rede educacional deste último, onde atualmente ainda se encontram. O fato, portanto, de termos posto em nosso título que as escolas são da “Cidade do Rio de Janeiro”, decorre do momento da criação das unidades, entre os anos 1930 e 1960, além da evidência de que, espacialmente, elas estão localizadas no que é hoje a capital do Estado do Rio de Janeiro.

Nos tempos em que se fortaleceram, essas instituições tornaram-se o sonho das jovens cariocas, mas em tempos de declínio, tiveram seus nomes alterados, perdendo características de escolas de formação docente. Na imagem abaixo, apresentamos os governos aos quais as Escolas Normais estiveram submetidas no âmbito do nosso recorte cronológico.

<b>Governantes/ Sistemas educacionais as quais as Escolas Normais estiveram submetidas entre as décadas de 1930 - 1960</b>		
<b>Distrito Federal</b>	<b>1930 – 1960</b>	15.11.1926 - 24.10.1930 - Antônio da Silva Prado Júnior 24.10.1930 - 21.07.1931 - Adolfo Bergamini 21.07.1931 - 30.09.1931 - Julião Esteves 30.09.1931 - 02.10.1934 - Pedro Ernesto Baptista 02.10.1934 - 07.04.1935 - Augusto do Amaral Peixoto 07.04.1935 - 04.04.1936 - Pedro Ernesto Baptista 04.04.1936 - 11.11.1936 - Olímpio de Melo 11.11.1937 - 02.11.1945 - Henrique Dodsworth 03.11.1945 - 30.01.1946 - José Filadelfo de Barros Azevedo 02.02.1946 - 13.06.1947 - Hildebrando de Araújo Góis 16.06.1947 - 22.04.1951 - Ângelo Mendes de Moraes 23.04.1951 - 01.12.1952 - João Carlos Vital 12.12.1952 - 04.09.1954 - Dulcídio do Espírito Santo Cardoso 06.09.1954 - 02.12.1955 - Alim Pedro 04.12.1955 - 26.03.1956 - Francisco de Sá Lessa 26.03.1956 - 04.07.1958 - Francisco Negrão de Lima 04.07.1958 - 21.04.1960 - José Joaquim de Sá Freire Alvim
<b>Estado da Guanabara</b>	<b>1960 – 1975</b>	21.04.1960 - 05.12.1960 - José Sette Câmara Filho 05.12.1960 - 11.10.1965 - Carlos Lacerda 11.10.1965 - 04.12.1965 - Raphael de Almeida Magalhães 05.12.1965 - 15.03.1970 - Francisco Negrão de Lima 15.03.1970 - 14.03.1975 - Antonio Chagas Freitas

Figura 3 – Governo/ sistema educacional ao qual as Escolas Normais estiveram submetidas. Lista de governantes Disponível em: [http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/governantes/gov\\_rio\\_de\\_janeiro\\_5.pdf](http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/governantes/gov_rio_de_janeiro_5.pdf) e [http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/governantes/gov\\_rio\\_de\\_janeiro\\_6.pdf](http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/governantes/gov_rio_de_janeiro_6.pdf). Acessado dia 05.06.17.

Ao pensar o programa institucional conforme descrito por Dubet (2006), acreditamos que o seu declínio possa estar associado às transformações sofridas no curso de formação de professores primários no período descrito. Contudo, nessa introdução, tocamos nesse assunto, particularmente, para destacar o simbolismo da *estrela* do anel de Normalista e a influência do Iluminismo que possuía como ideário a formação de um indivíduo ilustrado pela luz do saber.

Embora saibamos que a identificação de *luz e conhecimento* ainda hoje permaneça incorporada à figura do professor pelo senso comum, devemos reconhecer que já no século XX esses princípios iluministas vinham sendo questionados. O ideário de educação redentora não existe mais desde que se percebeu que o estudo não é mais sinônimo de mobilidade social (CANÁRIO, 2008). E o professor, este não é mais um sábio, mas tornou-se uma entidade da qual se espera afetividade no relacionamento com o seu alunado e técnica na produção e transmissão de competências, ou ainda, em uma visão crítica e realista, um mero técnico transmissor de kits de sobrevivência aos jovens que vão ser atirados ao mercado de trabalho (LIBÂNEO, 2012).

Ainda assim, simbolicamente, esses questionamentos primordiais nos despertaram para pensarmos essa pesquisa: Por que a *estrela* que representa a luz libertadora do conhecimento sumiu dos anéis das normalistas? E, ainda no campo simbólico, o que resta para a sociedade quanto à qualidade de formação de professores primários em nível médio, além da pedra negra que faz alusão às trevas da ignorância?

## **O Objeto de Pesquisa e as Escolhas do Sujeito Pesquisador**

Nosso o objeto de concentra-se no processo de construção da identidade das estudantes<sup>8</sup> das Escolas Normais PÚblicas da cidade do Rio de Janeiro em três momentos diferentes: seu desenvolvimento dentro do escopo das políticas pÚblicas resultantes das disputas entre Educadores Católicos e Educadores da Escola Nova, os anos de tensões na educação pÚblica em que os interesses da iniciativa privada promoveram mudanças nas legislações e o período da perda de privilégios das normalistas.

Como recorte cronológico para esse objeto, decidimos por um arco histórico que se inicia com as reformas implementadas pelos educadores identificados com o pensamento da Escola Nova entre os anos de 1928 e 1932, que vieram a resultar no estabelecimento do prédio-monumento da Escola Normal do Distrito Federal e a posterior criação do Instituto de Educação, bem como as disputas com educadores Católicos e a expansão do Curso Normal em direção aos subúrbios com a criação da ENCD. Tal tendência e influência

<sup>8</sup> Para essa apresentação – e no decorrer da tese – seguiremos usando termos que se referem aos estudantes das Escolas Normais no feminino. Isso por que, segundo verificaremos nos próximos capítulos, um número crescente de mulheres ocuparam as cadeiras escolares no período que decidimos estudar em nosso recorte cronológico. Mesmo diante das evidências de que rapazes cursaram o Normal nas unidades da Cidade entre os anos de 1930 e 1946, e posteriormente a 1961, o quantitativo de meninas permaneceu muito superior, ajudando na construção da imagem da normalista, no tocante ao gênero, como moças.

escolanovista, dentro do escopo de estudo das Escolas Normais, pode ser verificada mais fortemente até meados dos anos 1950, quando identificamos o momento de inflexão desse arco histórico. Entre os anos de 1956 a 1961, estudaremos legislações específicas decorrentes da atuação de interesses privados na educação e um contexto sócio-político específico da cidade do Rio de Janeiro que resultou em transições na escola pública em geral, com efeitos nas Escolas Normais. No avanço destes dois momentos anteriores, entraremos pelos anos de ditadura civil-militar, sendo conduzidos pela legislação de 1969 e de 1971, que, em nosso entender, retiram o principal privilégio das normalistas de terem acesso automático à rede escolar pública e substituem o Curso Normal pela Habilitação Específica para o Magistério, respectivamente.

Durante o processo de construção de nossa hipótese, decorrente desses parâmetros apontados pela escolha do objeto e do recorte cronológico, formulamos, inicialmente, o seguinte questionamento: Como é construída *ou* como são construídas as identidades dessas normalistas das seis Escolas Normais da cidade do Rio de Janeiro neste período que vai desde a década de 1920 até 1970?

Algo a se ressaltar com muita gravidade neste questionamento inicial é o fato de que quando pensamos (mesmo na academia) a identidade da Normalista, temos cristalizada a imagem da jovem de classe média tijucana<sup>9</sup>, ocupante dos bancos escolares do Instituto de Educação, em meio aos “anos dourados”. Ao realizarmos trabalhos sobre essa imagem consolidada, nós ignoramos, de modo geral, os anos de Escola Normal do Distrito Federal e toda constituição anterior de seus símbolos. Ignoramos também, e desta vez, completamente, os anos em que o poder público seguiu abrindo unidades congêneres no sentido integrar o sertão da Cidade-Capital do Brasil. Assim, decorrente de um processo de cristalização de uma imagem, muitas vezes fomentada pelas mídias de massa, desconsideramos a reflexão de que a identidade das Normalistas da cidade do Rio de Janeiro pode não ser a identidade da normalista de apenas um bairro e de uma período histórico, de acordo com o que descrevemos, mas, por outro lado, que pode sim ser fruto de correlações entre os diversos grupos sociais das regiões em que as cinco outras Escolas Normais foram criadas, além de ser também efeito de conjecturais políticas que se refletem na produção de leis específicas para essa modalidade de ensino. Evidentemente, por conta

<sup>9</sup> O bairro Praça da Bandeira será criado apenas na década de 1980. “A denominação; delimitação e codificação do Bairro foi estabelecida pelo Decreto Nº 3158, de 23 de julho de 1981 com alterações do Decreto Nº 5280, de 23 de agosto de 1985.” Disponível em [http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazinho/web/BairrosCariocas/main\\_bairro.asp?area=032](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazinho/web/BairrosCariocas/main_bairro.asp?area=032). Acessado dia 19.06.17.

disso, conforme temos em nosso título – e o leitor já deve ter percebido, não trataremos de *A Normalista*<sup>10</sup>, mas sim de *as Normalistas*, indo em contrapelo às leituras sobre o tema.

Destarte, decorre dessa reflexão a nossa hipótese:

A identidade *das Normalistas* do Rio de Janeiro não pode ser considerada uma construção oriunda apenas dos “anos dourados”, conforme apontam as formulações cristalizadas, mas, por outro lado, o resultado de um processo de tensões e mudanças na cultura política regional em um contexto de massificação da educação, de criação de novas Escolas Normais, de integração de áreas do subúrbio ao centro urbanizado da Cidade e de transições no que diz respeito aos privilégios e ao *status social* do professor primário entre os anos 1920 e 1970.

Cabe ressaltar, em tempo, que ao seguir na linha de pesquisa do PPGE/ UFRJ *História, Sujeitos e Processos Educacionais*, desenvolveremos nossa investigação no âmbito da *história* das instituições (Curso Normal/ Escolas Normais), dos *sujeitos* envolvidos no contexto político do recorte que realizamos e dos *processos educacionais*, que dizem respeito aos projetos, modelos e ações na área de formação de professores, particularmente o Curso Normal.

No desenvolvimento de nosso estudo, devemos também conseguir abordar objetivos específicos:

- a) Estudar como se deu a construção da imagem da Normalista até a primeira metade do século XX e problematizar a ideia dos chamados “anos dourados”;
- b) Compreender como esse modelo de formação de professores de nível médio se desenvolveu entre os anos 1930 e 1950, conhecendo os seus signos de prestígio, seus benefícios, os interesses dos grupos envolvidos, bem como a construção da imagem da normalista;
- c) Reconhecer o contexto da atuação de políticos locais no avanço da rede de Escolas Normais na virada da década de 1950 para 1960 em direção ao subúrbio;
- d) Estudar as transformações da cultura política nacional entre os anos 1950 e 1960 e os efeitos nas Escolas Normais por meio das tensões sociais e da legislação promulgada;

<sup>10</sup> A citação é uma referência ao clássico da literatura: CAMINHA, Adolfo. *A normalista*. 3. ed. São Paulo: Editora Jornal dos Livros, 1950. Entretanto, ao adotarmos “As Normalistas” estaremos fazendo referência aos diversos momentos e identidades que encontramos neste trabalho sobre dessas estudantes no Rio de Janeiro ao longo de quarenta anos de história.

- e) Reavaliar a identidade das normalistas e se houve impacto na demanda pelas Escolas Normais diante do fim do privilégio dos alunos das escolas oficiais públicas em ascender automaticamente ao serviço público em 1969;
- f) Reexaminar as Leis que descaracterizaram a Escola Normal a partir do Decreto-Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, dentro do contexto de educacional de transformações da imagem do professor normalista da ditadura civil-militar.

\*\*\*\*\*

Em nossos procedimentos teórico-metodológicos, resumidos agora a partir do exame de projeto e da qualificação as quais submetemos nossos estudos, destacamos que nossa pesquisa se realizou dentro do escopo de instrumentos que nos é oferecido pela *Nova História Política* (RÉMOND, 2003; CARDOSO, 2012). A escolha desse modelo de análise historiográfica não se deu por acaso, mas sob a ideia de atender a um olhar específico que lançamos sobre as transições que o Curso Normal (considerando as Instituições e os Sujeitos) enfrentou entre as décadas de 1930 e 1960. Trata-se não apenas de lançar luz sobre as cinco Escolas Normais da cidade do Rio de Janeiro ao passo que percebemos que suas histórias são ofuscadas pela grande quantidade de pesquisas realizadas recorrentemente sobre o Instituto de Educação, mas também de trazer à luz diferentes Instituições e sujeitos políticos, seus interesses e as suas manobras dentro de um cenário político que envolve as esferas federal, estadual e municipal brasileiras.

Desta forma, ao usarmos a *História Política*, estaremos fazendo *jus* ao que René Rémond (2003) chamou de *Nova* quando estivermos estudando o jogo político que envolve as classes médias e as classes mais baixas da sociedade carioca no tocante as suas atuações, seus anseios, a relação com os políticos e com a mídia (marcadamente de jornais impressos na época). Também estaremos usando essa teoria, quando fizermos análises envolvendo “o governo e a administração pública, as relações internacionais (...), o comportamento político e as políticas públicas”, conforme ilustrou o historiador Ciro Flamarión Cardoso no livro *Novos Domínios da História* (2012). A *nova história política*, portanto, influenciada pelos preceitos da *história renovada*, abre em nossa pesquisa maior leque de estudos no tocante aos objetos e fontes a serem usados em nosso trabalho como pesquisador.

Com base em nossas propostas já citadas anteriormente, estaremos realizando um estudo de história política em uma longa duração, o que é descrito por Ciro Flamarión Cardoso (2012) como característica de estudo de uma *Cultura Política*. Em outras palavras, uma *cultura política* é caracterizada por um pensamento político com duração extensa, quando comparada a algum século ou mesmo a história de um país ou região. Em uma tentativa de definição do conceito, a antropóloga Karina Kuschnir e o cientista político Leandro Piquet Carneiro, sustentam um posicionamento com referências às obras dos cientistas políticos Gabriel Almond e Sidney Verba, que cunharam o conceito nos anos 1960. Segundo Kuschnir e Carneiro, a “cultura política refere-se ao conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores” (1999, p. 23).

Embora esse não seja o foco do nosso trabalho, devemos ressaltar, mais especificamente, que falamos de uma *cultura política* que se desenvolve a partir da Revolução de 1930, estendendo-se pelos anos 1950. Naturalmente, como nos estenderemos pelos anos 1960, trataremos também das transições e da construção de novas *culturas políticas*, que impactarão sobre os sistemas educacionais, ou mais especificamente, para nós, no modelo educacional do Curso Normal na cidade o Rio de Janeiro.

Ciro Flamarión Cardoso (2012) também destaca que toda cultura política tem um evento formador e a constituição de um “círculo e pensamento”. Neste estudo apontamos tal evento formador e “círculo de pensamento” a constituição de leis entre o final dos anos 1920 e anos 1930, o estabelecimento dos símbolos (o que inclui o prédio-monumento da ENDF) das Escolas Normais, além do fortalecimento do Curso Normal, da imagem da Normalista e da constituição de um *ethos* específico a partir da ação da Instituição Escolar sobre esses indivíduos.

Conforme citamos, aliado ao modelo historiográfico adotado, usaremos para a análise as categorias de Instituições Escolares e Programa Institucional, pois percebemos também que a história das *Instituições Escolares* caracteriza-se por ser um processo epistêmico que medeia os campos de estudo da memória e do arquivo, exatamente como escolhemos nos aprofundar. Da mesma forma que nos posicionamos, François Dubet aponta que “se chamará instituição as organizações, os costumes, os hábitos, as regras de

mercado, as religiões... (...) As instituições então são maneiras de ser, objetos, maneiras de pensar (...)” (2006, p. 30, tradução nossa).

Contudo, o eixo principal do trabalho é a categoria *identidade*. Essa escolha tornou-se importante para desenvolver a ideia de que a construção identitária dessas normalistas vai além dos “anos dourados”, pois segundo Claude Dubar, *identidade* é o “resultado de um só tempo estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, (...) que conjuntamente, constroem indivíduos e definem as instituições” (2005, p. 136). Em Dubar, a construção de uma identidade está intimamente relacionada a dois movimentos: a *atribuição* e a *identificação*. No primeiro caso, a atribuição, ocorre a imposição de uma instituição ao indivíduo, fazendo-o identificar-se – forçosamente ou não – ao conjunto de práticas e valores utilizados desde um momento anterior por tal instituição. Já no segundo, estão envolvidas questões de pertencimento e relacionamento que muito tem a ver com a localidade, o meio e os hábitos daqueles com quem os alunos se relacionam. A construção da identidade da normalista, sua imagem e seu prestígio social, passam pelas relações de atribuição e identificação a partir das instituições, bem como pelas influências das regiões as onde as unidades foram instaladas. Tais estudos, em grande medida, serão realizados a partir de uma triangulação realizada entre a documentação, a bibliografia especializada e a memória dos sujeitos entrevistados.

Portanto, não poderíamos nos esquivar do uso da categoria *Memória*, uma vez que decidimos buscar entrevistas de ex-alunos e ex-professores, ex-diretores e até um vendedor de joias para as Escolas Normais. Didaticamente, um dos primeiros passos antes mesmo do contato com o primeiro entrevistado, foi entender as diferenças entre *História* enquanto campo de pesquisa e a *Memória* enquanto fonte para tal campo de pesquisa ou, como Le Goff (1996) coloca em seu verbete sobre *Memória*: memória histórica e memória social.

Contudo, não nos utilizamos apenas de técnicas ao produzir entrevistas com base nas informações trazidas pelas lembranças de nossos depoentes. No procedimento das entrevistas, acreditamos que será melhor adotar um tipo de questionamento conhecido como *temático*, isto é, focaremos nossas falas em um período específico e em um tema singular para que possamos conhecer mais sobre a escola, o modelo de formação no período histórico que decidimos estudar. Logo, queremos de nossos entrevistados uma narrativa das conjunturas, dos acontecimentos, da participação na história das unidades escolares, sem, no entanto, restringi-los a falar apenas sobre as suas experiências.

Embora o registro de vídeo ainda não seja um requisito imprescindível para a metodologia de História Oral, decidimos por gravar nossas entrevistas, por considerarmos que no futuro possam servir como fontes para outros estudos. Como é o caso das discussões que envolvem diferenciadas perspectivas sobre a qualidade das fontes orais, pois muitos autores creditam apenas ao vídeo gravado o status de verdadeiro documento a ser analisado pelo historiador (PORTELLI, 1997). Certamente, para nós, o uso do *teipe* constituiu um diferencial nas interpretações dos gestos, das pausas curtas ou prolongadas, nas hesitações diante de perguntas mais complexas ou constrangedoras, nos olhares laterais e nos sorrisos sem sons. A linguagem do corpo passou, portanto, a fazer parte das respostas, explicações e reconstruções que os nossos entrevistados realizavam ao evocar suas lembranças.

Essa preocupação também se dá quanto à análise das fotografias apresentadas, pois em todas as nossas entrevistas tivemos contato com uma abundância de imagens sobre o período que estudado. Para avaliá-las teremos como base os procedimentos apontados por Ana Maria Mauad, em seu artigo *Através da Imagem: fotografia e História Interfaces*, publicado na Revista *Tempo*, em 1996; o artigo de Milton Gurin, intitulado *Fotografar para descobrir, fotografar para contar*, publicado nos Cadernos de Antropologia e Imagem, no ano de 2000, além do clássico livro de Peter Burke, *Testemunha Ocular* (2004).

Ao fazer uso das ideias propostas por Ana Maria Mauad (1996), teremos como ponto de partida a compreensão da natureza técnica do ato fotográfico, a sua característica de marca luminosa, daí a ideia de indício, de resíduo da realidade sensível impressa na imagem fotográfica. Em virtude desse princípio, a fotografia é considerada como testemunho: “atesta a existência de uma realidade. Como corolário deste momento de inscrição do mundo na superfície sensível, seguem-se as convenções e opções culturais historicamente realizadas” (MAUAD, 1996. p. 4).

Para análise dos documentos escritos, especialmente os atos legislativos, usaremos como referência o capítulo *A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação*, escrito por Luciano Mendes de Faria Filho e que integra o livro por ele organizado (FARIA FILHO, 1998). Essa obra será notadamente aproveitada no estudo das principais leis selecionadas, dentre elas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 (Lei n.º 4.024) e a Lei 5.692 de 1971, entre outras. Mas nesse processo,

sabemos que portarias, normas e regimentos deverão ser examinados, como é caso da Lei n.º 1 do Estado da Guanabara<sup>11</sup>, que veta o acesso automático de alunos do curso ginásial do Instituto de Educação ao curso normal da mesma instituição ou o Parecer I-006, de 29 de dezembro de 1969, que elimina o privilégio das normalistas de ascender do curso normal ao funcionalismo público sem a necessidade de concurso.

O uso da obra de Faria Filho (1998) também poderá nos auxiliar nas pesquisas que realizamos em acervos físicos, bem como os digitais. Um exemplo deste último é da Hemeroteca Digital (<http://bndigital.bn.br/>), pertencente à Fundação Biblioteca Nacional. Nesta página de documentos públicos procuramos por informações em periódicos como Tribuna da Imprensa, Diário Carioca, Diário da Noite, Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Diário de Notícias e Última Hora. Tais jornais foram escolhidos pelo público-alvo comum, as classes médias cariocas, os seus interesses e os seus anseios, da mesma forma como é pensada a análise de periódicos pelas historiadoras Tania de Luca (2005) e Raquel Campos (2012), que tratam mais especificamente da análise de periódicos. Especialmente, buscamos nesses periódicos entender a mobilização das normalistas refletidas na política, através das pressões exercidas sobre os poderes legislativo e executivo, para verem atendidas suas reivindicações.

## A Estrutura da Tese

A partir das nossas primeiras questões e dos procedimentos teóricos que decidimos adotar, adotamos uma periodização interna que divide o estudo em três partes, além de um ponto especial de apresentação, no início, e outro à guisa de conclusão no final de nosso estudo.

Na apresentação, apontamos nossas inquietações iniciais, que serviram como força motriz para buscarmos conhecer mais sobre a história da formação de professores em modalidade Normal na cidade do Rio de Janeiro, por meio de suas Escolas. Neste ponto em especial, começamos a pensar o título de nosso trabalho, que, necessariamente, deveria fazer referência às histórias, às memórias e às tensões que tivemos contato nestes três anos de estudo sobre o tema. Igualmente importante foi citar de alguma forma a nossa hipótese de que a identidade das discentes que frequentam as unidades de ensino da cidade não era

<sup>11</sup> S/N. Instituto de Educação. CORREIO DA MANHÃ. Estado da Guanabara. p. 8. 06.04.61. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado em 11.12.15.

uma ao longo das décadas que nos propomos estudar, mas, identidades que envolveram diferentes bairros do Distrito Federal, em diferentes momentos da existência da Capital.

Internamente, isto é, na estruturação do trabalho, a decisão de uso de termos como *alquimia*, *transmutação*, *ouro (dourado)* e *chumbo* não se deram sem motivo. Evidentemente, essas escolhas também estão ligadas à apresentação que realizamos nesta tese no tocante ao anel e à estrela como símbolo do Curso Normal, além do prestígio e das identidades das Normalistas, em mutação ao longo das décadas de 1920 a 1970. As três partes desta tese farão referência direta àqueles termos, que, reunidos, formarão a seguinte sentença: *Uma alquimia invertida: os ‘anos dourados’, as transmutações da Escola Pública e os ‘anos de chumbo’ das Normalistas do Rio e Janeiro*. Cada uma dessas partes contém capítulos de modo a melhor distribuir e organizar os temas, além de tornar a leitura deste trabalho acadêmico mais palatável. Naturalmente, em todos eles, os objetivos específicos envolvendo políticas educacionais, legislação, instituição e identidade estarão presentes.

Na Primeira Parte, com uma periodização que se inicia em 1928 até 1955, sob o título *Uma alquimia invertida: os ‘anos dourados’*, trataremos dos objetivos *a*, e *b* com maior ênfase. Desta forma, poderemos entender melhor como a imagem que ainda se mantém viva na memória das pessoas da qualidade de ensino das Escolas Normais remete-se à figura construída da normalista. Esta seção está dividida em dois Capítulos, onde, respectivamente, problematizamos a ideia de ‘anos dourados’, tratamos da identidade e dos benefícios concedidos às normalistas, examinamos a consolidação das escolas normais, bem como a cultura política do país que proporcionou o crescimento da rede escolar dessa modalidade de ensino.

Já na Segunda Parte, entre 1956 e 1961, com o título *As transmutações da escola pública*, com estrutura similar de dois Capítulos, nos dedicamos a estudar um período de transição, posto que percebemos mudanças na imagem da normalista. Neste período, acreditamos que as representações da normalista não só já estão construídas, como se tornaram parte do imaginário popular. Estão mais presentes neste Capítulo os objetivos específicos descritos nas letras *c* e *d*, onde se destacam o crescimento da rede de Escolas Normais e as transformações nas políticas educacionais, isto é, destacamos aqui um aceno de que a cultura política, característica das décadas anteriores, começa a dar sinais de mudanças. Nesse sentido, além de estudar *O sonho ao alcance de quase todos*,

analisaremos também a mudança de Capital Federal, que se transfere do Rio para Brasília, ocasionando situações em que o tradicionalismo da Escola Normal é posto em discussão diante da ideologia de nação moderna e desenvolvida.

Neste ponto iniciamos a Terceira Parte, entre 1962 a 1973, também com dois capítulos, *E os ‘anos de chumbo’ das normalistas do Rio de Janeiro*. Ao iniciarmos este capítulo com ênfase nos objetivos *e* e *f*, problematizaremos a atuação de Carlos Lacerda como primeiro governador eleito do Estado da Guanabara, a quem se atribui a construção de muitas escolas, mas pouco se discute as condições em que tais unidades são entregues à população. Com maior ênfase, entretanto, discutiremos a quebra dos privilégios das normalistas em se tornarem servidoras públicas automaticamente ao final do curso, em um período crucial da ditadura civil-militar, além da perda da nomenclatura de “Escola Normal” nas unidades do Rio de Janeiro.

Por fim, o capítulo conclusivo, no qual revisaremos nossos objetivos e avaliaremos se a nossa hipótese será confirmada ou não. Também refletiremos sobre alcance do estudo realizado no doutorado, pensando em apresentar perspectivas para o desenvolvimento de outras pesquisas que tenham como foco o Ensino Normal, suas instituições, sujeitos e práticas.

Destarte, esperando que a exposição da estrutura dessa tese tenha alcançado nosso intuito de atrair o leitor para o estudo acerca da história do ensino normal no espaço e recorte temporal escolhidos, o convidamos a embarcar nessa narrativa, fruto de trabalho e reflexão sobre essa modalidade de ensino, que ainda se faz presente no imaginário social carioca e consta como símbolo da qualidade de ensino na Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro.

## **PARTE I**

### *Uma alquimia invertida: os ‘anos dourados’;*

---

O historiador inglês Eric Hobsbawm inicia um dos muitos capítulos de seu livro *A era dos extremos* (2002) com o título “Os anos dourados”. Trata-se de um epíteto que veio a se tornar senso-comum sobre a qualidade dos anos que decorrem ao final da Segunda Guerra Mundial. De modo geral, o autor descreve o desenvolvimento econômico, político, social e científico que animou os países ocidentais até o início da década de 1970. Entretanto, a adoção de tal designação tem sido usada de maneira imprecisa, principalmente em se tratando de países em desenvolvimento como o Brasil, pois, segundo o próprio Hobsbawm “é evidente que a Era de Ouro pertenceu essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos, que, por todas essas décadas, representaram cerca de três quartos da produção do mundo, e mais de 80% de suas exportações manufaturadas” (p. 255).

Desta forma, muitos historiadores brasileiros lançaram mão desse mesmo título como periodização para nossa economia, nossa política, cultura, liberdade de imprensa e até para estudar os desdobramentos educacionais decorrentes das leis publicadas entre a segunda metade da década de 1940 e os anos iniciais dos anos

1970. Em alguns exemplos de nossa pesquisa geral sobre tal expressão, encontramos casos como o da historiadora e editora Carla Bassanezi Pinsky, que em seu livro *Mulheres dos anos dourados* (2014), definiu seu período de estudo entre os anos de 1945 – 1964. Já no caso do cientista político Fernando Lattman-Weltman, ao escrever *A imprensa carioca nos anos 50: Os anos dourados*, marcou todos os anos 1950 como os de maior crescimento e liberdade da imprensa brasileira, considerando-o como júbilo da imprensa nacional. Seguindo esse pensamento – e ao mesmo tempo ausência de padrão –, o doutor em economia André Arruda Villela, ao escrever o artigo *Dos “Anos Dourados” de JK à crise não resolvida (1956 – 1963)*, presente no livro *Economia Brasileira contemporânea* (2004), deteve-se apenas a aspectos da economia nacional, embora evidentemente tivesse considerado o ano do golpe civil-militar (1964). A cientista política, Mônica Kornis, ao identificar o espírito otimista do governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1960), descreveu que esse foi o auge de um processo que se iniciou nos anos 1940 com a redemocratização, expansão educacional e a entrada de uma série de ideias e produtos vindos dos Estados Unidos (KORNIS, s/d). Por outro lado, a historiadora da educação Ângela Martins, com a tese *Dos anos dourados aos anos de zinco: análise histórico-cultural da formação do educador no Instituto de Educação do Rio de Janeiro* (1996) estabeleceu como período dos “anos dourados” para a formação de professores os anos que se iniciam em 1945 e terminam em 1960.

Antes mesmo da produção dessas pesquisas, no ano de 1991, outra historiadora, Ângela de Castro Gomes, já havia apontado que é difícil estabelecer com exatidão marcos para quando se inicia ou quando termina esse período. Portanto, considerando que esta seja a era de surgimento da Bossa Nova, com a canção *Chega de Saudade* (MORAES; JOBIM s/d), bem como da primeira Copa do Mundo vencida pelo Brasil, embalada por *A taça do mundo é nossa/ com brasileiro não há quem possa* (MAUGERI; et al, s/d), período também do afamado *desenvolvimentismo*, em grande parte reflexo do plano *50 anos em 5* e da instalação de fábricas como as de automóveis, do crescimento da euforia e de uma esperança fortemente calcada na atuação da imprensa que atingiu em cheio o povo brasileiro (FERREIRA; DIAS, 2001).

Mesmo diante desses acontecimentos, ao delinear o conteúdo do livro *O Brasil de JK*, Gomes demonstrou o mesmo que apontamos nos parágrafos anteriores ao abordar diferentes trabalhos que usam a temática dos “Anos Dourados”: não existe unanimidade

sobre as interpretações de como foi a “Era de Ouro”. Assim, essa problematização inicial que trouxemos, melhor desenvolvida no decorrer dessa Parte, introduz a provocação de deixar “ao leitor a tarefa de escolher qual a cor dos anos dourados” (GOMES, 1991, p. 8).

## CAPÍTULO 1

### A PEDRA FUNDAMENTAL: HUMANISMO, RELIGIOSIDADE E CIENTIFICIDADE

A relação da Escola Normal com a atuação de educadores católicos é algo tão difícil de separar, seja do ponto de vista teórico ou empírico, quanto foi – e ainda é – a relação entre a o Estado e a Igreja no Brasil. Tratamos disso superficialmente em nossa *Apresentação*, ao escrevermos sobre a simbologia do anel e as origens da Escola Normal. Nos próximos itens, escrevermos sobre a conformação da imagem da normalista com a ideia de delicadeza e pureza, além da imputação de deveres relacionados às mudanças sociais que a normalista assumia no ato de sua formatura, função que lhe cabia como *missionária*, seja da fé cristã, seja dos preceitos científicos.

Evidentemente, tal proposição adotada pela Escola Normal é baseada na *escolástica*, que originalmente significa “doutrina” ou “filosofia da escola”. A *escolástica*, por sua vez caracteriza-se como o esforço de “levar o homem a compreender a verdade revelada” (ABBAGNANO, 2007: p. 344) ou ainda, “conciliar os dogmas da fé cristã e as verdades reveladas nas Sagradas Escrituras com as doutrinas filosóficas clássicas, destacando-se o platonismo e o aristotelismo” (JUPIASSÚ et al, 2006: p. 90). Essa filosofia não foi simplesmente levada para o interior do Estado brasileiro como em uma conveniência política em que se adotam determinadas ideias, mas se formou junto com ele, durante o processo de colonização e, posteriormente, cresceu quando o país se tornou um Império. Assim, foi nessa condição em que Estado e Igreja Católica formaram uma só entidade a sustentar o Império, a ocasião em que surgiram as primeiras iniciativas de ensino Normal no Brasil; nascidas, portanto, no interior do pensamento religioso fortemente presente nas famílias brasileiras (GONDRA & SCHUELER, 2008).

Não obstante, mesmo com a implantação da República e a separação oficial da Igreja e do Estado brasileiro a partir de 1889 (CF de 1891), as disputas que envolviam a influência católica nas Escolas manteve-se durante a primeira metade do século XX. Desta forma, a Escola Normal continuou sendo uma instituição percebida pelo Estado laico como necessária para o fomento das forças produtivas do país, apesar de manter-se profundamente enraizada na fé e na liturgia católica.

Ora, estudar esse modelo de ensino e abordar suas mudanças são essenciais para compreender como tal instituição atuou em diferentes contextos históricos e políticos em

nosso país. Dessa forma, entender o paradigma humanístico e o esforço escolástico para aliar filosofia clássica à fé cristã, intrínseco ao ensino da Escola Normal, ao menos durante a maior parte do século XX, é também estudar como se deu o percurso desse modelo de ensino no Brasil.

A história da Escola Normal está associada à necessidade da profissionalização dos docentes num tempo de institucionalização da instrução pública no mundo moderno que se construía sob o signo da ordem social burguesa. Neste contexto, as Escolas Normais como *lócus* especializado em formar professores para o ensino primário, têm sua história perpassada por toda uma conjuntura sócio-política, que como se pode perceber, vai além de questões de cunho meramente pedagógico (SCHAFFRATH, 2008, p. 146).

Destacamos isto por que, já na próxima Parte, será importantíssimo abordar novamente esse assunto quando despontarem as primeiras ideias tecnicistas a tomarem o cenário político-educacional, fruto da mudança da cultura política brasileira.

Há diferentes opiniões sobre uma possível definição da origem temporal das *ideias humanísticas*, base da formação do Curso Normal. No tocante ao conceito, a definição é igualmente complicada. No entanto, indiferentemente ao tempo ou ao espaço, o Humanismo é um pensamento em que é creditado ao homem a capacidade de escrever, descrever e pensar a realidade baseando em sua própria razão e criticidade. Na modernidade, para nos mantermos dentro do período em que a Escola Normal foi criada – e também época em que relacionamos a questão das estrelas dos anéis das normalistas na apresentação desta tese, o termo *humanismo* ganhou dois sentidos particulares. No primeiro, dentro da filosofia, “designa toda doutrina que situa o homem no centro de sua reflexão e se propõe por objetivo procurar os meios e sua realização” (JUPIASSÚ et al, 2006, p. 136). Já no segundo sentido, caminho pelo qual acreditamos que tenha se realizado a Escola Normal, aponta que “na linguagem universitária [acadêmica], designa a ideia segundo a qual toda formação sólida repousa na cultura clássica (chamada de humanidades)” (Idem).

Na história da educação brasileira, podemos perceber a aproximação de alguns dos nomes que influenciaram o percurso da Escola Normal com essa ideia de humanismo, como é o caso de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Ao escrever *A transmissão da*

*cultura: parte 3* (1943), Fernando de Azevedo aborda o humanismo de forma a realizar um desenho elitista dessa forma de pensamento:

A cultura humanística, que nunca foi democrática, satisfazia aos gostos de uma aristocracia rural e da burguesia urbana, que nela procuravam exatamente esse princípio de refinamento ou de qualidade, inerente a toda cultura superior, e com que se marcava mais fortemente a distinção de classes. Floresceu à sombra da casa grande, na primitiva estrutura da família patriarcal, com seus senhores de engenho e seus filhos, padres e doutores, e instalou-se no sobrado, quando se iniciou, por efeito da urbanização, como observa Gilberto Freyre, a separação dos dois tipos de família, - a família patriarcal desagregada (sobrado) e a família operária incipiente (mocambo), mantida essa quase no mesmo obscurantismo em que se arrastava a escravaria as senzalas e das cidades (AZEVEDO, 1943, p. 428).

Entretanto, apesar da identificação com certo sectarismo, a proposta dos educadores da Escola Nova não era exatamente abrir mão dessa filosofia. Esse grupo buscou então integrar a perspectiva elitista que faz do ensino humanístico um ensino para a formação de intelectuais ao ensino profissional, historicamente no Brasil, destinado às classes populares. Baseando-se nessa linha de raciocínio, Clarice Nunes (2010), ao analisar as influências de outro pensador da Escola Nova, Anísio Teixeira, apontou que a categoria “Reconstrução” é a chave para entender o seu pensamento e a sua atuação como educador. Tal chave tem origem no pensamento do filósofo John Dewey, ao qual Teixeira teve acesso entre nas primeiras décadas do século XX e, por conta dela, possibilitou o abandono dos paradigmas de sua formação jesuítico-escolástica e autoritária em direção à ideia de educação científica como fonte da modernidade e da democracia.

“Para Dewey as mudanças sociais seriam o único meio de forçar novas personalidades. Por esse motivo, para ele [Teixeira] era importante analisar as instituições à luz e seus efeitos educativos e não separar a política da moral” (NUNES, 2010, p. 44). O “ponto ótimo” dessa reconstrução/mudança social no pensamento de Anísio Teixeira é justamente a formação do professor, na perspectiva de mistura conteúdo intelectual, até então característico da formação das Escolas Normais e da prática da sala de aula, um tipo de laboratório experimentado no ensino superior, capaz de transformar a realidade onde as classes mais carentes se encontram. Nas palavras de Anísio Teixeira, em palestra que ganhou o título de *O Humanismo Técnico* (1954),

Tempos houve em que toda a educação tinha que ser dada pelas letras clássicas, mas a época que defendeu e praticou essa tese não tinha outro ensino senão o clássico, única cultura intelectual existente na época. Um homem só poderia formar-se por intermédio dessa Cultura. Depois do desenvolvimento científico da humanidade e da criação da Indústria, com a aplicação científica à vida humana, depois que a produção humana passou a ser racionalizada, o ensino da ciência aplicada é tão formador da humanidade como qualquer outro método. (...) A técnica moderna proporciona, com a produção humana, a todos os homens o conhecimento da natureza, o conhecimento técnico. Nenhuma outra educação será capaz de formar melhores humanistas. Os dualismos existentes entre educação social e humanística, antiga e moderna, teoria e prática, estão completamente superados. Não existe ensino prático sem teoria e nem ensino teórico sem a prática, pois formar técnicos sem prática, seria formar homens que não sabem coisa nenhuma (TEIXEIRA, 1954).

Portanto, colocados aqui alguns posicionamentos para que possamos entender o caminho que esse modelo de ensino institucionalizado irá tomar, mas precisamos ainda abordar uma questão que consideramos chave para o crescimento da Escola Normal no Brasil. Trata-se do estabelecimento de alguns dos primeiros signos de prestígio da Professora Normalista<sup>12</sup>. Para isso, devemos retornar, brevemente, a dois momentos-chave do ensino normal na capital do país: Na Corte Imperial, com o estabelecimento de um direito que irá marcar a história dessa instituição no Brasil e nas primeiras décadas da Primeira República, quando o mais poderoso distintivo da normalista foi criado: o seu uniforme.

### **As crianças de ‘futuro garantido’: do ginásial ao funcionalismo público**

Em estudo clássico, António Nóvoa (1991) assinala que um dos momentos-chave da história da profissão docente remete-se ao século XIX, quando se consolida a secularização do ensino sob responsabilidade do Estado, o que já vinha ocorrendo desde finais do século anterior. Nesse momento surge um novo corpo de docentes recrutados e vigiados pelo poder estatal exigindo-se deles o domínio de um *corpo de saberes* e de um *saber-fazer específico*, ou seja, o ensino torna-se assunto de *especialistas*. Deste modo, passa-se a exigir também do professorado um conjunto de normas e valores que passarão a compor sua identidade, essas normas e valores serão fortemente influenciadas por crenças

<sup>12</sup> Professora Normalista é uma expressão usada pelos periódicos para designar a professora primária recém formada pelas Escolas Normais do Estado da Guanabara.

e atitudes morais e religiosas. Assim sendo, apesar de subordinados ao Estado, os docentes ainda conservarão um perfil próximo ao do sacerdote. Mais do que isso, o perfil identitário dos professores primários desta época aponta para uma formação exclusiva de rapazes (PIMENTA, 1992).

A partir do estabelecimento de concursos e exigência da licença para ensinar, a profissão passa a ser carregada de *intencionalidade política*, pois os professores são portadores de mensagens que se alinham em torno dos ideais nacionais. O século XIX, portanto, assiste a um movimento de laicização do ensino e de demanda por escolarização provocando o controle do Estado sobre os docentes, que são compelidos a realizar uma formação específica, especializada e longa por meio das Escolas Normais. Estas serão lugares de produção e reprodução de um corpo de saberes e de um sistema de normas próprios à profissão docente. Na visão de Heloísa Villela (1990), tais práticas e valores promoveram a substituição do “velho” mestre-escola pelo “novo” professor. As Escolas Normais, portanto, dispunham de um poder somente concedido à Igreja e ao Exército: o poder de formar seus agentes.

Ao descrever a criação e implementação da Escola Normal na capital brasileira do século XIX, Lopes (2012) observa que já existia no seio do Império a ideia de “elevar o povo da capital à esfera dos países civilizados” (p. 113). Para tal, seriam necessários maiores investimentos da área da educação, o que incluía tornar a carreira do magistério uma ocupação mais atraente. Uma dessas medidas, segundo identificamos, foi a criação de um procedimento que garantisse o acesso automático de professores ao serviço público.

Relacionando tal garantia de emprego vitalício ao serviço público em relação ao trabalho docente, os artigos 22 a 24, do decreto 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, versavam sobre a nomeação de professores:

Art. 22. A nomeação dos professores públicos será feita por Decreto Imperial.

Art. 23. Em igualdade de circunstâncias preferirão para o provimento nas escolas:

§ 1º Os professores das do primeiro grão para as do segundo, tendo leccionado com distinção por três anos.

§ 2º Os professores adjuntos que ainda não estiverem nas circunstâncias do Art. 39 [exames de finais realizados pelo Inspetor Geral], mas houverem praticado satisfatoriamente por três anos.

§ 3º Os professores particulares que por mais de 5 anos tenham exercido o magistério com reconhecida vantagem do ensino.

§ 4º Os Bachareis em letras, e os graduados em qualquer ramo da instrução superior do Império.

Art. 24. O provimento em qualquer cadeira, guardadas as regras precedentes, será considerado vitalício, depois de 5 annos de effectivo serviço (BRASIL, 1854).

Embora o parágrafo quarto do artigo 23 acenasse para a contratação de profissionais com a titulação superior em qualquer área de instrução, devemos destacar que grande parte desses novos servidores públicos não tinham a formação adequada para atuar em sala de aula. Nesses casos, como podemos ver nos parágrafos terceiro e quarto do art. 23, os professores eram pessoas de notório saber que haviam sido escolhidos para assumir os cargos do magistério nas comarcas em que residiam.

A fim de mudar essa situação, ainda segundo Lopes (2012), o artigo 19 do Regulamento de Ensino publicado em 18 de janeiro de 1877 afirmava que os professores adjuntos efetivos ou interinos deveriam, obrigatoriamente, cursar a Escola Normal da Corte para permanecerem no exercício do magistério primário. Aqueles que não o fizessem, ou que ficassem reprovados nos exames por duas vezes, poderiam ser destituídos de suas funções de servidores públicos. Para a autora, essa ação do governo aumentou a demanda pela Escola Normal, afinal, ser ou se manter professor da capital do Império, estava agora condicionado a uma formação longa e sistemática obtida a expensas do Estado. Ainda assim, a lei não se cumpriu, pois, a par dessa formação institucionalizada tornada necessária por lei, professores continuavam sendo formados “na prática”, ou seja, iniciavam a carreira como auxiliares dos professores efetivos e a partir desse contato com a prática docente tornavam-se adjuntos interinos<sup>13</sup>.

Apenas três anos depois, em 1880, através do Decreto n.º 7.684 de 6 de março de 1880, o Imperador D. Pedro II inaugurou a Escola Normal da Corte<sup>14</sup>, trazendo ao Rio de Janeiro a experiência de escola mista, onde 87 rapazes e 88 moças passaram a estudar o Curso Normal (SILVEIRA, 1954). Dois anos depois, um relatório educacional apresentado ao presidente da província, dizia o seguinte:

Parece à comissão que o fato constante de ser a Escola Normal mais procurada por alunas do que por alunos, além de ser para o estabelecimento motivo justo de desvanecimento, indica que em próximo futuro a instrução e educação da infância será confiada em sua máxima parte a professoras, que certamente foram dotadas pela Providencia com

<sup>13</sup> Sobre esse tipo de formação, ver os trabalhos de Heloisa de Oliveira Villela, em especial VILLELA (1990).

<sup>14</sup> Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7684-6-marco-1880-546874-publicacaooriginal-61438-pe.html>. Acessado dia 9.10.16.

as qualidades mais apropriadas para o desempenho dessa tarefa. A comissão faz votos para que essa evolução se realize, e tem esperança que o governo, sem empregar meios diretos, saberá dar a direção conveniente para que não seja iludida<sup>15</sup>.

Parecia também haver preferência por moças no curso de formação de normalistas, pois o primeiro diretor da unidade, o tenente Benjamin Constant Botelho de Magalhães, um dos principais nomes do Positivismo no Brasil<sup>16</sup>, apontou que a profissão de professor era mais adequada às mulheres, posta a sua superioridade moral (HAHNER, 2011). No entanto, essa colocação não era feita de maneira a simplesmente reafirmar as qualidades femininas, mas ao contrário, vinha em um contexto de controle e submissão dentro do mercado de trabalho.

A influência do Positivismo quanto à necessidade de educar as mulheres foi bastante relevante. Os seguidores de Comte admitiam a inferioridade orgânica e intelectual das mulheres, mas as consideravam superiores do ponto de vista moral, o que as fazia merecedoras da abnegada e louvável missão de educar as crianças. Essas ideias, num primeiro momento, rompiam com as ideias anteriores de destinar à parcela feminina apenas a função de procriar, embora mantivessem a estreita relação professora-mãe (ALMEIDA, 2009).

Em 1888, no entanto, com o Decreto nº. 10.060, de 13 de outubro, o Império reiterou a necessidade da passagem desse profissional que, majoritariamente, se tornava feminina pela Escola Normal da Corte, como vemos abaixo:

Art. 166. Receberá o título de habilitação para professor ou professora das escolas públicas e instrução primária do município da Corte o alumno-professor que obtiver aprovação no exame de que trata o art. 142 [aptidão pedagógica].

Os títulos de habilitação serão passados conforme o modelo anexo ao presente Regulamento.

Art. 167. Esses títulos darão às pessoas habilitadas pela Escola [Normal da Corte] o direito de serem exclusivamente providas, independentemente de concurso, nas cadeiras públicas de instrução primária do município da Corte do 1º ou do 2º grau, e nos respectivos logares de professores adjuntos (BRASIL, 1888).

<sup>15</sup> PROVÍNCIA do Rio de Janeiro. *Relatório da comissão nomeada pela deliberação de 29 de março de 1882*. Ao presidente da província Bernardo Avelino G. Peixoto. Anexo A-1. Relatório ao presidente Bernardo Avelino Gavião Peixoto, de 1883. Rio de Janeiro: Tipografia Montenegro, 1883.

<sup>16</sup> Corrente filosófica de origem francesa, o positivismo negava o racionalismo e o idealismo em prol das experiências sensíveis, isto é, baseava-se exclusivamente nos dados concretos verificáveis durante a produção de conhecimentos.

Tornava-se, assim, obrigatória a passagem pela Escola Normal para os postulantes à carreira do magistério público primário. O regulamento de 1888 ainda trazia, em anexo, o modelo de requisição do título, com o qual o professor aprovado no exame pedagógico do último ano de formação, estaria habilitado a exercer o magistério nas escolas públicas de instrução primária do Município da Corte.

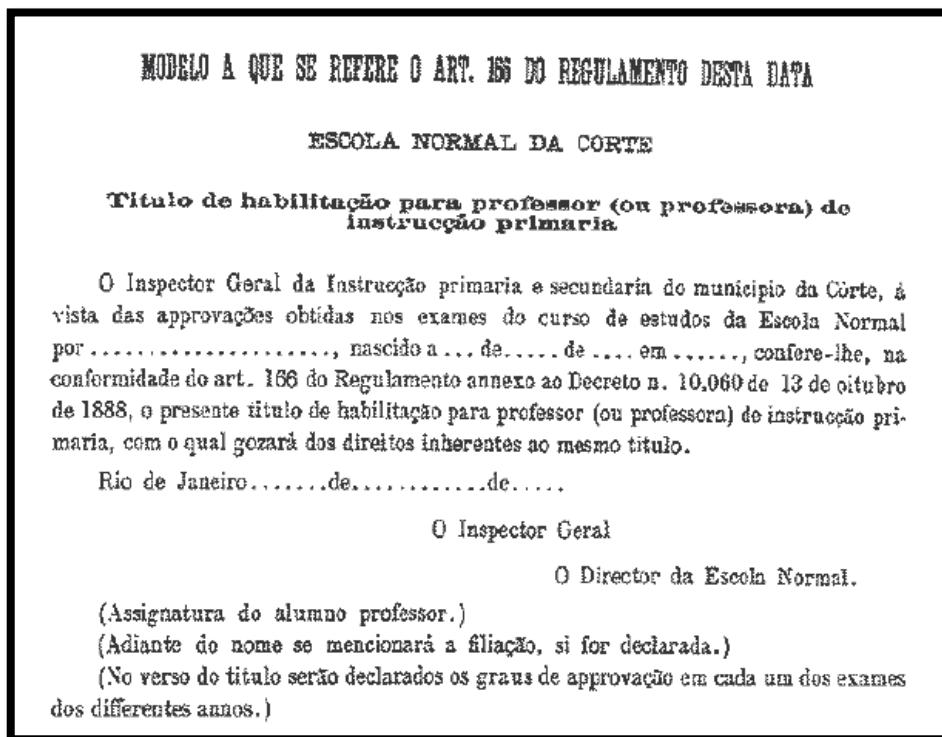


Figura 4 - BRASIL. Decreto n. 10.060 de 13 de outubro de 1888 que dá novo Regulamento à Escola Normal. Publicado como anexo C do Relatório do Ministro dos Negócios do Império, Antônio Ferreira Vianna. Apresentado à Assembleia Geral Legislativa, em 15 de maio de 1889. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1889, p. 1-36. Publicado também na: Coleção das Leis do Império do Brasil de 1888 – Parte II Tomo LI – Vol. II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1889, p. 343-381. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1374/000207.html>. Acessado dia 1.8.16.

O advento do regime republicano no ano seguinte não acarretou mudanças no ideal civilizatório do governo ou no trâmite do processo para se tornar professor do sistema público de educação. Em que pese a ideia de uma verdadeira transformação no país em uma “coisa pública”<sup>17</sup>, muitos órgãos públicos apenas mudaram a sua nomenclatura, como o caso da Estrada de Ferro D. Pedro II que se tornou Estrada de Ferro Central do Brasil na

<sup>17</sup> Significado sintético de “República”, advindo do grego clássico.

passagem de 1888 para 1889, adotando, inclusive, o emblema com as iniciais CB, como podemos ver logo abaixo.

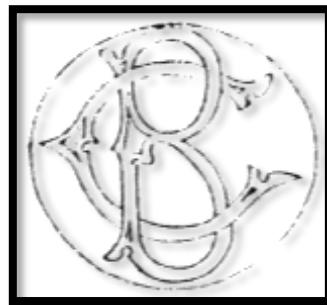


Figura 5 – Emblema da Estrada de Ferro Central do Brasil. Disponível em <http://vfco.brazilia.jor.br/>. Acessado dia 11.02.17.

Ao contrário dessa possível mudança, a passagem da Escola Normal da Corte para Escola Normal do Distrito Federal manteve o direito dos seus formandos, deslocou definitivamente as disputas pelo cargo de professor vitalício para o processo de formação de normalistas, ao mesmo tempo em que procedeu a uma reforma curricular que apresentou maior identificação com o incipiente processo de industrialização pelo qual passava o país<sup>18</sup>. Abaixo, o emblema da Escola Normal do Distrito Federal.



Figura 6 – Emblema da Escola Normal do Distrito Federal. Exposição “Um olhar sobre o Instituto de Educação!”. Curadoria: Sonia de Castro Lopes, novembro de 2009.

Aliás, o crescimento do quantitativo de mulheres viria a atender o pensamento moralista do positivismo ainda mais presente no Brasil republicano, pois como afirma Dubet, “a escola deve combinar a adaptação ao mundo e a educação moral, e, nesta perspectiva, a escola republicana não seria menos moral que a escola católica” (2006, p. 35, tradução nossa).

<sup>18</sup> A Reforma Rivadávia Correia, de 1911, introduziu disciplinas na formação de professores como Economia Nacional, História da Indústria e Indústria Contemporânea. Ver a respeito SANTOS, 2013.

A Escola Normal da Corte, inaugurada em 1880, transformada em Escola Normal do Distrito Federal nos anos seguintes, passou cinquenta anos sem ter um prédio próprio. Foi apenas no final de outubro de 1930, poucos dias após a Revolução que instalou o gaúcho Getúlio Dornelles Vargas no comando do país, que a instituição mudou-se definitivamente para o edifício situado na Rua Mariz e Barros, 273, na Tijuca (SANTOS, 2012; 2013).

Em 19 de março de 1932, pelo Decreto n.º 3.810, a *nova* Escola Normal do Distrito Federal tornou-se Instituto de Educação (PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, 1932) na mesma data em que se publicava o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, o que levou a historiadora Sonia Lopes (2006) a considerar o Instituto como a materialização da proposta de formação docente consubstanciada naquele Manifesto.

A partir da Lei Orgânica do Ensino Secundário, efetivada pelo Decreto-lei 4.244, de 9 de abril de 1942 (BRASIL, 1942), o termo “Ginásio” passa ser utilizado para definir o primeiro ciclo do ensino secundário, que era composto também do segundo ciclo, denominado “Colegial”. Ainda pertencente à lavra do Ministro Capanema, a Lei Orgânica do Ensino Normal, baixada pelo Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946, no segundo parágrafo do artigo 4º e no artigo 6º preconizam que a Escola Normal deverá manter um curso ginasial (BRASIL, 1946 b).

No período de criação de tal lei, o IE já possuía uma escola secundária com dois ciclos e o primeiro desses ciclos passaria a denominar-se ginasial, com duração de quatro anos, enquanto a Escola Normal Carmela Dutra, criada em 1946 (PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, 1946), acabara de incorporar o Ginásio Barão de Rio Branco<sup>19</sup>, que já existia antes dela, no endereço da Estrada Marechal Rangel, número 31 (atual Av. Edgard Romero, 31)<sup>20</sup>.

No ano de 1950, o prefeito Mendes de Moraes, além de atribuir a si mesmo a competência de determinar o quantitativo de vagas no IE e na ENCD (PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, 1950), também definiu que as duas unidades de Ensino Normal recebessem diretamente os alunos oriundos dos cursos ginasiais por elas incorporados. Com efeito, identificados pela letra “G” em suas fichas, os alunos oriundos do Ginásio Barão de Rio Branco, já naquele ano, perfizeram 60% das matrículas do curso normal da

<sup>19</sup> A incorporação se deu por meio do Decreto nº 8.852. DOU, nº 127, Capital Federal, 4 de junho de 1947. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br). Acessado em 6 de janeiro de 2015.

<sup>20</sup> Tal incorporação aconteceu no mesmo ano e mês de criação da ENCD, junho de 1946, e quatro anos depois da criação da Lei Orgânica do Ensino Secundário (1942).

ENCD. O restante das vagas fora posto em disputa através de concursos públicos, que se transformaram em verdadeiros vestibulares infantis nos anos seguintes.

Tal procedimento deslocou a disputa pelos cargos vitalícios de professor das redes públicas (Distrito Federal até 1960 e depois Estado da Guanabara) para uma faixa etária em que é difícil imaginar o que significava ser funcionário público. Uma vez que a garantia do acesso automático das normalistas ao serviço público já havia se repetido no acesso automático do Ginásial para o Normal, podemos afirmar que havia um concurso para professor da rede pública de ensino que acontecia antes mesmo do primeiro ano do Ginásial. Eram três provas escritas eliminatórias: Matemática, Português, História do Brasil e Geografia, mais uma prova de sanidade mental e outra da capacidade física, também eliminatórias. Depois de aprovados, ingressavam na rede pública de ensino com futuro cargo vitalício de professor, crianças de 11 anos<sup>21</sup>, segundo apurou o jornal Correio da Manhã, no ano de 1961.



Figura 7 – Anúncios de cursos para o ingresso nos ginásiais do IE e da ENCD. *Diário de Notícias*, 13.10.1946. p. 8. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 2.8.16.

<sup>21</sup> CORREIO DA MANHÃ. Instituto de Educação. 06.04.61. 1º Caderno, p. 6. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 2.8.16.

O referido jornal foi fundado em 1901, sendo um dos principais órgãos de imprensa nas primeiras décadas do século XX. Apresentava-se como defensor dos “pobres e oprimidos”, divulgando suas querelas, ao mesmo passo que veiculava os interesses e o pensamento das classes mais altas (SANTOS JÚNIOR; MELO, 2013). O periódico tinha um público alvo “composto por representantes da pequena burguesia urbana, escalões médios da administração, militares, comerciantes, professores e donos de pequenas empresas” (AREAS, 2012, p. 7) e havia sido fundado no primeiro ano do século XX. Semelhantes aos outros periódicos que pesquisamos, os textos pautados por esse diário refletiam pontos de interesse dos grupos que citamos. O jornal *Correio da Manhã*, com essa linha editorial, durante os anos 1950/1960, publicou reportagens de Carlos Lacerda com diversos pseudônimos, pressionou até o limite do governo de Getúlio Vargas (1951 – 1954) e aproximou-se do governo de JK por conta da simpatia mantida com o *projeto desenvolvimentista*. Em trechos de publicações que veremos mais adiante, o *Correio da Manhã* tornou-se um documento de expressão dessas classes, que almejavam a mobilidade social através do ensino ofertado pelas escolas públicas oficiais.

Assunto também abordado em vários outros jornais, o “futuro garantido” dos ginasiandos das escolas públicas que se propunham a formar o magistério primário (no caso do Distrito Federal, o IE e a ENCD) começou a chamar a atenção pelas prerrogativas alcançadas cada vez mais cedo. Embora o jornal *Correio da Manhã* tenha estimado essa idade em 11 anos, acreditamos ser esta notícia um tanto alarmista, pois a Lei 8.530/1946, em seu artigo 21, atesta que “para inscrição nos exames de admissão ao curso de primeiro ciclo será exigida do candidato prova de conclusão dos estudos primários e idade mínima de treze anos (... )” (BRASIL, 1946 b). De uma maneira ou de outra, contudo, sendo 11 ou 13 anos, continuavam sendo crianças que realizavam concursos para definir carreiras que deveriam seguir por toda vida.

Na Escola Normal Carmela Dutra, onde a estimativa de idade para o ingresso no curso Ginásial era de 13 anos, na segunda metade da década de 1950 percebemos uma mudança que demonstra o interesse das famílias em colocar seus filhos nesse curso. Por não possuir alunos formandos em seu curso ginásial nos primeiros anos de sua existência, a ENCD promoveu concursos para todas as suas vagas diretamente ao Curso Normal nos primeiros anos. Como resultado, as primeiras turmas da ENCD enfrentaram certames tão concorridos que se pode perceber que a maioria dos alunos aprovados encontrava-se num nível de escolaridade mais avançado em relação às colegas do IE, uma vez que muitos

delas já haviam terminado o Ginásial e o Colegial. Embora já adultos, muitos deles retornavam à Escola e ao Curso Normal a fim de realizar essa modalidade de ensino para obter o diploma de professor primário, bem como auferir suas vantagens. Dessa maneira, a média de idade dessas alunas ingressantes no ensino normal da ENCD chegou a 20 anos<sup>22</sup>, sendo que o estudo que realizamos sobre o perfil desses jovens demonstrou pertencerem a camadas médias da população pelo fato de residirem em bairros como Tijuca e Grajaú, mas também em bairros como Botafogo e Ipanema. Essa média de idade começou a cair a partir do momento em que a ENCD passou a receber, ainda em 1950, através do acesso direto Ginásial/ Normal, os alunos que o seu próprio Ginásial formava. Tal número, já neste mesmo período, decresceu para uma média de 17,7 anos (LIMA, 2015).

Dois pontos devem ser considerados neste momento. Os alunos que ingressaram com 17 anos no curso Normal da Carmela Dutra, deveriam ter, em média, 13 a 14 anos quando iniciaram seus estudos no Ginásio da unidade, o que corrobora as orientações emanadas da Lei 8.530/1946. Portanto, considerando essa idade e as opções de transporte nos anos 1940 e 1950, devemos observar que o trânsito diário de uma criança do Centro, região da Tijuca e da Zona Sul para Madureira não deveria ser rápido ou fácil. Inferimos, com base nesse raciocínio, que a procura pela ENCD não se dava apenas pelo interesse de ter um filho normalista, mas também pela proximidade das famílias que residiam nos bairros adjacentes à Madureira, pois, como apontou a Resolução nº 14, de 1947, a população não precisaria mais buscar o distante IE para concorrer às vagas daquele Ginásial, uma vez que agora havia uma Escola Normal próxima para servi-los<sup>23</sup>. Consequentemente, o bairro de Madureira, considerado à época “Zona Suburbana remota e de difícil acesso<sup>24</sup>”, começou a viver os mesmos ideais de escolarização e formação que já ocupavam o imaginário das famílias tijucanas.

<sup>22</sup> Estimativa de idade com base nas fichas de alunos na ENCD no ano de 1947.

<sup>23</sup>“(...) o novo estabelecimento educativo beneficiará os estudantes que habitam a zona rural, os quais, por esse motivo, não mais terão necessidade de se locomoverem daquela para a zona urbana, porque já contam com mais um educandário do gênero” (DOU, 12 de abril de 1947, p. 2200). Disponível em: [www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br). Acessado em 6 de janeiro de 2015.

<sup>24</sup> Classificação dos estabelecimentos de ensino segundo a prefeitura do Distrito Federal para efeito de estágio. Jornal Correio da Manhã, 29 de janeiro de 1949, p. 12. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado em 11 de novembro de 2013. A região de Madureira, mais especificamente a Estrada Marechal Rangel onde foi instalada a ENCD, era classificada como “2ª Zona Suburbana Remota e de difícil acesso” pelo Secretário Geral de Educação e Cultura, conforme mostraram as publicações de variados jornais, dentre eles Correio da Manhã, 29 de dezembro de 1949, p. 12 e o DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 30 de dezembro de 1949 pp.3-5. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado em 14 de março de 2014.

Devemos considerar, portanto, que este foi um processo de democratização de oportunidades visando à mobilidade social, pois desde então, um jovem da região dos subúrbios ou zona rural, desde que aprovado em concurso, poderia contar com as mesmas chances e vantagens de um jovem estudante que frequentava o conhecido Instituto de Educação da Tijuca. De toda forma, esse processo seletivo que se iniciava no Ginásial das duas unidades permaneceu vigente por décadas, embora, no ano de 1959, a inscrição em concursos do IE e da ENCD ao mesmo tempo tenha sido vetada, devido a grande procura pelos dois cursos<sup>25</sup>.

Cabe aqui uma pequena digressão ao comentar que, além do Correio da Manhã e do Diário de Notícias, buscamos estudar também as reportagens da Tribuna da Imprensa, Diário Carioca, Diário da Noite, Jornal do Brasil e Última Hora. Afinal, tais jornais foram escolhidos pelo fato de possuírem um público-alvo comum: as classes médias cariocas, os seus interesses e os seus anseios, conforme a metodologia sugerida pelas historiadoras Tania de Luca (2005) e Raquel Campos (2012) em relação à análise de periódicos. Entretanto, devemos ressaltar que buscamos entender a mobilização das famílias das normalistas em sua relação com o campo político da cidade, bastante sensível às questões educacionais da época.

Outro aspecto do campo político da cidade dizia respeito às formas de mobilização do eleitorado, intimamente relacionadas ao uso dos meios de comunicação de massa: o rádio, a televisão - esta já nos anos 1950 com grande impacto junto às camadas médias - e a imprensa escrita, representada por dois jornais emblemáticos -Última Hora e Tribuna da Imprensa. A força desses jornais pode ser medida pelo poder que possuíam de construir líderes carismáticos, combater e derrubar presidentes, direcionar a opinião pública a tomar partido, seja no debate pela tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 4.024/61), seja na campanha pela defesa da escola pública, para qual foram mais uma vez convocados os Pioneiros da Educação Nova, seja para discutir sobre a transferência da capital e os destinos da cidade, ‘vitrine’ e ‘cartão-postal’ do país que, gradativamente, vinha sendo abandonada à própria sorte pelo Governo Federal (LOPES, 2013, p. 340).

Por outro lado, pesquisamos pela tiragem desses jornais que atendiam às classes médias, mas nem sempre encontramos números disponíveis, o que dificultou a criação de uma série histórica. Assim, acreditamos que a ausência dessa informação em alguns jornais

<sup>25</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 13 de dezembro de 1959. Segunda seção, p. 4. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 4.8.16.

era efeito de uma intensa competição, fomentada pela grande quantidade de periódicos que atendiam aos mesmos grupos sociais.

Apesar disso, depois de intensa investigação, conseguimos levantar os preços diários, semestrais e anuais de cada jornal. Esses valores, diante da consideração dos conteúdos pelos jornais abordados, nos oferecem uma interessante reflexão sobre os seus posicionamentos políticos no tocante às leis que interferiram na vida das normalistas especialmente nos anos 1950 e 1960. Os preços abaixo são do ano de 1959, quando já se discutia a criação de novas escolas normais no Distrito Federal (1959 – 1960) e a LDBEN (BRASIL, 1961), conforme veremos nos próximos capítulos.

Valores em Cruzeiros - Cr\$					
<b>Correio da Manhã</b>	<b>1959</b>	<b>Diário da Noite</b>	<b>1959</b>	<b>Jornal do Brasil</b>	<b>1959</b>
Avulso	3,00	Avulso	4,00	Avulso	2,00
Domingo	5,00	Domingo	-	Domingo	3,00
Semestral	350,00	Semestral	350,00	Semestral	300,00
Anual	600,00	Anual	600,00	Anual	600,00
<b>Última Hora</b>	<b>1959</b>				
Avulso	4,00				
Domingo	-				
Semestral	600,00				
Anual	1.000,00				
<b>Diário Carioca</b>	<b>1959</b>	<b>Diário de Notícias</b>	<b>1959</b>	<b>Tribuna da Imprensa</b>	<b>1959</b>
Avulso	2,00	Avulso	7,00	Avulso	3,00
Domingo	3,00	Domingo	10,00	Domingo	4,00
Semestral	160,00	Semestral	800,00	Semestral	400,00
Anual	300,00	Anual	1.500,00	Anual	750,00

Figura 8 – Valores de jornais no ano de 1959. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado em 9 de setembro de 2016.

Evidentemente, praticamos a leitura crítica necessária ao trabalho com periódicos, quando em contato com as imagens e os discursos presentes nas reportagens, avaliando o conteúdo ideológico, político e também partidário que, muitas vezes, encontra-se presente por trás das manchetes de cada diferente periódico. Afinal, não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Consequentemente, a linguagem escrita e falada traz consigo elementos que deixam pistas do conjunto de ideias adotadas pelos autores antes mesmo de os mesmos se expressarem (ORLANDI, 2015).

Com essa perspectiva de que não há sujeito sem ideologia e de que as leis refletem pensamentos humanos e momentos políticos, voltamos mais uma vez aos pontos iniciais que decidimos adotar, ao mencionarmos a Reforma de Fernando de Azevedo. Esta, datada de 1928, realiza uma reformulação no Ensino Normal, equiparando-o a um curso secundário com cadeiras pedagógicas, tendo cinco anos de duração, sendo três anos de estudos propedêuticos e dois anos de matérias especializadas na formação de professor

(ACCACIO, s/d). Assim, a relação “das crianças de futuro garantido” com o serviço público vitalício, que deveria se desfazer, posto que a mesma lei aponta que deveria haver concurso para professores que lecionariam na ENDF, termina por se fortalecer sob a influência dos escolanovistas.

Contudo, a ação de Fernando de Azevedo não viria a acontecer sem resistências. Azevedo sabia que a aceitação de seu projeto dependia da boa relação com o Conselho Municipal, sendo as tradicionais famílias cariocas o setor de maior representação neste fórum. Ao apontar a intenção da prefeitura de alugar imóveis particulares dessas famílias com as verbas públicas da secretaria de educação, Azevedo conseguiu avançar com a sua proposta. Os professores, grupo que também poderia oferecer resistência, foram atendidos principalmente no que dizia respeito aos seus planos de cargos e salários.

Dois temas particularmente importantes naquele fórum. O primeiro porque implicava a vinculação de vultosas somas à instrução pública, bem como no confronto a interesses de famílias cariocas proprietárias das casas alugadas à instrução no município. O segundo porque tocava na essência da barganha política efetuada junto ao professorado carioca. O intrincado sistema de promoções e reclassificações na carreira docente no Rio de Janeiro e o aluguel de prédios escolares envolviam, via de regra, o favoritismo político e as alianças. Nos dois casos, Azevedo interferia diretamente nos interesses do Conselho. As duas questões foram peças-chave do conturbado debate que decorreu entre a apresentação do anteprojeto em outubro e sua aprovação exatos três meses depois pelo Conselho. Mas também serviram de munição tanto no combate à administração azevediana ao longo de seus três anos (1927-1930) quanto na elaboração de processos denunciando a malversação de recursos públicos, finda a gestão (VIDAL & FARIA FILHO, 2002).

Atendidos esses grupos, o projeto azevediano foi adiante, sendo construído, nos anos seguintes, o prédio-monumento que sintetizava o esforço os escolanovistas pela transformação da educação brasileira. A transformação da Escola Normal em Instituto de Educação, em 1932, foi rápida sendo aproveitado todo o ambiente criado pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

## **Da Escola Normal do Distrito Federal ao Instituto de Educação**

Embora afirmemos que o princípio deste período que decidimos estudar tenha relações com as Reformas republicanas acontecidas nos finais de 1920, devemos ressaltar

que as suas raízes encontram-se no final do Império, a partir do Decreto-Lei n.º 10.060, de 13 de outubro de 1888, que confere aos normalistas a prerrogativa de alçar o cargo de servidores públicos automaticamente ao final de sua formação. Trata-se de um esforço governamental em fazer desta ocupação social uma profissão atraente. De fato, no último quartel do século XIX, quando a Escola Normal da Corte transforma-se em Escola Normal do Distrito Federal (1889), o Curso Normal experimentou um aumento de procura pelos seus bancos escolares.

A importância da educação nos discursos políticos parecia contrastar com a falta de uma política efetiva, demonstrada de forma material e pública para população, seja no Império, seja nas primeiras décadas da República. Um dos representantes da Escola Nova que esteve à frente da Instrução Pública do Distrito Federal ainda nos anos 1920 (1922 – 1926), o educador Antônio Carneiro Leão, dedicou-se às reformas de caráter modernizador na área, mas destacou ter encontrado barreiras políticas e econômicas que o impediram de desenvolver seu ideário, conforme observou a historiadora Libânia Xavier (2007).

De postura mais agressiva, ainda segundo essa autora, a administração de seu sucessor, Fernando de Azevedo, conseguiu efetivar importantes realizações à frente da Instrução Pública (1927 – 1930). Conforme observado no tópico anterior, uma questão-chave para a efetivação da reforma deveu-se ao agrado de interesses privados de famílias cariocas, mais desejosas de alugar seus imóveis, do que mudar a situação do analfabetismo no Brasil, que estava em torno de 80% (VIDAL; FARIA FILHO, 2002). A segunda questão-chave, para ser resolvida, oferecia promoções e reclassificações em um nova carreira docente, ao mesmo tempo em que cobrava concurso para professores da Escola Normal. Paradoxalmente, a mesma reforma terminava por corroborar a principal vantagem do docente primário, quando, além de não interferir na disposição de acesso automático ao funcionalismo público, tornava o modelo de Ensino Normal uma só formação que iniciava já no ginásial.

No tocante a essa primeira questão-chave, a mudança inicia-se, a nosso ver, com o anúncio nos jornais, assinado por Fernando de Azevedo de que estava aberto o “Concurso de Anteprojetos para a Escola Normal do Distrito Federal”, informando a metragem do terreno e que “O estylo de architectura escolhido é o inspirado no ‘tradicional brasileiro’”. Vale ressaltar que somente depois de anunciado o concurso de anteprojetos para a Escola Normal, Fernando de Azevedo apresentou definitivamente o projeto, em 22 de outubro de 1927, tornando-se realidade em janeiro de 2018 (VIDAL; FARIA FIILHO, 2002).

Dentre outros pontos, o edital de 1927 previa a construção de um prédio dedicado à formação de professores, depois de 47 anos de inauguração da Escola Normal (1880), também informava que deveria constar no projeto um

- (...) c) Pavilhão de Gymnástica;
- d) Pateos de recreo com abrigos;
- e) Uma residência para o poteiro.

#### ANDAR TÉRREO

- (...) b) Escadaria e elevadores;
- c) Sala de espera;
- d) Duas salas para professores com toaletes e instalações sanitárias;
- e) Dez salas de aulas com lotação de 30 alumnos e dimensões de 9,40 x 6,40 metros.
- (...) g) Um consultório dentário com gabinete de prosthese;
- h) Um consultório de medicina de urgência;
- j) Um amphitheatro para aulas de música com lotação para 300 alumnos;
- (...) grande pátio central contornado de galerias (...)

#### PRIMEIRO ANDAR

- f) Grande Salão de festas (auditorium) para 1.000 espectadores, com palco para orquestra, mesa de solenidade e gabinete para projeções;
- g) Uma sala de reunião de professores;
- h) Uma sala para professores com toaletes e instalações sanitárias para ambos os sexos ;
- i) Uma sala para trabalhos manuais femininos;
- j) Uma sala para trabalhos manuais masculinos;
- (...) l) Um salão para biblioteca com capacidade para 20.000 volumes;
- (...)

#### SEGUNDO ANDAR

- a) Uma sala de professores com toaleta e instalações sanitárias;
- (...) c) Uma sala de História Natural, com Museu conexo;
- d) Uma sala de aula de Geografia geral especialmente do Brasil, com área mínima de 96 metros quadrados para a instalação do material didático.
- e) Uma sala de Pedagogia com museu anexo;
- f) Uma sala de Psychologia Infantil e aplicada, com um gabinete anexo de psychologia experimental;
- g) Uma sala de Hygiene Escolar e Puericultura, com museu anexo;
- h) Uma sala em amphitheatro de Physica, com capacidade de 30 alunos e laboratório anexo;
- i) Uma sala em amphitheatro para aulas de Química com capacidade de 30 alunos e com laboratório anexo;
- j) Uma sala em amphitheatro para aulas de Desenho a mão livre e lotação de 30 alunos;
- k) Uma sala de Desenho Geométrico; <sup>26</sup>.

<sup>26</sup> JORNAL DO BRASIL. Concurso de ante-projectos para a Escola Normal do Distrito Federal. 20 de agosto de 1927. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acessado dia 10.10.2016.

Havia ainda uma série de outros detalhes envolvendo a preocupação com a ventilação, a eletricidade, a insolação que deveria ser evitada, a posição das sombras que não deveriam perturbar os alunos e a entrada de luz nas salas de desenho, que deveriam “ter iluminação unilateral e voltada para o sul, permitindo-se, em caso de necessidade do projecto, uma variação angular de 10º sobre a L. W.”<sup>27</sup>.

Desta forma, após 38 anos do estabelecimento de uma República laica, foram iniciados os trabalhos de construção do primeiro prédio próprio público para sediar a “nova” Escola Normal, com a presença da autoridade religiosa Dom Sebastião Leme, futuro Cardeal do Rio de Janeiro, do prefeito Antônio Prado Júnior, do diretor de Instrução Pública, Fernando de Azevedo, além, claro, de uma normalista da Escola Normal do Distrito Federal, que aparece na imagem dando início aos trabalhos de construção da unidade.



Figura 9 – O PAIZ. O lançamento da Pedra Fundamental do Novo edifício da Escola Normal. 23 de novembro de 1928. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>. Acessado dia 10.10.2016.

<sup>27</sup> Idem.

O imóvel, apesar de tantas mudanças e da propalada “importância social” atribuída ao professor primário, teve seu concurso de projetos em 1927 e início das obras apenas em 1928, sendo fartamente documentado como um processo de modernização da cidade até a sua conclusão, nos anos 1930 (ABDALA, 2003).

Na fotografia oficial abaixo, realizada por Augusto Malta, em abril de 1929, podemos ver que na área de construção as fundações estão abertas no centro, as estruturas das paredes da unidade já levantadas ao fundo, alguns trabalhadores e muito material se encontram espalhados no canteiro da obra, o que provavelmente levaria os cariocas a pensar que o governo da *velha República*, mesmo mantendo a política nacional voltada para o campo e para o setor agropecuário, estava investindo nas reformas urbanas e, particularmente, na educação.



Figura 10 – Vista geral das obras de construção da Escola Normal. Canteiro de obras, operários trabalhando.  
Fotografia de Augusto Malta, 02 abr. 1929 (AGCRJ) In ABDALA (2003, s/p.)

A segunda questão-chave é que ficavam acertados, entre outros pontos, que os professores da Escola Normal deveriam realizar concursos para ocupar tais cargos públicos. Embora não tenha se discutido qualquer alteração no regime de contratação dos professores Normalistas recém-formados, a Reforma Fernando de Azevedo aposentou e exonerou compulsoriamente professores da Escola Normal do Distrito Federal que haviam entrado sem concurso e que não conseguiram comprovar a competência para continuar atuando no cargo, enquanto realizava mais de trinta certames públicos na área da educação<sup>28</sup>.

A formação com ciclo profissional, aliado ao novo processo de contratação de professores foi um passo importante para a profissionalização do professor, que desde então, deixava, definitivamente, de ser representado como intelectual reconhecido na comarca onde atuava para se tornar um especialista com formação adequada ao magistério. O Decreto n.º 3.281, de 23 de janeiro de 1928, estabeleceu no artigo 177 que “O provimento das cadeiras que constituem o curso da Escola Normal será feito por concurso, segundo o programa em vigor na data da inscrição” (PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, 1928). Embora a reforma exigisse neste então o concurso público, não descartava completamente a experiência dos docentes que já se encontravam na Escola Normal.

b) idade mínima de 21 anos completos e máxima de 45, excepto para os candidatos que já pertencem ao magistério municipal; (...)

Parágrafo Único. Não está sujeito ao limite máximo de idade estabelecido na letra b deste artigo, o candidato que tenha título de docente efectivo, conquistado por provas, no regime anterior a esta lei (IDEM).

No entanto, na década seguinte, esse processo acabou por restringir as opções da prefeitura para a contratação de mais professores, ocasionando um retrocesso na proposta de Fernando de Azevedo. A carência de profissionais devidamente habilitados mostrou-se tal, que nos anos seguintes à criação da Escola Normal Carmela Dutra, em 1946, professores da extinta Escola Normal do Distrito Federal (até 1932) que haviam sido dispensados por ocasião da Reforma de 1928 foram convocados de exonerações para que voltassem a lecionar no Curso Normal. Os professores aposentados, seja por pressão da reforma de 1928 ou por já terem alcançado tempo para se afastar, foram também convocados a

<sup>28</sup> Segundo apuramos, muitos desses professores foram convocados novamente no ano de 1946 para se tornarem professores da Escola Normal Carmela Dutra, devido à falta de profissionais considerados qualificados para o cargo (LIMA, 2015).

reassumirem as salas de aula da ENCD. E mesmo aqueles que já tinham alguma experiência por ter lecionado na Escola Normal do Distrito Federal, também foram aproveitados como docentes. Curiosamente, segundo averiguamos em entrevistas com alunas da época, o ressurgimento desses professores, já muito envelhecidos, afastados pela Reforma de Fernando de Azevedo, gerou uma disputa interna entre docentes da ENCD contra o IE, pois os docentes afastados sentiam que precisavam provar a qualidade de seu trabalho diante dos novos professores oriundos de tal reforma (LIMA, 2015).

Desta maneira, todo processo de reformas educacionais e promulgação de leis até a inauguração da “nova” Escola Normal do Distrito Federal, aparece para nós como um momento a se considerar como princípio. Isto, pois, mesmo diante de décadas existindo no Império e também na maior parte da Primeira República, será apenas no final deste último período histórico que as reformas serão efetivadas e a sede definitiva da ENDF será inaugurada.

Contudo, entre as notícias de construção da unidade própria da Escola Normal do Distrito Federal em 1927 e o que seria o início de sua utilização, em 1930, ocorreu o movimento que entrou para a história como *Revolução de 1930*. A comunidade educacional da Escola Normal do Distrito Federal ocupou o prédio-monumento da Rua Mariz e Barros, na Tijuca, às pressas, sob a informação de que o gaúcho Getúlio Vargas dirigia-se com tropas para tomar o poder na Capital Federal. Assim, sob a ameaça de perder uma sede definitiva que chegava com atraso de cinquenta anos (considerando a Escola Normal da Corte), no dia 12 de outubro de 1930, segundo contam discentes do período, professores e alunos iniciaram a entrada no prédio antes que ele pudesse ser ocupado pelos revolucionários.

A diretoria foi avisada que tinha uns soldados... era a revolução, né! ...que os soldados viriam do Rio Grande do Sul se instalar em qualquer prédio público que estivesse vazio, o prédio público que estava vazio era o Instituto de Educação... que ainda não tinha sido inaugurado. Então, foi feita a mudança, em 1 semana ou menos. O que então era secretário do Instituto, Antonio Vitor [inaudível] Carvalho, ele passou dia e noite lá ... o homem parecia um fantasma e... fez a mudança .Nós não perdemos uma única aula! E primeiro foi o material que não era cadeira e nem mesa de professor, para depois então irem as cadeiras, irem as mesas, e... foi feita a mudança e nós fomos para o Instituto. Era um mundo para nós, que tínhamos 12 anos (COSTA, 2001)<sup>29</sup>.

<sup>29</sup> Entrevista realizada com a ex-aluna Marília Marques da Costa pela professora Sonia de Castro Lopes para o Projeto Memória ISERJ e gentilmente cedida ao autor desta tese.

Mesmo sob essa ação conturbada, as reformas, as leis e até a Revolução de 1930, podemos considerar que o prédio da Tijuca consubstancia o pensamento dos educadores de Escola Nova. Assim, torna-se mister ressaltar que a própria monumentalidade da construção constitui em si uma forma de socialização empreendida pelo programa institucional, como enuncia Dubet (2006):

São monumentos, e durante muito tempo todos os dispositivos arquitetônicos tem marcado na pedra e no espaço esta posição excepcional e sagrada (...) O programa institucional deve contar com um monumento que marque sua distância em relação ao mundo trivial, mediante uma arquitetura cujo objetivo é impressionar a multidão e a cada um dos indivíduos (DUBET, 2006, p. 37, tradução nossa).

Abaixo, temos uma imagem de dezembro de 1930, com a fachada da Escola Normal do Distrito Federal repleta de alunas uniformizadas.

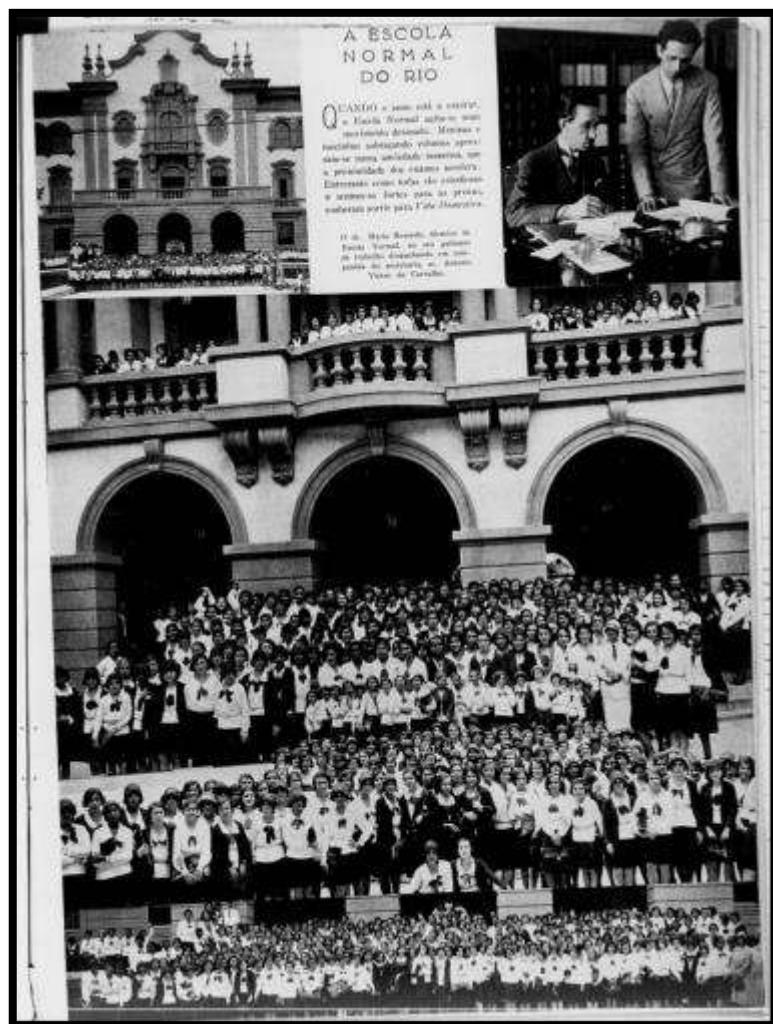


Figura 11 – Fachada da Escola Normal do Distrito Federal. Revista Vida Doméstica, dezembro de 1930.  
Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 11.06.17.

Evidentemente, conforme já fizemos na apresentação deste trabalho, destacamos a nossa preocupação com a monumentalização da memória sobre determinado evento, pensamento ou instituição. Neste ponto, falamos mais especificamente da obra de Fernando de Azevedo, *A cultura brasileira*, originalmente publicado em 1943, trabalho em que são descritas as propostas e a atuação do grupo de educadores identificados como *Pioneiros da Educação Nova*. Embora seja indiscutível a relevância desta obra para o estudo da História da Educação Brasileira, Azevedo realiza uma narrativa em que as experiências educacionais brasileiras anteriores às realizações dos escolanovistas são depreciadas. Desta forma, ao publicar seu trabalho como introdução do Censo demográfico de 1940 do IBGE, o autor buscou erigir uma memória segundo a qual os intelectuais signatários do Manifesto de 1932, organizaram a educação brasileira que antes estaria vivendo sob um verdadeiro caos.

Assim, nessa perspectiva, é igualmente importante destacar que em nosso estudo, ao usarmos termos como *Pioneiros da Educação Nova*, *Pioneiros* e *escolanovistas*, estaremos lançando mão sempre de *substantivos*, e nunca, de *adjetivos*. Deste modo, não buscamos qualificar positivamente ou negativamente o pensamento e a ação do grupo, mas apontar sua atividade dentro do período que estudamos. Desta mesma forma, agiremos no tratamento do grupo de *educadores católicos* como *tradicionalistas*, pois ao dissertar desta maneira, teremos maior dinamismo na escrita e objetividade em nossa argumentação.

Em 19 de março de 1932, a Escola Normal do Distrito Federal foi transformada pelo Decreto 3.810 em Instituto de Educação, mantendo-se no novíssimo prédio recém-inaugurado. Tal Decreto, “Reorganização do Ensino Normal e sua transposição para o plano universitário”, assinado pelo novo Diretor Geral de InSTRUÇÃO PÚBLICA, Anísio Teixeira, tratava do caráter específico da formação de professores, dos novos métodos e da nova organização do curso.

Para Sonia Lopes (2006), a atuação de Anísio Teixeira frente à InSTRUÇÃO PÚBLICA do Distrito Federal (1931-35) “representou uma tentativa de viabilizar seu projeto educacional - um sistema autônomo, público e integral de ensino - que abarcasse desde a escola primária até a universidade” (p. 55). Tal projeto visava à preparação de uma *nova geração* de professores que se adaptassem a uma *nova pedagogia*, mais sintonizada com as transformações vividas pela sociedade brasileira.

É importante destacar que nesse período, a proposta do professor de música Lorenzo Fernandez de levar o canto para as escolas públicas se tornará realidade tendo a frente o músico Heitor Villa-Lobos, que dirigiu a Superintendência da Educação Musical e Artística (SEMA) (MONTI, 2016). Assim, o Decreto-lei 19.890, de 31 de abril e a lei, o Decreto 24.794, de 14 de junho de 1934, tornaram o Canto Orfeônico disciplina obrigatória, respectivamente no ensino secundário e primário. Contudo, o projeto SEMA ficaria realmente afinado com o governo Vargas depois de redigidas suas diretrizes pedagógicas para a prática orfeônica: a disciplina, o civismo e a educação artística (NORONHA, 2009). Surgiu, nesta época, no Instituto de Educação, o Orfeão Carlos Gomes, enquanto na Escola Normal Carmela Dutra, depois de Heitor Villa-Lobos assumir o Curso de Formação de Professores com Especialização em música e Canto Orfeônico (1946), foi criado o Orfeão Villa-Lobos.

Três anos mais tarde (1935), por iniciativa do mesmo educador, foi criada a Universidade do Distrito Federal (UDF), através do Decreto 5.513 de 4 de abril de 1935 e que encerrava em sua estrutura os ideais escolanovistas, principalmente no que dizia respeito à autonomia pedagógica (LOPES, 2008). A *Escola de Professores* do Instituto de Educação passou a denominar-se *Escola de Educação* e compunha as cinco unidades que integravam aquela Universidade<sup>30</sup>. Essa Escola de Educação formava, em nível superior, os candidatos a professores primários e promovia a formação pedagógica dos futuros professores secundários. A “universidade de professores”, como a definiu Mendonça (2002), tinha como função primordial realizar a formação do magistério que deveria atuar na rede pública do Distrito Federal. Sobre essa experiência, Anísio Teixeira se pronunciaria em 1969:

A primeira “escola de educação” de nível universitário, que existiu no Brasil, foi a “Escola de Professores” do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, criada em 1932 no ex-Distrito Federal, que daquele modo passou a designar-se, quando de sua incorporação à Universidade do Distrito Federal fundada em 1935 (TEIXEIRA, 1969, p. 239)

<sup>30</sup> A UDF compunha-se de cinco unidades: Escola de Educação (formação de professores primários e formação pedagógica dos secundários, além de técnicos e especialistas na área de ensino), Escola de Ciências (formação de professores de Matemática, Física, Química e História Natural), Escola de Filosofia e Letras (formação de professores de Filosofia e Línguas neolatinas e anglo-germânicas), Escola de Economia e Direito (formação de professores de História, Geografia e Ciências Sociais) e Instituto de Artes (formação de professores de Desenho e Música). Ver a respeito FÁVERO & LOPES (2009).

Ao longo da pesquisa, destacamos, a criação da Universidade do Distrito Federal para tecer importantes considerações sobre a formação de professores primários nos anos 1930. Isso por que a formação superior do professor primário foi uma experiência inédita no país, sendo inaugurada na UDF que, na verdade, representou a ampliação do projeto iniciado no Instituto de Educação (MENDONÇA, 2002), mas que ao final, sendo descartada pelo governo federal, acabou por fortalecer o Ensino Normal na cidade do Rio de Janeiro.

Levando-se em conta que a formação em nível superior para o professor primário é uma discussão atual, retomada por ocasião da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei n.º 9.634, de 20 de dezembro), nunca será demais lembrar que tal formação já havia sido proposta nos anos 1930, conforme veremos adiante. Essas discussões ainda hoje passam pelos argumentos de qualidade de formação e de ensino nas turmas das séries iniciais do atual ensino fundamental. Para conhecer melhor a história do ensino nas Escolas Normais da cidade do Rio de Janeiro, precisamos, portanto, conhecer a experiência da criação da Universidade do Distrito Federal.

### **A Universidade do Distrito Federal diante do Projeto Educacional do Estado Novo**

No decorrer do segundo ano do movimento revolucionário de 1930, o Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930 – 1934) iniciou uma série de reformas que atingiram o ensino secundário e superior através dos Decretos-Leis 19.850, 19.851 e 19.852 de 11 de dezembro de 1931. Respectivamente, os Decretos tratavam da criação do Conselho Nacional de Educação, da Organização Universitária no Brasil (Estatuto das Universidades Brasileiras) e a organização da Universidade do Rio de Janeiro (criada em 1920, depois absorvida pela UFRJ). Ao conferir prioridade à organização dos ensinos secundário e superior, atendendo às reivindicações das classes médias e das elites, o advogado Francisco Campos iniciou os trabalhos no recém-criado Ministério de Educação e Saúde Pública (VICENZI, 1986).

Para além de um estatuto que organizava as universidades brasileiras, não havia quaisquer planos de criação de uma Universidade que atuasse em âmbito municipal, isto é, que não estivesse submetida diretamente à esfera federal e ao novo governo revolucionário. Contudo, durante a formação dos quadros do Governo Provisório (1930 – 1934), o médico Pedro Ernesto, que atendia pessoalmente a Vargas e sua família, gozando de grande prestígio na cúpula do movimento, fundara o Clube 3 de Outubro, visando

congregar os membros históricos do movimento revolucionário. Com essa notoriedade na vanguarda da revolução, Pedro Ernesto fora nomeado interventor no Distrito Federal, em 1931<sup>31</sup>. Com ele, assumia o cargo de Diretor-Geral de Instrução Pública, o baiano Anísio Teixeira no lugar de Fernando de Azevedo, conforme já mencionamos anteriormente.

Dois anos mais tarde, Pedro Ernesto ajudaria a fundar o Partido Autonomista (1933), que em síntese, pleiteava maior autonomia da cidade do Rio de Janeiro (DF) frente às influências federais. A sua habilidade política e a atuação na área de saúde e educação apoiado por Anísio Teixeira, além do rápido crescimento do Partido Autonomista criaram condições específicas para que Pedro Ernesto se tornasse o primeiro prefeito eleito, mesmo que indiretamente, do Distrito Federal.

Paralelamente, o processo de construção da sede da Escola Normal do Distrito Federal que havia sido iniciado na gestão do secretário Fernando de Azevedo se conclui e Anísio Teixeira recebe o cargo e a unidade em 1931, chamando para a direção da Escola Normal o professor Manuel Bergström Lourenço Filho. Assim, envolveram-se no projeto de criação e organização da “nova” Escola Normal que, a partir de 1932, seria transformada em Instituto de Educação, os três educadores que ficaram popularmente conhecidos como os “Cardeais da Escola Nova”, tendo ainda a apoiá-los o prefeito Pedro Ernesto com notável capital político em um cenário nacional de incertezas. Em seguida, foi dado o audacioso passo para um novo e independente projeto educacional com a proposta de criação da Universidade do Distrito Federal – UDF, isto é, uma entidade universitária gerida pela Cidade do Rio de Janeiro (DF).

Nesse projeto educacional, a universidade era idealizada por Anísio como uma instituição distante da hegemonia da Igreja e da formação acadêmica bacharelesca, uma instituição capaz de coroar o sistema de ensino que havia imaginado para o Distrito Federal, com um interesse vivo pela pesquisa e pela produção do saber. A defesa dos princípios da autonomia universitária e da liberdade de cátedra – características essenciais da instituição – fez com que a UDF abrigasse intelectuais de diversos matizes ideológicos, propiciando um clima de democratização que acabaria por ampliar sua área de influência, resultando daí o atrito com o Governo Federal (LOPES, 2008, p. 151-152).

Dessa forma, considerando o teor da UDF, independente e democrática frente a um movimento revolucionário que ainda tentava se consolidar, considerando também o envolvimento dos educadores ligados à Escola Nova, que, sobretudo, propugnavam uma

<sup>31</sup> Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

escola laica frente ao tradicionalismo católico em que se encerrava a formação da Escola Normal, o projeto da Universidade tornava, não apenas o Governo Federal, mas também a Igreja Católica, fortes adversários a serem combatidos. Contudo, em meio a essa evidente disputa onde se inseria a tradicional Escola Normal e a proposta de formação superior para professores primários, a forma como se deu a vitória de Pedro Ernesto nas eleições para Prefeitura tornou-se o principal elemento para a criação da UDF, pois

Getúlio Vargas, não desejando contrariar o interesse do Prefeito do Distrito Federal, talvez por receio de perder seu apoio numa fase tão conturbada, preferiu autorizá-lo a assinar o decreto de criação da Universidade do Distrito Federal, mesmo passando por cima do Ministro da Educação [Francisco Campos] (FAVERO, 1980, p. 70).

Portanto, independentemente do projeto do Ministério da Educação e Saúde, cujo ministro era Francisco Campos, e mesmo diante da pressão que poderia sofrer da Igreja, Getúlio Vargas autorizou o decreto municipal de criação da Universidade do Distrito Federal (Decreto n.º 5.513, de 4 de abril de 1935). Evento que para a historiadora Ana Waleska Mendonça, “se constituiu em uma das experiências universitárias mais inovadoras pela originalidade da proposta: a estrutura de organização e o papel atribuído à sua Escola de Educação” (2002, p. 42).

A formação de professores primários começaria então a ser realizada na cidade do Rio de Janeiro em nível superior, vencendo um século<sup>32</sup> de formação em nível secundário conforme se fazia na tradicional Escola Normal. O projeto educacional de Anísio Teixeira parecia estar encaminhado, crescendo tanto quanto a sua influência na capital do país. O educador passara a diretor do recém-criado Departamento de Educação do Distrito Federal, em 1933, e tornara-se Secretário-Geral de Educação e Cultura da Capital, em 1935. Todo o processo oriundo do início da década de 1930 parecia seguir um plano que estava dando certo.

Para a historiadora Ana Waleska Mendonça (2002), a UDF foi o ponto alto da gestão de Anísio Teixeira na Secretaria de Educação e Saúde. Esta Universidade era constituída pela Escola de Ciências, Escola de Economia e Direito, Escola de Filosofia e Letras, o Instituto de Artes e a Escola de Educação que congregava instituições complementares para experimentação pedagógica, prática de ensino, pesquisa e difusão

<sup>32</sup> Considerando a primeira experiência de Escola Normal das Américas, a Escola Normal de Nictheroy, fundada em 1835, porém fechada pouco tempo depois.

cultural, além, claro do Instituto de Educação. Não coincidentemente, dentre essas instituições, apenas a recém-criada Escola Normal do Distrito Federal (1930), transformada em Instituto de Educação (1932) tinha sede própria, sendo então instalada ali a maior parte da UDF.

Nas palavras do educador Anísio Teixeira, que esteve à frente do processo, a formação do professorado deveria unir pesquisa e ação, não apenas como uma “escola de cultura geral”, mas como uma “escola de cultura profissional”, proposta que não se encontrava na formação secundária do normalista (TEIXEIRA, 1969, p. 253). Anísio Teixeira, evidentemente, estava aliando formação teórica à prática profissional. Tal relação, aprofundada em termos acadêmicos, também interiorizava saberes que a Universidade levaria ao professorado, o que posteriormente seria repassado às crianças do ensino primário. Afinal, “O programa institucional se funda sobre valores, princípios, dogmas, mitos crenças laicas ou religiosas, mas sempre sagradas, sempre situadas além da evidência da tradição ou de uma perfeita princípio de utilidade social” (DUBET, 2006, p. 35, tradução nossa).

O Instituto de Educação do Distrito Federal seria o centro responsável pela formação e aperfeiçoamento dos profissionais que deveriam reger as classes de alunos da rede educacional da cidade e sua *Escola de Professores* [Escola de Educação] constituiu-se na primeira tentativa de formar professores “primários” em curso superior no Brasil (LOPES, 2008, p. 55).

Porém, a autonomia da cidade do Rio de Janeiro (DF) em criar uma universidade não foi bem aceita em todos os setores políticos e sociais. Tal autonomia refletia-se na liberdade de cátedra que os professores da UDF obtiveram, atraindo intelectuais de diversos matizes ideológicos de dentro e de fora do país, o que ampliou a influência da nova universidade e criou um ambiente democrático, resultando disso um atrito com o Governo Federal (LOPES, 2008; MENDONÇA, 2002), que mantinha um perfil centralizador. Desta forma, as críticas dos setores mais tradicionais não tardaram a acontecer.

A criação da UDF foi fortemente criticada pelos setores políticos mais conservadores – as forças tradicionais da Igreja Católica e da elite política – como fruto da vaidade pessoal de Anísio e veículo de propagação comunista, além, evidentemente, de constituir-se um obstáculo ao projeto universitário almejado pelo ministro Capanema (LOPES, 2008. p. 158).

Um folhetim católico, de circulação municipal, filiado à Associação Jornalística Católica, nas palavras de seu redator-chefe, definia dessa forma a UDF e a atuação de Anísio Teixeira, em 17 de novembro de 1935:

#### E A LEI DE SEGURANÇA?

(...) Foi, naturalmente, diante de tão injustificável displicência das nossas autoridades, que o sr. Anísio Teixeira, verdadeiro bolchevizador do ensino municipal, se animou a importar para seu mais recente e eficaz instrumento de marxização, a “Universidade do Distrito Federal”, essa espécimen raro de comunista inglez que é o “professor Kerridge<sup>33</sup>”.

A acusação e a evocação da Lei de Segurança Nacional<sup>34</sup> procediam no meio católico por conta de alguns eventos daquele mesmo ano de 1935. Luiz Carlos Prestes, proclamado líder da Aliança Nacional Libertadora (ANL)<sup>35</sup> em forte crescimento na época, estava de volta ao Brasil com a responsabilidade de instaurar um governo revolucionário comunista. No Rio de Janeiro, Prestes insuflou manifestações públicas em julho de 1935 que comemoraram os levantes tenentistas de 1922 e 1924. Depois de intensos confrontos com a Ação Integralista<sup>36</sup>, de cunho fascista, Getúlio Vargas recebeu do Congresso Nacional amplos poderes para declarar “estado de sítio”<sup>37</sup>. O presidente aproveitou o momento para usar a Lei de Segurança Nacional e colocar a Aliança Nacional Libertadora na ilegalidade, perseguindo também as pessoas ligadas a ela. Naquele momento, iniciou-se uma movimentação que culminaria com a decretação do Estado Novo (1937 – 1945), de cunho francamente ditatorial.

Mesmo na ilegalidade a ANL continuou atuando e, em 27 de novembro de 1935, deu início no Rio de Janeiro ao movimento que se tornou conhecido como *Intentona Comunista*. Contudo, o movimento não alcançou apoio popular e foi violentamente reprimido pelo Governo Federal, sendo Luiz Carlos Prestes imediatamente preso.

<sup>33</sup> A CRUZ. E a Lei de Segurança?. 17.11.1935. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 07.01.17. Segundo o próprio jornal A Cruz, o Kerridge foi contratado como professor de música para atuar na UDF.

<sup>34</sup> A LSN fora promulgada no mesmo dia de criação da UDF, em 4 de abril de 1935. Em síntese, ela definia crimes contra a ordem política e social, isto é, crimes contra a segurança do Estado.

<sup>35</sup> Criada em março de 1935, a aliança congregava matizes de socialismo e antifascistas.

<sup>36</sup> Organização política brasileira inspirada no fascismo italiano, fundada por Plínio Salgado, em 1932.

<sup>37</sup> A Era Vargas: dos anos 20 a 1945. CPDOC. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/ANL>. Acessado dia 10.01.17.

O Clube 3 de Outubro, criado e presidido àquela época por Pedro Ernesto, havia deliberado, ainda em setembro de 1931, a criação do Partido Socialista Brasileiro (PSB)<sup>38</sup>. Embora o partido não tenha se consolidado, o fato de essa deliberação ter acontecido sob a presidência de Pedro Ernesto, aliado com sua aproximação à Aliança Nacional Libertadora nos meses que antecederam a *Intentona Comunista*, serviram para que seus opositores o acusassem de comunista.

Anísio Teixeira renunciou ao cargo de secretário em primeiro de dezembro de 1935, cerca de 9 meses depois de sua principal criação como secretário de Educação do Distrito Federal, alegando que a sua permanência no cargo constituía um “embaraço político” para o prefeito Pedro Ernesto (LOPES, 2008, p. 158). Teixeira deixava para trás a Universidade que planejou sem que sequer tivesse formada uma turma nos moldes do que havia pensado para o professorado municipal. Os seus assessores, incluindo o Reitor da UDF, Prof. Afrânio Peixoto, uma semana depois, deixaram seus cargos por meio de um pedido coletivo de demissão.

#### A DEMISSÃO DO SENHOR ANÍSIO TEIXEIRA

(...) A orientação dada pelo sr. Anísio ao ensino nesta Capital era de um caráter fundamentalmente anti-cristão, em completa desobediência ao texto de nossa Carta Magna, que mandava [que] fosse ministrado nas escolas o ensino religioso.

(...) Foi tal notícia recebida com a maior satisfação pelo povo desta cidade e do interior, pois era o sr. Anísio um entrave à entrada do Senhor nas escolas.

#### OS AUXILIARES DO SR. ANÍSIO TEIXEIRA TAMBÉM SE DEMITIRAM

(...) diretor da Escola Secundária do Instituto de Educação da Universidade do Distrito Federal, o Professor Mario Paulo de Brito; de diretor do Departamento de Educação e Cultura, professor Antonio Carneiro Leão; de diretor do Instituto de Pesquisas Educacionais, do Departamento de Educação, Gustavo de Sá Lessa; de chefe da Divisão de Prédios e Aparelamentos Escolares o Engenheiro Paulo de Assis Ribeiro; do reitor da Universidade do Distrito Federal, o Professor Afrânio Peixoto; de diretor do Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal, o Professor Celso Octavio de Prado Kelly; de diretor da Escola de Ciências, o Professor Roberto Marinho de Azevedo, e de diretor da Escola de Filosofia e Letras, o Professor Edgar de Castro Rebello<sup>39</sup>.

<sup>38</sup> Clube 3 de Outubro. CPDOC. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Clube3Outubro>. Acessado dia 10.01.17.

<sup>39</sup> A CRUZ. Os auxiliares do Sr. Anísio também se demitiram. 08.12.35. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 07.01.17.

Em abril de 1936, Pedro Ernesto foi afastado da Prefeitura do Distrito Federal e preso, ficando sob essa condição por mais de um ano<sup>40</sup>, enquanto o cônego Olympio de Melo assumiu a Prefeitura do Distrito Federal (SARMENTO, 1997). Com um projeto de educação diferente de Anísio Teixeira, tendo agora como Ministro da Educação e Saúde o advogado Gustavo Capanema, assumiu o cargo de Reitor da UDF o professor de direito da Universidade Católica do Rio de Janeiro, Afonso Pena Júnior. No lugar de Anísio Teixeira, na Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, assumia o ex-ministro Francisco Campos, que imediatamente declarou: "Chegamos a um estado em que no campo da educação é que as ideias trabalham pelo poder. A política de hoje é a política de educação. Nela, no seu campo de luta, é que se decidirão os destinos humanos"<sup>41</sup>. Nas palavras de Campos, estavam presentes as ideias de que a educação era o meio pelo qual deveria acontecer a transmissão de valores que permitiriam a homogeneização e a disciplinamento da sociedade (SCHWARTZMAN, et al., 2000).

Dois anos depois, com a decretação do Estado Novo, em 1937, Afonso Pena Júnior foi afastado<sup>42</sup> e o Chefe da Ação Católica Nacional, Sr. Alceu Amoroso Lima, também conhecido por Tristão de Athayde, que poucos meses antes havia sido responsável por uma longa explanação pública a Capanema sob a incompatibilidade entre “A Educação e o Comunismo”<sup>43</sup>, assumiu o cargo de reitor da UDF. Aprofundava-se desde então a ligação do governo de Vargas com os interesses católicos em expandir sua atividade religiosa e deter qualquer ecletismo pedagógico de tendência socialista (SCHWARTZMAN, et al., 2000).

Para o historiador Luiz Antônio Cunha (1999), os novos ocupantes dos cargos públicos da cidade Rio de Janeiro (DF), liquidaram a experiência de Universidade do Distrito Federal. “Parte da UDF foi incorporada à Universidade do Brasil, outra parte foi simplesmente extinta”<sup>44</sup>. A única que restou dessa partilha e liquidação foi a Escola de Professores, que voltou a funcionar no Instituto de Educação, voltando a formar, como fazia a Escola Normal do Distrito Federal, professores normalistas em nível médio. Eis que

<sup>40</sup> Fatos e Imagens: artigos ilustrados e fatos e conjunturas do Brasil. Pedro Ernesto. CPDOC. Disponível em [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/pedro\\_ernesto](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/biografias/pedro_ernesto). Acessado dia 10.01.17.

<sup>41</sup> Francisco Campos. Discurso de posse de secretário de Educação e Cultura do DF, Boletim de Educação Pública, ano V, julho-dezembro, 1935.

<sup>42</sup> Verbetes, CPDOC. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/brasilia/verbetes>. Acessado dia 9.07.17.

<sup>43</sup> A CRUZ. “A educação e o comunismo”. 29.03.17. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 7.01.17.

<sup>44</sup> CUNHA, Luiz Antônio. 1997 repete 1937? Unificação e Segmentação no Ensino Brasileiro. In: Seminário “Um olhar sobre Anísio”. Mesa Redonda “Política Educacional”, Rio de Janeiro, 3 set. 1999. Rio de Janeiro, UFRJ/CFCH/PACC, Fundação Anísio Teixeira, 1999. Disponível em: <http://www.bvanisiotexira.ufba.br/artigos/LuizAntonio.htm>. Acessado dia 9.01.17.

depois de toda interferência federal nos negócios da municipalidade, de toda teoria e ação de educadores, a Escola Normal voltou fortalecida ao cenário educacional.

Segundo analisa Sonia Lopes (2008), para justificar a necessidade de fechar a UDF, Gustavo Capanema afirmou ser “essencial ao Estado Novo” manter o princípio da disciplina: “ordem e clareza; economia e eficiência; simplicidade e rapidez. A Disciplina implica num resultado, a saber, o máximo do esforço humano” (p. 159). Em 1939, com os ideários que envolviam a UDF suplantados dentro da administração pública municipal, o Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, dava continuação a projeto promulgado na época em que Francisco Campos ocupava o seu cargo.

Prevaleceu, assim, o esquema originário da Reforma Francisco Campos de uma instituição multifuncional, mas com a expressiva mudança de nome para denotar o caráter essencialmente acadêmico da nova faculdade. Na época, ainda não havia amadurecido suficientemente a consciência dos problemas educacionais, nem se generalizara a convicção e que o educador carecia de uma formação técnico-profissional especializada para a qual se tornava indispensável uma instituição própria. Faltavam os suportes culturais e as motivações sociais necessárias à criação de uma Faculdade de Educação (SUCUPIRA, 1969. p. 263-264).

Com o fim da UDF, criava-se a Faculdade Nacional de Filosofia (Decreto-Lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939), que então formaria os licenciados para atuar nas escolas secundárias, inclusive naquelas que ofereciam o ensino normal.

**DAS FINALIDADES DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA**  
Art. 1º A Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, instituída pela Lei n. 452, de 5 de julho de 1937, passa a denominar-se Faculdade Nacional de Filosofia. Serão as seguintes as suas finalidades:

- a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades de ordem desinteressada ou técnica;
- b) preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal;
- c) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituam objeto de ensino (Decreto-Lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939).

Naturalmente, o projeto universitário posto em prática durante o Estado Novo estava circunscrito ao uma proposta maior de reconhecimento e valorização nacional que, antes de tudo, segundo apontou Lourenço Filho, em 1939, deveria

(...) homogeneizar a população, dando a cada nova geração o instrumento do idioma, os rudimentos da geografia e da história pátria, (...) as bases

da formação cívica e moral, a feição dos sentimentos e ideias coletivos, em que afinal o senso de unidade e de comunhão nacional repousam<sup>45</sup>.

Tal homogeneização, evidentemente, não deveria começar pelo ensino superior, mas sim, pela formação elementar, onde eficazmente o crescimento das massas conseguiria ser arregimentado por uma ideologia comum (OLIVEIRA et al., 1982). Afinal, como o próprio ministro Gustavo Capanema apontou, o ensino primário era o "verdadeiro instrumento de modelação do ser humano, por isto que sobre ele influi enquanto ainda matéria plástica, a que é possível comunicar todas as espécies de hábitos e atitudes"<sup>46</sup>.

O ex-ministro Francisco Campos, então Secretário de Educação do Distrito Federal, figurava ainda como um dos principais formuladores e articuladores da ideologia do Estado Novo. Em 1937, pouco antes do golpe que implantaria o regime de exceção, Campos assumira a pasta da Justiça, sendo convidado por Getúlio Vargas para escrever a Constituição Federal que viria a ser outorgada no mesmo ano<sup>47</sup>. Mesmo antes da Revolução de 1930, Francisco Campos tornara-se um dos principais nomes da organização Legião Liberal Mineira, ligada a Legião de Outubro<sup>48</sup>, que combatia a Política dos Governadores<sup>49</sup>, encerrada em Minas Gerais pela atuação do Partido Republicano Mineiro (PRM). Com características que a assemelhavam com os partidos fascistas europeus, o movimento representado por Campos, defendia que o Estado liberal estava em declínio e que apenas uma reorganização de fundo totalitário onde o Estado seria o principal articulador de uma nova ideologia voltada para as massas poderia manter o Brasil no caminho correto (SCHWARTZMAN, et al., 2000).

<sup>45</sup> Manuel Bergstrom Lourenço Filho. Conferência na Escola do Estado-Maior do Exército, 27.10.39. "Educação e Segurança Nacional". Em: A Defesa Nacional, novembro de 1939, p. 67.

<sup>46</sup> Gustavo Capanema "Conferência feita por ocasião do centenário do Colégio Pedro II a 2/12/1937". GC/Capanema, G. 37.12.02.

<sup>47</sup> CPDOC. Verbetes. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/francisco\\_campos](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/francisco_campos). Acessado dia 30.05.17.

<sup>48</sup> Embora o nome desta organização faça referência a Revolução de 1930, acontecida em outubro, seu primeiro manifesto é datado de 12 de novembro de 1930, data em que foram assinados os decretos que instituíram o governo provisório e dissolveu o Congresso Nacional. Em quase todos os Estados surgiram legiões. Em Minas Gerais, o mais atuante era o Legião Liberal Mineira, liderada por Francisco Campos. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/legiao-de-outubro>. Acessado dia 30.05.17.

<sup>49</sup> A Política dos Governadores foi um grande acordo entre lideranças estaduais que visavam criar estabilidade política nos Estados e no Executivo Federal. Em síntese, o acordo visava que a Presidência não deveria intervir nos negócios e conflitos regionais e em troca, teria pleno controle sobre o Congresso Nacional. Neste acordo, revelou-se a hegemonia das oligarquias paulista e mineira no controle das políticas de Estado, posto que indicavam alternadamente os candidatos para a vaga e presidente da República. DIAS, Carlos. Política dos Governadores. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POL%C3%89TICA%20DOS%20GOVERNADORES.pdf>. Acessado dia 30.05.17.

A construção da cultura de massas se desenvolveu, conforme planejado, com o uso dos meios de comunicação mais acessíveis pela população, dentre eles, jornais, rádios e revistas. Desses, destacavam-se Ciência Política, Estudos e Conferências, Dos Jornais, Brasil Novo, Planalto e, mais significativamente, a Revista Cultura Política, onde escreviam intelectuais simpáticos ao regime como Francisco Campos, Antônio Azevedo do Amaral (irmão de Manuel Ignácio Azevedo do Amaral), Almir de Andrade e Lourival Fontes. A Revista Ciência Política ficava responsável por decodificar os textos produzidos pelos intelectuais acima citados, inculcar no público em geral o patriotismo, a educação cívica e militar, eivados dos valores presentes na tradição, na família e na disciplina, descritos por uma linguagem predominantemente emotiva e marcada pela força das imagens (OLIVEIRA, et al, 1982).

A escola, neste ponto, segundo Campos, seria o meio pelo qual o homem se adaptaria às novas situações, onde seria considerado um equívoco sério a educar para o ideário democrático, onde um grande líder seria responsável por integrar e orientar politicamente a cultura de massas através dos meios de comunicação, onde tudo começaria e terminaria no Estado. O homem seria educado para uma nova cultura política em que “o regime próprio das massas é o regime da ditadura, do apelo, e não o da escolha” (SCHWARTZMAN, 2000). Para isso, a escola das primeiras séries teria uma importância especial:

No projeto político de construção do Estado Nacional há um lugar de destaque para a pedagogia que deverá ter como meta primordial a juventude. Ao Estado caberia a responsabilidade de tutelar a juventude, modelando seu pensamento, ajustando-a ao novo ambiente político, preparando-a, enfim, para a convivência a ser estimulada no Estado totalitário. Não faltariam nesse plano símbolos a serem difundidos e cultuados; mitos a serem exaltados e programas a serem cumpridos (BOMENY, 1999, p. 147).

Em verdade, a experiência do curso superior para a formação de professores primários foi efêmera, conforme veremos adiante. Isto porque a UDF encerrou suas atividades em 1939, pelo fato de colidir com o projeto universitário de Gustavo Capanema e pelas pressões da comunidade Católica, que acusava a Universidade de ser um veículo de propagação comunista (LOPES, 2008). Em janeiro de 1939, através do Decreto-Lei n.º 1.063, a UDF foi dissolvida e os cursos transferidos para a Universidade do Brasil (futura UFRJ), com exceção do Instituto de Educação, sede da Escola de Educação da UDF.

Assim, neste ano terminava a experiência da formação de professores primários de ensino superior e o Instituto de Educação voltava a formar professores normalistas em nível médio. O padrão centralizador do Estado Novo, o projeto educacional de formação das massas ligado a uso dos meios de comunicação, aliado à ação dos educadores católicos, produziu uma cultura política específica no período que terminou por favorecer a continuidade do modelo de formação de professores normalistas em nível médio.

Entretanto, não houve um retorno automático à denominação *Escola Normal* ou *Curso Normal*. Antes disso, a unidade de formação de professores, funcionou sob o nome de Curso de Formação e Professores Primários (CFPP) entre 1939 – 1942, sofrendo poucas alterações em seu conteúdo (LOPES, 2009). A partir de 1943, como pondera a autora, o ensino normal sofreria significativa mudança, que poderia ser caracterizado pela desconstrução da Reforma de 1932, que transformou a Escola Normal em Instituto de Educação, levando o pensamento de união entre teoria e prática, presente no ideário dos escolanovistas.

A identidade da instituição, ainda que preservada em sua função primordial – formar professores primários para atender as escolas públicas do Distrito Federal – foi de certa maneira afetada, uma vez que o curso normal agora oferecido despojava-se do caráter profissional que lhe conferira a Reforma de 1932 (LOPES, 2009, p. 608)

Em 1943, o prefeito Henrique Dodsworth (1937 – 1945) transformou em Decreto (7.941 de 25 de março) os comentários e orientações feitos pelo Ministro Gustavo Capanema sobre a organização do Instituto de Educação. O documento, que realizava a defesa do antigo modelo de formação de professores primários, evocava as origens da Escola Normal, apontando ser “consagrada pela tradição é que a melhor se ajusta às finalidades específicas dos estabelecimentos e formação de professor primário (*caput* do Decreto 7.941 de 25 de março de 1943 apud LOPES, 2009). O Decreto do prefeito, francamente conservador frente à experiência da formação superior dos professores, mantinha o tradicional ensino normal como modelo de ensino da cidade-capital.

No mais, a despeito da mudança do nome da instituição de Escola Normal do Distrito Federal para Instituto de Educação, a Normalista da cidade do Rio de Janeiro terminava os anos 1930 e iniciava os anos 1940 preservando a imagem dela própria e do

Curso Normal como um projeto feito por e para as elites brasileiras. Não apenas por conta das propostas dos educadores realizadas neste período, mas também pelas pessoas que frequentavam a Escola Normal.

A reportagem abaixo é da Revista O Cruzeiro, feita no ano de 1936, isto é, apenas seis anos após o início das aulas na sede da Rua Mariz e Barros, na Tijuca. No final do recreio, sob o procedimento de enfileiramento para a volta às aulas do lado esquerdo podemos ver parte do pátio da unidade, além das imagens em detalhe ilustrando o ensino em laboratórios e salas especializadas. Temos na foto, ao menos, uma centena de normalistas que retornavam para a sala de aula no final da tarde, mas, curiosamente, nenhum rapaz e nenhuma Normalista negra podem ser vistas na fotografia.



Figura 12 – Revista O Cruzeiro. Adeus Aulas! 12.12.36. p. 12-13. Disponível em <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Acessado dia 20.06.17.

Não por acaso, a proximidade com os educadores católicos durante o Estado Novo havia trazido novos sujeitos à cena política. Mesmo com o fim do Estado Novo e da segunda guerra mundial, tal reaproximação ficaria evidente no fato de que o ex-ministro da

guerra Eurico Gaspar Dutra tornara-se presidente da RepÚblica, sendo sua esposa, a fervorosa católica Dn. Carmela Teles Leite Dutra, ento primeira dama do paÍs.

Amiga pessoal de Gustavo Capanema, Dn. Carmela Dutra dava o tom do modelo comportamental educacional destinado às mulheres nos próximos anos, quando, abertamente, condenou moralmente as mulheres que tiveram a iniciativa de servir como enfermeiras durante a guerra e quando foi homenageada ao ter seu nome escolhido para batizar a segunda Escola Normal criada na cidade do Rio de Janeiro (Ver LIMA, 2015). No entanto, deixaremos para estudar melhor o papel da mulher nos anos 1930 e 1940 no próximo capítulo.

## CAPÍTULO 2

### OS SÍMBOLOS DO TRADICIONAL CURSO NORMAL

A reaproximação do Projeto do Governo Federal com os educadores católicos ainda na década de 1930 não aconteceria sem algumas premissas que o Ministro da Educação Gustavo Capanema deveria atender. Entre elas estavam a publicação de uma grande revista nacional de educação e a exclusão rigorosa de qualquer ecletismo pedagógico de nuances socialistas, além da publicação de doutrinas anti-marxistas e anti-soviéticas. Tais premissas cobravam também que o governo criasse “facilidades” para o ensino religioso em todo país, o que incluía a fundação de Faculdades Católicas de Teologias nas Universidades, também a realização de congressos católicos por todo país, além de um item especial para a Cidade-Capital, que previa “facilidades” para a criação da Universidade Católica do Rio de Janeiro (SCHWARTZMAN, et al., 2000).

Em 16 e fevereiro de 1937, o ministro Gustavo Capanema deu início às discussões no Conselho Nacional de Educação para que fosse criado um Plano Nacional de Educação. Apenas três meses depois, no dia 18 de maio de 1937, o projeto de PNE foi encaminhado ao presidente da República Getúlio Vargas, que por sua vez, encaminhou uma cópia ao Congresso Nacional no mesmo dia (CURY, 2015). Entre muitas propostas, o projeto de Plano Nacional de Educação pretendia trazer à realidade do ensino público, as Escolas Normais Domésticas, um modelo de ensino já praticado por instituições católicas em vários lugares do país. Tornar essa cultura uma realidade para o país, significava inseri-la nas instituições (KUSCHNIR; CARNEIRO; 1999), pois só dessa forma ela teria relevância para a prática política do Estado Novo.

Reservado para mulheres entre os 12 e 18 anos, esse modelo de ensino seria dividido em três tipos: o doméstico geral, doméstico agrícola e doméstico industrial. Os dois primeiros seriam divididos em dois ciclos. No primeiro ciclo, as mulheres seriam preparadas para a vida no lar, recebendo noções de trabalho doméstico, civilidade e moral familiar, além de português, matemática elementar, ginástica e canto. Já no segundo ciclo, destinado a formar professoras para atuar nesse sistema, seriam estudadas as mesmas disciplinas, acrescentando contabilidade doméstica, puericultura, sociologia, direito da

família, moral e educação familiar, além de contabilidade doméstica. Apesar de os três tipos de curso terem as mesmas bases, as Escolas Normais Domésticas Rurais e Industriais apresentavam algumas especificidades de formação, tendo elementos diferentes na preparação das mulheres, como o ensino de técnicas de colheita e a industrialização caseira de alimentos (Ver SCHWARTZMAN, et al., 2000).

O Plano Nacional de Educação de 1937, contudo, não fora efetivado. Ao sofrer resistências na Câmara, o projeto de PNE demorou a ser votado. Neste ínterim, no dia 10 de novembro de 1937, todos os poderes representativos foram fechados e foi instaurado o Estado Novo, sob o comando de Getúlio Vargas (CURY, 2015). A votação do PNE de 1937 fora deixado de lado e esquecido, mesmo por que, afinal, em uma ditadura com o Poder Executivo hipertrofiado o trâmite de leis não tem importância frente aos interesses do governo autoritário.

Embora o modelo das Escolas Normais Domésticas continuasse a funcionar sob o comando de educadores católicos em várias regiões do país<sup>50</sup>, ele não foi oficialmente adotado pela administração pública. Entretanto, as bases desse modelo não consistiam em leis, mas na influência ideológica e na atuação dos educadores católicos, pois no mês seguinte ao fechamento do Congresso e a paralisação da tramitação do PNE, o ministro Gustavo Capanema, em Conferência, afirmou publicamente que:

Os poderes públicos devem ter em mira que a educação, tendo por finalidade preparar o indivíduo para a vida moral, política e econômica da nação, precisa considerar diversamente o homem e a mulher. Cumpre reconhecer que no mundo moderno um e outro são chamados à mesma quantidade de esforço pela obra comum, pois a mulher mostrou-se capaz de tarefas as mais difíceis e penosas outrora retiradas de sua participação. A educação a ser dada aos dois há, porém, de diferir na medida em que diferem os destinos que a Providência lhes deu. Assim, se o homem deve ser preparado com têmpera de teor militar para os negócios e as lutas, a educação feminina terá outra finalidade que é o preparo para a vida do lar. A família constituída pelo casamento indissolúvel é a base de nossa organização social e por isto colocada sob a proteção especial do Estado. Ora, é a mulher que funda e conserva a família, como é também por suas mãos que a família se destrói. Ao Estado, pois, compete, na educação que lhe ministra prepará-la conscientemente para esta grave missão (CAPANEMA, 1937 apud SCHWARTZMAN, et al., 2000)<sup>51</sup>.

<sup>50</sup> Conforme conseguimos averiguar em pesquisas realizadas no site da Hemeroteca digital. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 30.05.17.

<sup>51</sup> Gustavo Capanema. Conferência proferida por ocasião do centenário do Colégio Pedro II, 2 de dezembro de 1937. GC/Capanema, Gustavo, 02.12.37, série pi. Apud SCHWARTZMAN, et al., 2000

Assim, a construção de um projeto de educação destinado exclusivamente para a mulher não fora abandonado, subsistindo no círculo de influência do Estado Novo e sendo consubstanciado no Decreto 4.244, de 9 de abril de 1942. A Lei Orgânica do Ensino Secundário, ao tratar do assunto, teve título específico: “Do ensino secundário feminino”. E afirmava no artigo 25 que “É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina”, ou ainda que “A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar” (BRASIL, 1942). Nesses anos da década de 1940, um índice demonstra a efetividade dessa política de orientação para o trabalho destinado à mulher: 75,2% da população ativa no mercado de trabalho do Distrito Federal era masculina, enquanto que, o restante, apenas 24,8%, era de mulheres que trabalhavam fora de casa (PEREIRA, 1969). E entre os cargos destinados às mulheres, a posição de docente primária era um dos maiores destinos das jovens cariocas. Para entender como esse processo se deu, contudo, precisaremos tratar, um pouco mais especificamente, sobre as representações e imagens construídas das professoras do Rio de Janeiro neste período. Assim, dentro desse contexto da “missão da mulher”, iniciamos o Capítulo 2, que se concentrará nas imagens e representações desenvolvidas sobre a normalista neste período.

### **Missionária, Normalista e Professorinha: representações da professora primária**

O sociólogo inglês Martin Lawn, ao escrever sobre os professores na Inglaterra, analisou as relações entre *Trabalho, Estado, Leis e Modernidade* frente à construção de identidades dos docentes. Embora seu estudo seja dedicado ao país onde pesquisa, algumas questões são pertinentes à formação de profissionais de ensino em todo o mundo. Para esta parte da tese, destacamos um ponto específico do artigo de Lawn que melhor se articula à nossa proposta de reflexão. Trata-se da atuação dos governos na normatização da professora normalista, no sentido de construir uma identidade. Para o autor,

A produção da identidade envolve o Estado, através dos seus regulamentos, serviços, encontros políticos, discursos públicos, programas de formação, intervenções nos media [mídias], etc. É uma componente essencial do sistema, fabricada para gerir problemas de ordem pública e de regulamentação (LAWN, 2001, p.118).

Nessa perspectiva em que abordamos o contexto histórico onde o (a) professor (a) normalista enquanto ator social se apresenta, conforme aponta Claude Dubar (2005), precisamos considerar alguns termos que estão historicamente relacionados à representação da atividade docente em nosso país. Por exemplo, as palavras ‘messias’, ‘missionário’ e ‘missão’ mostram-se expressões impossíveis de serem deixadas de lado quando estudamos a história da profissão docente, pois, graças ao passado de colonização portuguesa e católica, elas ainda são usadas nos dias atuais quando o senso comum e a imprensa se referem ao professor. Entretanto, ao abordar esse tema, ao invés de retornarmos às missões jesuíticas, bastará para o presente estudo uma breve digressão sobre a relação entre essas palavras. Afinal, a ideia do professor como ‘redentor’, ‘salvador’, já foi bem explorada em outros trabalhos acadêmicos e o que mais nos interessa aqui é oferecer uma perspectiva nova no estudo sobre a transição do magistério como ‘sacerdócio’ para ‘profissão’.

As três palavras em destaque com as quais iniciamos o parágrafo anterior têm em sua raiz a ideia de que um delegado, isto é, alguém que assumiu determinada responsabilidade, deve realizar a tarefa para a qual fora designado a fim de conseguir chegar a algum resultado antes previsto. Ao relativizarmos esses termos à nossa história, a palavra ‘ministrar’, por exemplo, ganha automaticamente contornos religiosos cristãos, quando simplesmente poderia fazer referência ao evento ‘lecionar’. E mais ainda, ao pensarmos na proximidade entre ‘profeta’ e ‘professor’, ambos com raízes na concepção de que esses personagens são aqueles que estão ‘a vista de’ ‘dizer algo a alguém’, fica ainda mais difícil separar o dom de um pastor e a profissão de um educador diante de suas atividades sociais.

No entanto, para ilustrarmos essa situação, tomaremos um caminho menos teórico, onde podemos citar o conhecido caso da proibição das normalistas de se casarem como um evento de transição de suas identidades do sacerdócio para profissional. Apesar de esse caso ter sido investigado e de ter se tornado uma legenda quando se menciona a trajetória de normalistas nos meados do século XX, tal impedimento foi realmente transformado em norma para as alunas do IE e da ENCD, através de um decreto que durou apenas cinco anos diante das ideologias de modernidade e desenvolvimentismo que caracterizaram os anos 1950. Entretanto, para chegarmos a essa lei que se tornou famosa através das músicas que ajudaram a construir uma representação específica sobre as normalistas, precisaremos nos munir de alguns saberes. O principal deles, e que não podemos perder de vista, é que

“a memória é um elemento constituinte da *Identidade*, tanto individual, como coletiva” (POLLAK, 1992, p. 5) ou como aponta Jaques Le Goff, “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (1996, p. 410). Desta forma, poderemos também entender a importância da Normalista e a atuação de órgãos públicos no sentido de erigir a sua imagem. Afinal, a Normalista é uma figura que levava a modernidade a um cenário onde a maior parte do povo vivia no meio rural.

Nas décadas iniciais do século XX, período em que o Brasil dava os primeiros passos em direção à industrialização e modernização, o professorado do Distrito Federal fora convocado para a missão de ‘redimir’ o povo considerado ‘incivilizado’. Eram aqueles que ‘preferiam viver na sujeira ao viver na higiene’ e que preferiam o “Sertão Carioca”<sup>52</sup> e o ‘atraso rural diante da modernidade das grandes cidades’<sup>53</sup>. As personificações do brasileiro no início do século XX resumiam-se ao “Ai, que preguiça”, de *Macunaíma*<sup>54</sup> que, ao entrar em contato com a cidade grande, em nada combinava com os projetos da sociedade urbanizada que se pensava construir sob os moldes europeu e americano. Ou ainda, o caipira *Jeca Tatu*, inadaptável à civilização, ignorante e alheio aos novos hábitos de higiene, e também o *Zé Brasil*<sup>55</sup>, meeiro que padece diante dos problemas de concentração agrária no país, os dois últimos protagonistas da obra de Monteiro Lobato,

<sup>52</sup> A palavra “Sertão” significa região do interior, longe da costa e das povoações. Utilizamos neste trabalho a expressão “Sertão Carioca”, com base no livro de título homônimo de autoria de Armando Magalhães Corrêa. Nesta citação do prefaciada por Ricardo Palma, podemos entender como se via o interior do Rio de Janeiro à época: “Pouca gente, hoje, escreve sobre as coisas do Rio de Janeiro. E os poucos que escrevem, se limitam à história. Mas ultimamente um desses escritores, afastando-se do asfalto moderno e elegante da avenida e deixando em paz a poeira venerável dos arquivos, resolveu, como Fernão Paes “entrar pelo sertão”. Sim, embora, o carioca da Avenida, do posto 4, dos chás e cinemas chics fique espantado, existe, nesta sua maravilhosa terra um “sertão” como na Amazônia, em Mato Grosso, em Goyaz, em Minas, na Bahia. Embora menos bravio... Tinha-me eu na conta de razoável sabedor de coisas do Rio antigo, do Município neutro, do actual Distrito Federal. Era uma pretensão como tantas. Mas bastou o professor Magalhães Corrêa iniciar a divulgação de uma série de reportagens interessantíssimas para verificar que eu nada sabia”.(CORRÊA, 1936, pp. 1-2.)

<sup>53</sup> Essa é uma interpretação livre que realizamos sobre a imagem do Brasil mostrada no livro de Adolfo Caminha – bem como em outros livros. Originalmente a personagem principal do livro, Maria do Carmo, é enlaçada nas tramas de personagens que representam o que o país tem de melhor e pior. O romance, considerado por críticos como uma obra naturalista, é ambientado em Fortaleza, considerando figuras características do nordeste como o coronel, a escola religiosa, o estudante de direito como mocinho e possível amante e o vilão que representa a parte ruim da sociedade.

<sup>54</sup> *Macunaíma*, obra de Mário de Andrade, foi lançada em 1928, com as artes de capa feitas por Di Cavalcanti.

<sup>55</sup> O *Jeca Tatu* apareceu pela primeira vez em artigos publicados no Jornal O Estado de São Paulo, no ano de 1914. Já o *Zé Brasil*, considerado um efeito de amadurecimento político de Monteiro Lobato, pois, apesar de morar no meio rural, são enfocados agora os problemas sociais e de concentração de terras no país, surge em 1947, publicado no jornal *Tribuna Popular*.

que buscam expor quem são e como vivem os brasileiros da época (LIMA, 2015). Não por acaso, os Hinos do Instituto de Educação e da Escola Normal Carmela Dutra, fazem referência ao patriotismo e a missão de levar o conhecimento à população.

#### **Hino do Instituto de Educação (1947)**

Instituto fanal cuja história/ tradições e lauréis vem lembrar!/ Oh! luzeiro sem par, tua glória/ Vimos todos de pé celebrar!/ Teu clarão nossas almas inflama/ Faz bem presto convictos sentir/ Que o destino da pátria reclama/ Nossa oferta no altar do porvir! (...) Afirmamos no ardor do civismo/ Nossas vidas ao bem consagrar/ Santa Cruz jamais viu patriotismo/Tão grandioso o seu nome exaltar!/ Prometemos formar paladinos/ Conduzi-los em luz e labor  
Corações que proclamem os hinos/ Da justiça, da paz e do amor!!/ Salve, glória te rendemos/ Com orgulho juvenil/ Passo firme caminhemos/ À vanguarda do Brasil!<sup>56</sup>

#### **Hino da Escola Normal Carmela Dutra (1949)**

Pela pátria, família e escola/ Trabalhemos com fé, com valor/ E uma vida de luz e beleza/ Seja nosso fanal, nosso amor/ O Brasil nosso esforço reclama/ Somos força real do país/ Estudemos e a pátria façamos/ Poderosa, brilhante e feliz /As virtudes do lar, dom celeste/ Enobreçam o nosso pendor/ E a Escola Normal Carmela Dutra/ Exaltemos vibrando de amor<sup>57</sup>.

Desta forma, tal como os evangelizadores, a normalista devia abster-se do convívio com o sexo oposto, concentrando seu pensamento e energias em sua nobre tarefa. De fato, a Escola Normal da Corte, como já escrevemos, fora criada com o sistema de externato para os homens e o sistema de internato para as mulheres que quisessem se tornar professoras. A instrução feminina se tornou um tema de discussão envolvendo o comportamento, a moral e o lugar da mulher na sociedade. Nessa altura, as mulheres deveriam obter conhecimentos que naturalmente iam além dos saberes domésticos, afinal, a mulher, com fonte de renda própria se tornaria uma pessoa ilustrada, no último quartel do século XIX e início do século XX.

Com a ideia crescente nessa época de que a escola era uma espécie de interface entre o lar e o mundo do trabalho, passou-se a acreditar que não havia ninguém melhor do que a mulher para preparar a criança para essa transição. Termos como: *autoridade moral, cuidado infantil, maternagem, extensão da maternidade, mãe espiritual, minuciosidade, paciência, afetividade, doação e por natureza*, foram diversas vezes aplicados para

<sup>56</sup> Hino do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Cf. CAMPOS, França e BRANDÃO, José Vieira.

Hino do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. apud TONÁCIO, 2011, p. 12.

<sup>57</sup> Canuto Roque Régis. Aprovado em 1949 pela Comissão Consultiva Musical do Serviço de Educação Musical e Artística. Apud LIMA, 2015, p. 156.

designar o que seriam capacidades que só a mulher teria para educar as crianças. Para sustentar essa transformação, argumentos religiosos e higienistas também colocavam a mulher, na figura da professora normalista, como responsável por ordenar a família, levar à sociedade melhores condições de saúde e disseminar os novos saberes modernos (LOURO, 1997; CARVALHO, 2005). Então, a professora normalista já não era somente a redentora da ‘incivilidade’ do brasileiro, mas também a ‘professorinha’, figura com juventude e vontade, porém ingênuas, criatura também dotada das qualidades do saber e da economia doméstica, mas, com uma missão a cumprir distante da sua própria casa.

Para a pedagoga Maria José Garcia Werebe, que publicou em 1968 o livro *Grandezas e misérias do ensino no Brasil*, as finalidades precípuas da formação de professores primários no país haviam sido desviadas nos anos 1950. O objetivo principal havia passado para o segundo plano, “aumentando, no decorrer dos tempos a importância das funções adjetivas que lhe foram atribuídas, transformando-se elas em ‘liceu para moças’ ”(p.213).

Seguindo esse raciocínio, os dados fornecidos pela autora apontam que no Brasil se formavam nos anos 1950 mais professores em números absolutos do que na França e na Inglaterra e mais professores em números relativos do que aqueles mesmos países, e ainda, mais do que formavam os Estados Unidos. Entretanto, diante da evidência em números que organizamos logo abaixo, impõe-se uma simples questão colocada pelo professor Almeida Júnior (Signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova): “Pode haver maior desperdício?” (WEREBE, 1968, p. 218).

Anos 1950			
Países	População	Professores primários formados	Percentual da população formada como professor primário
França	43000000	4000	0,009%
Inglaterra	45000000	10000	0,022%
EUA	150000000	37171	0,025%
Brasil	52000000	15680	0,030%

Figura 13 – Percentual de Professores primários. Tabela construída a partir dos dados fornecidos pelo livro *Grandezas e misérias do ensino no Brasil*, de Maria José Garcia Werebe, 1968.

A historiadora Guacira Lopes Louro, em *Mulheres na sala de aula* (1997), apontou que o magistério neste nível já se encontrava num campo tão marcadamente feminino no período que se tornara “a meta mais alta dos estudos a que uma jovem poderia pretender” (p. 471). Segundo a autora, todas as alunas dos cursos normais receberiam ótima qualidade

de formação, mas nem todas seriam professoras, pois ansiavam pelo casamento perfeito, preferencialmente com alunos da Escola Militar. Exemplos dessa relação são alguns dos “Hinos e Canções Escolares” cantadas nos anos 1940, descritas pela professora e ex-aluna Zilá Simas Enéas (1998, p. 258-266), onde aparecem a Canção dos Expedicionários, o Hino dos Aviadores Brasileiros e a Canção do Marinheiro. Outro caso é da marcha patriótica *Capitão Caçula*, escrita por Theóphilo Magalhães nos anos 1940 que foi adotada pelo Exército como *Canção do Soldado*. Também chamada de *Canção ou Hino do Exército*, a canção pelo qual o autor, no fim da vida e em situação de mendicância<sup>58</sup>, recebeu pensão vitalícia (BRASIL, 1949) foi adaptada como Canção da Normalista. “Nós somos da Pátria a guarda Fiéis soldados” tornou-se “Nós somos as normalistas do Instituto de Educação”.

Vale ressaltar que os Cadetes do Colégio Militar tinham direitos parecidos com os das normalistas, pois ao ingressarem no ginásial da instituição, mantinham-se na corporação até a formação acadêmica, seguindo carreira até a aposentadoria. Assim, apesar da formação da Normalista ser valorizada como uma formação de elite, sendo que a professora poderia trabalhar meio expediente e ainda cuidar dos afazeres domésticos, tornou a percepção da formação como uma espécie de “curso espera marido” (p. 471).

(...) salientam-se as incontestáveis vantagens que o ensino normal oferece. De fato, além de ser, pela constituição do seu currículo, apropriado para a formação de futuras “esposas e mães”, confere um diploma profissional que, numa eventualidade, pode ser útil, funcionando como “seguro de vida” (WEREBE, 1968, p. 213).

Entretanto, devemos ressaltar que todo esse imaginário começara a ser construído sob os auspícios da sociedade Imperial, marcadamente patriarcal, onde a Igreja e o Estado encontravam-se unidos. Afinal,

A Igreja <<inventa>> a escola por que conta com um projeto de dominação universal sobre as almas. Para ela faz falta uma escola: <<para inculcar práticas, um adestramento mecânico é o suficiente ou eficaz; mas as ideias, os sentimentos, não podem comunicar-se se não é com a voz da razão, e pouco a pouco (DUBET, 2006, p. 33, tradução nossa).

<sup>58</sup> Projeto 387-B. Câmara dos Deputados. Disponível em [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarIntegra;jsessionid=728234A75F2175B3A7E52E1A7F7073EE.proposicoesWeb1?codteor=1228512&filename=Dossie+PL+335/1948+CE](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra;jsessionid=728234A75F2175B3A7E52E1A7F7073EE.proposicoesWeb1?codteor=1228512&filename=Dossie+PL+335/1948+CE). Acessado dia 21.01.17.

Em 1877, em uma das tentativas de se manter regularmente uma escola normal em funcionamento no Município da Corte, *A Escola – Revista de Educação e Ensino*, descrevia as discussões no parlamento sobre os gastos de se manter a Escola Normal dividida com dois diretores, uma para o externato masculino, outra para o internato feminino. Por um lado, devido aos altos gastos, a opinião era de que a Escola Normal deveria ser suprimida em todo país, por outro, havia quem defendesse que os custos deveriam começar a ser cortados pelo Colégio Pedro II, que tinha “mais professores que uma Universidade europeia”<sup>59</sup>. Contudo, a maior parte do debate se ateve à questão das professoras em sua formação diferenciada diante dos homens, sendo até comparada à formação de uma freira em um convento. A seguir, um trecho da matéria da Revista sobre essa questão:

No que discordamos é na supressão das escolas normaes, porque a sua falta na capital do Império do Brasil, no anno da graça de 1877, é simplesmente uma vergonha.

Economize o governo fazendo com ella menos despesa. Para que o luzo de 30 professores? Para que dous diretores? Não basta um para ambos os estabelecimentos, desde que haja no de moças uma vice-diretora? Para que internato?

Os internatos são um grande mal, como ainda há dias provou o Monitor da Bahia, em um excelente artigo da redação, no qual chega mesmo a propôs um só escola mixta (...)

<< Como é isto? Para ser professora é preciso evitar a presença dos homens, e, no entanto, aos vinte e um anos uma normalista tira uma cadeira, arredada da capital vinte, trinta, cincuenta, oitenta, cem léguas, conforme a localidade, para lá se dirige, deixando a família, tem que tratar com os paes das alumnas, com os inspectores literários, com os proprietários das casas em que morar: é-lhe permitido, com isto não sofre sua honestidade; – mas periga na escola normal!

<< Uma professora precisa de desembaraço, sangue rio, practica do mundo – para entrar n’um concurso, para empreender viagens, para requerer seu direito, para livrar-se das perseguições que possa sofrer e dos perigos que a ameacem e para habilita-la a esta vida activa, ao exercício da liberdade, á responsabilidade de seu comportamento, dão-lhe uma educação de freira<sup>60</sup>

Pouco importou a moderna posição do educador e da revista *A Educação* sobre os riscos de uma futura missionária que sairia rumo aos rincões do país para levar educação ao ‘incivilizado’ povo brasileiro. As discussões sobre a mulher que recebera conhecimentos de fora da casa e para além da família continuava sendo alimentada pela

<sup>59</sup> A ESCOLA. A Escola – O parlamento e as economias. 1877. Vol. I -20. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado dia 18 de outubro de 2016.

<sup>60</sup> Idem.

normatização do corpo, como em discussões fomentadas no final dos anos 1920 sobre o celibato que deveria ser ou não adotado pelas professoras<sup>61</sup>. Em que pese a opinião de uma diretora escolar, podemos perceber o que já analisamos sobre a proximidade da normalista formada em Escolas PÚblicas, mesmo depois de terminado o Império e os laços oficiais com a Igreja, no tocante à permanência da ideia da professora como uma missionária:

Sou francamente favorável ao celibato das professoras, por julgá-lo uma necessidade para o ensino. Não digo isso porque sou celibatária. Digo porque essa é minha convicção. Acho que a professora quando se casa deve isolar-se do ensino. Se eniuvar ou se a assaltarem dificuldades prementes estão poderá voltar a exercer sua atividade numa escola. (...) Não. Não tenho a menor dúvida sobre o assunto. Sou pelo celibato. Professora é uma vocação, é uma profissão de renúncia. Professora não deve ser aquela que precisa ganhar a vida, mas aquela que se julgue capaz de o ser e com coragem suporte todos os sacrifícios (RIBEIRO, Beneventura, 1928 *apud* VIDAL et al., 2000, p. 198).

Os anos de 1930 a 1950 não ajudaram mesmo a distinguir a missão do profeta do trabalho do professor. As comemorações sobre o dia do professor como 15 de outubro remontam ao tempo do Império, mais especificamente, ao ano de 1827. Contudo, em 1933, a Associação dos Professores Católicos do Distrito Federal (APC-DF) festejou pela primeira vez o Dia do Primeiro Mestre, na data de 15 de outubro. Nos anos seguintes, essa associação lançou um apelo para que a comemoração se estendesse por todo o Brasil, criando, já nos anos 1940, uma comissão que buscou junto aos órgãos públicos a oficialização da data comemorativa. Assim, transformada em feriado no Estado de São Paulo em 1948 (Lei n.º 174, de 13 de outubro de 1948), a campanha ganhou o país nos anos seguintes. No Distrito Federal, em 1951, o Jornal Última Hora realizou um concurso que visava eleger o patrono do professorado carioca. Em meio a muitas figuras, entre elas pessoas republicanas e não religiosas, sobressaiu o nome do Padre José de Anchieta, missionário evangelizador do século XVI, considerado como aquele que introduziu o catolicismo no Brasil (VICENTINI & LUGLI, 2009).

José de Anchieta foi eleito com 26.641 votos dos 86.561 apurados. A eleição do jesuíta pode ser considerada um indicativo da influência da

<sup>61</sup> O Jornal A Pátria realizou uma série de entrevistas para saber a opinião de educadores sobre a proposta de tornar o celibato uma prática obrigatória as professoras nos final dos anos 1920. Trechos destas entrevistas foram retirados do Arquivo Fernando de Azevedo, produzido pela Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.usp.br/niephe/publicacoes/docs/REFORMA.PDF>. Acessado em 6 de março de 2014.

Igreja Católica junto aos participantes do concurso, incluindo as alunas das duas escolas normais oficiais do Distrito Federal (Instituto de Educação e a Escola Normal Carmela Dutra), das quais se esperava o voto em Benjamin Constant. A simbologia de sua figura remetia para uma concepção sacerdotal da docência em que sacrifício, abnegação e dedicação se associavam na descrição de um mestre exemplar (VICENTINE & LUGLI, 2009, p. 169).

Diante desta relação entre os valores, a missão, a moral, o controle e um evidente processo de *feminização* que também concorria para a diminuição dos salários dos professores, pois o que se esperava da mulher é que ela trabalhasse meio expediente e voltasse para o lar. Desta forma, uma professora, casada, não tinha necessidade de ser arrimo de família, logo, não precisaria de uma remuneração suficiente para sustentar a casa. Por outro lado, como informou a professora Beneventura Ribeiro ao falar sobre o celibato das professoras, “a professora não deve ser aquela que precisa ganhar a vida” (RIBEIRO, Beneventura, 1928 *apud* VIDAL et al, 2000, p. 198). Sendo assim, se o marido morresse, poderia, na viuvez, voltar a lecionar para se sustentar até a morte.

Na década de 1940, o governo federal se posicionou em relação à educação através das Leis Orgânicas de Ensino que sugeriam a separação da educação para moças e rapazes, contrariando a defesa da coeducação, uma das bandeiras dos Pioneiros da Escola Nova. Então, na Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto 4.244, de 9 de abril de 1942), foi “recomendado” que o ensino de homens e mulheres fossem realizados em unidades escolares diferenciadas. Caso esse item não fosse cumprido, as classes deveriam ser divididas em turmas de homens e turmas de mulheres, unidas apenas em atividades especiais, com a devida autorização do Ministério da Educação.

Quatro anos depois, também apenas após o final da segunda guerra, com a publicação da Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-Lei nº 8.530/46), houve uma organização mais detalhada da formação das normalistas. Neste quesito da formação feminina, a lei deixava brechas que pareciam delegar a cada região do país a competência para julgar se homens e mulheres deveriam ou não realizar o curso normal. Assim, em 2 de janeiro de 1946, o Decreto-Lei nº 8.530 passou a estabelecer no artigo 19 que “nos estabelecimentos que admitirem alunos de um e outro sexos, as classes poderão ser especiais para cada grupo, ou mistas”<sup>62</sup>. Assim, uma verdadeira divisão sexual do trabalho no ensino não alcançou de imediato as leis, embora já regesse a moralidade brasileira,

<sup>62</sup> Disponível em: [www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br). Acessado em 6 de janeiro de 2015.

refletindo-se na proibição da frequência de homens rapidamente, regiões por regiões, municípios por municípios.

Na Cidade-Capital do Brasil, em 31 março de 1947, a Resolução n.º 12, nos Capítulo I e II do Título IV – *Do Corpo Discente*, regulamentava *Dos direitos das alunas* e *Dos deveres das alunas*, sem fazer qualquer referência a frequência de meninos no IE e na nova unidade, a ENCD<sup>63</sup>. Finalmente, pouco mais de um ano depois, a regulamentação para o Ensino Normal no Distrito Federal, Decreto nº 9.529 de 28 de dezembro de 1948, foi mais direta em relação à questão da feminização do Curso Normal na cidade, ao assegurar que tanto o Instituto de Educação quanto a Escola Normal Carmela Dutra teriam suas admissões “limitadas ao sexo feminino”.

No intervalo entre a Lei Orgânica do Ensino Normal, de 1946, e os Regulamentos da IE e ENCD, de 31 de março de 1947 e de 28 de dezembro de 1948, dois jovens foram aprovados no concurso para a primeira turma da ENCD e tiveram seus nomes publicados em Diário Oficial como aprovados no dia 1 de abril de 1947<sup>64</sup>. Com efeito, esses dois jovens, sem uniformes, frequentaram a Escola Normal entre os anos de 1947 e 1949 usando ternos e foram os últimos homens que estudaram nas unidades até o ano de 1962. Um período de transições que exploraremos melhor na próxima parte deste trabalho. Vale ressaltar, a propósito, que se em 1935 o percentual e mulheres atuantes como professoras primárias nas salas de aulas do país era já era de 87,1%, com essas leis, o percentual subiu para 92,8% no ano de 1954 (PEREIRA, 1969).

Claude Dubar (2005), afirma que uma “identidade nunca é dada, é sempre construída” (p. 135). Neste caso, em que temos envolvidas questões de representação dessas docentes, podemos refletir sobre o quanto o governo, através de uma lei específica, pensava em *atribuir* uma identidade ao professor normalista e o quanto as famílias das jovens, com base no que já dispusemos neste tópico, pensavam para si a identidade de normalista. Ao mesmo tempo, considerando o que Dubar descreve sobre a *atribuição* de identidade, que, de forma sintética, visa definir “(...) quem o normalista deve ser”, e sobre *incorporação* de identidade, que deve ser pensada no “interior das trajetórias sociais pelas e nas quais os indivíduos constroem ‘identidades para si’ que nada mais são do que “a história que eles contam sobre o que são (...)” (p. 141), temos uma perspectiva de como se

<sup>63</sup> Resolução n.º 12, de 31 de março de 1947. Baixa regimento do Instituto de Educação da Secretaria Geral de Educação e Cultura. Acervo do Cmeb/ ISERJ.

<sup>64</sup> DOU. Concurso de admissão a 1ª Série do Curso Normal . 01.04.47. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br). Acessado em 6 de janeiro de 2015.

posicionaram os diretores e os professores das escolas normais no sentido de manter uma tradição de formação de mulheres no IE e na ENCD. Afinal, as classes médias cariocas, como descrevemos anteriormente, percebiam o curso de formação de normalistas não apenas como uma possibilidade de ascensão social e segurança financeira, mas também como a perspectiva de um bom casamento.

Contudo, ser mulher não era suficiente. A Escola Normal não só tinha poucas vagas para as moças que sonhavam em ser normalistas, como também exigia delas um perfil que não combinava exatamente com um país com características rurais. A Lei Orgânica do Ensino Normal já preconizava no artigo 20 que para admissão ao curso normal, o candidato deveria além de ser habilitado nos exames, ser brasileiro e apresentar sanidade mental, apresentar-se também sem defeitos físicos ou distúrbios funcionais e ter bom comportamento social<sup>65</sup>. Contudo, para se ter uma verdadeira ideia do modelo e perfeição que a normalista deveria incorporar, precisamos conhecer, por exemplo, o edital para admissão da Escola Normal Carmela Dutra, de 1946-1947, enquanto a unidade ainda era submetida ao Instituto de Educação.

**Não serão aceitos à matrícula na Escola Normal Carmela Dutra [candidatos que]:**

- a) Apresentarem condições de higiene individual e asseio corporal deficientes;
- b) Apresentarem estado de nutrição que se afaste exageradamente da normalidade (...) podendo ser levado em consideração o índice de Kaup (...);
- c) Apresentarem acuidade visual inferior a 2/3 da normal para longe (...) por causas não corrigíveis e progressivas; ou enquanto forem portadores de afecções não cicatrizadas ou progressivas;
- d) Apresentarem acuidade auditiva anormal ou afecção evolutiva em qualquer dos ouvidos;
- e) Apresentarem lesões ou perturbações naso-faríngeas, salvo quando derivarem de causas removíveis;
- f) Apresentarem amídalas em condições de infecções (...);
- g) Apresentarem afecções crônicas da laringe ou anormalidade de fonação (...);
- h) Apresentem afecções do sistema nervoso;
- i) Apresentem afecções do sistema circulatório;
- j) Sofrem de doenças infecciosas transmissíveis;
- l) Sofrerem de doenças repugnantes;
- m) Sofrem de doenças endócrinas graves;
- n) Sofrem de defeitos físicos ou chocantes para o meio infantil;
- o) Sofrem de distúrbios neuro-psíquicos;
- p) Apresentarem cavidades dentárias (cáries, raízes (...));
- q) Apresentarem anomalias de posição dos dentes (...);
- r) Apresentarem falta definitiva de 1/5 da dentadura correspondente a sua idade;

<sup>65</sup> Idem.

s) Apresentarem más condições de higiene bucal; (...) (DOU, Condições exigidas para o exame de admissão, 16 de setembro de 1946, pp. 5.785 e 5.786).

O edital ainda versava sobre a altura mínima de 1,50m que a candidata deveria ter para ser aprovada no certame. Ao considerarmos que a ENCD fora instalada na zona fronteiriça à zona rural do município carioca, precisamos problematizar a quem essa unidade atendeu, pelo menos nos primeiros anos. Segundo levantamento que realizamos, as primeiras alunas da unidade tinham perfil muito parecido com as alunas tijucanas, sendo que averiguamos que havia moradoras dos bairros de Grajaú, Ipanema, Botafogo, Vila Isabel e até da própria Tijuca. O processo de levar a educação para o sertão carioca, portanto, como vimos, embora atendesse a proposta de “civilização” do povo do Rio de Janeiro, em um primeiro momento, não conseguiu levar os moradores da região às cadeiras escolares da Escola Normal Carmela Dutra, que naquela época, funcionava como uma espécie de posto avançado do Instituto de Educação. Tais “conquistas” das pessoas que viviam efetivamente nos subúrbios, apenas se efetivou a partir de 1953, quando a unidade passou a ter alunos do Ginásial automaticamente aproveitados no Curso Normal (LIMA, 2015).

Contudo, a representação da normalista e essa expressão da realidade da formação dessas professoras ainda não havia atingido o ponto que queremos chegar. O famoso regulamento que proibia a normalista de se casar foi criado apenas no final dos anos 1940, pelo então prefeito do Distrito Federal Ângelo Mendes de Moraes<sup>66</sup>, convidado a assumir o cargo durante o mandato do presidente Eurico Gaspar Dutra, este último, casado com Dn. Carmela Dutra<sup>67</sup>, conhecida também com Dona Santinha<sup>68</sup>. Segundo o Jornal Última Hora,

<sup>66</sup> Ângelo Mendes de Moraes não havia chegado ao posto de prefeito do Distrito Federal sozinho. Em um período histórico no qual o presidente, através de acordos políticos, escolhia os governos e prefeitos, o chefe do executivo do Distrito Federal deveria ser alguém de sua confiança. Como militar, ele havia sido promovido a General de Divisão em agosto de 1946 e nomeado prefeito em junho do ano seguinte por Eurico Gaspar Dutra. Sua carreira, portanto, havia dado uma guinada desde a eleição de Dutra e a sua atuação se tornara importantíssima nos primeiros anos da Escola Normal Carmela Dutra. Contudo, Moraes seria lembrado pelas suas inspeções inesperadas realizadas em Madureira e na ENCD, além da construção do Estádio Jornalista Mario Filho (Maracanã) em 1950.

<sup>67</sup> São atribuídos a influência de Dn. Carmela Dutra a proibição dos jogos de azar no Brasil através do Decreto-lei Nº 9.215, de 30 de abril de 1946 e o fechamento do Partido Comunista Brasileiro em 1947, além de uma intensa investigação realizada durante o Estado Novo, em que o FBI estadunidense apontou que ela estaria convertendo os círculos sociais brasileiros mais ao Nazismo (Ver LIMA, 2015).

<sup>68</sup> A despeito de muitos comentários jocosos sobre o apelido Santinha, o termo era muito usado neste período por pessoas religiosas. De fato, Dn. Carmela Dutra atribuía a si mesmo esse termo, como conseguimos comprovar através de um bilhete que encontramos, destinado ao ministro da Educação Gustavo Capanema (LIMA, 2015).

o Decreto n.º 9.529, de 28 de dezembro de 1948, no artigo 49, afirmava que “É vedado às normalistas contrair matrimônio”<sup>69</sup>. De fato, a lei trazia a seguinte redação:

Art. 49. São condições gerais para a matrícula em qualquer série que o matriculado seja solteiro, de idoneidade moral e que não sofra de doença transmissível ou de defeito que torna desaconselhável o seu convívio com outros alunos ou que o incapacite para o exercício do magistério.

Parágrafo Único. As alunas de ensino normal da Prefeitura do Distrito Federal que contraírem matrimônio, durante o curso, terão suas matrículas automaticamente canceladas<sup>70</sup>.

A lei ainda determinava a idade máxima que uma jovem poderia entrar no curso normal, o que ajudou a construir o perfil da normalista. “Art. 34. Para inserção nos exames de admissão será exigido o certificado de conclusão do curso ginásial e idade mínima de 15 anos. Parágrafo único. Não serão admitidos candidatos maiores de 25 anos”<sup>71</sup>.

Os jornais do Distrito Federal exploraram as diferenças de opiniões da sociedade na época. Havendo apenas nesse momento o IE, na Tijuca e a ENCD, em Madureira, os posicionamentos variaram entre o apoio à medida da Prefeitura e desconfiança sobre a necessidade de regular o corpo da jovem normalista.

É razoável essa proibição, tendo-se em vista que a aluna do Instituto de Educação só poderá realmente, se devotar ao estudo, se de fato fôr solteira, sem os ônus do estado de casada, que são muitos e que podem afetar totalmente o aproveitamento da jovem que vai ensinar. Psicologicamente é uma medida razoável, de higiene didática, se se pode dizer tal coisa. Todo o mundo concordará que é natural que a Municipalidade exija que as alunas do Instituto permaneçam solteiras em todos os anos dos cursos, e só se casem depois de formadas. É perfeitamente compreensível tal exigência, que não precisa ser demonstrada. (...) não haverá dificuldade para ninguém, porque as próprias candidatas ao magistério, enquanto estudam só acreditam no “flirt” e no namoro. E fazem muito bem. Assim estão ajudando a administração pública. Namora, apenas...<sup>72</sup>

Por outro lado, o escritor Rubem Braga, no jornal Diário de Notícias comentava:

<sup>69</sup> ÚLTIMA HORA, Casamento durante o curso e estágio de um ano apenas. 18.07.1953. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado dia 18 de outubro de 2016. DIÁRIO CARIOSA. Pelo casamento das normalistas Dulcídio. 5.07.1953. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado dia 18 de outubro de 2016.

<sup>70</sup> PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Decreto n.º 9.529, de 28 de dezembro de 1948. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br). Acessado em 8 de janeiro de 2015.

<sup>71</sup> Idem.

<sup>72</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS. Namoro, apenas... 6.01.1949. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado dia 18 de outubro de 2016.

Foi um santo que disse isto: “antes casar, que arder”. (...) As que forem acometidas, durante o curso, do mal do amor (que não é doença rara no coração das normalistas) e acaso forem pedidas em casamento, ficarão em drama. (...) A proibição aumentará talvez as aflições do amor, que já é, de seu natural, uma aflição que dá na pessoa. Não entendo de pedagogia, e não conheço os altos motivos que inspiraram esse artigo 49 do Regulamento. Também não entendo – ai de mim! – de coração de normalistas, e não sei se para eles o artigo 49 será um sinal de sossego ou um motivo de inquietação. Sei apenas que eu por mim não ousaria assinar tal regulamento; pois é uma coisa sempre por demais delicada fazer regulamentos para o coração dos outros. Já há tanta coisa proibida, e tanta moça sem casar!<sup>73</sup>

Esse mesmo exemplo que sugerimos sobre o casamento da normalista permaneceu sendo tratado com matizes de sexualização e escárnio durante décadas. Segundo a revista *O Cruzeiro*, “o resultado de toda a celeuma provocada pelo caso foi o aparecimento de um samba que está em grande voga no momento aqui no Rio. Tem uma bonita letra, música fácil e chama-se “Normalista””(1949, p. 24).

O sucesso de músicas como ‘Normalista’, de Benedito Lacerda, em dupla com David Nasser, gravada por Nelson Gonçalves em 1949: “Mas a normalista linda/ Não pode casar ainda/ Só depois que se formar/ Eu estou apaixonado /O pai da moça é zangado/ E o remédio é esperar ” ou ‘Professora’, também de Benedito Lacerda, em parceria com Jorge Faraj e Sílvio Caldas, originalmente de 1938, mas regravado em 1949 por Alcides Gerard que, na esteira da fama de Nelson Gonçalves, demonstrava tal tendência no início dos anos 1950. ‘Professora’, além de sensualizar a profissão já eminentemente feminina, ainda enunciava outro aspecto que estudaremos melhor nos próximos pontos: o uso do trem por professoras em direção ao subúrbio:

E no trem das professoras/ Em que outras vão, sedutoras/ Eu não vejo mais ninguém/ Essa operária divina/ Que lá no subúrbio ensina/ As criancinhas a ler/ Naturalmente condena/ Na sua vida serena/ O meu modo de viver/ Condena por que não sabe/ Que toda culpa lhe cabe/ De eu viver ao Deus dará/ Menino querendo ser/ Para com ela aprender/ Novamente o be-a-bá<sup>74</sup>.

Embora outros protestos tenham sido registrados, como o de uma comissão de normalistas que foi direto ao gabinete do Prefeito tentar reverter o Decreto (que incluía

<sup>73</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Proibições. 6.01.1949. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado dia 18 de outubro de 2016.

<sup>74</sup> LACERDA, Benedito; FARAJ, Jorge; CALDAS, Silvio. Disponível em: <http://www.dicionariompb.com.br>. Acessado dia 10 de outubro de 2016.

também a expulsão imediata do curso se a aluna fosse descoberta “em delito”), a lei vigorou pelos cinco anos seguintes. Entretanto, foi registrado um caso à época, que, segundo as normalistas, era conversado “à boca pequena” dentre as unidades. Uma das alunas da primeira turma da ENCD, no seu ano de formatura, isto é, 1949, não apenas mostrava-se casada, mas já tinha dois filhos. Embora a normalista Léa Lemgruber já vivesse essa situação no ano em que prestou concurso para a ENCD, em 1947, e a proibição datasse do ano seguinte, 1948, as ex-alunas narraram o fato como uma espécie de escândalo no período. Afinal, no segundo ano da lei em vigor, Léa figurava como uma aluna que não estava dentro da imagem que o Município construía para a normalista. Lemgruber, mesmo com duas crianças, formara-se em 1949 com uma das melhores médias finais e tornara-se mais tarde Diretora da própria ENCD, justamente no período em que a unidade mudou-se para a nova sede (1967), também em Madureira (LIMA, 2015).

A incompatibilidade entre o trabalho com o casamento e a maternidade tinha outra justificativa: a condição de casada poderia resultar numa fonte de indagação das crianças e jovens sobre a vida afetiva e sexual da professora. Além dos argumentos da impossibilidade de dividir a dedicação ao lar e aos filhos com uma profissão, além dos inconvenientes de uma eventual autonomia financeira, acrescentavam-se os constrangimentos de uma possível gravidez (LOURO, 1997, pp. 468-469)

Essa imagem da professorinha constituiu-se a partir das tradições da sociedade brasileira, aliada às normatizações produzidas pelo legislativo e pelo executivo do Distrito Federal e pela União. Tais regras transitaram pelas gestões no DF de Mendes de Moraes (1947 – 1951), João Carlos Vital (1951 – 1952) e Dulcídio Cardoso (1952 – 1954), enquanto eram Presidentes da República, Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951), indicado por Getúlio Vargas após o fim do Estado Novo e o próprio Vargas, durante seu segundo mandato (1951-1954). Afinal, como apontou Martin Lawn sobre a constituição de identidades docentes,

(...) a identidade dos professores deve ajustar-se à imagem do próprio projeto educativo da nação (i.e. as mesmas imagens devem ser aplicáveis a ambos, professores e Estado); por exemplo, se o sistema está empenhado em produzir uma determinada moral individual, então a identidade do professor deve refletir tal fato (LAWN, 2001, p. 119).

As representações da *missionária*, da *normalista* ou da *professorinha* adentraram os anos 1950 com uma construção moral que ainda era refletida nos valores da fé católica, mas com nuances de busca pela modernidade. Desta maneira, o governo se aproveitou da imagem de missionária da ‘boa nova’ que ainda resistia no imaginário social, para tornar a normalista a *professorinha* pregadora dos novos ideais de modernidade e ciência entre os anos 1940 e 1950.

Paralelamente, reforçava-se a ideia iluminista de que luz do saber era a redenção de um povo incivilizado. Logo, incorporadas de seu prestígio e de sua missão, que juntos compunham uma identidade e um chamado, as alunas normalistas redigiram diversas revistas nessas décadas que fortaleceram seus símbolos, como Instituto, Normalista e Tangará (GRANATO; LOPES, 2004), além das revistas Estrela Azul (IE – 1954) e Ônix (ENCD – 1956), cujas capas reproduzimos abaixo.



Figura 14 – Revista Estrela Azul, Ano 1, n.º 2, 1954, Acervo CMEB/ ISERJ. Revista Ônix, Volume 1, n.º 1, 1956, Acervo IECD.

A notoriedade da *normalista* nesta época não fora atingida apenas pela imagem da *missionária* ou da *professorinha*, mas por uma sobreposição dessas personagens que a tornaram ao mesmo tempo a representação de uma mulher viçosa e elegante, culta e submissa, formada para o matrimônio perfeito com os cadetes militares e para o desejo inatingível do restante dos homens. Uma imagem de mulher que se tornara o sonho das demais mulheres pelo seu saber e poder, teoricamente alcançável por qualquer jovem,

independente de sua condição social. Uma mulher que se tornara o sonho dos homens, sendo inalcançável por lei, mas tangível pelas fantasias vulgares realizadas nas músicas e, mais tarde, também em filmes.

Entretanto, ao estudarmos as propostas de lei de um grupo, precisamos investigar o contraditório. Na tese de doutorado de Lourdes Venzke (2010), encontramos as palavras da vereadora Ligia Lessa Bastos (UDN), correligionária de Carlos Lacerda, que em 1952, propôs o fim de tal regulamentação com o seguinte argumento:

As alunas do Instituto de Educação – declarou a vereadora Lygia Bastos a nossa reportagem – vinham se casando às escondidas, para fugirem a proibição legal. Quando chegava a época de terem crianças, eram descobertas e, então, o rigorismo dos dispositivos desumanos se faziam sentir e elas eram expulsas. Aconteceu isso várias vezes. Para evitar tão brutal prática, apresentei o projeto de lei, permitindo àquelas alunas contraírem matrimônio durante a época dos estudos (BASTOS apud VENZKE, 2010, pp. 132-133).

A própria vereadora havia se exposto, ao dizer que era noiva durante a sua época como aluna do IE, mas que teria perdido o tempo apropriado de se casar por conta dos estudos e do trabalho após a sua formatura (VENZKE, 2010). Entretanto, a norma só viria a cair no ano seguinte. Em 1953, quando posto novamente em votação, agora com a garantia do prefeito Dulcídio Cardoso de que revogaria a antiga norma, o Decreto foi amplamente discutido nos jornais, cativando a população a participar do debate sobre a vida privada das normalistas.

Em meio a opiniões diferentes de educadores e parlamentares, o posicionamento religioso que poderia remeter ao celibato do sacerdócio, dera lugar, conforme descrevemos, a uma outra imagem de professora. O que poderia ser paradoxal nos anos 1920 e 1930 tornava-se argumento racional nos anos 1950, na fala do vereador Rubem Cardoso. O conselho de Deus “crescei e multiplicai-vos” serviria para justificar o seu ponto de vista favorável ao “direito de casar” das normalistas<sup>75</sup>. Embora os jornais, há apenas cinco anos, tivessem se manifestado favoráveis ao Decreto, desta vez, no início dos anos 1950, posicionaram-se como se a norma fosse absurda, refletindo o posicionamento dos seus leitores.

<sup>75</sup> DIÁRIO DA NOITE. Anti-cristã a proibição de casamento das normalistas. 29.06.1953. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado dia 18 de outubro de 2016.

O Instituto de Educação e a Escola [Normal] Carmela Dutra não têm como finalidade a preparação de solteironas, nem a Prefeitura pode impor o celibato às professoras públicas. Mesmo que tentasse fazê-lo, tal medida pecaria pelo absurdo. E esbarraria na Constituição da República<sup>76</sup>.

O Decreto n.º 9.529, de 28 de dezembro de 1948, enfim, foi revogado no dia 17 de julho de 1953 pelo prefeito Dulcídio Cardoso, sendo explorado pelo Jornal *Última Hora* da seguinte forma: “Dupla vitória das normalistas: casamento durante o curso e estágio de um ano apenas”<sup>77</sup>. Nas matérias dos jornais, exibiam-se as evidências de que a redução do estágio de dois anos para apenas um ano passava pela necessidade de mais professores ocuparem as escolas municipais, enquanto a normatização tornava-se passado frente às demandas do *desenvolvimentismo*.

A música de Benedito Lacerda sobre a espera da formatura da *normalista linda* (1949) deixara de ser atual no que dizia respeito à Lei, pois não havia mais o que proibir. As imagens de missionária casta e professorinha desejada destacam-se em suas partes mais cativantes, ao passo que o Curso Normal tornava-se o *sonho* das jovens do Rio de Janeiro.

Nos meados dos anos 1950, período comumente chamado de ‘Anos Dourados’, *O pai da moça* até poderia continuar *zangado*, mas, o remédio para essa cisão, pelo menos para as normalistas, *não ‘era’* mais esperar...

Estão, pois, de parabéns, as alunas do Instituto de Educação e da Escola [Normal] Carmela Dutra. Podem começar a preparar o enxoval e marcar o dia do casamento.  
Que sejam felizes!<sup>78</sup>

### **Controle, Espírito de Classe e Status: a história do uniforme das normalistas**

Como vimos, no Município da Corte, capital do Império brasileiro, a iniciativa de se criar uma escola normal foi tardia, se comparada às experiências iniciadas em outras províncias, embora nestas, as instituições criadas para este fim, via de regra, acabaram sendo fechadas e reabertas alguns anos mais tarde ou, em alguns casos, nem saíram do papel (TANURI, 2000).

<sup>76</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. O casamento das normalistas. 4.07.1953. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado dia 18 de outubro de 2016.

<sup>77</sup> ÚLTIMA HORA, Casamento durante o curso e estágio de um ano apenas. 18.07.1953. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado dia 18 de outubro de 2016.

<sup>78</sup> DIÁRIO CARIOCA. Normalistas. 11.07.1953. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado dia 18 de outubro de 2016.

A Escola Normal da Corte, conforme já apontamos, foi finalmente instituída nos termos do Decreto n.º 7.684 de 6 de março de 1880, assinado pelo próprio Imperador D. Pedro II, sendo inaugurada no dia 5 de abril daquele ano. Porém, mesmo contando com a presença do Imperador na solenidade de inauguração, a Escola não parecia estar no centro das políticas educacionais, uma vez que iniciou seus trabalhos provisoriamente instalada no prédio do Imperial Colégio Pedro II, no centro da cidade.

Cerca de um mês depois, a unidade mudou-se para a Escola Central de Engenharia, no Largo de São Francisco<sup>79</sup>, onde ficou até o ano 1888 (GONDRA & SCHUELER, 2008). Neste mesmo ano seria novamente deslocada, passando a dividir sua estrutura com a Escola Profissional Rivadávia Correa, localizada no Campo da Aclamação, hoje Praça da República, permanecendo ali até 1914 (SANTOS, 2012; 2013). De lá, mais uma vez se transferiu, provisoriamente alocada na Escola Estácio de Sá, situada próximo à Praça Onze, ainda na região central do Rio de Janeiro, onde se manteve até outubro de 1930.

Na virada do século, o quantitativo de mulheres na Escola Normal do Distrito Federal já era muito superior ao dos homens. De fato, entre 1901 e 1907<sup>80</sup>, a matrícula de homens na unidade chegou a ser vedada (SILVEIRA, 1954). Tal feito ajudaria ainda mais a identificar a figura feminina ao Curso Normal. Enquanto que as mulheres representavam cerca de 30% do número de professores atuantes em 1872 no Rio de Janeiro, menos de trinta anos depois, em 1906, esse número saltou para 70% (HAHNER, 2011).

No período em que o país experimentava as primeiras décadas de República, como já colocamos na apresentação, o anel de formatura com o símbolo da estrela sobre ele foi estabelecido como distintivo da professora normalista, a partir de 1922. Mesmo diante de tal importância simbólica, devemos destacar que outro distintivo ocupa ainda melhor posição de referência na imagem que construída da normalista da cidade do Rio de Janeiro: o uniforme. Ainda nos dias atuais, o uniforme de normalista continua s ser usado nas ruas do Rio de Janeiro como referência à modalidade de ensino normal. A criação do uniforme, construção institucional realizada pelo legislativo e executivo municipal, entretanto, tem uma interessante história que estudaremos neste item, mas que também será reforçada nas ideias de moralidade e civilidade, que abordaremos mais detalhadamente no item *Missionária, Normalista e Professorinha: representações da professora primária*.

<sup>79</sup> Onde atualmente se localiza o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ.

<sup>80</sup> Decreto 844 de 19 e dezembro de 1901 e Decreto 1122 de 21 de junho de 1907 (SILVEIRA, 1954, p. 37).

Em relação à discussão sobre a primeira proposta de adoção de um uniforme para Escola Normal, vale citar as palavras do Senador Ruy Barbosa, citado no Conselho Municipal:

(...) à futura professora, aqui tenho o que, em um bello relatório, escreveu o eminent Senador da República, Dr. Ruy Barbosa (lê):

“Estabelecer os melhores methodos, prover o mais completo material clássico a todas as escolas, rodear o magistério das mais altas vantagens sociaes, tudo será improfícuo e vão se não organizarmos a educação do mestre”<sup>81</sup>

As palavras de Ruy Barbosa se referiam, sobretudo, às vantagens das professoras, mais notadamente, ao serviço público garantido após a formatura na Escola Normal. No entanto, no que diz respeito à “organização da educação do mestre”, devemos lembrar que a Escola, como *lócus* da ação de um homem sobre outro, deveria ser, moldes descritos por François Dubet (2006), ser um santuário no que diz respeito às suas práticas. Apesar disso, na última mudança de sede da Escola Normal, conforme citamos, a unidade foi para a região do Estácio em 1914, e por lá ficou até 1930. O local era miserável e repleto de casas de prostituição, variando o público entre pessoas pobres – vistas como vagabundos –, filhos de antigos barões o café e aristocratas, além de políticos, todos clientes das “mulheres públicas” (SANTOS, 2013).

Diante desse problema, ainda em 1914, surgiu por iniciativa do Intendente Municipal Coronel Leite Ribeiro<sup>82</sup>, o projeto n.º 71, posto em discussão em 9 de julho. Entre as conversações antes da aprovação do projeto que deveria começar a valer já em 1915, foram colocados argumentos de que o uniforme irmanaria as alunas ricas e pobres, criando um espírito de classe, o que por fim, fortaleceria a Escola Normal. Outro argumento, no entanto, lembrando a motivação inicial de criação do uniforme, falava abertamente da diferenciação entre normalistas e prostitutas da região do Estácio.

O uniforme é estético; é econômico; dois ou três permitirão fazer um anno inteiro de curso, sem preocupações de toilettes mais ou menos dispendiosas; confunde alumnas ricas e pobres, impedindo que muitas destas com a inexperiência própria da idade, entrem a invejar e a querer imitar as primeiras, que podem aparecer sempre mais luxuosamente

<sup>81</sup> Intendente Coronel Leite Ribeiro, explanação sobre a criação do uniforme para a Escola Normal. O PAIZ. Conselho Municipal. Expediente. 11.12.14. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

<sup>82</sup> Nomeados pelo Presidente da República, os intendentes atuavam no Conselho Municipal, órgão legislativo.

postas; contribui para crear um salutar espírito de classe, desertando o sentimento e condição, que o uniforme representa, e o estímulo para zelar pela dignidade dela; impedirá que continuem a se confundir com as normalistas não poucas criaturas de moralidade duvidosa e que se fazem passar por tal e que levam a sua exploração a ponto de frequentar as imediações da Escola Normal e carregam livros constantemente...<sup>83</sup>

A proposta de Leite Ribeiro, até então exclusiva para o sexo feminino, ainda versava sobre a proibição de quaisquer outros objetos pelas jovens que quisessem entrar na Escola Normal, advertindo em seu artigo primeiro que “não podendo a sobriedade do vestuário adoptado ser quebrada por qualquer objecto de luxo, inclusive joias”<sup>84</sup>. A ideia de impedir o uso de joias estava relacionada diretamente à vizinhança da Escola Normal, considerando a indumentária que as “mulheres públicas” adotavam. Porém, tal medida também ilustrava o controle do corpo da mulher exercido pelo Município, o que vemos como mais um elemento dentro do já evidente controle da moral e das ideias a serem apreendidas pelas normalistas.

Os boatos envolvendo as normalistas e os prostíbulos da região ganharam tamanha notoriedade que o teatro de revista *Preto no Branco*, funcionando no teatro Apollo, no centro da cidade (gênero teatral conhecido pela sátira social e política, além da sensualidade), incluiu referências à Escola Normal e aos prostíbulos da região do Estácio em seu espetáculo, o que serviu para pesar o argumento de Leite Ribeiro.

A revista *Preto no Branco*, com tanto sucesso levada à cena em um dos teatros desta capital, continha uma pilheria sobre as normalistas, que as escandalizou; houve solene protesto, intervenção da censura policial, tudo serenando com a retirada da fala que dera origem ao incidente. (...) nas proximidades da Escola, pois ahi funcionam casas de má sorte, expandindo as teias de aranha da vida fácil e premiada, numa época crítica de vida difficultima; na própria massa das alumnas, onde uma ou outra ovelha transviada, por pascer impune no rebanho, dá margem a sérias apprehensões da parte dos paes ciosos do bom nome e da virtude das filhas. Bem andarão os poderes superiores, da República dirigindo vistas carinhosas para a solução do problema. Afinal, o que entra em jogo, na causa, é a moralidade da família brasileira, no que ella tem de mais santo – a reputação das moças que sendo hoje o encanto dos lares serão amanhã as educadoras da infância, a quem semearão conselhos e exemplos, (...) Uma das medidas muito lembradas, e de grande exequibilidade, é a da uniformização dos vestuários das alumnas (...) Agora, as más ovelhas. Dizem que há, entre as alumnas da Escola

<sup>83</sup> O PAIZ. O uniforme das normalistas. 10.12.14. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

<sup>84</sup> O SÉCULO. Um projeto original. O Sr. Leite e as Normalistas. 10.12.14. s/n. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

Normal, algumas que frequentam casas suspeitas. Cumpre um inquérito, e punição imediata. Um diretor da Escola, certa vez, parece que apanhou num desses antros, um sua discípula – que foi expulsa no dia seguinte<sup>85</sup>.

Ao pedir a palavra no Conselho Municipal nos últimos dias de discussão sobre o projeto, Ribeiro aludiu à atuação da revista *Preto no Branco* no Teatro Apollo, que introduziu em seu número a questão da reputação da Escola Normal. O Intendente, na mesma sessão, ao terminar sua argumentação, ainda complementou descrevendo a importância do projeto de uniformização das alunas da Escola Normal com as seguintes palavras:

Chegou ao meu conhecimento que, há tempos, um alcouce, instalado nas cercanias da Escola Normal, trazia na porta de uma das suas dependências este letreiro: “privativo das alumnas da Escola Normal”. Essa nodoa infante precisa ser totalmente lavada, e eu cada vez mais me orgulho do meu gesto, do meu esforço em prol dessa lavagem<sup>86</sup>.

O representante do Conselho Municipal citou ainda o semanário *A Cidade*, que por sua vez insistia na afirmação de que “o uniforme seria uma couraça protectora dessas moças (...) livrando-as na rua das impertinências, dos malcreados e nos antros de perdição impondo a convicção e certeza de que frequentadoras não são normalistas, como querem fazer crer”<sup>87</sup>.

Entretanto, mesmo com os argumentos aludindo à moral das normalistas, o projeto de criação de um uniforme, tão valorizado durante o restante do século XX, não foi tão bem recebido, nem pelo Conselho Municipal nem pelas alunas e pais de alunas que frequentavam a Escola Normal no Estácio. Além da oposição dentro da Escola Normal, as ex-alunas também se manifestaram. Havia, desde o Decreto n.º 811 de 13 de outubro de 1910, uma indicação da Prefeitura de que professores diplomados pela Escola Normal “usem, nas solenidades públicas, de um distintivo”<sup>88</sup> que era composto do seguinte figurino, segundo o jornal *O Paiz*, de 14 de outubro de 1910:

<sup>85</sup> CORREIO DA MANHÃ. A causa das normalistas. 28.11.14. p. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

<sup>86</sup> O PAIZ. Conselho Municipal. Expediente. 11.12.14. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

<sup>87</sup> A CIDADE. 02.12.14. Trecho publicado em Correio da Manhã. A causa das normalistas. 28.11.14. p. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

<sup>88</sup> O PAIZ. Conselho Municipal. Expediente. 11.12.14. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

Pelo decreto n. 811, de hontem datado, o Sr. Prefeito autorizou os alunos diplomados pela Escola Normal a usar, na solenidade da distribuição na mesma escola ou em qualquer outra, principalmente nas que se relacionarem com o magistério público municipal, de um distintivo, que se comporá de um túnica preta, talar, de gola alta e de mangas largas, de gravata branca rendada sobre o peito e gorro preto com borla caída<sup>89</sup>.

Leite Ribeiro, ao discursar na tribuna, ao mesmo tempo em que citava tal distintivo já era usado pela formadas, apontava também a preocupação das diplomadas de continuarem a ser identificadas nos cafés e teatros<sup>90</sup>. A criação de um uniforme para a Escola Normal significava, portanto, o enfraquecimento de uma marca das professoras já formadas e o fortalecimento institucional das normalistas em formação. Da mesma maneira que trataremos o declínio dos símbolos desta instituição, devemos perceber que este é um momento em que uma política pública de reconhecimento das professoras normalistas é sobreposta por outra política que visava reforçar “as maneiras de ser, os objetos, as maneiras de pensar” (DUBET, 2006, p. 30, tradução nossa). Nesse contexto, uma dessas professoras, ex-aluna da Escola Normal, assim se pronunciou ao falar sobre a criação do uniforme para as estudantes:

O uniforme é uma asneira. Serve apenas como um distintivo ridículo, para expor as alumnas à curiosidade pública. (...) A Escola Normal não é nenhum asylo de órfãos, onde as educandas são obrigadas – mais por amor da economia do estabelecimento que por outras razões de ordem moral – às roupas de asyladas. Ninguém entra para a Escola Normal com passaporte de pobreza. Cada alumna se vestirá como quiser, ou, melhor, como m'puder. A bolsa de cada um é que legisla a matéria. (...) Não creio na possibilidade de uma lei tão tola como essa do uniforme. (...) divertem-se em ameaçar-nos com inovações que só nos podem acarretar prejuízos, como essa do uniforme, motivo ridículo para as moças obrigada a atravessar as ruas sob a galhofa do grande público<sup>91</sup>.

Alguns jornais deram notoriedade às discussões no Conselho, ao mesmo tempo em que abriram espaço em seus noticiários para apelações que variaram entre o escárnio, o descrédito e a identificação com um pretenso projeto de germanização das normalistas e do povo brasileiro. Afinal, o Brasil vivia um ano de 1914 particularmente tenso, agravado pelo início da Grande Guerra (1914 – 1918). Assim, dois dias depois de o Cel. Leite

<sup>89</sup> O PAIZ. Três tiras. 14.10.1910. p. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 31.01.17.

<sup>90</sup> O PAIZ. Conselho Municipal. Expediente. 11.12.1914. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

<sup>91</sup> O PAIZ. O uniforme das normalistas. 20.12.1914. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

Ribeiro ter apresentado o projeto n.º 71, isto é, dia 11 de julho de 1914, o jornal O Século noticiou em primeira página com a intenção de ridicularizar a proposta:

O sr. Leite Ribeiro descobriu o meio de ser grandemente popular, com o seu projeto creando uniforme para as normalistas. Discute-se o projecto com uma grane assunto de moa, que tem sempre a virtude de seduzir e inflamar as cabecinhas das nossas gentis patrícias. É do que se fala em toda a parte. Ainda hoje tivemos ocasião de observar num bonde como o caso está interessando.

O bonde vinha cheio de normalistas.

– Leu o projeto do uniforme?

– Li. Como será?

– Dizem que será uma saia de maxixes.

– Naturalmente verde e amarela.

E estourou uma risada.

– E blusa simples, em forma e casaco.

– O chapéo?

– Um capacete e feltro com uma fitinha.

– Ahi é que hão de por a estrella.

– Não, a estrella é no peito, do lado esquerdo.

– Uma condecoração.

– As botas?

– De duas cores: verde e amarela.

E assim continuaram a descrição do futuro uniforme, despertando fortes risadas até que se estabeleceu que as alumnas do primeiro anno tivessem um galão, as do segundo dois e assim sucessivamente<sup>92</sup>.

A ideia de identificar a proposta de um uniforme com uma farda militar, onde a estrela da normalista seria colocada no peito como uma forma de condecoração (algo realizado até os dias de hoje), visava atingir o novo diretor da Escola Normal, o médico Hans Heilborn. Imigrante alemão, Hans Heilborn havia saído do Colégio Pedro II e assumido a diretoria da Escola Normal em 2 de dezembro de 1914<sup>93</sup>, seis meses depois de iniciada a Primeira Guerra Mundial. Embora o Brasil só tenha se envolvido na guerra a partir de 1917, a atuação de intelectuais da Liga Brasileira pelos Aliados<sup>94</sup>, entidade da qual o poeta Olavo Bilac fazia parte, tomava os jornais em uma campanha contra o militarismo germânico, respingando inevitavelmente em Helborn. Durante todo o ano de 1915 o Diretor Hans Heilborn teve o seu nome ligado a casos de autoritarismo dentro da Escola

<sup>92</sup> O SÉCULO. Novidades. 11.07.14. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

<sup>93</sup> O PAIZ. Diretoria de Inspeção. 06.04.14. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

<sup>94</sup> Ver CPDOC. Liga Brasileira pelos Aliados. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20BRASILEIRA%20PELOS%20ALIADOS.pdf>. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

Normal, sendo confrontado especialmente pelo Jornal *O Século*<sup>95</sup>, que frequentemente abria o seu noticiário sobre a escola Normal com a seguinte manchete “Diretor Incompatível”.

(...) em amparo do prestígio do estrangeiro que paga o acolhimento que lhe dispensamos com a ousadia de pretender prejudicar a carreira de centenas de moças que trocam os prazeres das diversões pelo árduo trabalho da educação do espírito. (...) Mas o que não admitimos, o que não toleramos, o que insufla o nosso sentimento de nacionais, é o registro da formula adoptada para a investidura do actual director da Escola Normal guindado ao posto em nome da moralização dos costumes. (...) Não é tudo. Quando o mundo se acha profundamente impressionado pela conflagração europeia, quando as notícias dos horrores da guerra chegam a todos os cantos do globo, quando as barbaridades germânicas assombram a humanidade, levantando justos e significativos protestos de indignação, um delegado do presidente e um paiz neutro, olvidado dos deveres internacionais, contrariando os sentimentos de um povo inteiro, chama um alemão para governar a Escola onde formam as educadoras da infância<sup>96</sup>.

Outra atitude que desagradou os jornais, atribuída a Hans Heilborn, foi a escolha definitiva do prédio da Estácio de Sá, que segundo o jornal *O Século*, era mais conveniente ao diretor por conta das facilidades de seu caminho para casa, na cidade de Petrópolis<sup>97</sup>. Em um acentuado clima de perseguição, também foi atribuído a ele o apoio e a escolha de um uniforme que deveria parecer um traje militar aos moldes do que os soldados alemães usavam na guerra.

#### AS MENINAS <<GERMANIZADAS>>

(...) Esses nossos legisladores municipais são interessantes. As medidas de carácter geral, que ingressam o Distrito morrem pelas pastas das comissões. Todos os projectos de ordem pessoal passam, porém, rapidamente e são aprovados, ou dados como tal, num abrir e fechar de olhos.

Tem esse andamento rápido também as medidas odiosas, que merecem censuras e provocam reparos da imprensa. Está nesse numero o projeto sobre o fardamento das alumnas da Escola Normal, que foi aprovado em 2<sup>a</sup> discussão no Conselho.

Pela pressa que se dão os intendentes m votá-lo, pode-se dizer que o sr. Rivadávia [prefeito] não lhe oporá seu veto. Será lei.

<sup>95</sup> Ver CPDOC. O periódico *O Século* pertencia e era dirigido pelo médico Jaime Pombo Brício Filho, que também fora deputado federal pelo Pará e Pernambuco, além de professor da Escola Normal.

<sup>96</sup> O PAIZ. Na Escola Normal. 15.06.15. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

<sup>97</sup> O PAIZ. Na Escola Normal. 15.06.15. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

Como o diretor da Escola Normal é o cidadão alemão Hans Heilborn que decide tudo sem ouvir o diretor de instrução e o prefeito, de quem aliás parece ter carta branca, a ele vão competir escolher tal uniforme.

O sr. Rivadávia [prefeito] vae confiar ao seu <<gosto artístico>> a solução da <<farda>> para as moças. Todo alemão, cheio de rigores a Kaiser, o sr. Hans Heilborn há de querer que as moças da Escola Normal pareçam novos [ilegível]. Fará com que a farda tenha botões dourados e o capacete original desses soldados, si não dos taes soldados da <<morte>> com as <<caveirinhas>> nos gorros...<sup>98</sup>

No dia seguinte, 15 dezembro de 1914, o Jornal do Brasil publicou na primeira página uma charge que resumia os sentimentos e as intenções dos interessados em derrubar Hans Heilborn do cargo de Diretor da Escola Normal. Na charge abaixo, é possível ver uma senhora dialogando com uma jovem que seria a nova aluna da Escola Normal. A cena se passaria nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, envolvendo a polêmica do uniforme e a nacionalidade alemã do diretor da Escola Normal, em meio à guerra. Ao perguntar se a jovem iria para a guerra ou para a Cruz Vermelha, a senhora recebe a resposta da neófita vestida de soldado de que ela havia apenas se matriculado na Escola Normal.



Figura 15 – JORNAL DO BRASIL. Surprezas do figurino. 15.12.1914. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

<sup>98</sup> O SÉCULO. Uniforme para as normalistas. Meninas germanizadas. 14.12.14. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

Retratado como rude, disciplinador e incompatível com o posto de Diretor da Escola Normal, tanto pelo alunado, quanto pelos pais e pelos colegas que frequentemente rendiam matérias de jornais, Hans Heilborn, pediu demissão em 28 de junho de 1915, depois de um incidente que envolveu duas alunas normalistas que declamavam versos de Olavo Bilac dentro da sala de aula no dia 11 de junho<sup>99</sup>. As alunas Cecília Meireles<sup>100</sup> e Déa Simões Mendes, foram repreendidas fortemente pelo Diretor. A situação se agravou com o nervosismo das alunas e com a direção incapaz de acalmar e resolver a questão. Carros de “pronto-socorro” e de polícia foram chamados, enquanto outros alunos ameaçavam o Heilborn (AGUIAR, 2000). O Diretor de Instrução Pública e até o Prefeito tiveram que intervir pessoalmente para acalmar os ânimos e, posteriormente, o caso fora levado à Presidência da República, no Catete<sup>101</sup>. De toda forma, o respeito ao Diretor da Escola Normal já havia se perdido definitivamente e o caso foi usado como exemplo da atuação do rigor alemão à frente da Escola Normal, ocasionando a sua demissão.

A decisão sobre o uniforme, entretanto, já havia sido tomada muitos meses antes do afastamento do Diretor. Através do Decreto n.º 1679 de 5 de janeiro de 1915, o prefeito Rivadávia Correa tornava obrigatório o uso do uniforme, não apenas para as mulheres, mas também para os homens, ainda destacando em seu artigo terceiro que “As infrações à presente lei, com referência ao uso indevido do uniforme, serão punidas com o que, aplicável à espécie, estabelecer o Código Penal da República”<sup>102</sup>.

De fato, apesar da criação do uniforme datar de 5 de janeiro de 1915, faltava ainda a regulamentação do mesmo a ser realizada pelo Prefeito. Isto é, faltava discutir qual seria o uniforme a ser adotado pela Escola Normal da capital brasileira. Em longa explanação, Leite Ribeiro relatou experiências na Europa e Estados Unidos com relação à adoção de uniformes para as mulheres em várias áreas, não apenas na escola. Em contato com outras cidades e capitais, apontou também que toda Minas Gerais, destacando-se Juiz de Fora, Barbacena e Belo Horizonte, além de São Paulo, já haviam adotado uniformes para as suas

<sup>99</sup> JORNAL DO COMMÉRCIO. Incidente na Escola Normal. 12.06.15. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

<sup>100</sup> Cecília Meireles, ex-aluna da Escola Normal, formada em 1917, tornou-se anos mais tarde uma das mais conceituadas escritoras brasileiras.

<sup>101</sup> O SÉCULO. Depoimento da menina Cecília. 19.06.15. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

<sup>102</sup> Publicações da Câmara Municipal. DECRETO N.º 1679, de 5 de janeiro de 1915. p. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

escolas normais. Durante o discurso, o intendente encaminhou então à mesa do Presidente do Conselho Municipal o figurino que tinha a Escola Normal de São Paulo desde 1912:

Com relação ao Estado de S. Paulo tenho, Sr. Presidente, cousa ainda mais positiva, que vou enviar à mesa: – são dois figurinos, coloridos, do uniforme usado pelas normalistas da capital. Em baixo da figura lê-se o seguinte (lê):

“O figurino que encima estas linhas, foi escolhido pelas alumnas da Escola Normal Secundária e da Escola Normal Primária da Capital, para servir de modelo de uniforme escolar.

Nota explicativa. O uniforme compõe-se e paletot, saia e blusa.

A cor da saia e do paletot é azul marinho.

A blusa é branca.

A barra da gola e os punhos são pretos.” (Envia à Mesa um figurino.)<sup>103</sup>.

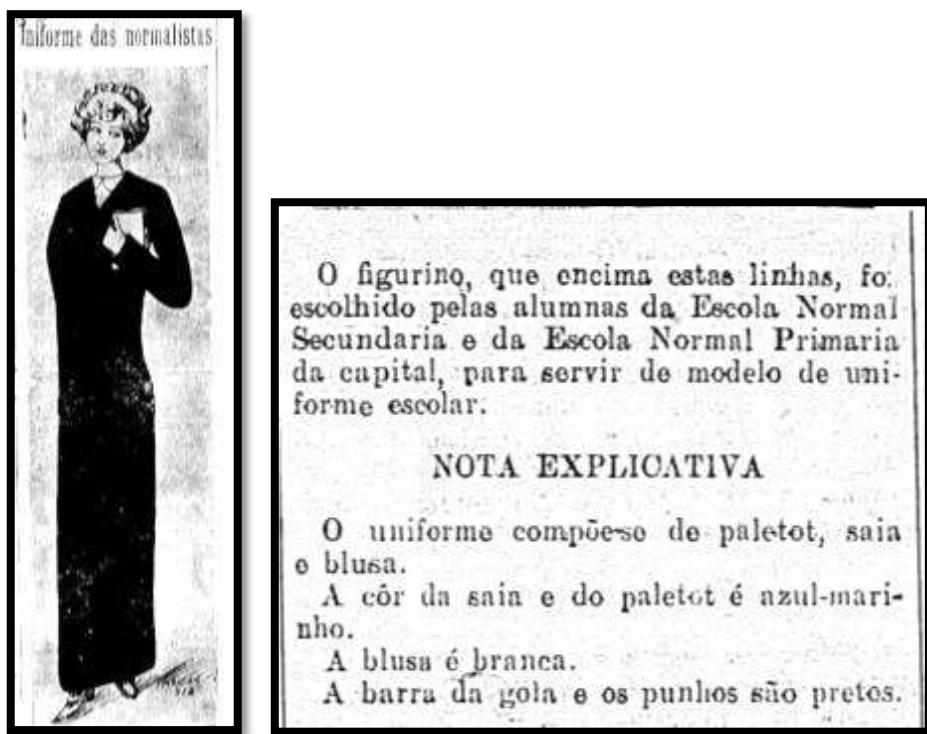


Figura 16 – CORREIO PAULISTANO. Uniforme das normalistas. 16.11.12. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.02.17.

Entretanto, o trabalho específico e organizado das instituições públicas sobre essas estudantes, como descreve Dubet (2006), será aplicado a partir do Decreto n.º 1059, de 14

<sup>103</sup> O PAIZ. Conselho Municipal. Expediente. 11.12.1914. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 27.01.17.

de fevereiro de 1916<sup>104</sup>, que “Dá regulamento à Escola Normal” através do Capítulo XIII, art. 149. Em pesquisa junto ao Centro de Memória do Instituto de Educação, constatamos que a historiadora Sonia Lopes foi curadora de uma exposição intitulada “Um olhar sobre o Instituto de Educação” (2009), que trazia a seguinte referência do uniforme em 1915:

**UNIFORME PARA A ESCOLA NORMAL**

**BLUSA** BRANCA E PANNO NÃO TRANSPARENTE (MORIM, LINHO, TROCOLINE) ABOTOADA COM BOTÕES DE MADREPÉROLA, PUNHOS E GOLA 7 CENT. DE LARGURA. CINTO E CASEMIRA BRANCA 3 CENT. DE LARGURA.

**GRAVATA** E FITA DE GORGORÃO N.º 12 AZUL MARINHO ESCURO, PRESA PELO DISTINCTIVO DA E.N. FEITO EM METAL PRATEADO.

**SAIA** DE CASEMIRA AZUL MARINHO ESCURO TODA EM MACHOS DE 10 CENT.

**CASACO** DE CASEMIRA AZUL MARINHO ESCURO, COM 2 BOLSOS E BOTÕES COBERTOS DA MESMA FAZENDA.

**CALÇADO** PRETO.

**MEIAS** COR DE CARNE.

**CHAPÉO** DE FELTRO AZUL MARINHO COM FITA DE GORGURÃO TAMBÉM AZUL, N.º 9, PASSADA EM VOLTA DA ABA TERMINANDO NUM LAÇO DO LADO DIREITO.

OS ANNOS DO CURSO SERÃO DISTINGUIDOS POR CADARÇOS DE COR AZUL MARINHO PRESOS NO PUNHO, SENDO (...) O NORMAL CADARÇO DE 1 CENT.<sup>105</sup>.



Figura 17 – Uniforme da Escola Normal do Distrito Federal. Exposição “Um olhar sobre o Instituto de Educação!”. Curadoria: Sonia de Castro Lopes, novembro de 2009.

<sup>104</sup> DECRETO N.º 1.059, de 14 de fevereiro de 1916. Publicações da Câmara Municipal. p. 67. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 31.01.17.

<sup>105</sup> Exposição “Um olhar sobre o Instituto de Educação!”. Curadoria: Sonia de Castro Lopes, novembro de 2009.

Vale citar, ainda, o Decreto n.º 1.059, de 14 de fevereiro de 1916<sup>106</sup> que foi responsável por extinguir o curso normal noturno. A razão para isso pode ser tomada por empréstimo das nações europeias, que também não mantinham o curso nesse horário (SANTOS, 2013), ou, segundo o que relatamos aqui, podemos interpretar que a Escola Normal teria a sua “missão” e ensino conflitantes com o que estava a ser praticado à noite nas ruas do centro do Rio de Janeiro, pois, conforme observa o sociólogo francês François Dubet:

A escola não é só um lugar de aprendizagem, também é um espaço moral, <<não tão somente um espaço onde o professor ensina; é um ser moral, um ambiente moral, impregnado de certas ideias, e certos sentimentos, um ambiente que circunda o professor tanto como os alunos (DUBET, 2006, p. 34, tradução nossa)

O episódio baseado na indignação popular pela “moral da boa família brasileira” e na ação do Governo Municipal irá criar um dos maiores distintivos sociais do município do Rio de Janeiro: o uniforme da Normalista. Poucas décadas mais tarde, conforme veremos nos próximos itens, esse distintivo não será apenas um elemento que irá organizar e diferenciar as alunas dessa instituição, mas se tornaria verdadeiro símbolo de prestígio, disputadíssimo por diferentes razões, que passavam pela ideia de modelo moral, de status social, de formação qualificada, de futuro garantido e de bom casamento. Antes disso, porém, o traje ainda passaria por algumas transformações até se tornar o célebre uniforme das normalistas, conhecido por todos.

Em entrevista, a ex-aluna do Instituto de Educação, Zilá Enéas (2015), relata que se tornou aluna da unidade em 1942. Cursando o Ginásial nos anos seguintes, Enéas ingressou no Curso Normal em 1946. Esse período em que esteve como aluna, é descrito em seu livro *Era uma vez no Instituto de Educação* (1998), ressaltando detalhes como o uniforme usado pelas normalistas.

Tínhamos, quando no ginásio, verdadeiro fascínio pelo uniforme do curso normal. Não mais o pesado uniforme, tão em desacordo com o nosso clima. Era ele bem mais gracioso e menos infantil: saia azul-marinho *evasée*, embora ainda na inadequada casimira, blusa branca de tricoline de mangas curtas bufantes; distintivo com indicação da série colocado no

<sup>106</sup> DECRETO N.º 1.059, de 14 de fevereiro de 1916. Publicações da Câmara Municipal. p. 67. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 31.01.17.

bolso, de onde pendia um lencinho branco, cuidadosamente arranjado. Muito mais leve a moçoila! Sonhávamos, pois, com o dia de usar tão charmosa indumentária. Mas – Oh, decepção! – não chegamos a realizar o sonho, o diretor da época uniformizou o uniformes... (ENÉAS, 1998, p. 36).

O traje ao qual se refere a aluna Zilá Enéas (1998) aparece na imagem logo abaixo, datada de 1942, na capa da Revista Instituto. Como relação às características já apontadas, podemos perceber ainda uma novidade: o broche com uma Estrela no peito, no bolso esquerdo, inserida em um escudo clássico ogival, também chamado de lanceolado.



Figura 18 – Revista Instituto (1942) *apud* MELO, Bruna (2017).

Coincidemente ou não, o ano de 1946 trouxe um componente interessante para analisarmos dentro desse processo que Enéas chamou de “uniformização do uniforme”: a Escola Normal Carmela Dutra. Esse evento levou as alunas tijucanas a se posicionar contrariamente à criação da nova unidade no bairro de Madureira. Embora estivesse posto um evidente desconforto pela quebra da exclusividade do IE em formar professores primários, havia entre as jovens uma aflição ainda maior: qual uniforme as suburbanas usariam? A aluna da primeira turma da ENCD, narrou assim o ocorrido:

Olha o uniforme... as autoridades pediram para um estilista fazer umas folhas grandes bonitas... uns uniformes lindos. Vários uniformes. Tipos de saias, tipos de calças para os rapazes (...) e blusinhas, blusas, agasalhos... então era assim: um desfile de moda mesmo, de estilo. Mas nós tínhamos feito a nossa reuniãozinha e tínhamos dito assim: “- Olha o uniforme tem que ser igual ao do Instituto. A gente vai ver tudo. Vamos deixar eles falarem. Depois que eles falarem. Escolhemos uma”. Parece que foi até a Sylvia [Aranha]. “- E uma fala em nome da turma e todos concordamos”. Foi assim que combinamos. - E aí eles mostraram para gente: “- Olha, não é lindo, que uniforme lindo...”. E eles nos seduzindo com os desenhos que eles tinham levado. Aí nos deixamos... “- Ah esse é muito bonito! E esse não é bonito? E esse não é lindo? Esse não é aquilo...” Aí, quando acabou tudo, nós dissemos isso, né: “- Olha, nós achamos tudo muito bonito, mas já temos uma opinião formada e se é uma escola normal, se vamos ser professoras iguais a elas, o uniforme tem que ser igual. Uma normalista não pode usar um uniforme e a outra usar outro uniforme. Então nós vamos ser discriminadas. Alguém vai ser discriminada. Ainda insistiram, insistiram... mas não conseguiram nada. (...) Foi assim que o uniforme ficou igual. Para raiva do Instituto de Educação. O Instituto de Educação não gostou. “- Imagina, um uniforme igual ao da gente. Vão andar na rua e vão pensar que somos nós”. Isso que elas diziam (MOLINARI, 2013 *apud* LIMA, 2015).

O uso daquele uniforme tornou-se, entre os anos 1940 e 1950, um símbolo de *status* tão poderoso, que o alunado e as famílias do IE (incluindo o ENCD como unidade submetida) tratavam-no como um privilégio que deveria ser mantido ao alcance de poucos.



Figura 19 – Uniformes. 1949. Acervo de Esther Natividade Lima.

De fato, o respeito à identidade da normalista, representada sobretudo pela *Estrela Azul* encimada no impecável uniforme que as jovens ostentavam pelas ruas da cidade, havia alcançado tal ponto que em 1959, ao ser noticiado que seria criada uma Divisão de Polícia Feminina na Capital da República, o uniforme escolhido para “desbaratar quadrilhas de traficantes de tóxicos” foi o de normalista<sup>107</sup>. No entanto, naquele ano em que já se discutia a criação de três novas escolas normais, sendo que ao menos duas já iniciavam seus trabalhos, mesmo que precariamente, algumas fortes disputas já haviam ocorrido em torno do direito de ser normalista das Escolas Normais Públicas.

Quanto ao uniforme, no entanto, não houve mais disputas durante a criação das novas unidades. A “uniformização dos uniformes” acontecera em 1946, segundo o relato de Zilá Enéas (1998), ano de criação da segunda Escola normal (ENCD). A quebra da exclusividade do uso desse símbolo, com as disputas realizadas pelas alunas de Madureira, em 1947, não se repetiu na década seguinte, com a criação das demais unidades. Ao considerarmos o uniforme um alto valor simbólico dessas jovens das classes médias cariocas, começamos a entender o interesse em manter restrito o acesso aos *signos de prestígio*, o que os transformava, também, em privilégios.

### **As disputas pelos signos de prestígio: Escola Normal Carmela Dutra**

Entre os anos 1930 e 1950, paralelamente à representação que se constituía da normalista, cresceram as discussões no âmbito pedagógico/administrativo das redes de ensino sobre o binômio centralização *versus* descentralização. Apesar do crescimento das propostas escolanovistas que fomentavam a descentralização no final dos anos 1920 e início dos anos 1930, a instauração do Estado Novo (1937 – 1945) e a outorga da Constituição Federal de 10 de novembro de 1937, imprimiram um caráter francamente centralizado ao ensino sob a égide federal, o que levou, por exemplo, ao desmonte da UDF.

Com o final do Estado Novo e a volta à democracia, intelectuais da educação retornaram às disputas sobre antigos temas. Esses oito anos de regime de exceção terminavam junto com a Segunda Guerra Mundial, acabando com ele os pretextos de que havia a necessidade de um Estado autoritário e centralizador, capaz de manter o Brasil nos

<sup>107</sup>DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Polícia Feminina usará Uniforme de Normalista. 23 de outubro de 1959. p. 1. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado dia 8 de agosto de 2016.

trilhos, longe da “ameaça comunista”. Neste contexto de retorno à democracia, mesmo com a eleição do candidato militar escolhido por Vargas, o General Eurico Gaspar Dutra, os *Pioneiros da Escola Nova*, ao se posicionarem pela descentralização dos saberes, a diferenciação e a flexibilidade na busca pela qualidade e eficiência (GOMES, 2002), tiveram seu pensamento contemplado na Constituição Federal de 18 de setembro de 1946, quando o artigo 171 preconizou que “Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino” (BRASIL, 1946 a).

A controvérsia entre os educadores católicos e os Pioneiros, iniciada nos anos 1930, reverberou na primeira proposta de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, feita em 1948. Enquanto diferentes imagens da Normalista estavam a se sobrepor visando a construir uma nova representação, o projeto de LDBEN, de caráter francamente descentralizador e alinhado com as propostas liberais afinadas ao pensamento escolanovista, em meio a intensas discussões, terminou arquivado em 1951. Escrevendo um parecer desfavorável, onde acusava o projeto de desfazer conquistas do Governo Vargas, o então deputado federal Gustavo Capanema, que fora Ministro da Educação e Saúde durante o Estado Novo, engavetou a proposta, que só voltaria à berlinda anos depois, em 1958, quando a conjuntura brasileira já admitia diferentes grupos sociais e interesses envolvidos na construção de uma nova proposta de lei (CUNHA, 1991).

Na política, a discussão *centralização x descentralização* reverberou por mais de três décadas, constando como um dos temas que emperraram a promulgação da LDBEN até os anos 1960, quando um elemento fruto da ideologia *desenvolvimentista* tornou obsoleta as discussões sobre centralização ou descentralização: o crescimento de uma burguesia nacional que percebera na educação um novo mote de negócio e ganho financeiro. Não obstante, apesar do nosso interesse no assunto, deixaremos para discutir esse assunto um pouco mais detidamente em outro capítulo, quando tratarmos especificamente da LDBEN/61. Iremos nos concentrar, neste tópico, em abordar questões que envolvem os benefícios concentrados no IE até o ano de 1946, quando a ENCD foi criada. Desta maneira, necessariamente abordaremos as tradições que envolvem o distintivo social de ser normalista neste período, o propalado ensino de qualidade, a mobilidade social e a conquista de vantagens no setor público.

A *estrela azul* das normalistas chegou a Madureira em 1946, quando a Escola Normal Carmela Dutra foi fundada, na então Estrada Marechal Rangel, nº 31<sup>108</sup>, região fronteiriça ao *Sertão Carioca*<sup>109</sup>. História essa que entre os anos de 2013 e 2015, nos dedicamos a narrar em nossa dissertação de mestrado intitulada *As normalistas chegam ao subúrbio — A história da Escola Normal Carmela Dutra: da criação à autonomia administrativa (1946 — 1953)*<sup>110</sup>. Em um brevíssimo resumo, com ênfase em atender o título deste tópico, destacaremos nas próximas linhas a origem da escola nos anos 1940, quando, após a Segunda Guerra Mundial, teve início o governo de Eurico Gaspar Dutra, eleito com apoio do ex-presidente Getúlio Dornelles Vargas (1930 — 1945).

Com o intuito de homenagear a primeira dama, conhecida como Santinha Dutra, o então Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal, Fioravanti Di Piero, criou por Decreto a ENCD<sup>111</sup> sob a alegação de que o então Instituto de Educação não conseguia mais dar conta do quantitativo de professores necessários para suprir a rede escolar da capital do país<sup>112</sup>.

Fioravanti Di Piero apoiara, desde a primeira hora, Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra, além de ser médico pessoal de Dn. Carmela Telles Dutra. No período em que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) censurava e obstava o surgimento de vozes dissonantes ao governo Vargas durante o Estado Novo, Fioravanti atuou no Jornal Gazeta de Notícias, quando passou a promover o nome de Dn. Carmela Dutra como principal cabo eleitoral do marido. Após a eleição de Dutra, Di Piero, já na direção da Gazeta de Notícias, também tratou de adotar como adversários os inimigos do casal Dutra, quando promoveu uma série de ataques ao comunista Luiz Carlos Prestes, enquanto o PCB estava sendo fechado por influência do governo federal. Com o General Dutra no poder, Di Piero fora então convidado a

<sup>108</sup> Atual Edgar Romero, mesmo número.

<sup>109</sup> A ideia de bairro afastado também poderia ser medida pela assistência de saúde ou estrutura de atendimento público, conforme podemos ver nesta citação: “Se raros escapam à doença, muitos têm duas ou mais infestações [...]. Vêem-se, muitas vezes, confrangido e alarmado, nas nossas escolas públicas, crianças a bater os dentes com o calafrio das sezões [...]. E isto, não nos ‘confins do Brasil’, aqui no DF, em Guaratiba, Jacarepaguá, na Tijuca [...]. Porque, não nos iludamos, o ‘nossa sertão’ começa para os lados da Avenida [Central]” [...] (HOCHMAN *apud* CARDOSO, 2007, p. 71).

<sup>110</sup> Dissertação defendida em março de 2015. Disponível em: <http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes/2015/dfabiosouza.pdf>. Acessado dia 23/09/15.

<sup>111</sup> Decreto-Lei n.º 10 8.548, de 22 de junho de 1946. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br). Acessado em 6 de janeiro de 2015.

<sup>112</sup> Fioravanti Di Piero anuncia reformas e escola normal na Zona Suburbana. Jornal Gazeta de Notícias, 26 de fevereiro de 1946. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado dia 13 de junho de 2014.

assumir a pasta da Educação e Cultura do Prefeito igualmente indicado pelos Dutra, o general Ângelo Mendes de Moraes, conforme descrevemos em nota anteriormente (LIMA, 2015).

Mesmo com a campanha realizada pela *Gazeta de Notícias*<sup>113</sup> ao descrever a necessidade de criação de mais uma Escola Normal, a quebra de exclusividade mantida pelo IE não aconteceria sem protestos. A professora Zilá Enéas, aluna do Instituto de Educação neste período, nos relatou em entrevista que as normalistas foram reunidas no famoso pátio do IE para “receberem a notícia”. Instantaneamente, as jovens da única Escola Normal reagiram de forma negativa.

Muito mal! (...) É por que o Instituto de Educação até então era a única escola para a formação de professores da rede oficial. (...) Então eu lembro muito bem de um encontro com professores no pátio. E nós aborrecidíssimas por que o Instituto não teria mais a exclusividade... e que só poderia ser do Instituto... (...) E os professores diziam: “- Mas vocês tem que avaliar que o Instituto de Educação não tem capacidade para formar um número maior de professores do que já forma. E a demanda está se tornando maior. Então o caminho natural é esse.” Aí nós dizíamos: “- Não! É questão da capacidade de formação? Pois então amplie-se o Instituto de Educação!” [risos] Uma grande bobagem. Mas naquela época, nós achávamos um orgulho ser a única escola de formação de professores (ENÉAS, 2013 apud LIMA, 2015).

À política pública voltada para as massas, conforme descrito nos anos 1930 era então acrescentada a ideia de ascensão social pela educação. Mais do que isso, essa massificação era levada às classes menos abastadas em um processo geral de expansão do ensino iniciado com o pós segunda guerra mundial. Nesse contexto em que o acesso à educação tornava-se um produto imprescindível às classes mais abastadas e desejável às classes médias e baixas, percebemos a integração de grande parte da massa social à perspectiva da escola como elemento transformador, capaz alavancar socialmente um indivíduo ou suas famílias.

<sup>113</sup> Fioravanti Di Piero anuncia reformas e escola normal na Zona Suburbana. *Jornal Gazeta de Notícias*, 26.02.46. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado dia 13 de junho de 2014.

No tocante a esse conceito de Sociedade de Massa<sup>114</sup>, que, necessariamente, passa pela generalização de comportamentos devido à produção e consumo em larga escala de bens e serviços, observamos que as famílias mais pobres começaram a procurar as cadeiras escolares no pós-segunda guerra mundial. As três promessas que recheavam o produto final, elaborado como se fosse um sonho tangível, eram: desenvolvimento, igualdade e mobilidade social (CANÁRIO, 2008). E nesse caso, a forma de alcançar tal sonho, segundo podemos perceber nas ações de milhares de famílias cariocas, seria levar suas filhas à Escola Normal, o que causou do IE e, posteriormente, também da ENCD.

No Instituto de Educação, entre os anos de 1952 e 1954, escolas particulares do entorno, como o Colégio Vera Cruz e o Colégio Felisberto de Menezes começaram a receber as excedentes dos concursos daqueles anos através de um contrato firmado com a Prefeitura<sup>115</sup>. Segundo os jornais da época, os números chegavam 900 alunas que frequentaram os prédios alugados<sup>116</sup>, afinal, desde a administração de Mendes de Moraes (1947 – 1951), era prerrogativa de o Prefeito estabelecer o quantitativo de vagas nas Escolas Normais (*cf.* Capítulo 1). Com efeito, somadas as alunas que estudavam nos Cursos Ginásiais do IE e da ENCD e passavam direto para os Cursos Normais, crescia também o quantitativo de vagas destinadas à seleção externa, isto é, para concurso direto ao Normal. Esses concursos começaram a ser realizados com a criação da unidade de Madureira, para as turmas de 1947, posto que a nova unidade viria a aproveitar os alunos de sua unidade ginásial apenas nos anos 1950. Assim, neste período tivemos o crescimento em vários bairros da cidade dos cursos preparatórios para o Normal, que ficaram conhecidos como pré-Normais.

---

<sup>114</sup> O conceito de Sociedade de Massa é um conceito contemporâneo trabalhado por diversos autores. Dentre eles, usaremos como melhores referências às obras da Escola de Frankfurt, mas especificamente, Theodor Adorno e Max Horkheimer, quando escrevem *Indústria Cultural e Sociedade* (2009). Nessa perspectiva, a Sociedade de Massa surge do processo de produção e consumo em larga escala no que diz respeito aos bens de consumo e serviços. A ideia de conformação do pensar e agir dentro da sociedade de massas implica em generalização de comportamentos, como no caso da procura das Escolas Normais que se mostravam o melhor caminho de ascensão e segurança dentro da sociedade carioca.

<sup>115</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. Extinção dos anexos do Instituto de Educação. 11.10.54. p. 2. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acessado dia 11.06.17.

<sup>116</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. Acabaram os anexos do Instituto de Educação. 14.10.54. p. 2. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acessado dia 11.06.17.

**3 ANOS PARA OBTER DIPLOMA DE PROFESSOR PRIMARIO**

Oportunidade esplêndida para jovens, de ambos os sexos, de 16 a 25 anos de idade, que possuam certificado de 4.ª série ginásial.

Acham-se abertas as inscrições para exame de admissão ao 1.º ano do Curso Normal, da Escola Normal Carmela Dutra, mantida pela Prefeitura do Distrito Federal e destinada à formação de Professores Primários, com os mesmos direitos dos diplomados pelo Instituto de Educação.

O COLEGIO PAIVA E SOUZA, atendendo a numerosas solicitações, fará funcionar turma para preparo de candidatos a esse exame. Direção técnica da professora *Alfredina de Paiva e Souza*.

Corpo docente selecionado.

Informações na Secretaria do Colegio, à rua Mariz e Barros n. 553 - Tel. 48-4129.

**O CURSO MADUREIRA**

Agradece a dedicação de seus mestres e alunos na vitória alcançada no recente exame de Português à Escola Normal Carmela Dutra e Instituto de Educação.

85% de aprovações — Eficiência comprovada.

ADMISSÃO À CARMELA DUTRA  
(Ginásio e Normal)

**CURSO MADUREIRA**

85% de aprovações

Matrículas abertas — Poucas vagas

EST. MARECHAL RANGEL, 48 — 2<sup>º</sup> e 3<sup>º</sup> ands.  
(em frente à Escola Carmela Dutra).

**"ESCOLA NORMAL CARMELA DUTRA"**

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM 2 ANOS

Preparam-se candidatos ao concurso de admissão. Turmas pequenas. Professores especializados.

**INSTITUTO ROSARIO**

RUA DO ROSARIO, 122 — 1.º — TELS. 23-5170 E 27-4667

**Escola Normal Carmela Dutra**

Oportunidade para jovens de ambos os sexos, de 16 a 25 anos, que possuam certificado de 4.ª série ginásial.

Preparamos candidatos ao próximo concurso de admissão, em dezembro.

Direção dos professores NAVARRO DE CASTRO e ELIESER DE ANDRADE

Turmas a iniciar no dia 1.º, das 8 às 11 horas.

**CURSO RIVER**

AV. CHURCHILL, 94 — 5.º andar — Sala 612 — Castelo  
(Cont. da Av. Presidente Wilson)

**"ESCOLA NORMAL CARMELA DUTRA"**

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM 2 ANOS

Preparam-se candidatos ao concurso de admissão. Turmas pequenas. Professores especializados.

**CURSO GROIA**

Av. Franklin Roosevelt, 115, 6.º, sala 602 — Castelo

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO**

ADMISSÃO A 1.ª SÉRIE GINASIAL

AULAS DE EXPLICAÇAO

para candidatas já inscritas e cursando admissão. Professores especializados. Diariamente, das 9 às 11 horas. Restam poucas vagas.

**CURSO RIVER**

Avenida Churchill n. 94, 6.º, sala 612 — Castelo  
(cont. da Av. Pres. Wilson)

Figura 20 – Anúncios de cursos preparatórios à ENCD e IE. DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 18.09.46, p. 5 e 08.03.53. p. 5. JORNAL DO BRASIL, 29.09.46, p. 25 e 13.10.46, p. 23. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.16.

Contudo, nos anos 1950, essas jovens aprovadas em concurso para unidade da Tijuca não eram matriculadas como alunas do Instituto, mas sim como alunas dos Anexos ao Instituto de Educação. Por conta disso, nas pesquisas que realizamos no Centro de Memória da Educação Brasileira (ISERJ), essas jovens não aparecem no quantitativo de alunas do IE entre os anos de 1952 e 1954.

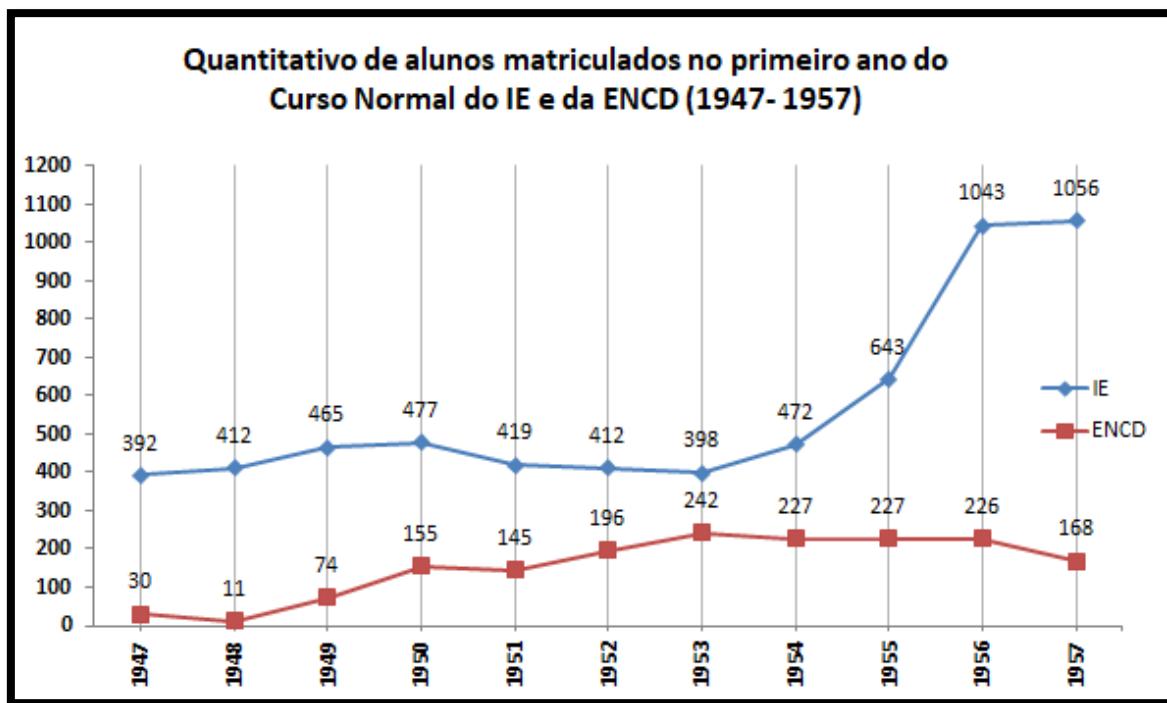


Figura 21 – Crescimento do quantitativo de alunos egressos no primeiro ano das Escolas Normais da Cidade do Rio de Janeiro entre 1947 e 1957. Dados do Cmeb/ISERJ e acervo do IECD.

Como podemos ver abaixo, apesar dos números do IE girarem em torno de 400 alunas até 1954, o número de Normalistas da unidade era, na verdade, outro. Dois eventos se desenvolveram a partir desta constatação no período. A Prefeitura, além de não ter estrutura para receber o quantitativo de alunos, também não tinha verba suficiente para pagar as mensalidades que eram cobradas por cada excedente, que chegavam ao valor de Cr\$ 80,00<sup>117</sup>. Por conta disso, as comissões de pais de candidatas excedentes aumentaram sua pressão sobre a prefeitura com o argumento de que faltava vontade política e investimentos na área da educação para ampliar a rede de Escolas Normais e solucionar o problema, como veremos melhor no próximo capítulo. Alunas relataram que, nesse período, estruturas que garantiam a qualidade diferenciada do ensino no IE foram transformadas em sala de aula para que coubessem ainda mais Normalistas, o que de um ar de improviso a instituição que antes era considerada modelo<sup>118</sup>.

<sup>117</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. Extinção dos anexos do Instituto de Educação. 11.10.54. p. 2. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acessado dia 11.06.17.

<sup>118</sup> VILLAS BOAS, M., 2001. Entrevista concedida à professora Sonia de Castro Lopes para o Projeto Memória ISERJ e gentilmente cedida a autor desta tese.

De fato, como essa ex-aluna comentou, havia interesses políticos em aumentar o quantitativo de Normalistas. Apesar de o corpo docente da unidade apontar “a urgente necessidade de recuperação das instalações, em estado precaríssimo”<sup>119</sup>, na coluna “A pedidos” do jornal *Diário de Notícias*, apenas alguns meses antes, sob o título “As “candidatas” do Instituto de Educação e os Vereadores que devem ser reeleitos”, listava os candidatos que votaram a favor dos anexos, dentre eles Frederico Trota, de quem voltaremos a falar nos próximos capítulos, e contra, entre eles, Lígia Lessa Bastos, ex-aluna da Instituição<sup>120</sup>. Na reportagem, o jornal respondia diretamente aos pedidos que teriam sido feitos pela população para que fossem divulgados os nomes daqueles que seriam os “benfeiteiros” e os “malfeiteiros” da educação carioca.

O segundo evento, decorrente dessa pressão, e, sob as denúncias de que por falta de fiscalização as alunas poderiam não estar recebendo a formação adequada, o Prefeito Dulcídio Cardoso manifestou preocupação em acabar com os contratos junto às escolas particulares. Este seria o primeiro passo para que fossem realizados estudos de criação das Novas Escolas Normais. Os contratos nas unidades anexadas foram descontinuados e o aumento do quantitativo de alunos a partir de 1955, como podemos ver no gráfico acima, foi enorme. Um período em que os problemas na estrutura do IE se acentuaram.

Ao estudar esses anos de intenso crescimento das Escolas Normais, ao menos três questões surgiram para nós com força: o interesse das classes médias altas em manter os privilégios no eixo centro-zona sul, as propostas dos educadores da Escola Nova de descentralização da educação e os interesses de parlamentares da cidade em atender demandas de massificação da educação. Essas duas últimas, ao contrário do que apontaram alguns jornais como o *Correio da Manhã* e o *Diário de Notícias*, apontavam uma tendência em seguir o caminho da Zona Norte, e não, da Zona Sul.

Precisamos, com isso, ressaltar que o sonho do crescimento social pela educação viria a ganhar as áreas mais afastadas do subúrbio carioca, algo que iria popularizar a educação, mas também seria reflexo de que a profissão de professor estava cada vez mais sendo pensada para as camadas mais pobres da sociedade, entrando em um processo de precarização da estrutura da rede de ensino e das condições de trabalho dos docentes.

<sup>119</sup> CORREIO DA MANHÃ. Nova Escola Normal na Zona Sul. 25-26.12.54. p. 8. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acessado dia 11.06.17.

<sup>120</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. As “Candidatas” do Instituto de Educação e os Vereadores que devem ser reeleitos. 20.05.54. p. 2. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br>. Acessado dia 11.06.17.

O termo subúrbio tem origem latina em *suburbiu*, e se relaciona com a ideia de espaço formado pelas cercanias da cidade (FERNANDES, 2011). Apesar das origens dessa palavra estarem relacionadas ao uso dessas áreas, no Império Romano, como regiões de produção agrícola, além de espaço de repouso para as elites dirigentes de Roma, seu uso na conformação da cidade do Rio de Janeiro foi transformado, dando ênfase a um componente de *status* social. Tal reformulação foi trabalhada pela geógrafa Maria Therezinha de Segadas Soares originalmente na década de 1960<sup>121</sup>, sendo discutida novamente na obra *Rio de Janeiro: Cidade e Região*, de 1990. Em síntese, enquanto o conceito original dava conta de que o subúrbio era uma região à margem do espaço urbanizado, sendo subordinado juridicamente à cidade, mas sem qualquer relação com a ideia de pobreza, desestruturação ou desprestígio, a versão carioca para o conceito de prestígio estará intimamente ligada à ideia de classe social que habita a região. O subúrbio e a identidade do suburbano também estão intimamente ligados à rede ferroviária, uma vez que esta possibilitou a ocupação dessas regiões e serve como principal meio e transporte.

Em *O rapto ideológico da categoria subúrbio – Rio de Janeiro (1858 – 1945)*, Nelson da Nóbrega Fernandes (2011) descreve que a partir do início do século XX, o termo subúrbio passou a ganhar um sentido de desprestígio social, sendo representado como região atendida pela ferrovia e moradia das classes médias e baixas da cidade. Tal representação tem foro social, principalmente se considerarmos o que os bairros do Leblon, Copacabana e Ipanema, entre outros da Zona Sul, conforme aponta o autor, atendem igualmente a definição original do que seriam bairros suburbanos. Contudo, com essa alteração significativa do conceito de subúrbio, as ideias de incivilizado, pobre e perigoso passaram a retratar as regiões da zona norte e oeste carioca.

O sociólogo Rolf Ribeiro de Souza (2010), ao aprofundar seus estudos sobre as representações dos suburbanos, ainda reforça os apontamentos que fizemos:

As representações sobre o subúrbio carioca no jornalismo, na literatura, na dramaturgia mostram essa parte da cidade como um lugar e pobres sem a *finesse* dos bem-nascidos. As mulheres suburbanas são invariavelmente manicuras, cabeleireiras, babás, cozinheiras, operárias de fábricas; seus companheiros, machões grosseiros, malandros e ciumentos. Elas enxergam nos moradores da Zona Sul seus príncipes encantados que

<sup>121</sup> SOARES, Maria T.S. (1958 – 1959) Divisões principais e limites externos do Grande Rio de Janeiro. IN: Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, vol. XII. São Paulo, A.G.B., 1960. Apud FERNANDES, 2011.

vão tirá-las de suas vidinhas suburbanas. Os homens suburbanos, por sua vez, são motoristas (de madame, ônibus ou táxi), balconistas, funcionários públicos de baixa qualificação, mecânicos (quase sempre com peito cabeludo à mostra) e bicheiros – atualmente foi incluída nessa seleta fauna a figura do miliciano. Todos têm em comum, além da pouca instrução, a postura machista, a malandragem etc. (SOUZA, 2010, p. 226).

Desta forma, a identidade das Normalistas identifica-se mais ainda com o subúrbio na medida em que a unidade (bem como as demais unidades instaladas no subúrbio) começa a receber alunas oriundas de seu próprio curso ginásial. A instalação dessa unidade no subúrbio se deu em uma Escola Ginásial chamada Barão do Rio Branco, que ficava a apenas 200 metros da estação de trem de Madureira, no ramal Deodoro. A escolha do bairro não se deu por acaso, pois Madureira, além de adentrar o sertão carioca pela linha férrea, tinha um dos comércios mais desenvolvidos entre os bairros suburbanos (LIMA, 2015).

A região de Madureira/ Campinho foi desde antes da colonização portuguesa uma rota de encontro de quem defendia ou planejava conquistar as terras produtivas da região, pois se encontra entre as maiores elevações da cidade. Estabeleceram-se por lá os primeiros pontos comerciais de escambo, que se cruzavam no que são atualmente os bairros de Madureira e Campinho. Mais tarde, a importância da rota se manteve para o escoamento de produtos primários das baixadas de Irajá, Jacarepaguá e Santa Cruz/ Campo Grande, em direção ao centro do Rio de Janeiro e ao seu porto. A facilidade de encontrar produtos com diversidade, vindos de várias partes do Estado, atraiu a população, que então passou a ocupar as proximidades do centro de negociação comercial local, onde se estabeleceu o Mercado de Madureira (MARTINS, 2009).

Madureira se tornou o bairro mais populoso da cidade segundo censo realizado em setembro de 1940 pelo IBGE<sup>122</sup>. Assim sendo, a escolha do bairro pareceu atender interesses relacionados ao atendimento das massas populacionais, além da sua identificação imediata com o significado de subúrbio, adotado no Rio de Janeiro.

<sup>122</sup> Cento e onze mil habitantes, seguido de Andaraí e Penha, ambos com noventa e cinco mil habitantes. Recenseamento Geral do Brasil – 1º setembro de 1940, página 51. IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acessado em 16 de junho de 2014. No censo de 1940, os bairros são organizados por pretórias. 1ª Pretória: 1 a 3, 2ª Pretória: 4 a 8, 3ª Pretória: 9 a 11, 4ª Pretória: 12 a 16, 5ª Pretória: 17 a 20, 6ª Pretória: 21 a 23, 7ª Pretória: 24 a 31, 8ª Pretória: 32 a 35.

Neste contexto, a Escola Normal Carmela Dutra foi rapidamente apelidada pelos jornais de *Escola Normal dos Subúrbios*<sup>123</sup>, sendo severamente discriminada pelas alunas que ingressavam no Instituto de Educação. Evidentemente, ao realizarmos entrevistas com alunos das duas unidades que viveram essa época, percebemos que as memórias de eventos passados vêm à tona de forma diferente, dependendo do contexto atual. Enquanto a entrevistada do IE relatava que depois de todas as brigas, elas riem dos acontecimentos passados, as entrevistadas da ENCD relatavam com forte amargor que sofriam segregação nos concursos, pelas ruas e nas escolas em que estagiavam. Como é possível perceber, a memória dos dois grupos de alunas trata de forma diferente um mesmo evento do passado comum das Escolas Normais da cidade. Trata-se de entender que a leitura de diferentes coletivos sobre a realidade se desenrola ao revisitar suas memórias (HALBWACHS, 2013).

Vale aqui ressaltar a exposição de Philippe Joutard (2000) sobre a relação entre a história oral e a história escrita tradicional: “O oral nos revela o “indescritível”, toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos, seja porque são consideradas “muito insignificantes” (...) – ou inconfessáveis” (p. 33). Nos meses que sucederam o informe da criação da nova unidade em Madureira, a organização do primeiro concurso para a ENCD não aconteceu sem o protesto das alunas da Tijuca.

Houve um protesto geral por que parece que as questões eram muito acima do nível do ensino médio. E eu tinha uma formação e matemática... foi matemática que barrou quase a maior parte. E eu tinha formação muito boa de matemática. Estudava científico no Pedro II. Matemática era o bicho de sete cabeças de todo mundo. Mas eu adorava matemática. Mas não devo ter passado. (...) O início foi bem desagradável. Nós éramos um grupo grande de candidatos, mas a escola em peso do Instituto de Educação uniformizado ficou à frente da escola vaiando os candidatos. (...) E me lembro da reação das alunas e essa disposição dos professores em eliminar (ARANHA, 2013 *apud* LIMA, 2015).

E muito mal recebidas no Instituto de Educação. (...) Aquele portão principal... as alunas do Instituto fizeram duas alas aqui. Até nós entrarmos dentro do Instituto, levamos vaia. (...) O primeiro concurso foi feito no Instituto de Educação. Então você passava na calçada levando vaia até entrar lá dentro. Fizeram um corredor polonês. (...) A prova era

<sup>123</sup> Termo usado pela imprensa da época conforme o Jornal do Brasil. Jornal do Brasil. *As visitas inesperadas do Prefeito – Precária a situação da Escola Normal Carmela Dutra e do Ginásio Barão do Rio branco*. Quinta-feira, 6 de novembro de 1947.; JORNAL DO BRASIL, 6 de novembro de 1947, página 4. (Ver LIMA, 2015).

para não existir o Carmela Dutra. Mas acontece que o Dutra era Presidente e o nome era da mulher dele... Então ele tinha muito nome, né?! (FREIRE, 2013 apud LIMA, 2015)

Nos fomos perseguidos com hostilidade. Fomos para as salas fazer as provas. Fizemos as provas. Na saída, fomos novamente hostilizados. As moças faziam uma fila. E você passava por aquele meio... como se fosse um “cordão” polonês. Você passava ali pelo meio e éramos vaiados. Todos nós. Então uma dificuldade de se fazer a prova no Instituto. Aí é que se procurou outras escolas, outros prédios para se fazer um segundo concurso. O primeiro foi anulado (...) A primeira intenção era não ter Carmela Dutra. Se tivesse seria longe dali. Essa que era a verdade (ALVES, 2013 apud LIMA, 2015).

As estudantes tentaram impedir através de protestos a criação de uma nova Escola Normal em Madureira e, por mais de uma vez, os concursos para a nova unidade, realizados por profissionais do IE, reprovaram todos os candidatos. Somente na segunda tentativa, trinta e um alunos foram aproveitados para formar a única turma da Escola Normal Carmela Dutra. O apoio político foi o fator decisivo para que a escola continuasse aberta nos anos em que havia turmas com poucos alunos frente à formação anual de quatrocentos alunos do Instituto de Educação<sup>124</sup>.

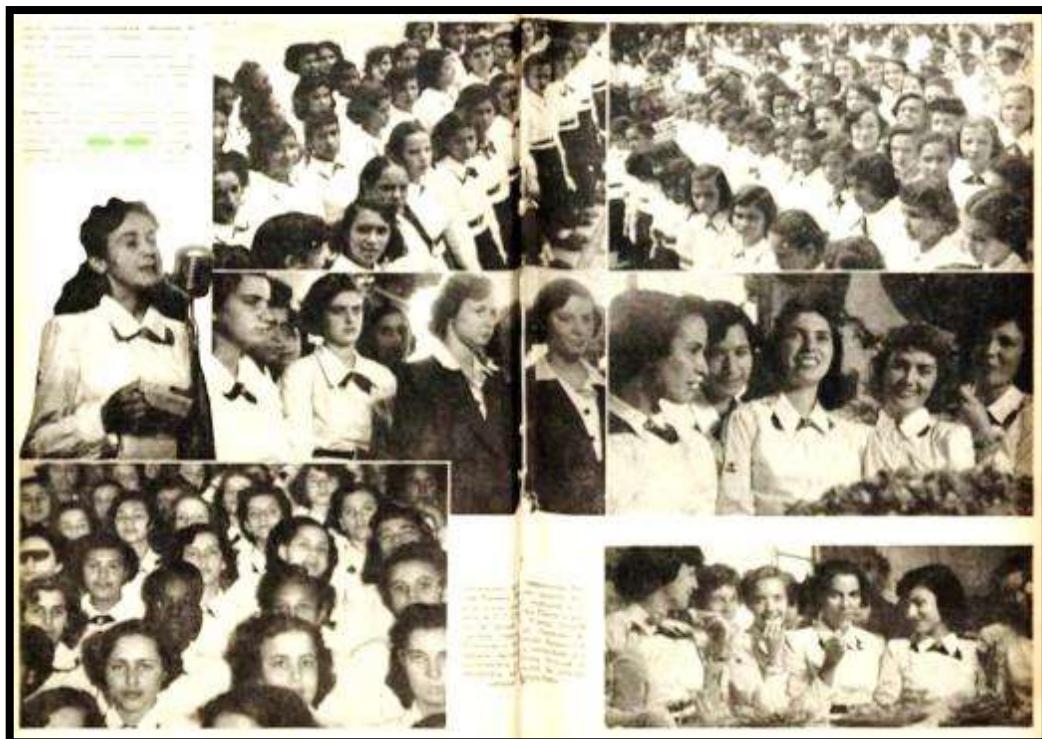


Figura 22 – FON-FON. Carmela Dutra 12.11.49, nº 2.221, sem página. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado dia 11/01/15.

<sup>124</sup> Dados dos Acervos do IE/ CMEB e do IECD.

Em um ambiente em que se discutia a descentralização e centralização do ensino, a ENCD vivia a ameaça de ser completamente absorvida pelo IE. Na reportagem acima, realizada pela Revista Fon-Fon, as imagens demonstram um esforço em retratar a nova unidade de Madureira como produtiva no que diz respeito à formação de professores. Não fosse o apoio da presidência e da prefeitura, o argumento de que a unidade não tinha recursos humanos de professores e normalistas suficientes para atender à região da Zona Norte e Rural, segundo as ex-alunas da ENCD, teria fechado a unidade (LIMA, 2015).

(...) andávamos nos gabinetes do prefeito, do Secretário de Educação e até, várias vezes, no gabinete do Presidente da República Eurico Gaspar Dutra. Tínhamos liberdade. A nossa escola passou a ser respeitada pelas autoridades. Pela presença e pelos pedidos feitos. O que que nós pedíamos? Cadeiras para sentarmos. Professores para nos dar aulas... (ARANHA, 2013 *apud* LIMA, 2015).

As discentes do IE passaram então a protestar contra a intenção das alunas suburbanas em usar o mesmo uniforme de normalista, conforme analisamos anteriormente. Não apenas o uniforme, mas também todo o simbolismo do termo “Normalista” foi posto à prova diante do orgulho das alunas do Instituto de Educação. Para que não fossem “confundidas” com as “Normalistas”, a fórmula encontrada foi apelidar as alunas de Madureira de “Carmelitas”. Um termo jocoso que além de demonstrar a importância do símbolo para os grupos que frequentavam a Escola Normal nos chamados “Anos dourados”, também designava a vontade de manter o distanciamento social e espacial entre a Tijuca e Madureira. Assim, a ex-aluna do IE narrou sobre o período:

Carmelitas, até hoje significa, né? São as religiosas que fazem parte do carmelo, né?! Há dois tipos: as “carmelitas” e as “carmelitas descalças”. Esse grupo, as “carmelitas descalças”, é o mais rigoroso. E descalças porque elas só podiam usar nos pés uma sandália muito precária. Daí o termo “descalças”. E na nossa imaginação, não é...?! Era... chamar de carmelitas porque eram como essas religiosas que nem fazem parte da sociedade direito... para nós era pejorativo (ENÉAS, 2013 *apud* LIMA, 2015)

Assim, diante de forte resistência em serem aceitas, *as normalistas do subúrbio*, depois de discussões que envolveram pressão até sobre a presidência da República ocupada pelo General Dutra, conseguiram se impor ao Secretário de Educação e adotaram o mesmo uniforme da sua congêneres tijucana, enquanto ainda disputavam o signo de prestígio que

era ser chamada de “Normalista”. A negociação identitária desse novo grupo de estudantes se deu mais com relação à região de Madureira do que o próprio IE, pois receberam da Prefeitura os costumes, as normas e os modelos através de um decreto, mas tiveram que se impor, construindo suas próprias identidades por conta da rejeição sofrida nos primeiros anos de existência (DUBAR, 2005).

A ENCD havia nascido completamente sob a tutela do IE, tendo seus recursos financeiros, a sua administração e sua pedagogia controladas pelo Instituto da Rua Mariz e Barros, na Tijuca. A criação de mais uma Escola Normal, chamada pela mídia de *Escola Normal dos Subúrbios*, contrariou muitos interesses, pois atingiu diretamente a exclusividade das normalistas do IE de formarem professoras e oferecê-las ao funcionalismo público que automaticamente as admitia.

A escolha do nome da nova Escola Normal envolveu um acordo entre a Associação de Professores da região de Madureira, que passou a funcionar no mesmo prédio da ENCD. Em troca, tal Associação pediu por meio dos jornais que fosse homenageada a Primeira Dama do Brasil, Dn. Carmela Dutra. Um pedido prontamente aceito pelo ex-médico pessoal da família Dutra e então Secretário de Educação e Saúde, Fioravanti Di Piero (LIMA, 2015).

Assim, no final de 1946, o início da primeira turma em 1947 e a inauguração do Grêmio Clóvis Monteiro, a distinção de que gozavam as jovens estudantes do IE no estudo da única Escola Normal do Distrito Federal e as insígnias que as identificavam como Normalistas tiveram que ser forçosamente divididos com o bairro mais populoso da cidade: Madureira.

A gente pensava que fosse ficar no Instituto, mas no Instituto as alunas de lá não queriam de jeito nenhum, complicado... “ – Não dá, não dá...” se reuniram com... naquela época o Veiga Cabral que era diretor do Instituto, se reuniram no auditório para protestar, não sei o que... “ – Imagina! Analfabetos pra cá, pra entrar... pra ficar conosco aqui no curso normal. Isso é um absurdo! [Nós] entramos no ginásio, somos preparados para o normal, eles vem de fora e de repente entram assim...” (ALVES, 2013 apud LIMA, 2015).

Depois de contornada essa rivalidades – entre muitas outras, as demais Escolas Normais, inauguradas nos anos posteriores, mantiveram o padrão: a estrela, o uniforme e a expressão “Normalista” (Ver LIMA, 2015). Afinal, segundo o sociólogo Claude Dubar, “a identidade nada mais é que o resultado a um só tempo estável e provisório, individual e

coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização que, conjuntamente constroem os indivíduos e definem as instituições” (2005, p. 136). O que analisamos com isso é que o padrão, não apenas de uniforme, mas também de comportamento, regras e ação dentro das unidades, emanou do Instituto de Educação, mas jamais chegaria às demais unidades se não sobrevivesse às disputas enfrentadas pela Escola Normal Carmela Dutra.

Entretanto, a maior disputa entre a unidade da Tijuca e a de Madureira aconteceu quando justamente a prerrogativa de alçar o cargo público foi posto em questão. Em protesto, as alunas do IE tentaram impedir que as alunas ENCD escolhessem as escolas públicas para as quais seriam designadas antes que elas o fizessem por completo.

Então pela nota você era chamado na Secretaria de Educação. Eles apresentavam a lista de escolas e vagas. E você escolhia. Aí houve outra briga, por que o Instituto de Educação queria que nós fossemos as últimas a escolher. Primeiro o Instituto escolhia. Depois que elas escolhessem todas as escolas nas melhores zonas, nós recebemos as últimas. Aí houve outra briga, né?! Aí não deixamos. Fomos falar com o secretário, com o prefeito... não sei o que... e misturou todo mundo (FREIRE, 2013 apud LIMA, 2015).

Tal disputa não acontecia apenas pela distinção entre as duas unidades, mas pela escolha de quão distantes do centro da cidade seriam as escolas em que as normalistas trabalhariam e quão dependentes da linha férrea elas estariam nos próximos anos em que teriam que trabalhar no *sertão carioca*. A representação do *trem das normalistas* que levavam a modernidade rumo ao sertão do Distrito Federal, cantado na música ‘Professora’ (GERARD, 1949), apesar de mostrar os caminhos da educação em direção dos subúrbios, não revelava a relação de competição entre as duas unidades que conseguimos trazer à tona através da metodologia da história oral. Aliás, sobre o tal trem, em tempo, uma ex-aluna da ENCD relatou que

Eu tinha um horário de trem para tomar. Eu tinha que tomar o trem às seis horas e dois minutos na central. A Secretaria de Educação já dava o horário de trem para tomar. Em Realengo que eu trabalhava. Você ia para estação, seis horas e dois minutos, o trem nunca chegava às seis horas de dois minutos. Às vezes chegava às sete. Geralmente chegava as sete, sabe?! Aí você ficava perdendo aquele tempo todo e chegava na escola atrasada. E tinha outra coisa (...) tinha o trem que era anterior que estava lá. Então as professoras e os professores entravam nesse trem, quem não estava tinha que esperar o horário de seis e... Tinha uma caminhonete que esperava você na estação para levar para escola. A escola ainda era longe

da estação. O quê que as alunas do Instituto faziam? Chegavam, pegavam o trem mais cedo e iam para estação, tomavam a caminhonete e deixavam as carmelitas, as pobres carmelitas, lá em Realengo, andando a pé. Tinha que ir a pé para escola. Por que a caminhonete já tinha ido embora, elas chegavam e mandavam o homem embora. E o homem ia embora. De propósito (FREIRE, 2013 *apud* LIMA, 2013).

Apesar de a questão da escolha das escolas primárias ter sido resolvida com a intervenção da Secretaria de Educação e as duas unidades serem misturadas de acordo com a pontuação final de cada aluna, as tentativas da direção do IE de acabar com a Escola Normal dos Subúrbios mantiveram-se até o período em que a ENCD alcançou autonomia administrativa.

Quanto à Escola Normal Carmela Dutra, estava prevista a sua extinção gradual, mediante a assimilação progressiva de cima para baixo, de suas alunas do curso normal, no curso equivalente da seção do Instituto de Educação da Rua Mariz e Barros. (...) unificando os dois cursos normais existentes ao invés de multiplica-los. (BRITO, Mário de. Diário de Notícias, 5 de agosto de 1953, p. 2)<sup>125</sup>.

No entanto, naquele mesmo ano de 1953 em que Mário de Brito, por conta das discussões públicas em âmbito federal, estadual e municipal, envolvendo nomes de peso da educação como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, a questão sobre centralização ou descentralização dos sistemas de ensino acirrou os ânimos. O Instituto de Educação fora chamado de “instituição feudal” (LAUS, 1953)<sup>126</sup>, o Prefeito fora acusado de ter o “propósito de quebrar a homogeneidade do ensino normal do Distrito Federal, já manifestado de diversas maneiras, o que constitui uma retrogradação em matéria de ensino” (BASTOS, 1953)<sup>127</sup> e, neste conflito, com muitas trocas de farpas, coube ao Procurador-Geral da Prefeitura dar a última palavra. E desta forma, sem mais obstáculos ao novo decreto da Prefeitura<sup>128</sup>, o ano de 1953 marcou a conquista da autonomia da ENCD e a garantia de que ela seria a primeira Escola Normal carioca independente frente ao IE (LIMA, 2015).

<sup>125</sup> Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado dia 11/01/15.

<sup>126</sup> Lausimar Laus. JORNAL DO BRASIL. 09.08.53, p. 6. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado dia 8/01/15.

<sup>127</sup> Ligia Lessa Bastos. DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 04.08.53, p. 2. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado dia 8/01/15.

<sup>128</sup> Decreto 12.171, de 31 de julho. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br). Acessado dia 06/01/15.

Toda essa rivalidade entre as duas unidades, vivenciada principalmente entre os anos de 1946 a 1953, ajudaram a fomentar a mística sobre a qualidade do ensino normal da rede oficial. A formação da professora normalista, que se concentrava no prédio-monumento erguido por iniciativa dos Pioneiros da Educação Nova, então se *descentralizava*, expandia-se rumo ao subúrbio e ao sertão, construindo uma nova imagem da normalista dos anos 1950: seu uniforme, seu *status*, sua nova missão.

Ser normalista, usar o uniforme azul e branco, a gravata e a *estrela azul* tornara-se mais do que a evidência de uma formação de boa qualidade, mas também um signo de prestígio social. A filósofa Marilena Chauí, ao escrever sobre a *Cultura Política e a Política Cultural* (1995) no país, descreve que o fascínio do brasileiro pelos *distintivos sociais*, sejam eles simbólicos ou materiais, descende de uma relação de poder que tem origem em nosso passado colonial. Assim como ela descreve, ao citar o exemplo do “Doutor” como uma espécie de substitutivo para os títulos de nobreza, ser normalista da rede oficial passou a constituir uma posição social considerada superior diante das demais, sendo sempre traduzida pelo orgulho, pelas vantagens, pela autoridade, pelo saber, pelo poder e pela responsabilidade.

Evidentemente, a identidade da Normalista fora constituída a partir da dimensão da *atribuição*, conforme descreveu Claude Dubar (2005). Tal processo era realizado pelas leis e pela atuação de agentes públicos, conforme analisamos, quando a elas era imputado uniforme e a missão de levar as letras à população, bem como acontecia quando recebiam as vantagens do setor público.

Dentro desse processo de *atribuição*, a identidade da normalista ainda era composta de determinada *rotulagem*, processo descrito por Claude Dubar, como um evento capaz de imputar qualidades a outrem: ““Que tipo de homem ou de mulher você é” = dizem que você é” (2005, p. 142), conforme percebemos nos jornais, nas músicas e nos filmes.

Pairando sobre esses dois processos está o ritual de iniciação da jovem estudante nas Escolas Normais, conhecido como Cerimônia de Incorporação. Este rito de passagem, como qualquer outro, marca a separação de um grupo, a aprovação e a posterior entrada do indivíduo em outro grupo social. Nas Escolas Normais, o protocolo exige o uniforme completo, uma missa de ação de graças, o respeito ao Hino Nacional e a presença das normalistas veteranas. A pesquisadora em educação Iduina Chaves (2000), ao relatar a cerimônia, assim destacou:

Os alunos novos, da primeira série, entram triunfalmente e se colocam cada turma ao lado de uma turma da segunda série. Começam cantando o bem ensaiado Hino Nacional, seguem-se os discursos, o louvor da profissão de professor, a expressão de boas-vindas. O momento culminante é a entrega das estrelas. Cada aluno da segunda série coloca no ombro e cada aluno novato uma estrelinha e bronze azul e branca, simbolizando a “pertença”, a incorporação à Escola Normal (CHAVES, 2000, p. 76-77).

Por outro lado, sendo atribuída à jovem estudante a estrela-símbolo das Escolas Normais, torna-se ela incorporada à Instituição, que por sua vez, trabalhará nos próximos 3 ou 4 anos sobre aquele indivíduo (DUBET, 2006), afim de que ele faça o mesmo em sua futura sala de aula, nas escolas da rede pública de ensino cariocas.

### **As Normalistas do Rio de Janeiro – Um olhar confiante atravessa o amanhã**

O sonho de ser normalista começou a alcançar os subúrbios cariocas com a criação de uma unidade em Madureira. Paralelamente, esse mesmo encantamento com o Curso Normal passou a ser também o sonho dos estabelecimentos particulares de ensino. Havia dois interesses que trouxeram os proprietários de unidades particulares de ensino a investir mais nesse modelo de ensino. Em primeiro lugar, conforme já apontamos, tratava-se de vender o sonho de ser Normalista, algo que se desenvolvia durante os anos 1940 e 1950 por conta do crescimento de uma burguesia nacional que começava a identificar na educação uma forma de negócio lucrativa. Tal iniciativa tornava-se ainda mais interessante quando acompanhada de incentivos fiscais, como bolsas de estudo, ou uma parceria com o poder público, por meio do recebimento de verbas públicas para aluguéis de prédios ou com finalidade de matrícula de alunos aprovados no sistema público em colégios particulares.

Em segundo lugar, a formação de professores nas unidades normais públicas era insuficiente para atender as necessidades do próprio Distrito Federal, situação que se agravava ainda mais quanto ao atendimento da rede particular de ensino. Isso porque as Normalistas formadas em escolas privadas só podiam atuar na rede privada, o que fazia com que a procura pela formação normal nessas escolas fosse pequena.

Além disso, conforme apontamos anteriormente, o Curso Normal oferecia outras possibilidades que não a sala de aula. Assim, muitas professoras recém-formadas, decidiam pelo casamento e o trabalho no lar, mesmo com o benefício de acesso e permanência

vitalícia no serviço público municipal. Essa situação, aliada à ideologia de modernização do país, atendimento às massas e busca pelos bancos escolares, sem o devido atendimento e investimento público, gerou uma demanda identificada pela iniciativa privada como mais uma possibilidade de negócio.

Em agosto de 1946, em um exemplo de intervenção Federal na administração Municipal, algo que mostrará ainda mais recorrente nos próximos anos conforme veremos na Parte II deste trabalho, o presidente da República Eurico Gaspar Dutra tentou resolver o problema da falta de professores na rede de ensino do Distrito Federal da seguinte forma: “Art. 1º - Fica a Prefeitura do Distrito Federal autorizada a admitir, em caráter de emergência, na qualidade de tarefeiros, para servir exclusivamente nas escolas primárias (...) os alunos do Instituto de Educação que estão cursando o último ano da Escola Normal”<sup>129</sup>. Embora as alunas desse período declarassem adquirir doenças devido ao forte ritmo de trabalho aliado ao intenso estudo no IE e na ENCD, a lei continuou em vigor nos anos seguintes (LIMA, 2015).

Tratava-se de mais um esforço de resolver a questão e atendimento as crescentes massas populacionais e atender a interesse privados, conforme já constava na Lei Orgânica do Ensino Normal, de 2 de janeiro de 1946, onde no Capítulo II, com o título “Do ensino normal mediante mandato”, encontramos:

Art. 40. Onde se torne conveniente, poderão os Estados outorgar mandato a estabelecimentos municipais ou particulares de ensino, para que ministrem cursos de ensino normal, do primeiro ou do segundo ciclo e que serão, assim, oficialmente reconhecidos (BRASIL, 1946 b).

Ou na Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946, uma lei geral que sob o mesmo espírito, não coincidentemente publicada depois e uma lei específica de educação assevera no artigo 167: “O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos Poderes PÚBLICOS e é livre à iniciativa particular (...)” (BRASIL, 1946 a).

Como podemos ver, 1946 foi um ano especial em âmbito federal no tocante às leis para o Curso Normal. A legislação não apontava abertamente a igualdade de direitos entre o público e o privado, e, quando dizia reconhecer os direitos dos estabelecimentos

<sup>129</sup> Aos professores tarefeiros era também destinado o salário de CR\$ 1.150,00. PODERÃO SERVIR COMO PROFESSORES OS ALUNOS DO INSTITUTO DE EDCAÇÃO. Diário de Notícias, 9 de agosto de 1946. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado em 12 de junho de 2014.

oficialmente reconhecidos, deixava uma brecha para que fossem pleiteados na justiça tais interesses em um futuro próximo. Faltava apenas o reconhecimento dos Estados e Municípios no sentido de deferir o pedido dos estabelecimentos particulares.

Pouco mais de um ano depois, o Secretário de Educação e Cultura do DF Clóvis Monteiro, finalmente, enviou um Ofício relatando os motivos pelos quais o Prefeito deveria estabelecer as bases para que fossem criadas as primeiras Escolas Particulares com ensino normal na capital brasileira. Sem a pretensão de realizar história sobre tais estabelecimentos, mas sob a necessidade de citá-los por conta de acontecimentos envolvendo os interesses da iniciativa privada nas próximas décadas, reproduzimos abaixo esse Ofício (n.º 405, de 7 de setembro e 1947): “Exposição de motivos com a qual o Secretário Geral de Educação e Cultura apresentou à consideração do Prefeito do Distrito Federal o Ante-projeto de Decreto que regulamentava a Outorga de Mandato à Estabelecimentos particulares para ministrar o ensino normal”.

Exmo. Sr. Prefeito

O Colégio Jacobina, o Ginásio Brasileiro e o Colégio Notre Dame de Sion, em requerimento a V. Excia. (processos números 6.902/47, 7.929/47 e 6.261/47 – SGE) solicitaram a necessária autorização desta Prefeitura para que possam instalar e fazer funcionar cursos normais destinados à formação e professores de ensino primário.

Cabe a esta Secretaria Geral esclarecer a V. Excia. Que a solicitação dos referidos institutos de educação encontra apoio:

I) Na Constituição da República, quando se assegura que “o ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem”;

II) No Decreto-Lei n.º 8.530, de 2 de janeiro de 1946, (Lei Orgânica do Ensino Normal) onde se prescreveu que: a) quando se torne conveniente poderá ser outorgado mandato a estabelecimentos particulares para que ministrem cursos de ensino normal do primeiro ou do segundo ciclo (...)

CLÓVIS MONTEIRO – Secretário Geral (O Ofício 405, de 7 de setembro de 1947)

O secretário Clóvis Monteiro, usando-se de uma argumentação baseada nas leis oriundas de pressões não exatamente populares, deu voz aos estabelecimentos particulares de ensino junto à Prefeitura. Assim, dois meses depois, em 23 de novembro e 1948, através da Lei N.º 243, o prefeito Ângelo Mendes de Moraes e o Secretario Geral de Educação e Cultura Clóvis Monteiro por meio dos deferimentos chamados de “Outorga de Mandato” autorizaram algumas escolas particulares a formar professoras normalistas para atender aos colégios primários particulares do Distrito Federal.

Art. 1.º – Os estabelecimentos particulares de ensino que desejarem a outorga de mandato a que se refere o Capítulo II (artigos 40, 41, 42, 43 e 44) da Lei Orgânica do Ensino Normal, deverão requerê-lo, satisfazendo, previamente, as exigências mínimas o Artigo 42 do Decreto-lei número 8.530, de 2 de janeiro de 1946.

Art. 2.º – Fica a Prefeitura do Distrito Federal, por seu órgão competente, autorizada a proceder à verificação das condições de idoneidade e eficiência dos estabelecimentos de ensino que pretendam a outorga do mandato, para o que deverá constituir comissões especiais que examinarão os pedidos, de acordo com o que se prescreveu nos artigos 40, 41, 42, 43, e 44 da Lei Orgânica do Ensino Normal.

Art. 3.º – O diploma de professor do Ensino Normal, expedido por instituto ao qual tenha sido outorgado mandato, conferirá ao seu portador o direito de se candidatar ao exercício das funções de professor de ensino primário particular, exclusivamente<sup>130</sup>.

Sem necessidade, em um Segundo Ofício (N.º 705), datado de pouco mais de uma semana depois de assinado o Decreto-Lei que cria a Outorga de Mandato para Estabelecimentos Particulares de Ensino ministrarem o Curso Normal (02.12.1947), Clóvis Monteiro expõe seu agradecimento ao Prefeito, por uma lei que ele próprio também assinou. Em uma louvação que não cita as Escolas privadas beneficiadas, a não ser pelo número da lei 243, Clóvis Monteiro nos faz perguntar se a carta foi escrita por ele próprio ou pelos donos dos Estabelecimentos Particulares de Ensino.

Exmo. Sr. Prefeito

O Governo de Vossa Excelência, na história da administração municipal, ocupará uma posição de merecido relevo. Em menos de dois anos, particularmente no setor educacional, os serviços prestados ao ensino da Capital do país são de tal forma que podem ser citados como um dos maiores empreendimentos já executados em favor da população em idade escolar do Distrito Federal.

(...) Houve, porém, um setor da educação que mereceu especial atenção da parte de Vossa Excelência: o da formação do professor primário. Dia a dia, Senhor Prefeito, agravava-se o problema da preparação do magistério primário na capital do país. Contido, graças às providências adotadas na atual Administração, já se pode afirmar que a situação tende a melhorar e, em futuro próximo, ficará completamente normalizada.

Em primeiro lugar, Vossa Excelência cuidou da melhoria das instalações do “Instituto de Educação”. Depois reaparelhou a “Escola Normal Carmela Dutra”, regularizando a situação do corpo docente desse instituto de ensino.

<sup>130</sup> LEI N.º 243 – 23 de novembro de 1948. Secretaria Geral de Educação e Cultura. Ensino Normal do Distrito Federal. Acervo do CMEB/ ISERJ.

2. Mas, das medidas tomadas recentemente pelo Governo da Cidade em favor do ensino normal, nenhuma se sobrepõe àquela consubstanciada em Mensagem que Vossa Exceléncia houve por bem enviar à Egrégia Câmara Municipal e na qual recomendava a instituição do ensino normal sob mandato, nos termos da Legislação Federal que rege a matéria.

Dizia então Vossa Exceléncia, naquela Mensagem: “Senhores Membros da Câmara de Vereadores. Constitui incumbência afeta aos poderes públicos federais e estaduais o desenvolvimento da rede de ensino normal, a fim de que, no devido tempo e onde se torne necessário, haja em número e qualidade os docentes reclamados pela expansão dos serviços (...)”

Com a assinatura dessa Lei, que tomou o número de 243, Vossa exceléncia inicia uma nova fase na história da organização do ensino no Distrito Federal. (...)

CLÓVIS MONTEIRO – Secretário Geral (O Ofício 705, de 2 de dezembro de 1947).

Evidentemente, houve pressão de instituições privadas para a criação da “Outorga de Mandato” no Distrito Federal, em 1948, visto que a Lei Orgânica do Ensino Normal, de 1946, não havia, sozinha, produzido esse efeito. Vale ressaltar que o Colégio Jacobina, o Ginásio Brasileiro e o Colégio Notre Dame de Sion, todos, tinham sede entre a Zona Sul e o centro da cidade. Também é importante ressaltar que nesse momento, no final dos anos 1940, a impressa admitia a expansão da rede de escolas normais públicas na cidade, apontando que isso deveria acontecer no sentido a atender o “grande fluxo de meninas da Zona sul da Cidade”.

Em 1950, as discussões em torno da “Outorga de Mandato” cedida a escolas particulares mostrou ao que se devia realmente. Como havíamos apontado que aconteceria, sob a alegação de que o IE e a ENCD não formavam sequer 50% do efetivo de professoras necessárias para atender ao serviço público, a Câmara dos Vereadores iniciou um processo objetivando aproveitar as alunas dos estabelecimentos particulares de ensino na rede pública, com os mesmos direitos<sup>131</sup>. Em outras, palavras, o direito de acesso do serviço público garantido seria, ainda em 1950, estendido às Normalistas das escolas particulares, que ao terminarem os seus cursos normais também ingressariam na rede pública municipal de ensino sem necessidade de concurso. Posto isso, foi a vez das duas unidades que antes disputavam entre si o benefício da escolha de escolas para lecionar, unirem-se contra um inimigo comum: as escolas particulares (Ver LIMA, 2015).

<sup>131</sup> Requerimento nº 965 de 1951. “Requerendo o aproveitamento das professoras formadas pelos Cursos Normais Particulares”. DOU, 27 de setembro de 1951. pp. 2485 – 2486. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado dia 5 de janeiro de 2015.

O vereador Gladstone Chaves de Melo, propositor do Projeto de Lei n.º 431, ainda afirmou no período que a formação de professores Normalistas era extremamente dispendiosa para a prefeitura. Também apontou que o monopólio do Instituto de Educação já havia sido abalado desde que foi aberta a instituições particulares a formar também Normalistas e a Prefeitura não deveria estender a formação normal, no que dizia respeito à construção de mais unidades. Por fim, Gladstone também argumentou que todos os brasileiros tem o direito de entrar no funcionalismo público<sup>132</sup>. As jovens Normalistas das unidades particulares, também buscaram aceitação e apoio público através dos jornais.

O curso normal regular foi criado na administração passada, em 1948, e limitado aos colégios que possuíssem instalações adequadas para que fossem ministrados ensinamentos idênticos aos do Instituto de Educação e a Escola Normal Carmela Dutra, com fiscalização de professores e médicos daquele instituto e registro de fichas em sua secretaria. Tanto existe correlação entre esses cursos que, nesta capital, somente o curso Normal tem fiscalização subordinada ao Ensino Municipal, porquanto os demais cursos de Ginásio e Colégio são fiscalizados pelo Ministério da Educação

(...) De fato, se fizeram um curso equivalente ao ministrado na Escola Normal Carmela Dutra, devidamente fiscalizado, não há como negar-lhes cabimento às pretensões<sup>133</sup>.

As Normalistas do IE e da ENCD, antes em posições contrárias, uniram-se procurando também os jornais e iniciaram uma campanha contra o que disseram ser um ataque à qualidade do ensino público da cidade e ameaçaram entrar na justiça. O assunto causou tanto alvoroço na cidade que os jornais *Correio da Manhã* e *Tribuna da Imprensa*<sup>134</sup> apelidaram o movimento como *Revolta Azul e Branco*. A ação das normalistas, desta vez, não se defendia contra um ataque a sua *identidade*, mas a um direito instituído (DUBET, 2006) que julgavam haver conquistado como alunas dos cursos oficiais de formação de professoras normalistas (Ver LIMA, 2015).

A proposta de Gladstone acabou não avançando dentro da Câmara dos Vereadores. Em 27 de outubro de 1951, o *Correio da Manhã* apontou o desfecho desse evento na primeira página em duas manchetes: “As normalistas saíram vitoriosas da Câmara

<sup>132</sup> Revista A Ordem, Janeiro a julho de 1952. pp. 53 -59. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado em 26 de dezembro de 2014.

<sup>133</sup> CORREIO DA MANHÃ, 04.09.51, p. 4. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado dia 5 de janeiro de 2015.

<sup>134</sup> CORREIO DA MANHÃ, 27.10.51 p. 1; TRIBUNA POPULAR *apud* Revista A Ordem, Janeiro a Julho de 1952, V. XLVII, n. 1. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado em 26 de dezembro de 2014.

Municipal” e “Vitória da Revolta Azul e Branco”<sup>135</sup>. De acordo com o periódico, alunas vestidas de normalistas, “entupindo as galerias”<sup>136</sup>, coagiram os vereadores que se dirigiam para a sessão, enquanto que a vereadora e ex-aluna do IE, Lygia Lessa Bastos, acrescentava-se àquela forma de pressionar o parlamento dizendo: “estar-se decidindo naquele momento a sorte do Ensino no Distrito Federal”<sup>137</sup>. Estava mantido, pelo menos nos “anos dourados”, o direito das Normalistas das Escolas Normais PÚblicas. O direito que antes era concedido apenas ao IE, logrado ao ENCD a duras penas (mesmo que consideremos que à época a segunda estava submetida à primeira), mantinha-se somente para o Instituto de Educação, mesmo que existissem agora unidades particulares com a mesma formação. Com isso, segundo avaliamos, um direito que se torna objeto de disputas entre diferentes grupos para que permaneça em benefício de apenas um deles, termina por torna-se um privilégio. Assim nesta e nas próximas Partes de nosso estudo, trataremos o acesso automático garantido ao serviço público vitalício não mais como um direito, mas como um privilégio de determinado grupo sobre outros, garantido pelo nome e pela força de atuação de uma Instituição.

A essa altura, o Curso Normal das duas escolas existentes na cidade do Rio de Janeiro já era altamente disputado, ensejando o surgimento de vários cursinhos preparatórios, chamados de pré-normais (cf. Capítulo 1). Ter as filhas estudando em uma dessas instituições era motivo de orgulho na família e certeza de ascensão social pelo status oferecido pela função docente na rede pública de ensino primário. Ser *Normalista* chegava aos fins dos anos 1940, início dos anos 1950 como um *sonho* consolidado e amadurecido, tanto para as jovens cariocas, quanto para os donos de estabelecimentos particulares de ensino.

Nesse período, em 1949, a Revista O Cruzeiro tratou ainda de fomentar essa imagem do *sonho* de ser Normalista e estudar uma instituição específica. Sob o título “As Normalistas do Rio de Janeiro – Vestidas de Azul e Branco”, o periódico realizava uma reportagem sobre o Instituto de Educação tratando-o não como uma escola da rede pública municipal, mas como um Clube Social de privilégios. Embora fosse mostrado o diretor Mário Paulo de Brito em seu escritório e as normalistas em seus diversos espaços reivindicados como inovações da Escola Nova, o destaque das imagens sempre intencionais do fotógrafo profissional da revista ficou no uso da piscina e na quase ausência de alunas negras. A reportagem preferiu dar ênfase a assuntos típicos de colunas sociais, como

<sup>135</sup> CORREIO DA MANHÃ, 27.10.51 p. 1. Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado dia 5 de janeiro de 2015.

<sup>136</sup> Idem.

<sup>137</sup> Ibidem.

preocupação com festas como a de formatura, representações em eventos sociais, o prestígio de algumas alunas na unidade, as referências que os jornais faziam a elas, a descendência, a beleza em concursos, as rainhas dos bailes, além, claro, da proibição de casar durante o curso. Também havia expressões como “o diretor é gremista”, “rainha da primavera”, “24 horas com as garotas mais bonitas da cidade”, “quando elas passam, uniformizadas, pelas ruas do Rio, chamam as atenções de centenas de admiradores de todas as idades”, “garota cinematograficamente magnética”, “bonita e educada”, “fica bem em qualquer fotografia”, “brotinho em flor”, “Normalista Linda”, “sereias com maiô negro”, “Juventude e Beleza”, “(...) É uma família de normalística do Rio. Família esplêndida”, entre outras. Apenas ao final da reportagem, quatro páginas depois das fotos, viria o seguinte trecho: “Crítica de uma normalista cor de jambo”.



## *As Normalistas do Rio de Janeiro*

O Ensino Normal Público Carioca (1920 - 1970): das tensões políticas na criação de instituições à produção das diferentes identidades de suas alunas

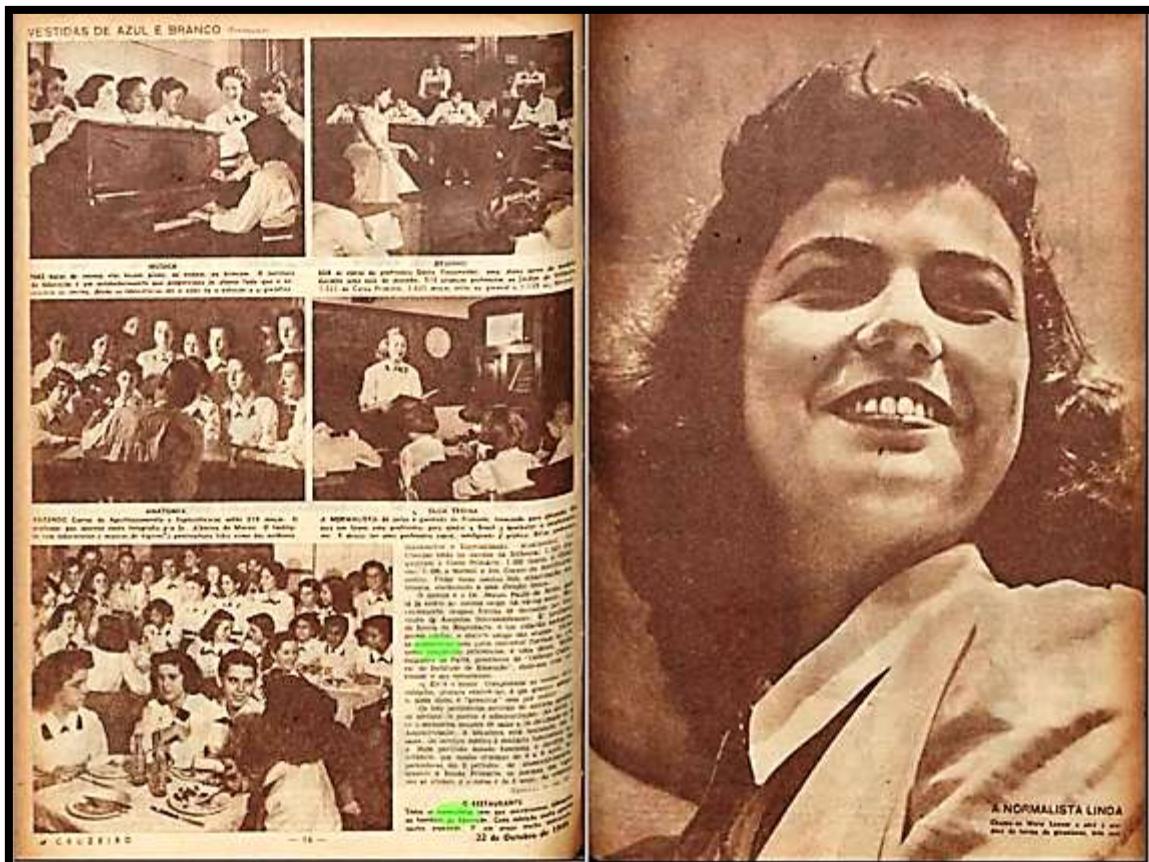




Figura 23 – Imagens da reportagem “As Normalistas do Rio de Janeiro – Vestida de Azul e Branco”. Revista O Cruzeiro. 22.10.1959. p. 13-19. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.16.

Não foi por acaso que as discussões sobre a criação de mais Escolas Normais públicas seguiram o pensamento de que elas deveriam ser instaladas na Zona Sul, em primeiro lugar. Com o projeto número 53 de 1950<sup>138</sup>, a vereadora Mercedes Dantas (PR), propunha a criação de uma Escola Normal na Zona Sul e outra na Zona Rural. As mesmas pessoas que antes haviam se indisposto quanto à criação da ENCD, que naquele momento ainda submetida administrativamente ao IE (1946 – 1953), também se colocaram contra a criação de outra unidade, mesmo que na região mais rica da cidade. Esse foi o caso da vereadora Ligia Lessa Bastos (UDN), que parecia sequer cogitar a possibilidade da construção da segunda unidade no meio rural.

Diversos oradores se ocuparam do assunto, que foi combatido, inclusive pela sra. Ligia Lessa Bastos, argumentando que falece de poderes à Câmara para tomar tal deliberação. A criação de uma escola normal, segundo sustentou a representante udenista, além de contratar a Lei Orgânica, não resolverá o problema. A providência aconselhável seria a

<sup>138</sup> CORREIO DA MANHÃ. Continua a falta de quórum na Câmara Municipal. 18.07.50. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.16.

transferência do curso ginásial do Instituto de Educação, o que proporcionaria o aumento do número de alunas do curso normal. A sra. Mercedes Dantas não gostou da argumentação da sra. Lessa Bastos e respondeu em termos poucos parlamentares, provocando protestos da vereadora udenista. Os debates se prolongaram sucedendo-se na tribuna vários representantes<sup>139</sup>.

As disputas obstruíram não apenas as votações na Câmara, mas dificultaram a liberação de verbas para a construção da Escola Normal na Zona Sul. Somente no ano de 1954, o Secretário de Educação e Cultura Haroldo Lisboa da Cunha veio a público informar que a Câmara dos Vereadores forneceria os meios necessários para a criação da unidade, em 1955, “atendendo aos interesses da rede escolar primária municipal, num futuro próximo”<sup>140</sup>. A notícia era de que a Câmara liberaria uma verba de 10 milhões de cruzeiros para a criação da unidade da Zona Sul, somente<sup>141</sup>.

A tendência, portanto, até meados dos anos 1950, era de que se houvesse mais Escolas Normais, elas seguiriam em direção à Zona Sul, sendo que a ENCD, segundo os planos do diretor do IE seria absorvida à unidade da Tijuca, concentrando novamente a formação de professores. A discussão entre educadores sobre centralização ou descentralização administrativa e pedagógica do ensino ainda não estava morta. Travada desde os anos 1920 ainda está longe de acabar. De fato, esse tema iria atingir a ENCD, que depois de muitas disputas, tornou-se autônoma frente ao IE apenas em 1953. No entanto, esse momento que aponta os caminhos tomados pelo Curso Normal, mais especificamente, deixaremos para a próxima Parte de nosso estudo.

Independente do final desse processo, o fim do Estado Novo representou também a entrada desses novos atores sociais que vimos neste capítulo, isto é, os estabelecimentos particulares, as Normalistas suburbanas e as comissões de pais que pressionavam as autoridades públicas. Cada qual com seus interesses, seus comportamentos, seus sentimentos e suas crenças em uma transição da cultura política dentro do Distrito Federal que desde então aumenta as oportunidades de participação das classes sociais mais baixas nas escolas e na administração pública.

<sup>139</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Não pode a Câmara Municipal votar a suspensão da sessão de hoje. 13.07.50. p. 3. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.16.

<sup>140</sup> DIÁRIO CARIOPA. Professores da PDF vão ser conservados. 10.12.54. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.16.

<sup>141</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. Escola Normal na Zona Sul. 18.10.55. p. 8. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.16.

Neste sentido, para apontarmos os meados dos anos 1950 como momento de inflexão deste estudo, devemos reforçar alguns pontos já tratados nesses dois capítulos. Com o processo de feminização da profissão docente, iniciado ainda no século XIX e reforçado na primeira metade do século XX, temos também um processo de desvalorização econômica do trabalho da professora, a partir da ideia de que as mulheres não precisariam ganhar os mesmos salários que os homens. A carreira que seguiria a Normalista, portanto, não oferecia *status* financeiro, mas oferecia, ainda, determinado *status* social, uma informação que deve ser pensada dentro do contexto de que, dificilmente uma professora primária se tornava arrimo de família, mas que sempre seria candidata a um “bom casamento”. Havia ainda a necessidade dos órgãos públicos de ampliar os quadros de professores, dentro de um contexto político de modernização do país e de atendimento às massas populacionais que buscavam ampliar sua escolarização.

Além da configuração da educação que expusemos no tocante à condição social da Normalista e das Escolas Normais, temos no jogo político que as envolve, uma configuração que abrange três grupos, conforme o leitor já deve ter percebido. Eram, ao menos, três grupos distintos que se relacionam de alguma forma aos interesses do Curso Normal do Rio de Janeiro nessas décadas. Embora tenhamos usado o termo “distintos”, precisamos ressaltar que esses grupos se associavam de acordo com as necessidades que surgiam de dentro do cenário político na época e que alguns sujeitos, não necessariamente estão circulando apenas em um desses grupos.

O grupo de educadores ligados ao escolanovismo apontava que o caminho a ser seguido era o de pluralização das Escolas Normais, sendo preconizada a descentralização das escolas que se daria com a abertura de mais unidades em regiões que cobrissem a maior parte possível do Distrito Federal. A interferência desses intelectuais da educação, gozando de muita influência no período, será de se grande importância para as discussões sobre os caminhos que deverão seguir a formação de professores primários na cidade.

Havia um grupo de famílias de alunos interessados em manter o “bom nível” do Instituto de Educação, o que incluía aí, além da qualidade de ensino, o item relacionado a quem frequentava a unidade. Submetido ao IE, estava a ENCD, que nos primeiros anos de sua existência, até os anos 1950, admitia alunos apenas por concurso, tendo público similar ao que frequentava a unidade da Tijuca (*cf.* Capítulo 1). As Normalistas desse grupo, apoiadas por suas famílias, sob a argumentação de que se esforçaram mais do que as outras

para alcançar o serviço público, se empenharam para manter apenas para si o benefício ao serviço público, o que termina por fazer disso, realmente, um privilégio. Correlato a esse grupo, havia ainda os profissionais do IE (o que nesse momento da *Revolta Azul e Branco* inclui a ENCD), capitaneados pelo diretor Mário de Brito, tendo relações políticas com a vereadora Ligia Lessa Bastos, interessados em manter concentrada a formação de professores no Instituto (com planos de incorporar totalmente a ENCD). Além desses intelectuais, os parlamentares municipais se interessavam nos possíveis dividendos políticos de uma atenção especial a determinados grupos sociais das regiões em que seriam instaladas as novas unidades de Curso Normal.

E havia também um terceiro grupo, liberal, no tocante as suas ações, dividido em duas classes: os editores (e donos de jornais) e os parlamentares, que não necessariamente representavam posicionamento, mas tendiam para o lado que melhor rendessem frutos quanto à ampliação de suas tiragens ou aumento do capital político. Entre os periódicos, como já abordamos anteriormente, as publicações tendiam a atender determinadas classes sociais e ampliar a influência através do crescimento das vendagens. Havia editores e jornalistas ligados a grupos políticos e, certamente, com interesses particulares. Entre os parlamentares, havia políticos que representavam os interesses de exclusividade do IE, políticos que apoiavam as propostas dos educadores escolanovistas e ainda outros interessados nos frutos que poderiam colher por conta da instalação de Escolas Normais em regiões onde mantinham seus “currais eleitorais”. Sobretudo, vale ressaltar, os periódicos e os políticos ligados às suas bases, mas abertos às possibilidades, conveniências e necessidades do jogo político.

Nessas circunstâncias, uma manchete de jornal resumiria e acrescentaria um elemento para que as coisas pudesse ficar mais interessantes: “O PROBLEMA DO RIO CRESCE COM BRASÍLIA”<sup>142</sup>. Mas esses são assuntos que estarão presentes na próxima parte dessa tese.

Ao abordarmos todas essas questões, não poderíamos terminar a Parte I sem fazermos uma revisão dos conteúdos sobre as representações que envolveram as Normalistas nesse período. Por isso, trouxemos a imagem abaixo, cuja legenda é “Um olhar confiante atravessa o amanhã”. Nela vemos uma Normalista retratada pela revista

---

<sup>142</sup> CORREIO DA MANHÃ. Que será do Rio de Janeiro? O problema do Rio cresce com Brasília. p. 1. 12.07.58. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 3.9.16.

Fon-Fon<sup>143</sup>, em reportagem semelhante à revista *O Cruzeiro*, dois meses depois da reportagem “As Normalistas do Rio de Janeiro”, ainda no ano de 1949. Escolhemos tal imagem da jovem professora por conta da sua postura, sem dúvida confiante, sob os signos do uniforme e do emblema que lhe conferiam *status*, posando para a foto como se estivesse a exercitar a sua caligrafia muscular<sup>144</sup>. O enquadramento do fotógrafo profissional da Revista trouxe também a altivez e rigor na postura da professora, ao mesmo tempo em que não esquecera o significado do anel da Normalista, destacado o brilho de seus olhos como se fosse a estrela de platina sobre a ônix que representa a escuridão.



Figura 24 – Revista FON-FON. As futuras professoras. 31.12.49, s/p, Nº 2228. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Acessado dia 09.06.17.

<sup>143</sup> O título da revista, “Fon-fon”, representava uma onomatopeia da buzina dos carros nas ruas da capital do Brasil. Fundado em 1907, o periódico tinha identificação marcante com os valores da modernidade, sendo marcada por fotografias, charges, caricaturas coloridas e outros recursos de ilustração como xilogravura e litografia. De periodicidade semanal, Fon-Fon se propunha a ser uma leitura leve, mas ao mesmo tempo com conteúdo político e crítico. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/>. Acessado dia 09.06.17.

<sup>144</sup> A caligrafia muscular foi introduzida como forma e escrita das professoras normalistas nos anos 1930. Sob uma evidente prática de controle do corpo das jovens professoras, seu uso obrigava os alunos a sentarem de forma ereta e com o papel ou caderno em uma posição de 45 graus (Ver VIDAL, 1998).

As identidades das Normalistas, depois de passar por mudanças nas décadas de 1930, com o fortalecimento da Instituição da Escola Normal em seus signos e ordenamentos, depois de enfrentar mais transformações na abertura de uma unidade nos subúrbios da cidade nos anos 1940, aproxima sua identificação ainda mais com o subúrbio quando começa a aceitar as crianças oriundas de seu próprio ginásial, nos primeiros anos da década de 1950. Um período de muitas tensões e conformações em que, tal como fizemos na Parte I, continuaremos a advogar a ideia de que As Normalistas do Rio de Janeiro são muitas, não apenas as jovens retratadas pela revista *O Cruzeiro*.

Antes de iniciarmos a Parte II, porém, a partir das problematizações que realizamos sobre as décadas de 1930 a 1950 e dos argumentos que apontamos nestes capítulos, vale uma provocação: deixamos para o leitor a tarefa de, finalmente, “escolher qual a cor dos anos dourados”, conforme sugere a historiadora Ângela de Castro Gomes (1991, p. 8).

## PARTE II

### *As transmutações da Escola Pública*

---

Ao abordar a criação de novas Escolas Normais, não podemos perder de vista que no transcurso de 1960 o Distrito Federal viria a se tornar Estado da Guanabara, mudando a capital do país para Brasília. De fato, esse é o período que identificamos como traumático dentro dos imaginários “Anos Dourados”. Isso por que, a “Belacap”<sup>145</sup>, como ficou conhecida a cidade do Rio de Janeiro enquanto Distrito Federal do Brasil nas primeiras décadas do século XX, transformava-se, aos poucos, através das manchetes pejorativas de alguns jornais, em “Velhacap”<sup>146</sup>.

---

<sup>145</sup> O Historiador Wagner da Costa explicou assim o temo Belacap: “”o mito de uma vida paradisíaco-cosmopolita à beira-mar”, forjado com a expansão urbana da Belacap rumo à zona sul (década de 1950), mito sintetizado na imagem do barquinho bossa-novista” (2013, p. 328).

<sup>146</sup> A primeira referência ao termo “Velhacap” que encontramos em jornais, ocorre no dia 01.12.57, em reportagem do periódico Diário de Notícias, com o título em negrito “Novacap, Velhacap”, página 4. Em pesquisa na página <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessada dia 02.04.17, tivemos na série 1950 – 1959, Cento e sessenta e sete ocorrências entre os anos de 1957, 1958 e 1959, preponderando aqui, o ano de 1959. Já na série 1960 – 1969, a pesquisa mostrou 959 ocorrências, ficando a maior parte entre os três primeiros anos da década.

Uma cidade-capital no centro do país era um sonho antigo, com menções que nos levariam novamente para os tempos do Império<sup>147</sup>. Entretanto, para o candidato a presidência Juscelino Kubitschek, a construção da cidade tornou-se uma promessa de campanha em que, se eleito, ele faria “descer do plano dos sonhos a realidade de Brasília”<sup>148</sup>. De fato, eleito para o mandato de 1956 até 1961, JK transformou sua promessa de campanha em “Meta Síntese” e pôs em prática a construção de uma cidade inteira no curto período de cinco anos.

Conforme conceituamos, os limites que sugerimos para um “arco histórico” neste estudo nos permitem tratar da história da educação com uma envergadura diferenciada, surgindo daí estudos específicos e marcos que não necessariamente condizem com os grandes eventos da historiografia tradicional. Dessa forma, argumentando ainda sobre a ideia de qual seria a “cor dos anos dourados”, diferente do que normalmente se aponta, relacionamos o fim deste período com a mudança da cultura política brasileira, que neste período, está intimamente ligada à construção de Brasília como manobra que visava deixar as “velhas estruturas” políticas, as engessadas instituições de administração pública e a excessiva proximidade com estudantes e operários, todas para trás. Sob a imagem de esperança, de centralidade geográfica e de muito concreto armado, a “Novacap” trazia ao cenário político o ideário que fazia oposição ao que havia de “antigo” no Distrito Federal e na atuação de políticos em seus currais eleitorais. Com vistas a um futuro moderno, transformações na educação são engendradas silenciosamente ainda nesses anos, tendo efeitos na formação de professores, como veremos mais adiante.

Contudo, vale ressaltar, não apontamos aqui a eleição ou o fim do mandato de JK como marcos desse período de transição. Coerentemente com o que temos proposto desde o início, resolvemos marcar esse período de transição com normatizações específicas da educação, sendo o início, o surgimento de pareceres e leis sobre a construção de novas Escolas Normais na cidade, bem como todo o contexto de anúncio da construção de Brasília, sua criação pela Lei 2.874 de 19 de setembro de 1956 (BRASIL, 1956) e a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, na mesma lei, os efeitos no legislativo e executivo municipais. O fim desse segmento, contudo, também terá como marco uma

<sup>147</sup> Sonho Antigo. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/SonhoAntigo>. Acessado dia 25.05.17.

<sup>148</sup> Plano Distrital de Habitação de Interesse Social. Brasília. 2012. Disponível em: <http://www.abconline.org.br/homologacao/wp-content/uploads/2012/08/Plano-Distrital-de-Habitacao-2012-Diagnostico.pdf>. Acessado dia 25.05.17.

legislação, ou mais especificamente, a promulgação, depois de muitas disputas, como veremos, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961.

Dessa maneira, nos anos de 1956 a 1961, período que convencionamos chamar ‘As transmutações da Escola PÚblica, temos um contexto político educacional de transformações da tradicional e exclusiva formação da Escola Normal. Período que, segundo acreditamos, corresponde ao fio do novelo que nos levará aos anos mais difíceis enfrentados pela formação das normalistas do Rio de Janeiro. Afinal, como aponta Dubet (2006), não existe uma ruptura ou passagem brutal que caracterize a destruição dos programas institucionais, mas um processo de desencanto e diversificação da vida social que incidirá contínua e lentamente sobre as instituições.

Antes, porém, precisamos entender como o *sonho* de trazer Brasília para o mundo real coincide com o *sonho* das jovens cariocas de alcançar as Escolas Normais e suas vantagens sociais e profissionais, além de entender como essas aspirações se desdobrarão no campo político, em uma trajetória que, via de regra, se encaminhará para os subúrbios e sertões da cidade do Rio de Janeiro.

O *sonho* de Brasília começou a se tornar realidade para os cariocas não quando ela começou a ser construída, mas quando as discussões sobre quais instituições realizariam os serviços públicos da cidade quando a capital se mudasse para o centro do país. Isso porque, na prática, grande parte dos serviços públicos municipais era garantida por instituições federais, surgindo daí uma relação incontestável de interferência entre as esferas de poder. Não coincidentemente, no intervalo de apenas cinco anos que correspondem ao mandato de Juscelino Kubitschek como Presidente da República, houve proposta de criação de mais três Escolas Normais. E mais tarde, sob o calor da hora da transição da Belacap para a Novacap, mais uma Escola Normal é proposta, demonstrando que prevaleceram as conveniências políticas sobre os interesses reais pela educação, como veremos neste capítulo.

Mais do que dobrar a quantidade de Escolas Normais no Distrito Federal na passagem dos anos 1950 para 1960, a ação da Prefeitura em propor a expansão da formação de professores tentou parecer um plano autônomo diante de qualquer possível interferência do Executivo Federal. Conforme analisaremos mais adiante, a proposta visava atender à Lei 649, um plano de construção de 150 escolas municipais e mais três Escolas Normais, com o intuito de dirimir o problema da falta de vagas nas Escolas Normais e da

falta de professores no ensino primário<sup>149</sup>. Em consonância com a argumentação que realizamos sobre as verdadeiras benesses confiadas às normalistas pelo Estado, o aumento de interesse sobre essas unidades e as possibilidades de casamento e ascensão social, Maria José G. Werebe assim descreve a situação neste período dos anos 1960:

Enquanto até meados do primeiro quartel desse século [XX] foi lento o desenvolvimento do ensino normal, mais recentemente, tomou ele grande impulso. A multiplicação das Escolas Normais não se deu em virtude de ter aumentado o interesse pelo magistério primário, mas, como vimos, por ter-se difundido a procura da Escola Normal mercê das múltiplas funções que ela passou a desempenhar em nosso meio (WEREBE, 1968, p. 216).

A historiadora da educação Ângela Martins (1996) apontou que entre 1960 e 1969, o Curso Normal no Brasil cresceu fortemente, aumentando em 262% o número de alunos matriculados. De fato, como observado, as Escolas Normais do Distrito Federal triplicaram entre 1957 e 1960, passando de duas para seis unidades, o que assinala o interesse crescente nas Escolas Normais, tanto pelo poder público em massificar os conteúdos dirigidos das escolas, quanto pelas classes médias e mais baixas, com perspectivas de mobilidade social. Contudo, conforme estudaremos nos próximos capítulos, tal crescimento se deu em momentos singulares, atendendo a leis diferentes, sob pressões e atuações políticas incomuns, mesmo dentro de um curto espaço de tempo. E mais do que isso; as unidades foram instaladas, em sua maior parte, na região suburbana da cidade, nos fazendo pensar se o processo de popularização do ensino veio ou não acompanhada dos devidos investimentos em estrutura e qualidade de que dispunha a unidade modelo Instituto de Educação.

Dentro desse processo de democratização do ensino levado às massas, torna-se interessante estudar a localidade em que as Escolas Normais são instaladas. Conforme colocamos na Parte I, o Curso Normal não seguiu abrindo unidades pela região mais rica da cidade (salvo a exceção da ENIAA, que abordarmos nos próximos itens). Pelo contrário, a exemplo da ENCD, instalada inicialmente a 200 metros da estação de trem do bairro mais populoso da cidade, o caminho escolhido trilhou as ideias de pluralização e descentralização da rede de ensino pelo *subúrbio*, sempre às margens das linhas férreas.

<sup>149</sup> DIÁRIO DA NOITE. Novas Escolas Normais. 21 de março de 1958. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 2.8.16.

Torna-se importante ressaltar que o conceito carioca de *subúrbio* já havia sido estudado pela geógrafa Therezinha Soares nos anos 1960. Em sua perspectiva, a relação entre subúrbio e trens é tão profunda, que, nesta década, a autora chegou a apontar que não eram chamados de subúrbios os bairros que não tivessem trens. A autora também aponta que o conceito carioca de subúrbio concentra-se na relação entre o espacial e o social, e que essa ideia nada mais era do que uma maneira ideológica de dominação daqueles que moravam na Zona Sul (*apud* FERNANDES, 2011).

Com base na conceituação de *subúrbio* que adotamos, faltava então constatar hoje o que já havia sido apontado nos anos 1960 por Therezinha Soares. Assim, ao pesquisarmos o mapa da cidade do Rio de Janeiro e sobrepor a localização final das Escolas Normais da cidade e as linhas ferroviárias, construímos a seguinte imagem<sup>150</sup>: Vale ressaltar que decidimos pela localização final na formulação da imagem abaixo sem qualquer prejuízo da informação que estamos trazendo, pois ao consultarmos os endereços iniciais das unidades, percebemos que, ou elas ficavam mais próximas as linhas férreas ou elas estavam a uma distância idêntica. Aliás, o fato de as unidades, mesmo em um segundo momento terem sido instaladas também próximas as estações de trem ser apenas para reforçar o argumento de importância da linha férrea para os subúrbios e para a expansão das Escolas Normais do Rio de Janeiro.

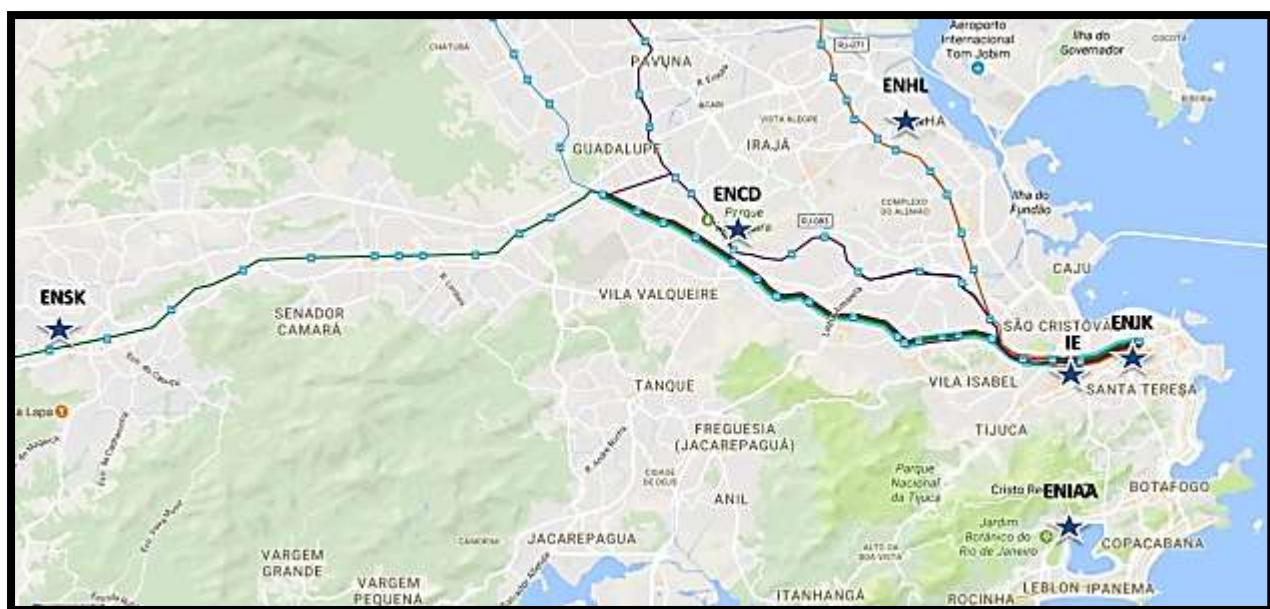


Figura 25 – Localização das Escolas Normais. Imagem de Mapa do Google Maps, com alterações (realce das estrelas) feitas pelo autor. Disponível em <https://www.google.com.br/maps>. Acessado dia 01.06.17.

<sup>150</sup> Imagem atual da cidade do Rio de Janeiro. Construída a partir dos endereços finais das unidades, pois constatamos a proximidade entre os endereços temporários e as instalações definitivas.

Com a exceção da ENIAA, na Zona Sul, temos as unidades instaladas, todas, próximas a estações de trem. No caso do IE e da ENJK, próximo a todos os ramais. A ENCD, próxima aos ramais de Belford Roxo, Japeri, Deodoro e Santa Cruz. No caso ENSK, próxima ao ramal de Santa Cruz e a ENHL, próxima ao ramal de Saracuruna. Como podemos perceber, as Escolas Normais seguiram o caminho no sentido de interiorizar o curso no sentido de atingir a população do sertão carioca. A questão, então, passa a ser o porquê disso, uma vez que deixamos o início dos anos 1950 com tendências a expandir esse modelo de ensino no sentido a atender a Zona Sul.

Por conta dessas constatações, seguiremos nesta Parte II, por esse caminho de entender o contexto sócio-político em que as Escolas Normais são instaladas, além, claro, de estudar a conjuntura histórica que envolve a transferência da Capital para Brasília.

## CAPÍTULO 3

### AS NOVAS ESCOLAS NORMAIS: O SONHO AO ALCANCE DE QUASE TODOS

---

Embora seja possível encontrar notícias sobre a necessidade e a intenção de criação de novas Escolas Normais desde o início dos anos 1950 nos jornais em que pesquisamos, as propostas não se desenvolveram nem diante da evidente carência de professores nas escolas públicas do Distrito Federal entre a criação da ENCD, em 1946 e a criação de novas unidades, entre 1957 e 1960. Esse ínterim de mais de uma década se deu no contexto em que as discussões acerca da descentralização ou centralização foram retomadas, emperrando, inclusive a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, originalmente proposta em 1948, praticamente abandonada nos anos seguintes. Assim, devido a esses impasses e instabilidades no cenário político, a LDBEN e as novas Escolas Normais do Rio de Janeiro voltaram a ser discutidas no meio político entre os anos de 1957 e 1961, quando nesta última data, sob um contexto que iremos examinar nesse capítulo, a lei maior da educação foi finalmente promulgada.

Conforme vimos nos capítulos anteriores, a demanda por mais Escolas Normais continuava crescendo, sendo o IE, na primeira metade dos anos 1950, compartimentado em anexos para atender a grande quantidade de interessadas no curso. A ENCD, por sua vez, ainda funcionando em uma Escola Ginasial, cresceria em número de alunos no 1º ano do Curso Normal cerca de 460%, chegando a 700% no ano em que conquistou sua autonomia, em 1953. Sem considerar os anexos do IE, as duas unidades juntas, cresceram quase 200% no período de 1947 a 1957<sup>151</sup>.

A pressão por mais escolas crescia por quatro motivos, todos relacionados a uma cultura política de sujeição aos órgãos que se desenvolveu no Rio de Janeiro desde que a cidade se tornara capital do país. A especificidade da cultura política do Distrito Federal conduziu a essa atividade em que as famílias das Normalistas deveriam dirigir suas expectativas às estruturas executivas e administrativas do Distrito Federal para atender às suas demandas individuais e coletivas (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999).

---

<sup>151</sup> Conforme números apresentados no Gráfico de Quantitativo de Alunos, presente no Capítulo 2.

Entre os quatro motivos que citamos, o primeiro deles está no fato do crescimento populacional da cidade nos anos 1950 e 1960 e na perspectiva de que os subúrbios em direção às Zonas Norte e Oeste cariocas, alimentadas pelas linhas férreas, deveriam ser destinas as populações de mais baixa renda (FERNANDES, 2011). Desta forma, dentro desse processo que se destacou já no início do século XX, com a remoção de comunidades inteiras na região do Centro – e posteriormente na Zona Sul – a capital do país cresceu com mais intensidade para essas regiões, afastadas do Centro.

Dados demográficos do IBGE, gráfico que segue logo abaixo, apontam que na cidade do Rio de Janeiro viviam, em 1940, 48,8 % da população total existente no Estado do Rio de Janeiro. Em 1950, esse índice alcançou o ponto máximo, chegando a 50,9 % da população da UF. Esse percentual apresentou pequena diminuição em 1960 (49,3 %), mas, ainda sim, foi o segundo maior índice, que tendeu a baixar nas décadas seguintes em que a cidade se tornou o Estado da Guanabara e a capital do país transferiu-se para Brasília.

Outro gráfico do IBGE, que trazemos também logo abaixo, aponta o crescimento populacional em números absolutos. Ainda mais interessante, o gráfico assinala que a população da cidade quase dobrou neste período, posto que em 1940 o número de cariocas era de 1.764.141, passando para 2.377.451 em 1950 e chegando a 3.307.163, em 1960.

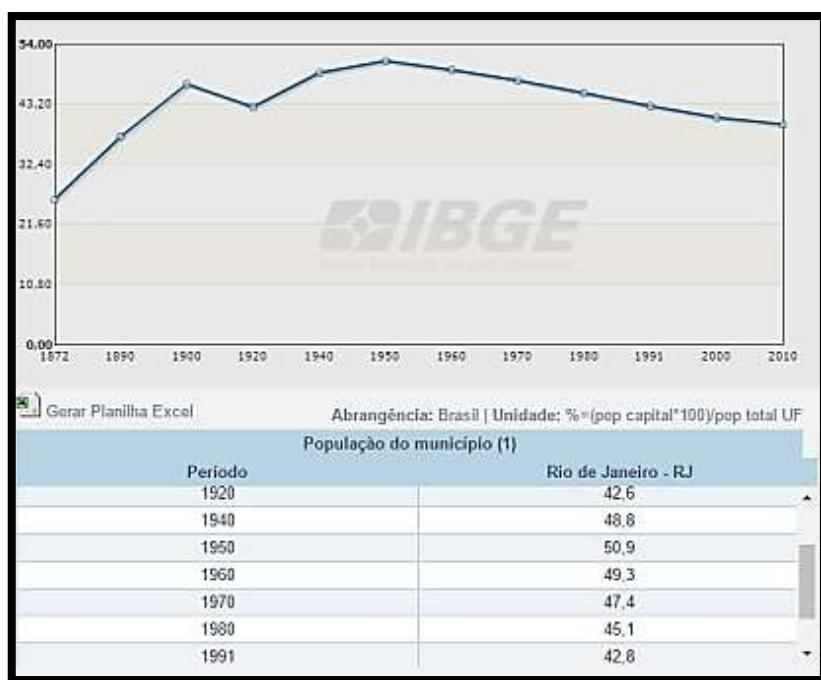


Figura 26 – Crescimento Populacional do Município do Rio de Janeiro entre 1872 – 2010 com relação ao Estado do Rio de Janeiro. Disponível em <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/> . Acessado dia 19.01.17.

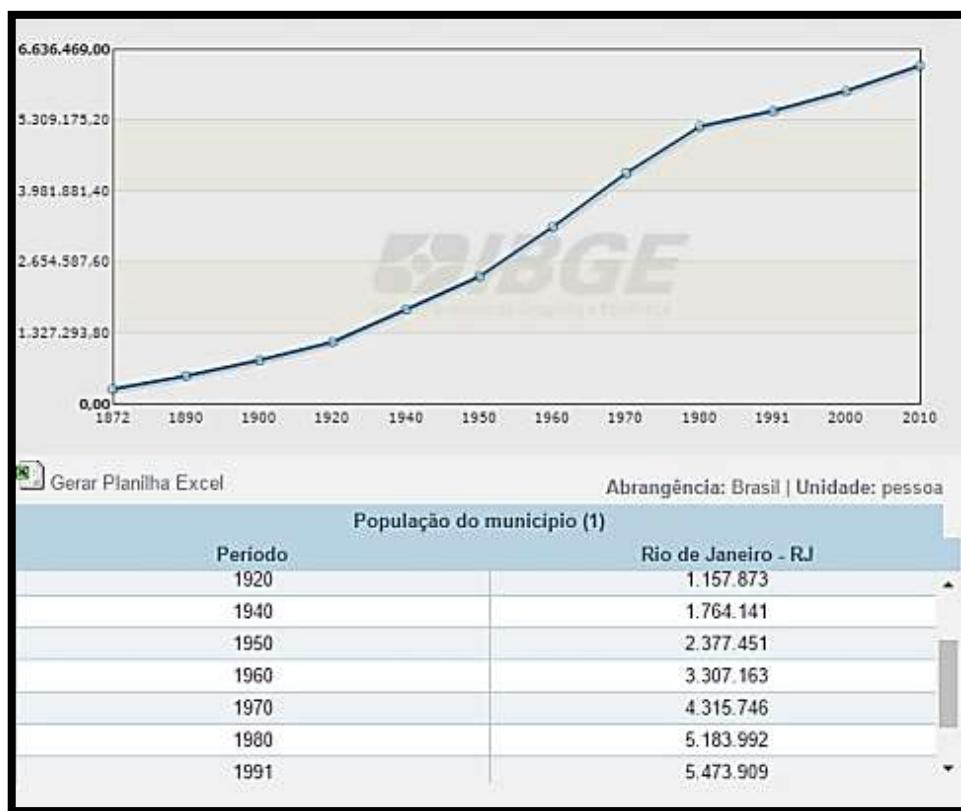


Figura 27 – Crescimento populacional em números absolutos. IBGE. Disponível em <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/> . Acessado dia 19.01.17.

Dessa forma, com o crescimento populacional, o desenvolvimento da ideia de que os bancos escolares trariam melhores condições econômicas e sociais, além do florescimento do *sonho* de ser Normalista nos subúrbios da cidade, abriu-se com ainda mais força um mercado que visava atender às aspirações das famílias que podiam pagar pela realização do *sonho*: os cursinhos pré-normais. Cresciam ano após ano as comissões de pais de jovens que ficavam na situação de excedentes nos certames, isto é, jovens aprovadas e não matriculadas nas duas Escolas Normais até então existentes. Esses pais pressionavam, pro meio de jornais, protestos e contatos que tinham nas diferentes esferas de poder, desde vereadores, secretarias municipais até a presidência da República (LIMA, 2015).

Em segundo lugar, concorreu para a criação das novas unidades, a atuação dos intelectuais da educação ligados ao pensamento escolanovista. Embora não exercessem necessariamente pressão sobre os políticos, o prestígio de determinados intelectuais influenciava diretamente os políticos e a população através dos jornais. No final da década

de 1950, em 1959, com as tensões político-sociais que se refletiam na educação, por conta do modelo nacional-desenvolvimentista em estaque no governo JK, esses educadores publicaram um novo documento, intitulado “Manifesto dos Educadores: mais uma vez convocados”<sup>152</sup>. Esse manifesto, de certa maneira, atualizava a ação desses educadores em mais de vinte anos depois do manifesto de 1932, posicionando-se como nova etapa do processo de reconstrução nacional. (SANFELICE, 2007). Em meio à recolocação dos problemas na educação nacional, temos no Manifesto:

Aparelhamento escolar, ainda muito simples e medíocre, então, constituído de dois sistemas superpostos e desarticulados: o popular (ensino primário, normal e o de ofícios), cujas bases apenas se começava a lançar; (...) O professorado de ensino primário (e mesmo o do grau médio), além de, geralmente, mal preparado, quer sob o aspecto cultural quer do ponto de vista pedagógico, é constituído, na sua maioria, por leigos (2/3 ou 3/4 conforme os Estados); não tem salário condizente com a alta responsabilidade de seu papel social nem dispõe de quaisquer meios para a revisão periódica de seus conhecimentos<sup>153</sup>.

Assim, sensíveis à carência de profissionais e ao mesmo tempo preocupados com a qualidade de formação desses profissionais, conforme destacamos no caso dos anexos do IE, além de uma atenção específica ao crescimento do quantitativo de escolas primárias, em detrimento da qualidade de suas estruturas, os educadores destacaram também:

(...) a extrema deficiência de recursos aplicados à educação (e, como já escreveu um de nós, "não há educação barata como não há guerra barata"); o excesso de centralização; o desinteresse ou, conforme os casos, a intervenção tantas vezes perturbadora da política; a falta de espírito público, o dilettantismo e a improvisação conjugaram-se, nesse complexo de fatores, para criarem a situação a que resvalou a educação pública no país<sup>154</sup>.

Quanto às Escolas Normais do Rio de Janeiro, Anísio Teixeira e Lourenço Filho apontaram, por mais uma vez desde que o fizeram no início dos anos 1950, que deveriam ser instaladas outras Escolas Normais na cidade. Os diretores do IE e da ENCD,

<sup>152</sup> Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc2\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc2_22e.pdf).

<sup>153</sup> Idem.

<sup>154</sup> Idem.

respectivamente, Mário Paulo de Brito e Antonio Antunes Júnior, entre outros professores foram então convidados, em fevereiro de 1957, para debater o parecer desses intelectuais.

(...) o parecer do professor Lourenço Filho, subscrito pelo professor Anísio Teixeira, segundo o qual preceitua o número de quatro escolas para a formação de professoras, obedecendo o critério de zoneamento da cidade, criando-se dessa forma, não só a Escola Normal de Campo Grande, mas igualmente outra na Zona Sul<sup>155</sup>.

Muito politicamente, diferente do que havia sido colocado anteriormente, a proposição da ordem de instalação das Escolas Normais fora alterada pelos educadores. Desde então, em primeiro lugar, viria a Escola Normal a ser instalada no sertão carioca, ficando a Escola Normal da Zona Sul, a ser criada depois.

Naturalmente, o anúncio de mais unidades normais tratou de empolgar a todos, merecendo grande destaque no Jornal das Moças, em 14 de fevereiro de 1957. Mesmo sendo o periódico focado em assuntos considerados frívolos, que atendiam a interesses e jovens que buscavam mais informações relacionadas ao lar, como podemos ver abaixo, foram mostradas imagens da Comissão<sup>156</sup> para estudos e instalação de uma unidade em Campo Grande.

Neste momento, estavam presentes o diretor do IE como presidente da comissão, Mário de Brito, na imagem da esquerda, e o diretor da ENCD, na imagem da direita, terceiro sentado da direita para a esquerda, além de Lourenço Filho, em pé na imagem superior da direita. A comissão, mesmo a contra gosto de Mário de Brito, não apenas apresentou parecer favorável a construção da Escola Normal de Campo Grande como acenou para construção de mais duas unidades.

<sup>155</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Criação de Novas Escolas Normais. 21.02.57. p. 4. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.16.

<sup>156</sup> Instalada pela Portaria 1.259, de 7 de novembro de 1956.



Figura 28 – Comissão de criação das Escolas Normais de Campo Grande, Zona Sul e Zona da Leopoldina. Jornal das Moças. 12.02.57. p. 12-13. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hereroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.16.

No entanto, a instalação da unidade não passou de uma notícia esperançosa nos meses que sucederam as reuniões da Comissão. Mário de Brito, que fora contrário à criação e autonomia da ENCD, contrário ao processo de descentralização dessa modalidade de ensino, apontou, poucos meses depois daquela reunião, o que chamou de vários “inconvenientes” no processo de expansão das Escolas Normais<sup>157</sup>. Tais inconvenientes fizeram com que o processo retornasse para as autoridades do executivo municipal. Brito jamais declarou quais eram as inconveniências da criação de novas Escolas Normais.

Concluindo, disse o Dr. Mário de Brito que o Conselho Técnico e a Congregação do Instituto de Educação são radicalmente contrários à

<sup>157</sup> A NOITE. Técnicos contra a criação de Novas Escolas Normais. 30.11.57. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hereroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.16.

criação de novas escolas normais, a não ser que as mesmas sejam precedidas de acurados estudos<sup>158</sup>.

Então, neste momento, apareceu o terceiro grande motivo: a atuação dos pais em conseguir realizar o *sonho* das suas famílias em ter uma das filhas estudando em uma Escola Normal. Relacionado a esse ponto, estão três elementos ligados à cultura política desse período histórico: uma política de atendimento às massas populacionais, a atuação de políticos locais e o crescimento de determinadas regiões que tinham o potencial de se tornarem importantes currais eleitorais, semelhante ao que já havia acontecido em Madureira, nos anos 1940 (LIMA, 2015). Segundo o Censo do IBGE de 1960, a configuração por zonas e bairros em que as unidades foram instaladas, apontava, por exemplo, que seria impossível ignorar o potencial de Campo Grande nos próximos anos.

### IBGE – Censo 1960

Bairros	Total	Regiões	Total
Tijuca	100.732	Zona da Tijuca	361.180
Madureira	46.227	Zona de Madureira	351.183
Campo Grande	78.269	Zona de Campo Grande	365.773
Lagoa	13.664	Zona do Litoral	350.969
Penha	69.024	Zona da Baía da Guanabara	937.565
Centro	66.957	(Inclui: Penha e Centro)	

Figura 29 – Tabela construída a partir de dados do Censo IBGE de 1960 – Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acessado dia 17.06.17.

Ano após ano, durante toda década de 1950, reuniam-se comissões de pais para pleitear junto à Prefeitura por mais vagas para as suas filhas, conforme vimos no crescimento, principalmente na unidade da Tijuca (*cf.* Capítulo 2). Para auxiliar as comissões de pais que se reuniram para pleitear por vagas para excedentes, em 1955, surgiu uma comissão fixa de pais de alunas das unidades IE e ENCD. A meta desse novo grupo, para o ano de 1956 era auxiliar as Normalistas a manter os seus direitos e facilitar o processo seletivo para as candidatas.

<sup>158</sup> Idem.

### Meta a atingir

Foi fundada nesta capital a Associação de Pais de Alunas do Instituto de Educação, com a finalidade de zelar pelo cumprimento dos deveres e aplicação dos direitos pertinentes às alunas daquele educandário e da Escola Normal Carmela Dutra e cooperar tanto quanto possível com as autoridades encarregadas da administração do ensino.

Estamos certos que, dentro de poucos dias, estará a A.P.A.I.E. apresentando ao Secretário Geral de Educação e Cultura um apelo no sentido e criação e novas escolas normais no Distrito Federal, a fim e que, no próximo ano, não se repitam as cenas deploráveis dos exames de admissão intercalados de vertigens e desmaios, a decepção das reprovações em massa (...)<sup>159</sup>.

No caso do IE, o pagamento a escolas próximas para que funcionassem como anexos, elevou anualmente um número de jovens ao ponto de Mario de Brito afirmar que o Instituto não estava mais sendo eficaz na formação de professoras (LOPES, 2013). Assim, a despeito do posicionamento da Comissão de professores sobre a instalação de novas Escolas Normais em 1957, no final do ano seguinte, a pressão da comissão de pais que auxiliava o caso de aproximadamente 650 candidatas excedentes foi tão forte que a Prefeitura do Distrito Federal resolveu rediscutir propostas que não haviam sido colocadas em prática ainda. O interessante, neste período, é que a pressão tornava-se maior sobre a Escola Normal Carmela Dutra, no subúrbio carioca.

### ÚNICA SOLUÇÃO: MAIS ESCOLAS

Uma comissão de pais de candidatas aprovadas, mas não aproveitadas na Escola [Normal] Carmela Dutra está mantendo entendimentos com o Prefeito Negrão de Lima e membros da Câmara de Vereadores a fim de encontrar uma solução para o problema da falta de vagas nos colégios da municipalidade.

(...) Desejando ser professoras, 860 dessas candidatas inscreveram-se no concurso da Escola Normal Carmela Dutra, sendo aprovadas 720.

Aqui, então, começam as coisas: A Carmela Dutra somente possuía 70 vagas, e seu diretor resolveu estabelecer um outro critério: aproveitou as setenta primeiras colocadas e dispensou as outras, embora aprovadas.

Os pais das candidatas, dessa forma, resolveram apelar para o Prefeito Negrão de Lima, lembrando a existência da lei 649 (aprovada e não executada pela PDF) e que cria mais três escolas normais no Distrito Federal, uma em Campo Grande, outra na Zona Sul e uma terceira no Bairro Higienópolis.

A comissão de pais, por outro lado, decidiu entrar em contato com o Vereador Frederico Trotta e Múcio de Carvalho que estão à frente, na

<sup>159</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Meta a atingir. 06.05.55. p. 4. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 2.8.16.

Câmara do Distrito Federal, na luta em prol da construção de novas escolas normais na cidade<sup>160</sup>.

A posição contrária do diretor “gremista” do IE era pública, conforme veremos mais à frente. Contudo, a manchete de um dos periódicos de grande circulação na cidade, como o Jornal Correio da Manhã, destacava que havia orçamento para a criação de mais unidades, faltando vontade política da Comissão e dos próprios parlamentares.

#### AS NOVAS ESCOLAS NORMAIS – AUXÍLIOS CONCEDIDOS

Visando a melhoria da rede de escolas normais no país, o INEP enviou nos três últimos anos, para dezenove unidades de Federação, a dotação de Cr\$ 120.292.284,00, segundo dados fornecidos a reportagem pelo Serviço de Estatísticas da Educação. Tal plano visa colaborar a unidades do país em condições de formar um magistério primário de acordo com as reais necessidades de nossa população. (...)

#### DOTAÇÃO POR ESTADOS

De acordo com o quadro demonstrativo elaborado pelo programa de Colaboração Financeira do INEP, em 1958, os Estados e Territórios Federais beneficiados foram os seguintes (...) Distrito Federal, 4,5 milhões (...)

#### DO DISTRITO FEDERAL AO ESPÍRITO SANTO

Para o exercício financeiro de 1959, agora iniciado, apenas onze unidades de Federação apresentaram saldo, sendo o Distrito Federal o vanguarda, com quarenta milhões de cruzeiros (...)<sup>161</sup>.

Ao mesmo tempo em que esse contexto se avolumava, garantidos os recursos financeiros para novas Escolas Normais, a atuação dos intelectuais ligados ao movimento da Escola Nova reeditado, a pressão da comissão de pais sobre os governantes por meio dos jornais e políticos, somados ao estímulo da ideia da mobilidade social por meio da educação e o crescente sonho de prestígio junto ao ensino do IE e da ENCD, também pairava sobre a cidade o fantasma da perda do posto de Capital Federal.

Neste sentido, destacamos o quarto fator: a atuação dos políticos e de jornais, expressando interesses e determinados grupos sociais na instalação de unidades em regiões em que buscavam expandir seus domínios políticos ou influência através do aumento da vendagem de exemplares. Um desses periódicos que pesquisamos, encampando uma

<sup>160</sup> ÚLTIMA HORA. 9 de abril de 1958, p. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 2.8.16.

<sup>161</sup> CORREIO DA MANHÃ. As novas escolas normais – auxílios concedidos, com esse objetivo, a dezenove unidades da federação. 25.01.59. p. 4. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 03.09.16.

batalha específica pela instalação de uma unidade em determinada região da cidade como não se viu em outros casos, mostrava interesse também em atender seus leitores, destacando uma divisão célebre na cidade entre o que era considerado urbano e o que era considerado suburbano.

Até o início do século XX, o termo “subúrbio” era utilizado por jornais e cronistas da cidade para se referir a qualquer área em expansão na cidade, o que incluía Botafogo, Leme, Copacabana, entre outros. Portanto, não era o tipo de ocupação e uso do espaço urbano que qualificava o espaço suburbano, mas o fato de ele se situar distante do centro, não possuir infraestrutura e os símbolos do poder econômico que então caracterizava esse centro: transportes, iluminação pública, água, arruamento, estilo arquitetônico, etc. Progressivamente habitados por moradores bem-nascidos, os então subúrbios ao sul da área central foram incorporados à cidade, transformando-se em bairros, enquanto as regiões ocupadas pelos pobres continuaram a ser chamadas de subúrbios, mesmo após a aquisição de infraestrutura urbana (MACIEL, 2010, p. 196).

Tal movimentação do jornal e dos grupos para a instalação da unidade terminaram por reforçar a diferença de identidades das Normalistas das unidades erguidas na Zona Sul e na Norte do Rio de Janeiro. Como veremos mais adiante, na argumentação para instalação da unidade na região, o periódico tratou de reforçar o período que as jovens sonhadoras com o Curso Normal sofriam ao transitar pelos subúrbios cariocas. Nesse sentido, a atuação de jornalistas procurou entidades representativas na região, entrevistou Normalistas que alegavam dificuldades no trânsito de casa para a Escola e apoiou-se fortemente na atuação política, trazendo, para participar do movimento, parlamentares, ex-prefeitos e, até, um ex-presidente.

Assim, ao contrário das pressões vindas dos subúrbios por maior acesso aos bancos escolares e mobilidade social, a unidade da Zona Sul parecia atender a outros interesses das jovens da Zona Sul. Isso por que, segundo o que já apontamos, a profissão de professor oferecia *status* social, mas não *status* econômico, visto que a remuneração era considerada baixa. Contudo, trataremos mais especificamente desse assunto nos próximos pontos, quando abordaremos especificamente a história da criação de cada unidade.

Somada aos interesses que identificamos nesta mídia, em específico, temos um contexto de tensão entre os políticos por conta da mudança de capital para Brasília. A cultura política do Rio de Janeiro, conforme já apontamos anteriormente, era específica,

por conta da sua história como capital do país. Segundo a historiadora Marly Motta (1999), o campo político carioca se constituiu no período com duas faces.

Na “frente”, agente de centralização e de baluarte da unidade nacional, deveria se manter distante do localismo, do caciquismo e do provincialismo. No “verso”, como decorrência da politização local, pontuada por disputas entre várias esferas de poder, localizavam-se as práticas políticas baseadas em relações de interdependência pessoal e sustentadas por redes clientelistas de bases locais (MOTTA, 1999, p. 353).

No “verso” dessa face do Distrito Federal, dentro dessa cultura de interdependência pessoal e alienação política, identificamos também o *populismo* como fenômeno que demonstra interferência no surgimento das novas Escolas Normais. Sem pretensão de tratar aqui o *populismo* como uma categoria de análise em nosso trabalho, mas ciente de que tratar desse conceito, assim como colocou Ângela de Castro Gomes, torna o nosso texto alvo fácil de críticas de todas as espécies (1996), apontamos que o usaremos como instrumento para nos ajudar a entender as atuações políticas neste período de transição.

Apontados os motivos que levam a construção de mais Escolas Normais na cidade do Rio de Janeiro – o crescimento demográfico; a atuação dos intelectuais da educação identificados com as ideias escolanovistas; a pressão das massas populares e os interesses dos jornais e dos políticos – acreditamos que o conceito de *populismo* pode nos ajudar a entender a participação desses grupos neste cenário político. Torna-se necessário então, mesmo que brevemente, abordarmos o conceito.

Para Ângela de Castro Gomes, em primeiro lugar, o populismo é uma política de atendimento às massas (1996), sendo essa política relacionada não apenas ao crescimento populacional, mas à modernização das relações de trabalho. Ao considerarmos esse fator, devemos também, novamente, ressaltar a relação entre atendimento às massas e abertura de Escolas Normais nos subúrbios próximos às estradas de ferro.

A autora também aponta que o *populismo* é resultado de determinada perda de representatividade diante da complexidade da sociedade moderna. Nesta perspectiva, aliando-se à evidência de crescimento populacional para os subúrbios, também à atuação dos intelectuais da educação e à pressão por participação das classes médias baixas, temos o que a historiadora apontou ser uma necessidade da classe dominante em conquistar apoio

político das massas emergentes (GOMES, 1996). Outra tensão aparente neste ponto é que a identidade dessas Normalistas não atingiu exatamente os pobres dessas regiões em que foram instaladas, mas, sim, as famílias que tinham recursos financeiros para contratar os pré-normais (*cf.* Parte I) e tentar tornar realidade a promessa de mobilidade social por meio da educação.

O terceiro ponto destacado por Gomes, e que poderá ser percebido nos próximos capítulos, amarrando esses quatro motivos de crescimento da rede de Escolas Normais na cidade; trata-se do surgimento de líderes populistas; sujeitos carismáticos capazes de mobilizar as massas a uma determinada participação política, submetida a eles próprios. Neste caso, como veremos, não apenas o surgimento dos políticos, mas também a atuação dos jornais no sentido de fortalecer esses líderes locais, atendendo as demandas desses grupos, mas também as suas próprias, uma vez que a modernização levada a essas áreas significava um aumento na quantidade de leitores.

Os políticos e os jornais – alguns abordaremos nesta Parte de nosso estudo – atuaram entre a “frente” e o “verso” da política carioca para atingir seus interesses. Em 1958, jornais como o Correio da Manhã, Tribuna da Imprensa e Jornal do Brasil se ocuparam mais detidamente da questão da mudança de Capital. O enfoque das reportagens estava no desafio da administração da cidade do Rio de Janeiro, que ainda não havia discutido como ficariam alguns serviços básicos como os de polícia e os de bombeiros, ou questões financeiras sobre o orçamento do Estado do Rio de Janeiro, que era menor do que as despesas do Distrito Federal<sup>162</sup>.

Os políticos do Município, que outrora reivindicavam maior autonomia diante as frequentes intervenções federais, agora, estavam a discutir o que muitos acreditavam ser o abandono da Belacap em direção a Brasília. Até 1960, eles não sabiam ao certo o que fazer com aquele território: talvez uma Capital para o Estado do Rio de Janeiro ou talvez um Estado independente, chamado de Guanabara.

Em uma reportagem, o ex-prefeito Ângelo Mendes de Moraes relatava a provável catástrofe financeira que seria criar um Estado com até 15 Municípios, enquanto outro ex-prefeito, Alim Pedro, afirmava: “Cariocas resolverão seus problemas”. Ambos os ex-prefeitos da cidade expressavam suas opiniões sob a manchete em letra maiúscula do

<sup>162</sup> CORREIO DA MANHÃ. Que será do Rio de Janeiro? p. 1. 13.07.58. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 3.9.16.

jornal *Correio da Manhã*, que citamos anteriormente, colocando que o problema do Rio crescia com Brasília<sup>163</sup>.

Que será do Distrito Federal depois que a Capital emigrar da praia para o Plano Central? Como poderá o Carioca enfrentar as despesas enormes dos serviços hoje pagos pelos cofres da União? Há um preceito constitucional que ordena a formação de um Estado da Guanabara, quando Brasília passar a ser Capital. Sobre a organização desse Estado, nenhuma providência foi ainda tomada. Teremos quantos municípios? Dois, três, dez, dezoito? Terá cada município sua câmara de vereadores a consumir os recursos públicos e uma enxurrada de empreguismo? Senfo atualmente uma das populações que mais pagam impostos, talvez mesmo a que mais paga no Brasil, como esticará o carioca sua bolsa para custear ainda apolítica, a justiça, o serviço de bombeiros, de assistência, etc? Estas são perguntas que estão no espírito de todos os moradores do Rio de Janeiro. O prazo para as respostas, para a adoção de providências urgentes é curto. 1960 está às portas e o sr. Juscelino Kubitschek promete passar a faixa presidencial já gozando dos bons ares da serra. O *Correio da Manhã* começa hoje a movimentar a questão do futuro do Rio de Janeiro em uma série de entrevistas com pessoas ligadas à cidade e conhecedoras de seus problemas<sup>164</sup>.

De toda forma, em que pesem esses quatro fatores, a procura pelas Escolas Normais cresceria enormemente na década de 1950, principalmente em sua segunda metade. Apesar do orçamento, da pressão popular por mais oportunidades nas cadeiras escolares e o crescimento populacional, contava mais a influência dos jornais e o interesse dos parlamentares em resolver a situação de mudança de capital. Assim, a Prefeitura do Distrito Federal ainda hesitou antes de decidir pela criação de mais três Escolas Normais a serem espalhadas por seu território. Ação essa que tornaria a possibilidade de ser Normalista um *sonho ao alcance de todos* na cidade do Rio de Janeiro. Mesmo assim, diante desses fatores, vejamos nos próximos itens como esses eventos se desenrolaram.

### **A ‘Brasília de Miécimo’: Escola Normal Sarah Kubitschek**

Depois de mais de uma década, a ENSK surgirá de um processo semelhante a ENCD. Em 1946, por ocasião do concurso para novas alunas do IE, as 177 alunas aprovadas, mas não chamadas por falta de vagas na Instituição, iniciaram uma série de

<sup>163</sup> CORREIO DA MANHÃ. Que será do Rio de Janeiro? O problema do Rio cresce com Brasília. p. 1. 12.07.58. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 3.9.16.

<sup>164</sup> Idem.

protestos e polêmicas, discussões que culminaram na proposta de criação da nova unidade, em Madureira. Tal evento em que as famílias de alunas foram às ruas denunciar o que afirmavam ser uma injustiça, falta de investimento público em educação e falta de vontade política em atender aos interesses da população, se repetiu, parcialmente, no final dos anos 1950. Desta vez, no entanto, a reclamação dos pais das candidatas atingia diretamente a *Escola Normal dos Subúrbios*, que não conseguia absorver o número de aprovadas em seu concurso. Destarte, era a vez da Escola Normal de Madureira, autônoma desde 1953, experimentar a superlotação e a pressão social pela abertura de mais vagas no seu Curso Normal.

Sob as condições que descrevemos anteriormente (*cf.* Capítulo 2), a ENCD seguiu um ritmo de crescimento semelhante ao IE desde 1947 no tocante às taxas de alunos no primeiro ano de seu curso. Não por coincidência, ao consultarmos o acervo do Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB) do atual ISERJ<sup>165</sup>, não conseguimos encontrar quaisquer dados sobre a entrada de alunos na unidade antes de 1947, mesmo ano em que a ENCD iniciou o seu curso. Inferimos, com base nesta constatação, que o controle do quantitativo de matrículas das duas unidades apenas começaria a ser efetivamente realizado a partir daquele ano, quando a ENCD já estava sendo criada para atender às demandas por mais Escolas Normais.

Tal como no caso da primeira dama Dona Carmela Dutra, em 1946, a primeira dama entre os anos de 1956 e 1961, Dona Sarah Kubitschek, esposa do presidente Juscelino Kubitschek, foi homenageada, sendo o seu nome escolhido para a próxima Escola Normal a ser criada no Distrito Federal. O uso político da criação de escolas – normais ou primárias – fora evidente nos dois governos, embora fosse igualmente clara a diferença de perfil e carisma entre os dois Presidentes e as duas primeiras damas. Entretanto, a criação de outra Escola Normal viria a se tornar mais uma disputa que se daria sobre os termos discutidos entre centralização e descentralização da educação.

Dona Carmela Dutra, morreu em 1947, dois anos após Eurico Gaspar Dutra se tornar Presidente da República pelo Partido Social Democrático (PSD). Antes disso, porém, com grande influência no governo do marido, Dona Santinha lançou um de seus

<sup>165</sup> Estivemos em pesquisa no Cmeb por cinco vezes. Nos dirigimos também à secretaria e ao chamado arquivo permanente. Também verificamos pastas ainda não catalogadas, mas não encontramos dados sobre o período de 1930 – 1976.

assessores, Miécimo da Silva, ao cargo de vereador no Distrito Federal. Em entrevista recente, o filho de Miécimo resumiu assim esses primeiros passos do pai dentro da política:

Ele [Miécimo da Silva] começou trabalhando no palácio, o presidente era Gaspar Dutra [SIC]. E ele começou a trabalhar com Dona Santinha (Dona Carmela Dutra, primeira dama do Brasil). Dona Santinha falou para todos aqueles que trabalhavam com ela na Obra Social do Brasil, ela disse: - O que vocês querem? O governo está acabando. “Vou dar o que vocês quiserem” Isso para aquelas pessoas que ela mais gostava. Meu pai disse: - Eu tenho vontade de ser vereador. Ela chamou o Adhemar de Barros e disse: “- Lança o Miécimo vereador” Aí o Adhemar deu um jipe para meu pai e ele saiu candidato e perdeu. Depois veio outra eleição e se elegeu vereador e nunca mais perdeu” (Filho de Miécimo da Silva, apud CARDOSO, 2007, pp. 87-88).

Arthur Miécimo da Silva, depois da primeira tentativa frustrada, elegeu-se vereador pelo Partido Social Progressista (PSP), tornando-se um destaque na região de Campo Grande por atender demandas locais. Ficou conhecido em seu primeiro mandato (1951 – 1955) como “vereador das Bicas d’água” e iniciou a sua segunda legislatura (1956 – 1960) com intentos ainda maiores, conforme veremos nos próximos parágrafos. Em 1962 elegeu-se como Deputado na ALEG (Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara), declarando-se dono de Colégio em Campo Grande (MOTTA, 2000, p. 79). Miécimo da Silva foi responsável, junto ao jornalista Antônio de Pádua Chagas Freitas por criar o Grupo do Jornal O Dia, mídia que ajudou a alavancar ambas as carreiras políticas. Mais tarde, segundo entrevista fornecida por seu filho, Miécimo teria sido responsável por convencer o próprio Chagas Freitas a entrar na vida política, o que aconteceu de fato, sendo ele, mais tarde, eleito governador do Estado da Guanabara (1970 – 1975) (Ver LOPES, 2007). Durante a ditadura, Miécimo filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), tornando-se responsável por toda zona oeste, graças a sua enorme influência na localidade.

Com grande habilidade nas relações sociais com a comunidade, além de astúcia nas relações dentro da Câmara dos Vereadores, sua atuação fora reconhecida pelo então governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda (1960 – 1965) que comentava sobre sua batalha para criar uma Escola Normal em Campo Grande aos moldes do que já havia em Madureira: “Aquilo lá é a Brasília de Miécimo” (SILVA, 2006, p. 239).

O bairro em que atuava, Campo Grande, à época ainda era uma região marcadamente rural. Originalmente, na época da fundação do Rio de Janeiro, primeiro de março de 1565, a região ainda fazia parte da grande sesmaria<sup>166</sup> de Irajá, somente desmembrada no século seguinte, em 1673. Em 1757 fora criada a freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, sendo instalada a Igreja Matriz, ocasionando certo crescimento populacional na região. Em meados do século XIX, estava sendo construída a Estrada de Ferro D. Pedro II, quando em 2 de dezembro 1879 foi erguida a estação de trem de Campo Grande. Tal evento contribuiu enormemente para o crescimento populacional da freguesia.

Já nas primeiras décadas do século XX, desenvolvida a estrada e ferro que caracteriza a região como um subúrbio, Campo Grande tornara-se referência na produção de laranjas, o que lhe rendeu a alcunha de “citrolândia”<sup>167</sup>. Já na década de 1940, a produção de laranjas decresceu e a região começou a ser urbanizada em um processo de loteamento que fez o bairro crescer 119% entre 1950 e 1960 (CARDOSO, 2009), mesmo período em que a Escola Normal de Campo Grande estava sendo instalada. Somente depois de construída uma Escola Normal no bairro, outros acessos foram construídos para a região, como a Avenida Brasil, por exemplo. Campo Grande, a partir do governo de Carlos Lacerda, no Estado da Guanabara, continuou crescendo até se tornar um Distrito Industrial, instalando-se na região empresas como a Siderúrgica Cosigua-Gerdau, a Casa da Moeda, a Vale-Sul e a Michelin, por exemplo<sup>168</sup>.

Na Comissão para estudar o parecer do Professor Lourenço Filho sobre mais Escolas Normais na cidade, conforme descrevemos anteriormente, estavam presentes os professores Astério de Campos, Helton Alvares Veloso de Castro e Waldemar Marques Pires. Paralelamente, começam as discussões na Câmara Municipal sobre o projeto n.º 378 de Miécimo da Silva, que visava criar a Escola Normal de Campo Grande. Nos jornais, como no caso do Jornal do Brasil, as discussões giravam em torno do assunto antigo que envolvia centralização ou descentralização do Curso Normal.

Poderá ser do agrado da direção do Instituto de Educação dilatar os seus domínios a todas as Escolas Normais que existirem no Distrito Federal,

<sup>166</sup> Sesmarias são grandes terrenos oferecidos pelo Rei de Portugal para colonização de diversas regiões do Brasil no século XVI.

<sup>167</sup> Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br>. Acessado dia 01.06.17.

<sup>168</sup> Disponível em <http://www.oriodejaneiro.com>. Acessado dia 01.06.17.

no entretanto é incontestável que essa centralização representará, na prática, considerável empecilho para que sejam atingidos melhores padrões de rendimento tanto no Instituto de Educação quanto nas demais Escolas Normais<sup>169</sup>.

O artigo 2º do Projeto de lei n.º 378, consubstancia uma ideia extremamente infeliz, quando pretende estabelecer que “a nova Escola passa a ser parte integrante do Instituto de Educação, com um diretor subordinado ao ITE, de nomeação do Prefeito, mediante proposta em lista tríplice, do secretário-Geral de Educação e Cultural”<sup>170</sup>.

A Escola Normal Carmela Dutra não tem nenhuma vinculação administrativa com o Instituto de Educação, o seu diretor é da confiança do Secretário-Geral de Educação e Cultura e a ele está diretamente subordinado. A autonomia da Escola Normal Carmela Dutra permitiu que o seu diretor, com a autoridade de que está investido, decidisse, com elevado com senso, sem a participação do Conselho Técnico ou de Congregação, não realizar este ano o concurso de seleção para admissão à primeira série do curso ginásial. Esta atitude, que não mereceu a simpatia do Instituto de Educação, foi imitada por este educandário que, tardivamente, resolveu não realizar, no próximo ano, admissão ao curso ginásial. Entregue a unidade escolar a um diretor que realmente tenha qualificações para este mister, não há dúvidas de que a autonomia se torna uma indiscutível necessidade<sup>171</sup>.

Junto a essa discussão, o vereador Miécimo da Silva atuou pessoalmente no sentido de fazer a população pressionar o executivo municipal. A ação de Miécimo, em que podemos entender relação de conveniência com grupos sociais que não se organizam sozinhos, mas usam a sua liderança política para realizar seus anseios, encaixa-se na perspectiva que tratamos para o conceito de populismo. Isto é, da mesma maneira como observou Gomes (1996), também não acreditamos que a identificação de um político com o populismo reserve a ele e a sua atuação uma carga negativa. Trava-se aqui, como podemos perceber, de uma experiência de troca de apoio político expresso nos votos pelo atendimento a interesses de determinados grupo sociais.

Em 9 de dezembro de 1956, foi realizada uma “festa cívica” em homenagem aos professores da Comissão que decidiria sobre as novas escolas normais. A festa já aconteceria para comemorar a nova unidade, sendo destacados no jornal Correio da Manhã como oradores o vereador Miécimo da Silva e o diretor do IE Mario de Brito. Este último,

<sup>169</sup> JORNAL DO BRASIL. Escola Normal de Campo Grande Autônoma. 05.04.57. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 3.9.16.

<sup>170</sup> JORNAL DO BRASIL. Deve ser autônoma a Escola Normal de Campo Grande. 06.04.57. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 3.9.16.

<sup>171</sup> JORNAL DO BRASIL. Escola Normal, em Campo Grande e Departamento de Ensino Normal. 07.04.57. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 3.9.16.

com discurso que aparentava ter sido contrariado, preferiu enfatizar os problemas da Escola Normal.

#### CAMPO GRANDE TERÁ SUA ESCOLA NORMAL.

Homenagem a comissão designada para estudar e propor a medida.

Vários oradores se fizeram ouvir, entre os quais o vereador Miécimo da Silva e, como orador oficial, o prof. Jair Tavares de Oliveira. Falaram ainda os professores Mário de Brito e Astério Campos, fazendo o primeiro uma exposição dos problemas do Ensino Normal no Distrito Federal e prometendo empenhar-se para a comissão que preside proponha, com urgência, a criação da Escola Normal de Campo Grande<sup>172</sup>.

Miécimo também levou uma comissão de futuras alunas e pais de alunas até a prefeitura, pois, no final das contas, a criação dessa unidade também poderia render votos de um dos maiores currais eleitorais da cidade ao então prefeito Francisco Negrão de Lima<sup>173</sup> (PSD) (22.03.56 – 08.07.56). Além dos dividendos políticos, aparecia por mais uma vez o interesse da população na mobilidade social que representava entrar no curso de formação de professores normalistas do Distrito Federal, conforme vemos na reportagem abaixo.

O prefeito Negrão de Lima recebeu, ontem, no Palácio Guanabara, numerosa comissão de jovens residentes em Campo Grande e imediações, acompanhadas dos seus respectivos pais, a fim de solicitar do Governador da Cidade a Instalação do Curso Normal naquela localidade. A comissão foi apresentada à S. Exa. Pelo Vereador Miécimo da Silva, que enalteceu a necessidade da criação de uma Escola Normal em Campo Grande, levando em conta não só o desenvolvimento local como o grande interesse existente na juventude daquele subúrbio. O prefeito, depois de ouvir o Vereador carioca e a interprete da comissão, declarou que o assunto já está sendo estudado com especial interesse<sup>174</sup>.

Contudo, o “especial interesse” ao qual se referiu o Negrão de Lima, acontecia dentro da Comissão criada por ele, cujo Presidente era o diretor do IE, Mário de Brito, que

<sup>172</sup> CORREIO DA MANHÃ. Campo Grande terá sua Escola Normal. 11.12.56. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 2.8.16.

<sup>173</sup> Francisco Negrão de Lima foi Prefeito do Distrito Federal entre 22 de março de 1956 e 8 de julho de 1958. E também foi Governador do Estado da Guanabara entre 5 de dezembro de 1965 e 15 de março de 1970.

<sup>174</sup> JORNAL DO BRASIL. Ensino Normal na Zona Rural. 11.04.57. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 3.9.16.

anteriormente havia se manifestado contrário à criação de novas Escolas Normais, tal como foi contrário à criação e posterior autonomia da ENCD. Assim, em 30 de novembro de 1957, o manifesto da Comissão era descrito sob o título “Técnicos contra a criação de novas Escolas Normais” no jornal *A Noite*, enquanto Mario de Brito, apontava que tanto a Comissão quanto a Congregação do Instituto de Educação já haviam se manifestado radicalmente contra a criação da Escola Normal de Campo Grande e das demais unidades<sup>175</sup>. Brito ainda dizia:

– “O processo que trata do assunto da pluralidade das escolas normais, não está em minhas mãos há muito tempo, por isso afirmo não ter procedência a informação divulgada por alguns jornais cariocas de que mesmo tenha sido aprovado pela Câmara dos Vereadores, resultante do parecer favorável da comissão constituída para estudá-lo”; declarou o dr. Mario de Brito, diretor do Instituto de Educação<sup>176</sup>.

Entretanto, a disposição do vereador Miécimo da Silva em instalar a Escola Normal, além de chamar a atenção do Executivo, mostrava-se também oportuna na Câmara dos Vereadores, onde ele atuava legalmente. Antes mesmo de se tornar pública a opinião contrária da Comissão, no dia 26 de novembro de 1957, em meio à discussão do projeto de lotes gratuitos aos favelados, Miécimo realizou uma manobra importante dentro do que viria a ser a Lei n.º 906<sup>177</sup>. Atuando nos bastidores, o vereador continuou negociando votos mesmo como posicionamento contrário da Comissão que estudava o parecer de Lourenço Filho e do posicionamento contrário da Congregação do IE.

Na época, tinha Lacerda e Tenório Cavalcanti. Meu pai era do partido neutro; ele votava dos dois lados, ele negociava voto em troca. (...) Ele negociava em troca de obras para o bairro, então era isso. Ele precisava e votos para a aprovação do Sarah. Na época, queriam a aprovação de uma obra no Maracanã; precisavam do voto do meu pai; o voto dele era o de Minerva, ele trocou com Lacerda o início do Sarah (Filho de Miécimo da Silva, apud CARDOSO, 2015, p. 46).

<sup>175</sup> A NOITE. Técnicos contra a criação de Novas Escolas Normais. 30.11.57. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 2.8.16.

<sup>176</sup> Idem.

<sup>177</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Em regime de urgência – A famosa mensagem 53. 27.11.57. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.16.

Desta forma, o Projeto de Lei que criava mais uma Escola Normal (originalmente com o número 649/1956) não foi adiante, porém, a ideia de criação da unidade não foi perdida. Isto porque o vereador Miécimo da Silva usou de um artifício interessante para criar a “Escola Normal de Campo Grande”: sabendo que seu projeto enfrentaria resistência, ele incluiu como emenda a criação da EN em outro projeto, originalmente de Frederico Trotta (PSD), vereador cuja atuação conhiceremos melhor um pouco mais adiante. Apesar do projeto em nome de Trotta, Miécimo não deixou de colher os frutos pela vitória, como mostrou o jornal Diário de Notícias.

Foi aprovado, ontem, pela maioria da Câmara dos Vereadores, o projeto de lei n. 378, de 1957, de autoria do vereador MIÉCIMO DA SILVA, criando a Escola Normal de Campo Grande. A aprovação do importante projeto resultou de hábil manobra de seu autor, que conseguiu, com os seus pares, a sua inclusão em forma de emenda da Comissão de Economia e Finanças ao projeto de lei n.º 32, de 1952, aprovado em regime de urgência na sessão extraordinária noturna do dia 26<sup>178</sup>.

Apesar de o jornal, notadamente, querer dar ênfase à habilidade política de Miécimo na aprovação do projeto que criava a Escola Normal, não foi exatamente o seu projeto que fora aprovado. O vereador Frederico Trotta (PSD) era o responsável pela Comissão de Economia e Finanças da Câmara, não se envolvendo, a princípio, em questões educacionais. O Projeto n.º 32, de autoria de Trotta, tornou-se depois a Lei n.º 906, de 16 de dezembro de 1957. Em seu *caput*, a Lei dizia: “Determina a distribuição de lotes gratuitos aos favelados, soluciona o problema das favelas e dá outras providências” (PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, 1957). Inicialmente, portanto, a lei não parece tratar de qualquer assunto educacional, mas é justamente neste ponto que a astúcia política de Miécimo aparece.

Apesar da estranheza do *caput* e dos primeiros artigos que falavam de doação de terras para favelados da região, a Escola Normal de Campo Grande estava lá, nos últimos artigos. Através de acordos políticos, Miécimo conseguiu inserir alguns poucos artigos que pareciam disfarçados, mas que criavam a unidade e garantiam, inclusive, a autonomia administrativa que a ENCD só conquistou sete anos depois de sua criação. A Lei ainda tratava da criação de um Internato de menores e os órfãos que seriam atendidos por ele, além de em apenas mais um artigo assegurar a criação de mais duas Escolas Normais a

<sup>178</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Criada ontem a Escola Normal de Campo Grande. 28.11.57. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 23.02.17.

serem instaladas na Zona Sul e na Leopoldina. A Lei recebeu vetos, mas as unidades, frutos evidentes de habilidosas negociações, estavam oficialmente criadas, mesmo que fossem publicadas sob um *caput* que trata originalmente de distribuição de terras a favelados.

Além do feito de Miécimo da Silva, ele próprio acabava por colocar mais um personagem no jogo político que envolvia as Escolas Normais, o vereador Frederico Trotta, que se tornará uma espécie de baluarte da formação de professores nos próximos anos, como veremos mais adiante. Por hora, os artigos 10, 11 e 15 que refletiram o esforço do *Vereador das bicas d'água* seguiram com as seguintes palavras:

**LEI N.º 906 – DE 16 DE DEZEMBRO DE 1957**

Determina a distribuição de lotes gratuitos aos favelados, soluciona o problema das favelas, e dá outras providências.

(...) Art. 10. Fica criada, em Campo Grande, uma Escola Normal, com a mesma finalidade e organização do Instituto de Educação e da Escola Normal Carmela Dutra devendo ser enquadrada, como as suas congêneres, nas bases da Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei n.º 8530 de 2 de janeiro de 1946).

Art. 11. A nova Escola será dirigida por um diretor subordinado à Secretaria Geral de Educação e Cultura, de nomeação do Prefeito... (Vetado).

(...) Art. 15. Ficam, igualmente criadas mais duas Escolas Normais, sendo uma na zona sul e outra na zona suburbana da Leopoldina. Devendo ser enquadradas como suas congêneres, nas bases da Lei Orgânica do Ensino Normal, com a direção subordinada à Secretaria Geral de Educação e Cultura, obedecendo ao mesmo regime<sup>179</sup>.

Além da mudança de opinião de Mario de Brito, evidentemente ocasionada pela pressão política do cargo e da atuação e Miécimo da Silva, há três importantes pontos a se destacar na Lei n.º 906: A Escola Normal de Campo Grande fora criada já autônoma ao Instituto de Educação, coisa que não havia ocorrido com a ENCD, submetida ao IE entre 1946 a 1953 (LIMA, 2015). A abordagem explícita de dois assuntos completamente diferentes, mas que, no fim diziam respeito ao atendimento do interesse das massas populares da região que cresceria fortemente no período. E o outro ponto é que na própria lei, em seu artigo 15º, vislumbram-se a criação de mais duas Escolas Normais, uma na zona sul e outra na região da Leopoldina, ambas, igualmente autônomas frente ao IE.

Como vimos, a criação das três unidades, tendo o foco sobre a Escola Normal de Campo Grande, mais do que uma emenda na lei que tratava da distribuição de terras a

<sup>179</sup> Idem.

pessoas carentes, parecia prever o problema do espaço em que a unidade seria instalada. Isso porque, durante o ano de 1958, foram discutidos em quais terrenos públicos ou privados a nova unidade poderia ser instalada. Entre denúncias de que o terreno comprado pela prefeitura para a instalação da Escola Normal, na verdade, já seria da Prefeitura<sup>180</sup>, nos pareceu evidente que se a Prefeitura estava distribuindo terrenos para pessoas carentes da região, então poderia reservar para si própria um terreno suficiente para a construção da Escola Normal. Contudo, sem conseguirmos comprovar qualquer ato ilícito nessa situação, conseguimos apenas encontrar a proposta de construção de uma grande unidade como podemos ver na maquete logo abaixo.

O projeto mostra um edifício sede de 33 salas, uma escola primária experimental com 12 classes, um jardim de infância com 4 salas, auditório para mil espectadores, uma biblioteca para 50 mil volumes e ginásio para esportes com capacidade para 500 pessoas, a estrutura contava ainda com o projeto de uma piscina. A maquete da Escola Normal de Campo Grande<sup>181</sup>, publicada na Tribuna da Imprensa, parecida tão grande e complexa que confirmava a expressão “Brasília de Miécimo”, atribuída ao governador Carlos Lacerda.

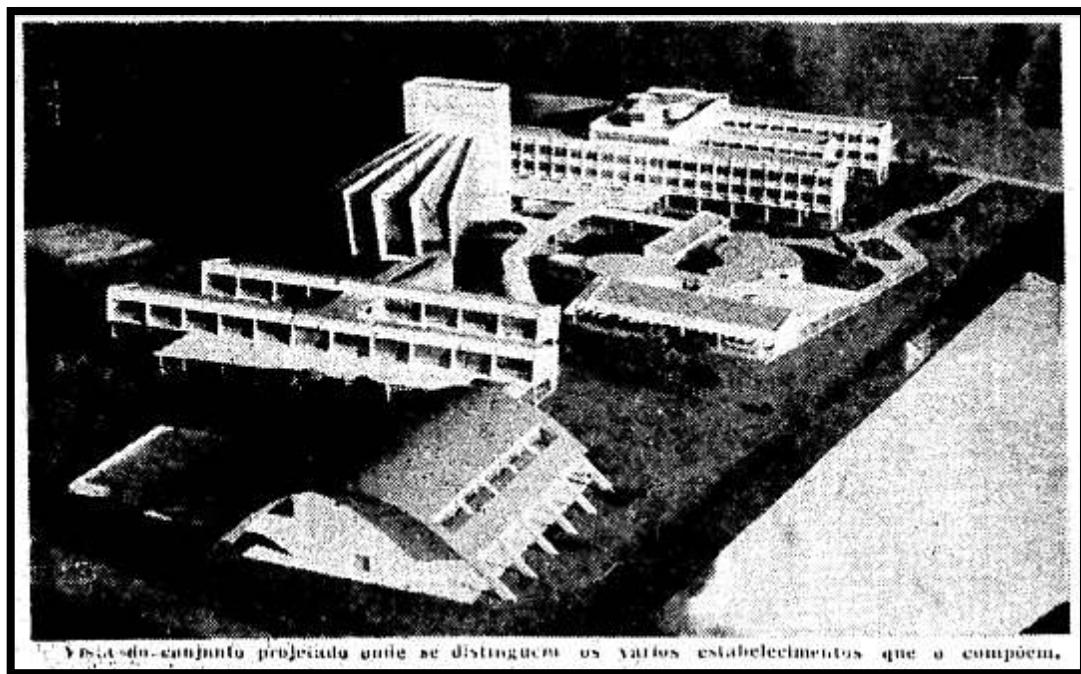


Figura 30 – DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Arquitetura nova por novos projetos. Escola Normal de Campo Grande. Projetada pelo Arquiteto e professor Benjamin de A. Carvalho. 23.11.58. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.02.17.

<sup>180</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. Irregularidades na construção da Escola Normal de Campo Grande. 25.11.58. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/> Acessado dia 2.8.16.

<sup>181</sup> Idem.

Embora as linhas arquitetônicas do projeto parecessem inaugurar a “Brasília de Miécimo” antes da Brasília de JK, o prédio ficaria realmente pronto apenas em 1974. Segundo o Jornal do Brasil, o diretor seria escolhido entre os professores do IE, enquanto as jovens futuramente formadas na unidade ficariam “obrigadas a lecionar cinco anos na Zona Rural, sem direito, neste período, a pedir transferência para a cidade”<sup>182</sup>.

Antes disso, porém, com um expediente parecido com que havia tomado o secretário de Educação Fioravanti Di Piero, em 1946, que decidira homenagear a primeira dama Dn. Carmela Dutra para nomear a “Escola Normal dos Subúrbios”, Miécimo interferiu para que a Escola Normal de Campo Grande desse chamar Escola Normal Sarah Kubitschek, em homenagem à esposa de JK. Assim, a “Velha aspiração do povo suburbano”<sup>183</sup> estava sendo atendida. Apesar da interferência de Miécimo ser noticiada em claro favor político, o periódico Diário da Noite, informou em fevereiro de 1957 que um professor chamado Astério de Campos, havia solicitado à Comissão que a nova unidade se chamassem Escola Normal Sarah Kubitschek<sup>184</sup>, em homenagem à Fundadora das Pioneiras Sociais<sup>185</sup>. Apesar da referência no jornal Diário da Noite sobre o pedido feito por Astério de Campos para nomear a unidade, o trabalho de pesquisa da historiadora Luciana Cardoso (2015) apontou novamente para a atuação de Miécimo da Silva, que também conseguiria atrair a atenção presidencial: “o casal Kubitschek compareceu à inauguração, ficando hospedado na residência de Miécimo” (p. 46).

Em mais um exemplo de influência do poder executivo da esfera federal sobre a municipalidade, a terceira Escola Normal inaugurada na cidade do Rio de Janeiro, repetiu o processo de sua antecessora, recebendo o nome da esposa do Presidente da República como se fosse um agrado político. A Dona Sarah Luísa Gomes de Souza Lemos havia se casado com Juscelino Kubitschek no final de dezembro de 1930, com quem teve duas filhas, Márcia Kubitschek e Maria Estela Kubitschek. Segundo o coronel Affonso Heliodoro,

<sup>182</sup> JORNAL DO BRASIL. Escola Normal de Campo Grande já vai funcionar: inscrições em fevereiro. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/> Acessado dia 06.02.17.

<sup>183</sup> DIÁRIO DA NOITE. Será criada a Escola Normal de Campo Grande. 27.02.57. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/>. Acessado dia 06.02.17.

<sup>184</sup> DIÁRIO DA NOITE. Será criada a Escola Normal de Campo Grande. 27.02.57. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/>. Acessado dia 06.02.17.

<sup>185</sup> A Organização das Pioneiras Sociais foi fundada em 1956, logo após JK assumir a Presidência. Apoiando-se no trabalho de empresas para o fornecimento de recursos, na atenção de embaixatrices, a associação também buscava importar estrutura para seu serviços. Vindos da Alemanha e dos EUA, surgiram os hospitais volantes, um programa conhecido como “Saúde sobre Rodas”. Disponível em <http://www.memorialjk.com.br/pt/>. Acessado dia 06.02.17.

chamado pelo jornal Correio Braziliense de “Fiel escudeiro de JK”<sup>186</sup>, Dn.<sup>a</sup> Sarah atuou socialmente na criação dos hospitais Sarah e Júlia Kubitschek de Minas Gerais, além do Hospital Sarah Kubitschek de Brasília (depois expandida para Fortaleza, Macapá, São Luís, Salvador, Rio de Janeiro e Belém), os hospitais-volantes, distribuídos por quase todos os Estados, além dos hospitais-flutuantes, que operaram em Brasília. Foi também responsável pela criação de escolas e creches espalhadas pelo país (HELIODORO, 1996).

A ENSK, contudo, foi instalada em 29 de janeiro de 1959 e inaugurada oficialmente em 3 de maio do mesmo ano pelo Prefeito José Joaquim de Sá Freire Alvim<sup>187</sup>. E a despeito de do projeto grandioso que só seria inaugurado em 1974, a unidade realizou seu primeiro concurso na sede provisória dentro da Escola Venezuela, a apenas 600 metros da estação de trem de Campo Grande.

Na [Escola] Venezuela, no momento já havia um número razoável de professoras de Campo Grande, porque abriu o Carmela, agora que entra o Sarah, [...] o Miécimo conseguiu a criação da Escola Normal Sarah Kubitschek (...) Ele foi até mim e falou: “- Professora J, não tenho lugar para funcionar o colégio”. (...) Aí então ele veio: “Professora não há lugar para a escola funcionar a senhora nos acolhe?” E eu: “Claro!” Porque a Venezuela [...] tem um prédio [na Rua Amaral Costa, nº 37] e depois eles fizeram um anexo sobre pilotis, com quatro salas com entrada independente mas também tem ligação com o prédio, e aí eu, eu cedo quatro salas, transformo a escola em três turnos porque eu não vou prejudicar meus alunos, nem a oferta, porque se eu cedesse quatro salas eu não poderia receber alunos novos, em três turnos eu não prejudico meus alunos (Diretora da Escola Venezuela, Não identificada, *apud* CARDOSO, 2007, p. 92).

Mesmo com as dificuldades de espaço foi organizada uma grande festividade envolvendo o retorno da primeira dama depois de oito meses de viagem pela Europa. Enquanto a maior parte dos jornais noticiava o retorno de Dona Sarah, o Jornal, enfatizou na sua foto o contato com as crianças da Organização Pioneiras Sociais, embora trouxesse em sua legenda a informação de que a primeira dama fora recebida pelas alunas da Escola Normal Sarah Kubitschek, como podemos ver abaixo.

<sup>186</sup> Disponível em <http://www.correiobraziliense.com.br>. Acessado dia 19.05.17.

<sup>187</sup> ALERJ. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0711.nsf/0cd372d488e6ae5783256cee00699aa2/2965d5ee8297e3f0832575c30052431d?OpenDocument>. Acessado dia 07.02.17.



Figura 31 – O JORNAL. D. Sarah desembarcou ao som de bandas de músicos mirins. 10 de setembro de 1959. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 16.9.16.

Assim, iniciando os trabalhos em 1959, sob as circunstâncias supracitadas, a escola mudou-se no ano de 1960 para um antigo galpão de laranjas adaptado para receber as turmas de curso normal, que ficava ainda mais perto da estação de trem (300 metros), localizado na Rua Augusto Vasconcelos, nº 212. Mais tarde, fundava-se o Grêmio Euclides da Cunha, porém, como apontamos, a unidade só viria mesmo a ganhar uma edificação própria no ano de 1974, com a inauguração da sede na Avenida Manuel Caldeira de Alvarenga, nº 1203, onde a Escola Normal está até hoje.

Mesmo com uma espaçosa sede, algumas das estruturas da maquete original da “Brasília de Miécimo” a serem construídas no bairro de Campo Grande nos anos 1950 jamais foram construídas. Contudo, o Hino da ENSK, de autoria de João de Barro (Braguinha), mantinha a esperança e valorizava a nova unidade (COSTA, 2009).

#### **Hino da Escola Normal Sarah Kubitschek**

Instituto de Educação de Campo Grande/ A vanguarda juvenil/ Dos futuros professores/ Das crianças do Brasil/ Sempre unidos para frente/ Levaremos onde for/ A bandeira da esperança/ Mensagem de luz e de amor/ Cantando, diremos num canto maior/ Que a terra que temos/ É a terra melhor.

## Na Raça: Escola Normal Heitor Lira

Embora a Lei n.º 906, de 16 de dezembro de 1957 (BRASIL, 1957) fizesse menção à criação de duas outras unidades, sendo uma na Zona Sul e outra na região da Leopoldina, faltou interesse político no período para que a mesma fosse cumprida. Entre 1957 e 1960, tivemos um período especialmente conturbado para a cidade, ocupando a classe política e administrativa com outros interesses, como veremos nos próximos itens, quando tratarmos da mudança de capital do Rio de Janeiro para Brasília.

Em 1959, contudo, aproveitando as comemorações do Dia do Mestre, em 15 de outubro, o Secretário de Educação Américo Jacobina Lacombe anunciou ter baixado, após dois anos nos quais se arrastavam os rumores de novas Escolas Normais, a Resolução 34, de 15 de outubro de 1959.

A escolha de Lacombe, em pelo Dia do Mestre, visava homenagear o educador brasileiro Heitor Lira da Silva, nascido em 1879 e falecido em 1926. Lira, havia se formado na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e havia nas oficinas de Jundiaí, da Companhia Paulista de Vias Férreas. Foi diretor de assuntos elétricos de Barra do Piraí, tornando-se diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil. Lecionou durante mais de 10 anos a cadeira de Resistência de Materiais e das Construções, sendo também catedrático do Curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes.

Envolvido com educação, foi de Heitor Lira a iniciativa de criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), em 16 de outubro de 1924, tornando-se o seu primeiro Presidente<sup>188</sup>. Mesmo que seus amigos não tivessem crença o sucesso desse empreendimento, alguns deles concordaram em participar, tais como Levi Carneiro, Cândido de Mello Leitão, Delgado de Carvalho, Mário Brito e Branca de Almeida Fialho. E por ocasião, do primeiro ano de fundação da ABE, Lira teria dito, segundo apontou o sociólogo Simon Schwartzman (1982): "Nós esperamos vir a formar um núcleo poderoso no seio da sociedade brasileira"<sup>189</sup>.

Lira implantou a Associação Brasileira de Educação de modo a funcionar em uma estrutura amplamente descentralizada, sendo que as suas seções estaduais eram totalmente autônomas. Sua prática de divulgação intelectual era de conferências, como a que ocorreu em 1925, no auditório da Escola Politécnica, tendo como temas *os métodos da escola*

<sup>188</sup> Associação Brasileira de Educação. Disponível em: <http://www.abe1924.org.br/?start=42>. Acessado dia 27.02.17.

<sup>189</sup> Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br>. Acessado dia 20.05.17.

*ativa, a instrução técnica e profissional no Perú, o ensino na Suíça e modalidade da educação social.* Heitor Lira, contudo, faleceu em 1926, aos 47 anos de idade, apenas dois anos depois da criação da ABE. Apesar de seu breve momento à frente da instituição que criou, Heitor Lira tornou-se um dos principais responsáveis pela divulgação dos ideais que vieram a formar o pensamento dos educadores da Escola Nova (SCHWARTZMAN, 1982).

Considerando o alto valor da figura de Heitor Lira e sua notável atuação na história da educação nacional resolve;

Art. 1º Fica instalada, provisoriamente, no edifício da escola Conde Agrolongo, situada a rua Conde de Agrolongo, 1.246, Penha a escola Normal Heitor Lira com a mesma finalidade e organização do curso normal do Instituto de Educação na forma da Lei Orgânica do ensino normal “Dec. Lei nº 8.530 de 2 de janeiro de 1946”.

Art. 2º Aplicam-se a nova escola normal, no que couber, os dispositivos de regimento interno do Instituto de Educação, aprovado pelo Dec. 13.192, de 22-3-56, como dispõe o art. 187 de mesmo regimento com referência a Escola Normal Carmela Dutra<sup>190</sup>.

No momento de inauguração da Escola Normal Heitor Lira, o Secretário Lacombe ainda argumentou que a criação da nova unidade era um feito que deveria atender à crescente população e procura pelos bancos escolares, uma tendência pós-segunda guerra que se estenderia pelas décadas seguintes, conforme já apontamos (CANÁRIO, 2008).

Uma das mais antigas aspirações cariocas é, sem dúvida, aquela que diz respeito à imperiosa necessidade da ampliação da rede escolar da cidade. Com o aumento sempre vertiginoso da população (...) este tem sido sem dúvida, um dos principais objetivos do programa de ação da atual administração municipal, para atender aos reclamos do povo e às necessidades reais do ensino. É chegado o momento de tornar realidade essas aspirações efetivando-se a criação e instalação de mais duas Escolas Normais, a “Ignácio de Azevedo Amaral” na Zona Sul, a ser organizada pela professora Olga Dias e a “Heitor Lira”, na Zona da Leopoldina”, sob os cuidados do Professor Anísio Junqueira. (...) A criação e instalação dessas suas novas Escolas Normais virá aumentar o número de professoras para atender às reais necessidades do ensino primário a capital, tão sacrificado pela deficiência de mestres, pois, a despeito do avultado número de normalistas diplomadas pelo Instituto de Educação e pela Escola Normal Carmela Dutra, ainda está muito longe da realidade (...)<sup>191</sup>

<sup>190</sup> Acervo da ENHL. Histórico da unidade. Escrito por professores em 1963.

<sup>191</sup> DIÁRIO CARIOPA. Amplia-se a rede de Escolas Normais na Cidade. 23.11.59. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

Embora o estabelecimento definido mais rapidamente tenha sido a Escola Normal Heitor Lira, que inicialmente seria destinado a atender a Zona da Leopoldina, que à época estendia-se entre os bairros do Caju até Cachambi<sup>192</sup>, havia dificuldades em encontrar edifícios suficientemente grandes para receber a unidade, que ainda deveria contar com uma escola primária para estágio das normalistas. Dessa forma, no final, mesmo não sendo instalada nos bairros inicialmente propostos, a unidade começou a funcionar em uma região próxima; na Penha.

O bairro da Penha é um dos mais antigos da cidade, apresentando, em 1960, uma população de 69.024 pessoas, mas dentro uma região chamada na época de Zona da Baía de Guanabara, com 937.565 pessoas, segundo o IBGE<sup>193</sup>. Suas origens se relacionam à fé católica e à atuação de militares portugueses na região. No início do século XVII, um capitão português chamado Baltazar de Abreu Cardoso fora picado por uma cobra em suas terras, lugar em que havia uma grande rocha onde ele regularmente subia para olhar as suas plantações. Ao pedir auxílio a Nossa Senhora, Baltazar construiu uma capela no alto dessa rocha em agradecimento pela graça recebida. A grande pedra, como era conhecida, deu origem a palavra “Penha”, local que passou a ser frequentado por romeiros e religiosos que agradeciam as graças alcançadas. Aos poucos, por influência religiosa, a fazenda de Nossa Senhora, ligada a palavra Penha, cada vez mais usada, deu lugar ao nome Nossa Senhora da Penha<sup>194</sup>.

No século XVIII, o capitão Baltazar doou todas as suas propriedades para a Nossa Senhora da Penha, sendo criada ali a Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Penha, que demoliu a antiga capela e construiu uma torre e dois sinos. Em 1870 a capela foi novamente substituída. Dezesseis anos depois, em 1886, a Estrada de Ferro do Norte, mais tarde incorporada à Estrada de Ferro Central do Brasil, em 1890, abriu a estação de trem da Penha, o que ocasionou um grande crescimento na ocupação do local<sup>195</sup>.

O processo de ocupação da região tornara-se tão forte que no primeiro quartel do século XX, fora instalada na região o Curtume Carioca, aumentando as ofertas de emprego. Nesse período, como exemplo da importância da região, a capela recebeu novas

<sup>192</sup> BORGES, Marília. *Zoneamento da Cidade do Rio de Janeiro*. <http://www.ippur.ufrj.br/download/pub/MariliaVicenteBorges.pdf>. [Dissertação de Mestrado], UFRJ, 2007.

<sup>193</sup> Censo populacional de 1960 do IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acessado dia 18.06.17.

<sup>194</sup> Disponível em: [http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/index2\\_bairro.htm](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/index2_bairro.htm). Acessado dia 18.06.17.

<sup>195</sup> Idem.

intervenções, ganhando um carrilhão de 25 sinos adquiridos por ocasião do centenário da independência do Brasil<sup>196</sup>.

Ao noticiar a criação de uma unidade Normal na Penha, o Diário Carioca informou que suas instalações “eram provisórias, mas suficientes”, mas, mesmo sim “a Escola Normal Heitor Lira ser[ia] estabelecida no Prédio da Escola Primária Conde de Agrolongo, o de maior capacidade existente na região da Penha e o que oferece melhores acomodações, com salas amplas e confortáveis”<sup>197</sup>. De fato, a unidade ficaria a apenas 900 metros da estação de trem da penha e igualmente próxima à Avenida Brasil, o que garantia acesso a população do entorno e a possibilidade de atendimento das futuras professoras às regiões mais interioranas da cidade.



Figura 32 – DIÁRIO CARIOCA. Escola Normal da Penha funcionará no próximo ano. 22 de novembro de 1959. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 16.9.16.

Apesar da foto divulgada no periódico Diário Carioca, a imagem do fotógrafo oficial da prefeitura nos anos 1930, Augusto Malta, já havia realizado esse trabalho de

<sup>196</sup> Disponível em: <http://www.oriodejaneiro.com/penha.htm>. Acessado dia 18.06.17.

<sup>197</sup> DIÁRIO CARIOCA. Amplia-se a rede de Escolas Normais na Cidade. 23.11.59. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

engrandecer a administração pública, conforme já citamos. A foto abaixo, datada de 1934, dá ideia do tamanho da unidade, oficialmente inaugurada no âmbito do primeiro Governo Vargas, em 4 de abril de 1932, na Rua Conde Agrolongo, tornada Escola Normal Heitor Lira, oficialmente inaugurada em 16 de dezembro de 1968<sup>198</sup>.



Figura 33 – Fachada frontal da Escola Conde de Agrolongo, Penha, 1934. Disponível em <http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br>. Acessado dia 08.02.17.

Entretanto, em histórico produzido pelos professores da ENHL em 1963, o Círculo de Pais e Professores da Escola Conde de Agrolongo tentou impedir o funcionamento da Escola Normal nas seis salas cedidas, “alegando o prejuízo que as crianças sofreriam com a mudança de regime de dois para três turnos”<sup>199</sup>. O jornal *Última Hora*, descrevia assim, apenas três anos depois de inaugurada a Escola Normal na Penha:

Em 1959, surgiu a Escola Normal Heitor Lira. Com aquela irresponsabilidade tradicional na administração carioca, criaram a escola mas não cuidaram e um prédio para a escola. O problema permaneceu até

<sup>198</sup> A inauguração da nova sede foi dia 26 de dezembro de 1968. DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Penha ganha Escola Normal. 27.12.68. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 03.09.16.

<sup>199</sup> Acervo da ENHL. Histórico da unidade. Escrito por professores em 1963.

os nossos ias, quando o Secretário de Educação decidiu-se a resolvê-lo, digamos assim, na raça. Que fez, então? Simplesmente passou a utilizar a Escola Conde de Agrolongo como sede da Escola Normal. A escola pública, anteriormente, funcionava em 2 turnos, mas como havia necessidade de salas de aulas para as normalistas o problema foi assim “solucionado” as crianças entraram no regime de 3 turnos, com apenas 3 horas de aulas e 6 salas seriam destinadas às jovens da Escola Normal. (...) As normalistas continuavam ocupando o espaço vital das crianças. Foi quando idealizaram uma nova “solução”: as crianças seriam matriculadas em escolas particulares como bolsistas (nesse governo os excedentes tem o nome e bolsistas) e novas salas de aula seriam reservadas às normalistas... Não obstante tanto malabarismo havia um problema adicional. E o mobiliário? Como obrigar jovens adolescentes a ocupar carteiras infantis?<sup>200</sup>

Outros detalhes podem ilustrar melhor a forma aligeirada e descuidada (infelizmente o padrão da Prefeitura do Distrito Federal) em que a Escola Normal Heitor Lira fora criada pela Secretaria Municipal de Educação, visando atender interesses mais políticos de formação de um curral eleitoral do que propriamente educacionais. Segundo o histórico escrito pelos professores da unidade, o mobiliário e todo o mais necessário, como máquina de descrever e mimeógrafo foram emprestados da Escola Normal Carmela Dutra, para a realização do primeiro concurso<sup>201</sup>. Além disso, mesmo não havendo diretor designado ainda, e tendo apenas um responsável para organizá-la administrativamente e didaticamente, além de responder pela unidade (Prof. Anísio Junqueira de Almeida, ex-professor da ENCD)<sup>202</sup>, foi comunicada a abertura de seu primeiro concurso em 31 de dezembro de 1959, visando à criação de turmas de 1960<sup>203</sup>.

O responsável pela Escola Normal Heitor Lira faz saber, a quem interessar, que estarão abertas, na Escola Primária Conde e Agrolongo, rua do mesmo nome, na Penha Circular, as inscrições para o Concurso de admissão à 1ª série do Curso Normal, para 1960, de 2 a 12 de janeiro, das 11 às 16 horas e aos sábados das 9 às 11h30m, conforme as instruções publicadas no “Diário Municipal” de 28-12-59<sup>204</sup>.

Em tempo, ainda devemos ressaltar que será durante o período de inscrições (apesar de considerarmos que, na prática, o Prof. Anísio Junqueira de Almeida também dirigiu a

<sup>200</sup> ÚLTIMA HORA. Como Flexa Ribeiro resolveu o problema do Ensino na GB. 09.06.62. p. 3. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>201</sup> Acervo da ENHL. Histórico da unidade. Escrito por professores em 1963.

<sup>202</sup> DIÁRIO CARIOCA. Escola Heitor Lira. p. 10. 29.11.59. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>203</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Comunicado Oficial da Escola Normal Heitor Lira. p. 1. 10. 31.12.59. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>204</sup> Idem.

unidade) que o primeiro diretor será devidamente designado<sup>205</sup>. Para ocupar o cargo foi designado o advogado José Bezerra Norões Filho<sup>206</sup> em janeiro de 1960. Ao assumir, o novo diretor, experiente professor, além de parabenizar a região da Leopoldina, também tocou em um ponto que possuía relevância para a sua administração: a descentralização da Educação.

A grande família leopoldinense está de parabéns. As môças desta populosa região não mais perderão preciosas horas para se deslocar até outros centros para lapidar-se para o sublime exercício do magistério. A Escola Normal Heitor Lira é, doravante, o ponto de convergência para a grande luta em prol da descentralização do ensino municipal e consequentemente, uma iniciativa a mais da municipalidade em atender às justas reivindicações do povo da Leopoldina”, disse-nos o professor José Bezerra de Norões Filho, atual diretor da Heitor Lira e batalhador há 20 anos pelo progresso do ensino no grande subúrbio<sup>207</sup>.

Por sua vez, a inauguração da ENHL foi realizada no dia 26 de março de 1960, enquanto o concurso para a primeira turma acontecia<sup>208</sup>. No que diz respeito à sede, contudo, a unidade permaneceu até 1962, quando se mudou para Rua Engenheiro Moreira Lia, n.º 54, esquina com a Rua Guará, se mudando novamente em 1968, para sede própria na Rua Cuba, número 320.

Nesse mesmo final dos anos 1960, a ENHL adotou procedimentos e características similares às suas congêneres, fundando seu Orfeão com o nome de Lucília Villa-Lobos e, mais tarde, o Grêmio Edgard Sussekind de Mendonça. Os símbolos adotados também foram os mesmos, incluindo o logotipo, em forma de losango, com as iniciais da unidade, sendo o responsável por sua criação o professor Albertino Fonseca. Segundo conseguimos apurar, o Hino da Escola foi composto pela musicista e professora de diversas escolas normais, Olintina Costa, com os seguintes versos:

### **Hino da Escola Normal Heitor Lira**

Salve! Salve!/ Escola Normal Heitor Lira!/ Com orgulho, intensa  
emoção/ Ostentamos as singelas cores/ Azul , branco , ideal, tradição/  
Simbolismo de nobres pendores!/ No estudo buscamos pujança/ Cultivar,  
reflorir a razão/ E à missão de educar a criança/ Tributamos real

<sup>205</sup> DIÁRIO E NOTÍCIAS. Notícias da Prefeitura. p. 7. 10.01.60. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>206</sup> Ver Biografia em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-bezerra-de-noroess-filho>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>207</sup> DIÁRIO E NOTÍCIAS. Leopoldina e adjacências. p. 10. 17.01.60. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>208</sup> CORREIO DA MANHÃ. Inaugura-se amanhã na Penha a Escola Normal Heitor Lira. p. 6. 25.03.60. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

vocação!/ Salve escola que surge altaneira/ A brilhar no ensino normal!/  
Heitor Lira, conduz sobranceira/ Sob auréola de glória imortal!/  
Nossa voz juvenil/ Seja ouvida, como doce e sublime pregão/ Triunfamos na  
luta renhida/ Resplendendo virtude e instrução<sup>209</sup>.

Já conhecido o seu Hino e a unidade provisória em que foi instalada, a ENHL iniciou sua primeira turma em 1960 com 107 alunos matriculados. Um número pequeno à primeira vista, mas grande se considerarmos que ocuparam apenas as quatro salas de aula inicialmente destinadas para estudantes do curso ginásial. As outras duas salas disponibilizadas para a ENHL foram ocupadas pela administração da unidade. Apesar do conflito inicial com o Círculo de Pais e Professores, a Escola demonstrou proximidade com os interesses da comunidade, reforçando os argumentos que usamos e os textos de Maria José Werebe (1968) e Guacira Louro (1997). À exemplo do que discorremos sobre as finalidades do curso normal, a unidade promoveu já no ano seguinte um Curso de Preparação para o Casamento.

A Escola Normal Heitor Lira, cumprindo o dever de esclarecer a opinião pública da comunidade em assuntos de vital importância para a Educação Integral, comunica a programação do Curso de Preparação para o Casamento que fará realizar em seu auditório, esperando e agradecendo a presença das pessoas interessadas<sup>210</sup>.

### **A ‘Vitória’ do Diário Carioca: Escola Normal Ignácio Azevedo do Amaral**

*O sonho ao alcance de quase todos*, conforme escrevemos no título deste capítulo, não estaria completo se as jovens da Zona Sul da cidade não fossem também contempladas com a criação de uma escola que as atendesse. Para tal, o jornal Diário Carioca, mais do que qualquer outro periódico, iniciou uma série de reportagem em sentido de campanha. As notícias, que normalmente ocuparam as primeiras páginas do periódico, envolveram representantes de associações de bairros da zona sul, além de nomes da educação com algum prestígio e outros políticos que quisessem entrar no movimento. Entretanto, o nome que recebeu notório apoio político durante o período foi o do vereador Frederico Trotta (PSD), que em troca, com a “vitória” assegurada, conseguiu com que a Câmara dos

<sup>209</sup> Acervo da Escola Normal Heitor Lira. Letra e Música de Olintina Costa, S/D. Apesar de não conseguirmos precisar a data exata de sua publicação, os jornais que pesquisamos dão conta e que o hino fora executado entre os anos de 1960 e 1961.

<sup>210</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Preparação do Casamento: Curso na Escola Normal Heitor Lira. 09.05.61. p. 4. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

Vereadores concedesse ao jornal Diário Carioca o título de benemérito da cidade do Rio de Janeiro na figura do seu presidente-diretor, Horácio de Carvalho Júnior.

O vereador Frederico Trotta não aparecera no estratagema político de Miécimo da Silva para a criação da Escola Normal de Campo Grande (além dos vagos artigos que criavam outras unidades) por acaso. Trotta, que tinha um passado militar, como Major – e, posteriormente, Coronel – do Exército, havia sido escolhido pelo presidente Eurico Gaspar Dutra para ser o governador do Território Federal do Iguaçu durante o ano de 1946<sup>211</sup>, e depois, governador do Território Federal do Guaporé entre os anos de 1947 e 1948<sup>212</sup>.

Com um programa de governo que, em parte focava na educação, na saúde e nas comunicações, Frederico Trotta criou o primeiro Curso Normal Regional, sendo homenageado pela primeira turma da unidade (SILVEIRA, 2008). Além de militar e político, Trotta havia se formado em direito e foi certificado a dar aulas de história, português e matemática<sup>213</sup>. Também foi poeta e jornalista, trabalhando em vários periódicos, como O Jornal, Manhã, A Tarde e Diário do Povo<sup>214</sup>. Havia neste personagem histórico para as Escolas Normais, portanto, um passado que relacionava ensino, política e mídia na trajetória desse personagem político que esteve intimamente ligado a criação de mais Escolas Normais na cidade do Rio de Janeiro, algo essencial para compreendermos o desenvolvimento do jogo político que envolveu esse modelo educacional (RÉMOND, 2003).

Um ano depois de a ENCD conquistar autonomia frente ao Instituto de Educação, em 1954, o Diário Carioca já discutia a possível criação de uma unidade na Zona Sul<sup>215</sup> (cf. Capítulo 2). Porém, depois da Lei n.º 906, de 1957, o jornal começou a realizar mais reportagens sobre o tema. Afinal a Lei estava promulgada e faltava apenas vontade política para a criação e novas ENs. Miécimo da Silva, depois do mandato no qual criara a ENSK elegera-se por diversas vezes. Contudo, apesar do apoio partidário, o jornal havia se concentrado no autor da Lei, o vereador Frederico Trotta. Não era difícil entender o porquê

<sup>211</sup> O Território Federal do Iguaçu foi criado pelo Decreto-Lei lei n.º 5.812, de 13 de setembro de 1943 e extinto em 18 setembro pela Constituição de 1946. Frederico Trotta foi o seu último governador (PRIORI, et al., 2012).

<sup>212</sup> O Território Federal do Guaporé foi criado pelo Decreto-Lei lei n.º 5.812, de 13 de setembro de 1943, através da Lei Ordinária nº 2731, de 17 de fevereiro de 1956 transformou-se em Território Federal da Rondônia e posteriormente em Estado.

<sup>213</sup> Disponível em <http://frederico-trotta.blogspot.com.br/>. Acessado dia 18.05.17.

<sup>214</sup> Disponível em: <https://peregrinacultural.wordpress.com/>. Acessado dia 18.05.17.

<sup>215</sup> DIÁRIO CARIOMA. Professores da PDF vão ser conservados. 10.12.59. p. 1. / Debatidos importantes problemas do ensino primário municipal. 25.12.59. p. 8. Disponíveis em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

dessa mudança de apoio dentro da Câmara dos Vereadores, enquanto Miécimo continuava a dar prioridade ao seu curral eleitora, o jornal precisava de outro político que pudesse encampar a ideia da unidade da Zona Sul. Afinal, como disse em reportagem sobre a instalação das Escolas Normais: “Por que a Zona Sul tem de ser sacrificada?”<sup>216</sup>.

Temos na Praia Vermelha o terreno da Escola Primária Minas Gerais, local aprazível e de fácil acesso durante o dia. Também poderiam se aproveitados os terrenos que a Prefeitura possui na Gávea. O melhor, porém, seria o grande terreno na Praça do Lido, que além de ser em zona central, pode ser facilmente alcançado pelos moradores do Flamengo, Botafogo, Gávea, Jardim Botânico, Ipanema e Leblon, além de atender o bairro mais populoso dessa capital, Copacabana. (...) É um erro supor que Copacabana e os bairros da Zona Sul não tem direito ao ensino gratuito. É preciso olhar para eles e ver que ali mora uma maioria de pais de famílias de nível médio e mesmo pobre<sup>217</sup>.



Figura 34 – DIÁRIO CARIOPA. População da Zona Sul pede Escola Normal. 19-20.04.59. p. 1. Disponíveis em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>216</sup> DIÁRIO CARIOPA. População da Zona Sul pede Escola Normal. 19-20.04.59. p. 1. Disponíveis em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>217</sup> Idem.

O Diário Carioca havia sido fundado em 1928, por José Eduardo Macedo Soares, entretanto, passara às mãos de Horácio de Carvalho Júnior, em 1932. Neste período, segundo Carlos Eduardo Leal, ao escrever verbetes para o Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, “Tudo que interessava à elite econômica do país em geral era encampado pelo jornal de Macedo Soares, decorrendo daí sua posição fluida e imprecisa”<sup>218</sup>. Benício Medeiros (2011), na série *Cadernos da Biblioteca Nacional*<sup>219</sup>, aponta que os esforços dos proprietários tinham a intenção de transformá-lo em um periódico nacional, o que quase aconteceu, pois, na década de 1950 ele chegou a ser publicado com 72 páginas. Segundo o autor, “o DC era um jornal de elite, de poucos leitores, relativamente, mas de enorme influência (...)” (p. 10).

Para atender os interesses desses grupos sociais – e, neste caso, também das classes médias, também interessadas em aumentar sua circulação e influência sendo impreciso ou não, o DC encampou uma batalha ao lado desses grupos sociais. Em uma série de reportagens em 1959, a DC desenvolveu uma campanha por uma Escola Normal na Zona Sul buscando mobilizar diferentes setores sociais. Em sequência, todos na primeira página, títulos como

Leblon e Lagoa pedem Escola Normal na ZS<sup>220</sup>.

Urca vai lutar por Escola Normal<sup>221</sup>.

Moças de Copa apoiam Escola Normal na ZS<sup>222</sup>.

Gávea Aplaudiu (...) SACI [Sociedade dos Amigos de Copacabana e Ipanema] a favor<sup>223</sup>.

Literatos a favor da Escola Normal na ZS<sup>224</sup>

Escola Normal pode ser instalada logo<sup>225</sup>.

<sup>218</sup> CPDOC. Verbete biográfico. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20CARIOCA.pdf>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>219</sup> MEDEIROS, Benício. Nunca houve um jornal como ele. In: COSTA, Cecília. *Diário Carioca – O jornal que mudou a imprensa brasileira*. Cadernos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 2011.

<sup>220</sup> DIÁRIO CARIOCA. Leblon e Lagoa pedem Escola Normal na ZS. 24.04.59. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>221</sup> DIÁRIO CARIOCA. Urca vai lutar por escola Normal na ZS. 25.04.59. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>222</sup> DIÁRIO CARIOCA. Moças de Copa apoiam Escola Normal na ZS. 27.04.59. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>223</sup> DIÁRIO CARIOCA. PDF tem verba para Escola Normal da ZS 30.04.59. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>224</sup> DIÁRIO CARIOCA. Literatos a favor da Escola Normal na ZS. 11.05.59. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>225</sup> DIÁRIO CARIOCA. Escola Normal pode ser instalada logo. 27.05.59. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.



*Moradores do Leblon e da Lagoa não escondem seu entusiasmo ante a campanha do DIÁRIO CARIOSA, em favor da instalação de uma escola normal na Zona Sul — foi o que disseram ontem à reportagem os srs. José Maria de Azevedo, Valdecir Freire Lopes e Jefferson Machado de Góias Soares.*

Figura 35 – DIÁRIO CARIOSA. Leblon e Lagoa pedem Escola Normal da ZS. 24.04.59. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

Outras associações de Botafogo, Flamengo e Jardim Botânico também teriam se manifestado em campanha pela Escola Normal da Zona Sul. Algumas reportagens traziam fotos com o prefeito Sá Freire Alvim, o vereador Frederico Trotta, o Secretário de Educação Jacobina Lacombe, entre outros, sendo convocado até o ex-Presidente Eurico Gaspar Dutra, ressaltando-se que durante o seu mandato (Federal; o que ilustra o nível de influência dessa esfera de poder sobre o DF) fora criada a ENCD. Em uma das reportagens, procurou-se o Ministro do Tribunal de Contas Luiz Gama Filho, fundador da universidade que levou o seu nome no ano de 1939. O Ministro, afirmando conhecer todo o processo e dispensar atenção sentimental ao caso, disse que o vereador Frederico Trotta colocaria o nome de “Paulina Gama” na nova Escola Normal em homenagem a sua mãe<sup>226</sup>.

#### “SOCIETY” APLAUDE

Considerada uma das principais damas da sociedade carioca, a sra. Heloísa (Helô) Amado, falando à reportagem, enalteceu a campanha

<sup>226</sup> DIÁRIO CARIOSA. Escola já tem nome. 03.06.59. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

“uma escola normal para a Zona Sul”, frisando que os bairros que a compõe crescem assustadoramente, sem que até hoje tenha resolvido o problema da educação normal para seus habitantes. “O tratamento deve ser equitativo. Se já temos instaladas três escolas na Zona Norte, chegou a hora da outra parte da cidade ser beneficiada – Declarou Heloísa”<sup>227</sup>.

De modo geral, os argumentos levantados buscavam ressaltar, como de praxe, a falta de professores, além de apontar o entusiasmo e a participação da população no movimento. Entretanto, na falta da razão, argumentos cada vez mais emotivos – ou “imprecisos”, ilustravam o sofrimento das jovens da Zona Sul em vir para o centro da cidade ou para os subúrbios cariocas.

É triste ver o deslocamento de grande número de jovens para a Zona Norte, a fim de que possam, um dia, se tornar professoras. Perde-se hoje, nesta batalha do professorado, um grande contingente de molas de bom nível social por não concordarem seus pais que elas se dirijam a Madureira, Campo Grande e Praça da Bandeira – onde funcionam as escolas normais – e isto devido à dificuldade de condução e outros obstáculos. (...) Por que a Zona Sul é tão desprotegida a ponto de não possuir uma só, enquanto a Zona Norte tem três?<sup>228</sup>.

Ao entrevistar uma mãe, o Diário Carioca deu destaque:

(...) declarou a sra. Iluminata Portuni, residente em Copacabana <<Se vitoriosa, prosseguiu, ela virá acabar com o sofrimento de milhares de mães que se veem obrigadas a viver separadas de suas filhas durante quase todo o dia. Por acaso sabem as autoridades que uma normalista que cursa a Escola Normal Carmela Dutra, no período da manhã, precisa levantar-se às 5 horas para ali chegar às 8? E que com as aulas encerrando-se às 12 horas, ela só poderá retornar ao lar às 15 horas? Que disposição para estudar terá a estudante depois dessa longa maratona? Como mãe, finalizou d. Iluminata, espero ver a vitória da campanha, que trará a tranquilidade a todas nós, possíveis mães e futuras normalistas>><sup>229</sup>.

<sup>227</sup> DIÁRIO CARIOCA. Dutra ao DC: ‘escola merece meu aplauso’. 22.04.59. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>228</sup> DIÁRIO CARIOCA. Leblon e Lagoa pedem Escola Normal da ZS. 24.04.59. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>229</sup> DIÁRIO CARIOCA. Moças de Copacabana apoiam Escola Normal na ZS. 27.04.59. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

Em outra ocasião, em tom ainda mais dramático, o jornal afirmou que encontrou apoio dentre as alunas do Instituto de Educação, envolvendo a ENSK e a ENCD, afirmando que “todos” apoiavam a ideia.

– Tenho uma amiguinha, acrescentou, que mora em Copacabana e que foi obrigada a matricular-se em Campo Grande, na “Sarah Kubitschek”.

– O sr. Já pensou, indagou do repórter, quantos quilômetros vai andar essa criaturinha até chegar a se formar professora? Além de tomar duas conduções perigosíssimas, lotação e trem, é obrigada diariamente a fazer um percurso de ida e volta de 130 quilômetros. No fim do curso ela teria feito, sem dúvida, a volta ao mundo algumas vezes. A viagem é e “matar”. Uma escola normal na Zona Sul resolveria o problema dela e de muitas outras.

(...) – Seria tão bom se o Instituto pudesse ficar mais vazio...

Vera Lúcia mora no Catete, mas tem uma irmã que estuda na “Carmela Dutra”, em Madureira.

(...) – “Tudo as avessas”, suspirou. Afinal uma escola normal na Zona Sul acabaria em pouco tempo com o sacrifício de centenas de alunas<sup>230</sup>.

O sonho do acesso a Escola Normal ainda era das moças da região da Zona Sul carioca no final dos anos 1950, início dos anos 1960, como podemos ver no empenho das associações de moradores dos seus diversos bairros, além de todo trabalho de persuasão do jornal Diário Carioca sobre os parlamentares da Câmara dos Vereadores do Distrito Federal. No entanto, devemos considerar dois pontos na instalação desta unidade. As Normalistas ali formadas, que fossem moradoras da região, caso decidissem pelo magistério, deveriam atuar exclusivamente nos bairros da Zona Sul, dada a dificuldade de transporte para lecionar diariamente nas escolas na Zona Norte e Oeste.

Outra coisa a se destacar nesta instalação é a preocupação das famílias da Zona Sul em ter suas filhas se dirigindo para a Zona Norte ou Oeste do Rio de Janeiro. Essas Zonas são consideradas regiões de subúrbios em uma classificação diferente do que originalmente se propõe para *subúrbio* (cf. Capítulo 2). Diferente do que é considerada uma região de descanso para as elites sociais ou demais classes que quisessem escapar do estilo de vida da cidade, como era em Roma, como é no caso dos EUA e em alguns países europeus, o *subúrbio carioca* recebeu uma conceituação ligada ao estrato social que habita a localidade. Esse território, desta forma, foi – e ainda é – desenhado como desorganizado, com pouca estrutura de atendimento público, empobrecido, violento e incivilizado

<sup>230</sup> DIÁRIO CARIOSA. Grêmio ‘Rui.... 30.05.59. p. 11. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

(FERNANDES, 2011). O discurso adotado pelo periódico para atender a Zona Sul associava a pobreza ao perigo, classicamente, trata-se do conceito das “classes perigosas”<sup>231</sup> que surgiu no Brasil no século XIX, mas atravessou esse período com força, por conta das remoções de favelas, também identificadas como *lócus* de doenças de todo o tipo no início do século XX.

Como podemos perceber, a identidade *atribuída* pela Instituição Escola Normal pode ganhar diferentes *rotulagens* de acordo com a região em que as unidades foram instaladas. Entre as muitas declarações, uma a mais reforça a diferença de identidade entre as Normalistas das diferentes Escolas Normais:

A srt. Talita Franco, estudante de medicina, em declarações ao DC, afirmou: (...) Achamos formidável a campanha, pois ela resolverá, além de outros problemas, os choques que se produzem entre alunas da Zona Sul, em número inferior, com as da Zona Norte, numa escola nesta última localizada”(SIC). Estas foram as palavras das estudantes o Colégio Andrews, srtas. Marta Pacheco Marques e Sônia Regina Guimarães. Para a primeira, a iniciativa deste jornal alegrou extremamente, pois sua irmã, que em breve irá cursar a Escola Normal, não precisará deslocar-se para a Zona Norte, a fim de realizar sua vocação<sup>232</sup>.

O ponto de inflexão envolvendo a identidade das Normalistas aqui aparece diante do seguinte raciocínio: Embora as Escolas Normais estivessem a ser instaladas atendendo uma política de massas, ainda havia interesses das classes mais altas em colocar as suas filhas no curso. Como identificamos, a profissão de professor não ofereciam *status* financeiro, embora ainda mantivesse seu *status* social. Com isso, durante esse período de transição, nós inferimos que o *sonho* mantinha-se forte entre as jovens das classes médias mais baixas pela ideia de ascensão social, enquanto também se mantinha aceso entre as jovens mais abastadas pelo potencial do curso que, não necessariamente, envolvia a finalidade de ser professora primária.

O ponto alto da campanha para a unidade da Zona Sul, entretanto, foi a promoção feita pelo Diário Carioca de um debate ocorrido na TV-Rio, onde o “Prefeito Sá Freire

<sup>231</sup> O conceito surgiu no Brasil no século XIX. Para o Historiador Rômulo Mattos, o cerne dessa conceituação é a indistinção entre pobreza e banditismo. “os pobres carregavam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos” (2009, p. 166).

<sup>232</sup> DIÁRIO CARIOWA. Moças de Copacabana apoiam Escola Normal na ZS. 27.04.59. p. 1-11. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

Alvim, o secretário da Educação e Cultura da Municipalidade, prof. Américo Jacobina Lacombe, o vereador Frederico Trotta e um representante do DIÁRIO CARIOCA”<sup>233</sup> realizaram debates sobre a Escola Normal da ZS no horário considerado nobre: 19:25h. Sob o consenso de que as jovens da Zona Sul sofriam demais com o deslocamento, o debate foi noticiado sobre o debate no dia 13 de junho de 1959: “Prefeito dará em 60 Escola Normal da ZS (...) CONSUMADO”<sup>234</sup>. A partir daí, a série de reportagens cessou, e rigorosamente dois meses depois o secretário Lacombe nomeou a professora Olga Dias, então Diretora da Escola Primária Clóvis Monteiro, para proceder aos estudos de instalação da Escola<sup>235</sup>.

O jornal Diário Carioca havia encampado com tal força a criação de uma Escola Normal na Zona Sul, que os demais jornais deixaram de publicar notícias sobre o assunto, associando a criação da unidade a uma vitória daquele periódico. Na pesquisa que realizamos na página da Biblioteca Digital (<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>), entre os anos de 1958 e 1959, foram raríssimas as notícias encontradas sobre aquela Escola nos demais jornais da cidade.

## VITÓRIA

A campanha visando instalar uma escola normal na Zona Sul (a fim de que as moças ali residentes, e que desejavam ser professoras, não sejam mais obrigadas a um longo percurso, diariamente, para estudar em estabelecimento idêntico na Zona Norte), foi objeto, este ano, de intensa campanha promovida por este jornal – campanha essa que culminou com um programa na TV-Rio, onde o prefeito Sá-Freire Alvim e o Sr. Jacobina Lacombe empenharam sua palavra de que dariam cumprimento à lei 906-57, do vereador Frederico Trotta, sancionada naquele ano, mas com sua execução protelada inexplicavelmente<sup>236</sup>.

Com o argumento de que as jovens da Zona Sul não seriam mais obrigadas a seguir longas viagens em direção à Zona Norte, a Escola Normal da Zona Sul fora criada para atender um público diferenciado das suas congêneres em Madureira, em Campo Grande e na Penha. Afinal, conforme já analisamos, o curso de formação de professores normalistas,

<sup>233</sup> DIÁRIO CARIOCA. Campanha pró-escola levada à TV. 05.05.59. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>234</sup> DIÁRIO CARIOCA. Prefeito dará em 60 Escola Normal da ZS. 13.06.59. p. 3. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>235</sup> DIÁRIO CARIOCA. Escola Normal na ZS. 14.08.59. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>236</sup> DIÁRIO CARIOCA. Zona Sul Ganhou uma Escola Normal: Lagoa. 06.10.59. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 16.09.16.

para além da função precípua de formar profissionais para atuar nas redes de ensino particular e pública, também oferecia uma gama de outras possibilidades para as jovens que optavam pelo curso normal.

As transformações operadas no País determinaram mudança no *status* social da mulher, ampliando as suas reivindicações no campo da instrução. A Escola Normal foi o curso que parece ter satisfeito mais as aspirações educacionais das jovens brasileiras, oriundas não apenas das classes médias inferiores e superiores, mas também das famílias mais abastadas. Tanto assim, instalarem-se cursos normais nos colégios mais tradicionais, frequentados por moças das famílias mais ricas (WEREBE, 1968, P. 216).

Contudo, antes mesmo da nomeação da professora Olga Dias para organizar a escola, a Secretaria de Educação já havia considerado outros locais para a instalação da unidade. Como já apontamos, em abril, falava-se na Praia Vermelha, num terreno da Escola Primária Minas Gerais, também em um terreno (não localizado) na Gávea ou ainda em um terreno na Praça do Lido, em Copacabana<sup>237</sup>. Comentou-se ainda sobre a instalação na Rua Prudente de Moraes, em Ipanema<sup>238</sup>. Mas, apesar disso, Olga Dias, quinze dias depois de sua nomeação, visitou um prédio na Lagoa Rodrigo de Freitas que considerou especial. Afirmou que ele era pequeno, possuía rachaduras, mas que iria providenciar as necessárias reformas para adequá-lo ao mesmo ao funcionamento do curso normal, receando apenas a questão de ter que remover alunos do primário. Vale observar que nessa edificação, além da Escola Pública Primária, também funcionava a Escola de Aplicação da Faculdade de Filosofia<sup>239</sup>.

Embora fosse evidente que a escolha pelos demais endereços necessitasse de maiores investimentos de tempo e dinheiro da Prefeitura, a criação do curso parecia urgente. Contudo, a ideia de celeridade na instalação dessas Escolas Normais, vai ficar ainda melhor compreendida ao tratarmos da mudança de capital, que neste período estava se preparando para ir para Brasília. Dessa forma, mesmo com rachaduras, precisando de reformas, sendo pequeno, tendo o curso primário e uma escola de aplicação, o prédio da Lagoa foi o escolhido.

<sup>237</sup> DIÁRIO CARIOCA. Jacobina se.... p. 3. 19.04.59. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>238</sup> DIÁRIO CARIOCA. Escola Normal até o fim do ano: Prefeito. p. 1. 21.04.59. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>239</sup> DIÁRIO CARIOCA. Prédio na Lagoa para Escola Normal da ZS. p. 1. 29.08.59. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

A ocupação da região que é hoje a Lagoa iniciou no século XVI, com a dizimação dos índios Tamoios. Chamada pelos indígenas de Sacopenapã (Caminho dos Socós<sup>240</sup>), a região recebeu então, através da ação do governador e capitão geral da capitania do Rio de Janeiro Antonio de Salema, o Engenho D’El Rei para a produção de açúcar a partir da cana plantada naquelas terras<sup>241</sup>. Salema, mais tarde, vendeu as terras para Diogo de Amorim Soares, que depois, repassou para Sebastião Fagundes Varela e, posteriormente para João de Freitas Castro Melo, que repassou ao seu filho Rodrigo de Freitas, quando, finalmente, em 1660, a região recebeu a denominação Lagoa Rodrigo de Freitas. O bairro ainda recebeu vários aterramentos até meados do século XX<sup>242</sup>.

A Escola Normal da Zona Sul foi a única das unidades a estar distante das linhas férreas, como podemos ver no mapa bem no início deste capítulo. Considerando ainda que o Túnel Rebouças, o acesso mais rápido a região, só viria a ser inaugurado em 1967, a unidade foi construída exclusivamente para atender a demanda dos bairros de São Conrado, Leblon, Gávea, Ipanema, Copacabana, Humaitá, Botafogo, Leme, Urca, além da própria Lagoa.

Logo depois de aprovado na Câmara, foi publicado no Diário carioca: “o curso normal da Zona Sul abrigará as moças daquela parte da cidade, estando as inscrições previstas para janeiro daquele ano, conforme manda a lei”<sup>243</sup>. Além disso, o Secretário também confirmou a autonomia da unidade: “O texto legal não fala em anexo e sim em Escola Normal, nos moldes, portanto, da ‘Carmela Dutra’ ou da ‘Sarah Kubitschek’ ”<sup>244</sup>.

Deste modo, decididos por instalar a Escola Normal na Rua Batista da Costa, n.º 12, na Lagoa, a nova unidade foi então fundada na sede da Escola Primária Ignácio Azevedo do Amaral. O Secretário de Educação Américo Lacombe afirmou estar homenageando o antigo Reitor da Universidade do Brasil e Diretor da Escola Normal do Distrito Federal, adotando o mesmo nome da unidade primária, e criando-se assim, a Escola Normal Ignácio Azevedo do Amaral – ENIAA<sup>245</sup>.

<sup>240</sup> Espécie de aves pernaltas típicas que se alimentavam nos espelhos d’água da região no período.

<sup>241</sup> Disponível em: <http://www.oriodejaneiro.com/lagoa-htm/>. Acessado dia 18.06.17.

<sup>242</sup> Disponível em: [http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/index2\\_bairro.htm](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/index2_bairro.htm). Acessado dia 18.06.17.

<sup>243</sup> DIÁRIO CARIOWA. Prédio na Lagoa para Escola Normal da ZS. p. 1. 29.08.59. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>244</sup> DIÁRIO CARIOWA. Grêmio ‘Rui.... 30.05.59. p. 11. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>245</sup> DIÁRIO CARIOWA. Zona Sul ganhou uma Escola Normal: Lagoa. 16.10.59. p. 3. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

Ignácio Manuel Azevedo do Amaral nasceu em 13 de abril de 1883, sendo filho do engenheiro ferroviário Ângelo Tomas do Amaral e de Maria Francisca Álvares de Azevedo do Amaral (1883 – 1950). Seu irmão mais velho, Antônio Azevedo do Amaral foi considerado um dos expoentes do pensamento autoritário no início do século XX, defendendo um estado intervencionista na economia, embora se opusesse firmemente ao pensamento fascista que se desenvolvia na Europa naquele período. Ignácio Azevedo do Amaral estudou na Escola Naval, onde se formou como oficial da Marinha e exerceu funções de instrução militar. Entre 1912 e 1914 foi livre-docente da cadeira de geometria e cálculo infinitesimal na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e depois tornou-se professor do Colégio Pedro II, até que se reformou como Capitão-tenente. Em 1916 tornou-se docente da Escola Normal do Distrito Federal, assumindo no ano seguinte o posto de Diretor até 1920<sup>246</sup>.

Azevedo do Amaral voltou à Escola Naval em 1922 como catedrático da disciplina que lecionava. Em 1926 fez o mesmo em relação ao seu retorno a Escola Politécnica, tornando-se catedrático pela disciplina que anteriormente lecionou na unidade. Nos anos seguintes esteve na Escola de Marinha Mercante e no Instituto Técnico Naval em cargos de comando. Foi Diretor do Escritório do Plano da Universidade do Brasil a partir de 1935 e membro da comissão do plano dessa instituição depois de 1939. Integrou o Conselho Nacional de Educação de 1935 até 1937. Tornou-se reitor da Universidade do Brasil (futura UFRJ) entre os anos de 1945 e 1948<sup>247</sup>.

Em 2 de outubro de 1950, Azevedo do Amaral faleceu. Sua trajetória já seria muito interessante relacionando todos os lugares por onde esse intelectual passou, mas ainda vale apena colocar duas informações que relacionam novamente política, mídia e educação. Azevedo do Amaral fora diretor e redator-chefe do jornal *O'Imparcial* e jornalista no *O Dia*, sendo ainda responsável pela criação de revistas pedagógicas, como *A Escola*, *A Escola Primária*<sup>248</sup>.

Por meio desse discurso que avaliamos, envolvendo interesses de ganhos políticos, de aumento da circulação do jornal para a zona norte da cidade e de exploração dos sonhos

<sup>246</sup> CPDOC. Verbete biográfico. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amaral-azevedo-do>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>247</sup> Idem.

<sup>248</sup> CORREIO DA MANHÃ. Inaugura-se hoje, com solenidade, na Universidade do Brasil, o retrato do professor e ex-reitor Ignácio Manuel Azevedo do Amaral. 02.10.52. p. 6. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

das jovens Cariocas, que em 17 de outubro de 1959, em troca de toda movimentação e promoção do nome do vereador Frederico Trotta e do prefeito Sá Freire Alvim, o Diário Carioca recebeu o título de “Benemérito do Rio”, conforme notícia abaixo:

#### DC ganhou título de ‘Benemérito’ do Rio

A Câmara do Distrito Federal aprovou por unanimidade uma indicação do Vereador Frederico Trotta concedendo ao DIÁRIO CARIOSA, na pessoa de nosso diretor-presidente, jornalista Horácio de Carvalho Júnior o título de “Benemérito da Cidade do Rio de Janeiro”.

Motivou a distinção, a campanha vitoriosa, promovida em maio do corrente pelo DC, no sentido de ser instalada uma escola normal na Zona Sul, que embora criada pela lei 906/57, de autoria daquele vereador, tinha sua execução transferida inexplicavelmente de ano para ano. Foi igualmente ressaltada a atuação desse jornal em defesa dos interesses da população carioca, considerada em todos os bairros em que se concentra, notadamente na Zona Norte.

**ESTÍMULO.** Em cerimônia pública, a ser anunciada oportunamente, este jornal, através de seu redator-presidente, receberá das mãos do prefeito Sá Freire Alvim, no Palácio Guanabara, aquela distinção que a Câmara do Distrito Federal acaba de lhe outorgar<sup>249</sup>.

O primeiro concurso para ENIAA seguiu o mesmo padrão adotado pela ENHL, isto é, reservando o período de 2 a 12 de janeiro para inscrições. A professora Olga Dias permaneceu à frente da unidade e tornou-se a primeira Diretora. As alunas da ENIAA organizaram o Grêmio Olegário Mariano e a unidade foi inaugurada no mesmo dia que a ENHL, isto é, 26 de março de 1960, período em que, da mesma forma ganhou seu Hino, também escrito e musicado pela professora Olintina Costa.

#### **Hino da Escola Normal Ignácio Azevedo do Amaral**

A grandeza da vida se encerra/ Em sorrir, lutar vencer.../ Quando a luz se aproximar da terra/ A treva fugirá e logo surge o alvorecer/ Canto o mar, em ondas marulhantes/ Brilha o céu e anil/ Caminhemos unidos confiantes/ A exaltar a glória do Brasil!/ Estuando sem cessar/ Trabalhando intensamente/ Vamos todos preparar/ Uma pátria imponente/ Para frente pois marchando/ Seja a instrução nosso fanal/ Nossa bandeira é um sonho palpitando/ Tem o valor de ideal/ Escola Normal Ignácio Azevedo do Amaral/ As conquistas do esforço e da cultura/ Vão o mundo transformar/ Conduzindo os povos à ventura/ Da civilização o grande marco a atravessar/ Deslumbrante é o canto da esperança/ Entre vozes mil/ Desça o amor a luz e a bonança/ Sobre esta amada terra meu Brasil<sup>250</sup>.

<sup>249</sup> DIÁRIO CARIOSA. DC ganhou título de ‘Benemérito’ do Rio. 17.10.59. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>250</sup> Acervo da Escola Normal Ignácio Azevedo do Amaral. Letra e Música de Olintina Costa, S/D. Apesar de não conseguirmos precisar a data exata de sua publicação, os jornais que pesquisamos dão conta e que o hino fora executado entre os anos de 1960 e 1961.

Seguindo o padrão da criação das escolas normais do Distrito Federal, a Escola Normal Ignácio Azevedo do Amaral foi instalada, provisoriamente, em um prédio de educação primária, onde funcionava o Ginásial de mesmo nome, na Rua Batista da Costa, nº 55, Lagoa<sup>251</sup>. Apenas em 8 de novembro de 1974, depois de uma obra “que sofreu muitos embaraços”<sup>252</sup> e já com o seu nome alterado para Centro Interescolar, a unidade mudou-se para o prédio definitivo na Rua Jardim Botânico, 563, ainda na Zona Sul do Rio de Janeiro. A nova sede, noticiada pelo Jornal do Brasil como o primeiro edifício escolar com cinco andares, foi inaugurado com a presença da viúva de Azevedo do Amaral e do governador Chagas Freitas.

\*\*\*\*\*

Mesmo diante de toda essa argumentação que realizamos com nomes, autores e eventos, a tal falta de estrutura a qual nos referimos era tão evidente que bastaria uma visão panorâmica sobre as datas das edificações das Escolas Normais para chegar a essa conclusão. A ENCD foi inaugurada somente 16 anos depois da criação da Escola Normal do Distrito Federal, isto é, em 1946, mas só ganhou sede própria em 1967, 21 anos mais tarde. A Escola Normal Sarah Kubitschek foi criada em 1957, entretanto, mudada de localidade algumas vezes, apenas se estabeleceu definitivamente em 1974, ou seja, 17 anos depois. A Escola Normal Heitor Lira, criada no final de 1959, ganhou sua sede própria em 1968, nove anos depois. Enquanto sua irmã gêmea, Ignácio Azevedo do Amaral, criada também em 1959, só fincou seus pés em 1974, isto é, 15 anos após ser fundada. A criação de Escolas Normais, portanto, seguia outros critérios que passavam ao largo do planejamento educacional.

Em tempo, o afamado IE, antes chamado Escola Normal do Distrito Federal, teve que esperar quatro décadas de República para ter a sua sede monumental formalizada. E ainda, se considerarmos que a Escola Normal do Distrito Federal apenas mudou de nome por conta da instalação do regime republicano, conforme já expusemos, então o tempo de espera, que vem desde a criação da Escola Normal do Município da Corte, em 1880, aumenta para 50 anos.

A última unidade a ser criada sob o que seriam os “Anos Dourados” foi a Escola Normal Júlia Kubitschek (ENJK), datada de 1960, mas só se fixou com sede própria em

<sup>251</sup> Acervo do atual Colégio Estadual Ignácio Azevedo do Amaral, 2017.

<sup>252</sup> JORNAL DO BRASIL. Centro Interescolar deixa sede provisória e passa para prédio de 5 andares. 9 de novembro de 1974. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 29.9.16.

1979. Contudo, deixamos essa unidade para tratar em outro capítulo, pois o contexto de sua criação é absolutamente diferente do surgimento da ENSK, ENHL e ENIAA. Isso porque, além de estar fora da Lei n.º 906 que cria as três unidades, a ENJK também foi estabelecida em um contexto político efervescente, considerando a atuação da comissão de pais, a atuação dos jornais e as demandas políticas durante o processo de transição da que deixava o Rio de Janeiro em direção à Brasília.

Por ora, apontamos apenas que a sua criação não fora tão bem aceita quanto a de suas congêneres, contando com uma disputa social e política que foi além das questões partidárias, envolvendo as próprias Escolas Normais. No Hino “Avante Normalistas”, também escrito pela professora Olíntina Costa, cuja primeira referência que encontramos dizia respeito à incorporação das alunas em 13 março de 1960, na ENCD, encontramos a mensagem de que as Escolas Normais deveriam ser bem unidas e com laços de amizade, como podemos ver logo abaixo. Contudo, tal união se mostrou realmente efetiva em dois eventos: o anúncio de que mais uma Escola Normal seria criada no Rio de Janeiro, mesmo diante das denúncias de problemas estruturais nas unidades já existentes e a tramitação no Congresso do substitutivo que viria a se tornar a primeira LDBEN, levando, em ambos os casos, as cinco unidades para as ruas em protesto contra o que consideraram ser um ataque as suas “honras e glórias/ sempre defendidas, merecidas”.

### **Avante Normalista**

A marchar com galhardia/ Entoando a vibrante canção/ Irradiamos alegria/ Que se inflama em nosso coração/ Cultivando a inteligência/ Só buscamos bons livros e revistas/ Passo firme na cadência vamos sorridentes/ Avante normalistas/ Com laços de amizade/ As Escolas Normais serão bem unidas/ O uniforme azul-branco suas honras e glórias/ Sempre defendidas, merecidas<sup>253</sup>.

<sup>253</sup> Em nossos estudos, encontramos muitas referências ao Hino Avante Normalistas. Porém, nenhuma delas afirmava a data de lançamento da música. Ao pesquisarmos na página da Biblioteca Nacional, lançando diversas chaves de busca, nosso melhor resultado veio em 13 de março de 1960. DIÁRIO CARIOSA. Aula inaugural foi cerimônia cívica. 13.03.60. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.02.17.

## CAPÍTULO 4

### ORGULHO E PRECONCEITO: O COMANDO REVOLUCIONÁRIO DAS NORMALISTAS

A despeito das funções dos vereadores para com a população carioca, um imbróglio envolvia diretamente os interesses desses parlamentares eleitos na legislatura que se iniciou 31 de janeiro de 1959, e que, portanto, deveria se estender até 1963. A questão é que, transferida a capital para Brasília, os vereadores do Distrito Federal não se dirigiriam para o centro do país e, com isso, perderiam sua representatividade de seus mandatos, uma vez que os votos que os elegeram não eram da nova capital.

Com o velho hábito brasileiro de deixar para resolver questões no último momento, até os meses de fevereiro, março e abril de 1960, questões sobre os serviços prestados pela União ao Rio de Janeiro, sobre se esse território se tornaria um Município ou um Estado e sobre a representatividade política do povo carioca (executivo e legislativo), ainda não haviam sido resolvidas.

A busca por uma solução para esse último impasse assumiu centralidade na Câmara dos Vereadores, em meio à confusão de datas, dúvidas jurídicas e políticas. Coube neste período ao deputado federal San Tiago Dantas, do PTB de Minas Gerais (partido que elegeu Juscelino Kubitschek em coligação com o PSD) o Projeto de criação do Estado da Guanabara, que também deveria servir como a sua primeira Lei. Antes mesmo de a Cidade do Rio de Janeiro deixar de ser o Distrito Federal, no agitado abril de 1960, a Lei 3.752 criava e organizava em linhas gerais a nova unidade da Federação (BRASIL, 1960).

Art. 7º O Poder Legislativo no Estado do Guanabara continuará a ser exercido, até que se promulgue a Constituição, pela Câmara dos Vereadores, eleita pelo povo em 3 de outubro de 1958, à qual competirá, além dos poderes reconhecidos na Lei número 217, de 15 de janeiro de 1948, o de aprovar os vetos impostos pelo governador provisório, ou rejeitá-los por dois terços de seus membros.

§ 1º Os membros da Assembléia Constituinte e os atuais vereadores integrarão, a partir da promulgação da Constituição e na forma que esta estabelecer, a Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, respeitada a duração dos respectivos mandatos.

§ 2º Até a promulgação da Constituição caberá à Assembléia Legislativa, além da função constituinte, a de legislar sobre a organização

administrativa e judiciária do Estado da Guanabara (BRASIL. Lei 3.752 de 14 de abril de 1960).

No final, a nova unidade da federação, o Estado da Guanabara, eclodira sem eleições para legislativo e executivo, abrindo novas disputas pelos cargos criados. Desta forma, de 21 de abril até 5 de dezembro de 1960, José Sette Câmara Filho esteve à frente como governador interino, sendo eleito, posteriormente, Carlos Lacerda (UDN) que ocupou o cargo até 11 de novembro de 1965. Apesar de deixar a Câmara dos Deputados Federais, precisamos ressaltar, que a influência do governador eleito para o Estado da Guanabara continuava forte na esfera federal, afinal, sua eleição, pela UDN, foi acompanhada pela eleição de Jânio Quadros (UDN) para a Presidência da República. Assim, a proposta de Carlos Lacerda, substitutiva de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que ficou conhecida pela expressão “Substitutivo Lacerda”, originalmente feita em 1958, foi aprovada e tornou-se lei no ano de 1961.

A ideia de criação de uma lei específica para a Educação já existia desde a Constituição Federal de 1946, tendo em vista o artigo 5º, item XV, letra “d” que preconiza a competência da União em legislar sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Entretanto, somente em 29 de outubro de 1948, em mensagem presidencial nº 605, uma comissão de educadores presidida por Lourenço Filho apresentou a primeira proposta de Lei. Esta, alinhando-se a princípios já definidos pelo Movimento dos Pioneiros da Educação Nova, apostava na descentralização diante da herança política ditatorial do Estado Novo (1937 – 1945) (MONTALVÃO, 2010).

Entretanto, os sentimentos de políticos envolvidos na ditadura varguista ainda permaneciam acesos e atuantes. O deputado Gustavo Capanema (PSD), antes Ministro da Educação e Saúde do governo Vargas (1934 – 1945), teria afirmado durante a tramitação da proposta de Lei que aquele “era um projeto infeliz” (SAVIANI, 2011, p. 283). E pouco depois, ainda apresentou o primeiro substitutivo para o projeto, no final dos anos 1940, tentando incluir através do artigo 168 que “A União, os Estados e o Distrito Federal adotarão, na administração do ensino, o princípio da unidade de direção” (MONTALVÃO, 2010, p. 1). O artigo, de posicionamento francamente centralizador, colocava-se contra, na essência, ao que pregavam os educadores ligados ao Movimento da Escola Nova. Apesar desse texto não ter sido aprovado na Câmara, tornou-se evidente que Gustavo Capanema exerceu forte influência durante a próxima década em que seu partido controlou as

comissões de educação em quase todos os anos<sup>254</sup>, impedindo a aprovação da Lei no Congresso.

No fim dos anos 1950, contudo, o PSD havia perdido cadeiras nas eleições federais, fazendo com que Capanema também perdesse força e influência na Câmara. Sendo reeleito para o cargo de deputado Federal para o mandato que se iniciaria em 1958, Gustavo Capanema preferiu aceitar o convite de Juscelino Kubitschek e assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, afastando-se do poder legislativo. Em 6 de novembro do ano anterior (1957), O Ministro da Educação Clóvis Salgado (Partido Republicano (PR), já havia apresentado um novo substitutivo, em conferência na Universidade do Paraná, em 19 de dezembro do mesmo ano, classificado pelo professor Almeida Júnior (Signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova) como adequado ao processo de modernização da educação. Segundo Clóvis Salgado, seu substitutivo seria aprovado e faria a lei avançar no Congresso (MONTALVÃO, 2010).

Ele chegou em segunda discussão ao plenário para ser aprovado. Mas nesse momento, Carlos Lacerda se levantou contra o projeto, alegando razões de ordem geral na parte doutrinária da lei e sobretudo na questão do ensino particular e do ensino público. A lei tinha tendências de maior inclinação para o serviço público, enquanto Carlos Lacerda defendia uma orientação que era da Igreja, de que o ensino devia ser particular. Quer dizer, democraticamente, a educação só se poderia realizar através dos particulares e não através do poder público, que teria uma tendência a colocar a administração a seus serviços etc. O que se pretendia era o sistema da Holanda, em que o governo dá dinheiro para as escolas particulares realizarem o ensino, inclusive gratuito, para toda a população” (SALGADO apud MONTEIRO, 2007, p. 148).

O discurso de Salgado sobre o posicionamento de Lacerda não mostra apenas que os deputados tinham posições contrárias, mas também que a discussão *Centralização* vs. *Descentralização* dos sistemas educacionais já estava desatualizada. As décadas do pós-segunda guerra mundial e ausência de uma legislação específica sobre a atuação do ensino privado contribuíram para o crescimento de um empresariado interessado na Educação, mas que, em sua perspectiva, deveria ser bancado com dinheiro público. Um novo binômio aparecia nas pautas de discussões e dividia a visão da escola nesta época em: *totalitária* vs. *liberal*.

<sup>254</sup> Deputados do PSD e períodos: 1947 – Altamirando Requião, 1948-1952 – Eurico Sales, 1954 – Eurico Sales, 1956-1958 – Menezes Pimentel (Montalvão, 2010. p. 1).

Os donos de estabelecimentos privados de ensino associavam a centralização dos sistemas educacionais aos governos totalitários comunistas ou fascistas, o que causava dois efeitos: a identificação deles próprios com a democracia, algo importante para a conquista da simpatia da população, em se considerarmos a saída recente de uma ditadura e o então cenário mundial de divisão dos territórios entre duas superpotências com modelos econômicos antagônicos, os EUA e a URSS (Guerra Fria); e aproximação deles próprios com o grupo de escolas confessionais, representado na Associação de Escolas Católicas (AEC), que continuavam a condenar o laicismo no Estado desde o início da República, no século XIX. Na opinião desses grupos,

(...) o Estado estaria cumprindo a sua função permitindo à família exercer o seu papel de educadora, pois daria oportunidades iguais a todos na educação. Com isso a LDBEN garantia a liberdade para a iniciativa particular atuar no ensino, dando esse direito à educação para a família. Assim, os proprietários de estabelecimentos de ensino diziam que estariam “preservando o espírito democrático, o poder do Estado de impedir, cercear, ou dificultar a iniciativa particular” (SCARFONI, 2013, p. 7).

Sob esse contexto de transformações nas leis, de crescimento das Escolas Normais e de agitação política, surgirá o que os jornais chamaram de *Comando Revolucionário das Normalistas*, para defender, conforme colocamos anteriormente, as honras e glórias conquistadas nas décadas anteriores.

### **A Ordem do Presidente: Escola Normal Júlia Kubitschek**

O processo seletivo para as novas turmas de Normalistas de 1959 terminou com um grande número de excedentes, da mesma forma que nos anos anteriores. E semelhante ao que já havia acontecido durante toda as décadas de 1930, 1940 e 1950, os pais de alunas excedentes, insatisfeitos, pressionaram a Prefeitura no sentido de garantirem a sonhada vaga para as filhas em uma das Escolas Normais da rede pública. No dia 11 de março e 1960, o Secretário de Educação e Cultura Américo Lacombe, reuniu a imprensa para explicar a razão pela qual as excedentes para o concurso daquele ano não seriam aceitas: “Não posso admitir as excedentes, pois o nível que elas alcançaram nos exames foi muito

baixo”<sup>255</sup>. Contudo, este seria um ano diferente, pois a Comissão de Pais<sup>256</sup> de alunos das Escolas Normais havia sido fundada no ano anterior com a meta de resguardar o que seriam os direitos das Normalistas, além de “auxiliar” a Prefeitura nos processos seletivos para o Curso Normal. Além disso, como apontamos, foi também o ano de mudança de capital, o que deixou os vereadores cariocas apreensivos com relação aos seus mandatos.

O então Prefeito da capital brasileira, José Joaquim de Sá Freire Alvim, ciente de que o Estado da Guanabara estava para ser criado, em 14 de março de 1960<sup>257</sup>, ratificou a posição de seu Secretário, afirmando que o executivo não se envolveria no caso das excedentes daquele ano. Então, no dia 18 de março, tendo à frente o advogado Jorge Chaloupe Sobrinho, a Comissão de Pais das excedentes conseguiu um mandado de segurança que forçava a Prefeitura a matricular cerca de 200 candidatas, enquanto o vereador Frederico Trotta, novamente em destaque no jornal Diário Carioca, prometia apresentar projeto de lei que beneficiasse as candidatas que alcançaram a média mínima para a aprovação na ENCD<sup>258</sup>.

Sobre pressão da Comissão de Pais das excedentes, no dia 28 de março, o vereador Amando Fonseca (PTB), declarou que tanto o Secretário, quanto o Prefeito “tinham muita má vontade para com a pretensão justa das futuras professoras”<sup>259</sup>, sendo advertido por Frederico Trotta de que cabia a eles próprios da Câmara dos Vereadores a decisão pela absorção das candidatas. Afinal, sabia-se que a incorporação das candidatas deveria acontecer por ação da Câmara do Distrito Federal. Entretanto, devido aos preparativos para a mudança de capital para Brasília, nada mais conseguia desviar a atenção dos políticos no legislativo do problema referente ao próprio mandato.

A ‘má vontade’ ou ‘a falta de preocupação política’ tanto do executivo quanto do legislativo tinha uma boa explicação. Aquela legislatura da Câmara havia sido eleita em 1958 e seu mandato deveria se estender até 1963. O problema é que a mudança de capital para Brasília e a ideia de transformar a cidade do Rio de Janeiro em Estado da Guanabara

<sup>255</sup> DIÁRIO E NOTÍCIAS. Excedentes tiveram nível baixo nas provas: Lacombe. p. 1. 11.03.60. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>256</sup> ÚLTIMA HORA. 9 de abril de 1958, p. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 2.8.16.

<sup>257</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3752.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3752.htm). Acessado dia 21.06.17.

<sup>258</sup> DIÁRIO CARIOWA. Mandado de segurança para excedente obter matrícula. p. 1. 19.03.60. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>259</sup> JORNAL DO BRASIL. Câmara do D. Federal. 29.03.60. p. 8. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

exigiria a criação de uma Assembleia Legislativa, o que forçaria a extinção da Câmara e, consequentemente, dos mandatos dos Vereadores, em 1960.

A historiadora Marly Silva da Motta, em seu livro *Saudades da Guanabara* (2000), aponta que em 22 de fevereiro de 1960, havia sido apresentado pelo deputado San Tiago Dantas (PTB – Partido aliado ao PSD de JK), então vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça, um substitutivo para o projeto de criação do Estado da Guanabara. Em síntese, o projeto regulamentaria a indicação presidencial de um governo provisório para a nova Unidade da Federação, que seria inspecionado pela atual legislatura da Câmara Municipal nos quatro meses seguintes. Paralelamente, uma Assembleia seria convocada para redigir uma Constituição para a Guanabara. Findados os quatro meses de elaboração da Constituição da Guanabara, haveria eleição do primeiro governador do novo Estado e a atual legislatura da Câmara dos Vereadores seria dissolvida<sup>260</sup>.

Evidentemente, as sessões da Câmara dos Vereadores do até então Distrito Federal não cessaram de discutir nos meses de fevereiro, março e abril o direito que os parlamentares julgavam ter de terminar os seus mandatos, pois haviam sido eleitos em 1958, para uma legislatura que duraria até 1963. Naquela ocasião, os vereadores discutiam os montantes, a título de indenização da perda da Capital Federal, a serem destinados ao Município, bem como o poder de JK de indicar um governador provisório para o Rio de Janeiro. Este último assunto, como destaca Marly Motta (2000), era especialmente importante, por conta as pretensões de JK de retornar à presidência em uma próxima eleição.

Ainda segundo a autora, a pauta de discussões na Câmara permaneceu obstruída pelos meses seguintes até 12 de abril com uma eficiente “bancada udenista, associada à tradicional postura ambígua da maioria governista” (p.33). A Comissão de Pais das excedentes, sem apoio municipal, pediu diretamente ao Vice Presidente da República João Goulart e ao próprio Presidente Juscelino Kubitschek para que intercedessem junto à Prefeitura do DF.

Na sessão seguinte da Câmara dos Vereadores do DF, no dia 1 de abril, o vereador Amando da Fonseca (PTB) afirmou que o próprio Presidente da República, em conversa pelo telefone, teria dado a ordem para matricular as excedentes. Outro vereador, em contato com o Secretário da Educação Américo Jacobina Lacombe tentou desmentir o

<sup>260</sup> A Câmara dos Vereadores do Distrito Federal foi dissolvida em sessão de 16 de março de 1961.

colega<sup>261</sup>, o que criou um imediato mal-estar entre os poderes executivo e legislativo, além de envolver as esferas de poder federal e municipal. A partir da alegação dos vereadores de que estava havendo interferência de um poder sobre outro, iniciou-se um jogo político por trás das cortinas que envolveu a vaidade e poder de políticos, intelectuais, jornalistas, professores e, claro, do Presidente da República.

Na terça-feira, dia 5 de abril, oito dias após a sessão da Câmara de 28 de março de 1960, quatro dias após a ligação presidencial para o vereador Amando Fonseca, o Secretário Américo Lacombe do DF pediu demissão, demonstrado incômodo com a interferência federal sobre os negócios da municipalidade<sup>262</sup>. No mesmo 5 de abril, o Diretor do IE, Mário de Brito e a Diretora da ENCD, professora Hilda Matos seguiram o Secretário e também se demitiram, enquanto periódicos como o Jornal do Brasil<sup>263</sup> destacavam nas mesmas páginas: “Ordem do Presidente para aproveitar reprovadas leva Carmela Dutra à greve”<sup>264</sup>.

Foi iniciado a partir daí um movimento grevista que uniu as cinco Escolas Normais da municipalidade em protestos que visavam denunciar a falta de estrutura das unidades. Interessante apontar que algo parecido com essa união das cinco Escolas Normais contra a criação de uma nova escola, só havia acontecido no ano de criação da ENCD, quando as alunas, o diretor, professores e políticos haviam se posicionaram contra uma unidade de formação de professores no subúrbio do Distrito Federal (LIMA, 2015).

Com esse movimento iniciado, o Instituto de Educação tratou de mostrar publicamente que já não recebia a mesma atenção dos anos 1930/40. A “mística dos anos dourados da educação” tendo como referência o Instituto de Educação mantinha-se no imaginário popular mesmo depois de denúncias de deterioração e excesso de alunos na unidade (LOPES, 2013). Com apoio da direção de Mário de Brito, o IE aproveitou os jornais para denunciar uma série de problemas em seu prédio-monumento, como goteiras na biblioteca e em outras salas, pátio sujo, paredes sem emboço, bebedouros e cadeiras

<sup>261</sup> CORREIO DA MANHÃ, Presidente ordenou. 2 de abril de 1960. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 2.8.16.

<sup>262</sup> CORREIO DA MANHÃ. Trabalhei com lealdade, não pude mais resistir. 5 de abril de 1960. P.6. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 6.8.16.

CORREIO DA MANHÃ. Trabalhei com lealdade, não pude mais resistir. 6 de abril de 1960. P.1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 6.8.16.

<sup>263</sup> O Jornal do Brasil, apresentou durante os anos 1950 e 1960 uma oposição moderada aos governos, não assumindo grandes embates neste período, embora tenha assumido também abordar questões de educação por conta do grande interesse do público carioca (LEAL, 2009).

<sup>264</sup> JORNAL DO BRASIL. Ordem do Presidente para aproveitar reprovadas leva Carmela Dutra a greve. 7 de abril de 1960. P. 9. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 6.8.16.

quebradas. Por sua vez, a Escola Normal Carmela Dutra permanecia em uma unidade originalmente construída para ser um ginásial, tendo pouca estrutura diante do crescente contingente que ainda ocupava o prédio de ensino primário em Madureira. A Escola Normal Sarah Kubitschek, a Escola Normal Heitor Lira e a Escola Normal Ignácio Azevedo do Amaral, todas, ainda funcionavam em sedes improvisadas.



**Uma assistente do diretor aponta as infiltrações das chuvas na Biblioteca**

Figura 36 – JORNAL DO BRASIL. É profundamente lamentável o estado de nossas dependências. 2 de abril de 1960. P. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hereroteca-digital/>. Acessado dia 6.8.16.

A imagem acima em que a assistente do diretor mostra aos jornalistas os problemas da unidade-modelo das normalistas foi exibida pelo jornal como exemplo de como estaria o curso de formação de professores: “É profundamente lamentável o estado de nossas dependências”, apontava a manchete. O que queremos destacar é que a instituição modelo da formação de professores primários, o IE, já enfrentava uma relativização de sua

centralidade nos investimentos educacionais, frente à política de atendimento às massas, que prestava menos atenção na estrutura das unidades em detrimento da quantidade de pessoas atendidas.

As Escolas Normais Carmela Dutra, Sarah Kubitschek, Ignácio Azevedo do Amaral e Heitor Lira permaneciam instaladas provisoriamente em escolas primárias. Ao retratar essa realidade, os jornalistas, para além do uso da escrita, passaram a contar, cada vez mais, com o recurso da fotografia em suas denúncias, técnica que estava sendo popularizada nos periódicos desta época. A imagem do Jornal do Brasil, por exemplo, resíduo de realidade, revestida de sentido e intenção (MAUAD, 1996) transcendia as palavras de desagrado dos educadores e chegava aos meios mais populares com uma nova informação: O respeito à *estrela azul*, ao uniforme, à tradição, ao saber, à missão e às vantagens do serviço público estavam vivos no imaginário popular, sustentando o crescimento da procura pelo ensino normal público na cidade, mas esse ensino talvez já não fosse o mesmo ou, pelo menos, encontrava-se em transmutação.

Segundo a jornalista Maria de Jesus Rufino Leal, que estuda a história dos jornais nos anos 1950 e 1960, além do Diário Carioca, o Jornal do Brasil foi um dos responsáveis por introduzir uma “mítica modernização” no estilo editorial dos periódicos na época (2009). Se antes os jornais eram pesados, com a linguagem dos periódicos considerada rebuscada e de difícil compreensão, o uso frequente de imagens ajudou a popularizar essa mídia, tornando-o mais acessível a uma massa populacional que ainda carecia em muito de alfabetização.

O primeiro passo para a reforma foi a compra de novos equipamentos gráficos. Em 1956 houve a criação de um suplemento literário, elogiado pelos intelectuais da época. Odilo Costa Filho foi contratado para coordenar a reforma, que contou entre outros pontos com a introdução de fotografia na primeira página, organização da página de esportes com inovações de diagramação (LEAL, 2009, p. 6).

Nas imagens que abordam esse tema, publicadas no Jornal do Brasil, no Diário Carioca e no Diário de Notícias, vemos refletida não apenas essa nova linguagem, mas também a dualidade ao abordar uma questão crucial para os seus leitores: Manter o *status* e os privilégios das Normalistas ou atender os leitores, cujas famílias de jovens excedentes batalhavam para conquistar os mesmos direitos?

A imagem abaixo, refletindo a posição das estudantes da ENCD sugere a explicação de uma possível negativa durante esse processo de criação de uma nova escola para atender os excedentes do último concurso. Tratando seu conteúdo como uma *imagem/documento* (MAUAD, 1996), podemos perceber que no centro, o fotógrafo do Jornal do Brasil desenvolve o argumento das estudantes contra a nova escola na gesticulação da normalista. Há grande destaque para *estrela* presente no peito, além da contextualização do ato das alunas como uma reação à “Ordem Presidencial” no corpo do texto, quando diz: “As alunas da Escola Normal Carmela Dutra entraram ontem em greve, em protesto contra a decisão do Presidente da República de matricular as candidatas reprovadas no exame de seleção ao curso normal”<sup>265</sup>.



Figura 37 – JORNAL DO BRASIL. Ordem do Presidente para aproveitar reprovadas leva Carmela Dutra a greve. 07.04.60. p. 9. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.16.

<sup>265</sup> JORNAL DO BRASIL. Ordem do Presidente para aproveitar reprovadas leva Carmela Dutra a greve. 07.04.60. p. 9. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 6.8.16.

Com a promessa presidencial, a promessa do vereador Frederico Trotta e o apoio do Diário Carioca de que as estudantes excedentes seriam beneficiadas, as estudantes do Instituto de Educação e da Escola Normal Carmela Dutra, que antes disputavam espaço dentro da identificação como Normalistas, sendo as alunas da segunda unidade apelidadas jocosamente de “Carmelitas”, agora organizavam e lideravam juntas passeatas pelas ruas do Distrito Federal.

Paralelamente, surgiram rumores da proposta de criação de mais uma Escola Normal. No dia 7 de abril, as cinco Escolas Normais do Distrito Federal lotaram o auditório do IE, como pode ser visto na imagem abaixo. As Normalistas, ignorando as competências da Câmara dos Vereadores e do prefeito, combinaram de, no dia seguinte, ir até o Palácio do Catete para pressionar diretamente a Presidência da República contra a criação da nova unidade, tendo como argumento a qualidade da educação a ser mantida e a estrutura dispensada às Escolas Normais em funcionamento, como podemos ver na imagem e na reportagem abaixo.



Figura 38 – ÚLTIMA HORA. Normalistas (hoje) com JK: Contra Excedentes. 07.04.60. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.16.

As Normalistas da Tijuca e de Madureira também envolveram as novas Normalistas de Campo Grande, da Penha e da Lagoa, ampliando o grupo que tentava impedir a criação de mais um curso de formação de professoras no Distrito Federal.

Num movimento de protesto contra o aproveitamento das excedentes, cerca de cinco mil normalistas organizaram, para a manhã de hoje, uma passeata monstro, do Museu de Arte Moderna ao Palácio do Catete, onde tentarão provar ao Presidente da República que o Instituto de Educação e as Escolas Normais Carmela Dutra, Sarah Kubitschek, Azevedo Amaral e Heitor Lira não dispõem de condições para acomodar novas alunas. Só o Instituto de Educação, cuja capacidade máxima é de 3.800 alunas, conta, atualmente, com um total de cinco mil, apesar do quase completo abandono que se vê relegado pela prefeitura. A passeata, que é também um ato de desagravo aos Professores Mário Brito, diretor do IE, Jacobina Lacombe, Secretário de Educação, e Hilda de Matos, diretora da Carmela Dutra, que se demitiram após a ordem presidencial de aproveitamento das excedentes, foi decidida em assembleia-geral realizada ontem à tarde, no auditório do IE. Paralelamente ao protesto das normalistas, a Câmara dos Vereadores estará votando, hoje, o projeto que determina a matrícula das candidatas que não lograram aproveitamento nos exames de admissão as escolas normais da PDF<sup>266</sup>.

No dia 8 de abril, o vereador Frederico Trotta, do mesmo partido do presidente (Partido Social Democrático – PSD), mesmo diante das reclamações, apresentou o projeto de criação de mais uma Escola Normal ao apagar das luzes do Rio de Janeiro como Distrito Federal. Provocando mais protestos das Normalistas contra a presidência da República, uma vez que já não identificavam mais os poderes municipais como responsáveis.

O projeto de Frederico Trotta, vereador que havia sido um dos principais responsáveis pela criação da unidade da Zona Sul, ainda apontava que a nova unidade deveria ser construída no Rio Comprido, no Estácio, no Centro ou na própria Tijuca, onde já funcionava o IE. Depois de inauguradas as Escolas Normais suburbanas de Madureira, de Campo Grande e da Penha, a atuação de Trotta e do Diário Carioca pareciam estar levando novamente o ensino para as regiões mais próximas, ao menos, do Centro da cidade do Rio de Janeiro como se estivesse em um processo de centralização ou de controle de quem poderia acessar o curso.

<sup>266</sup> ÚLTIMA HORA. Normalistas (hoje) com JK: Contra Excedentes. 07.04.60. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.16.

Conforme combinado em assembleia no auditório do IE, as Normalistas das cinco Escolas da PDF foram ao Palácio do Catete no dia 8 de abril para tentar ser ouvidas por JK, que por sua vez não as recebeu.

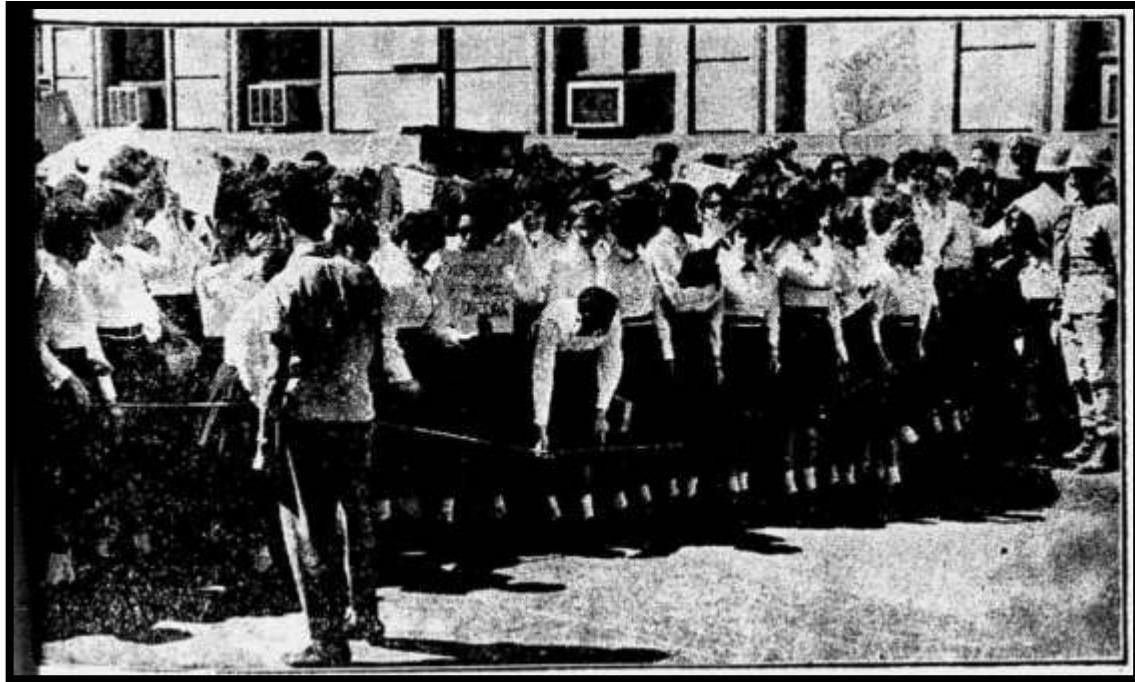


Figura 39 – DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Cordão contra normalistas. 08.04.60. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.16.

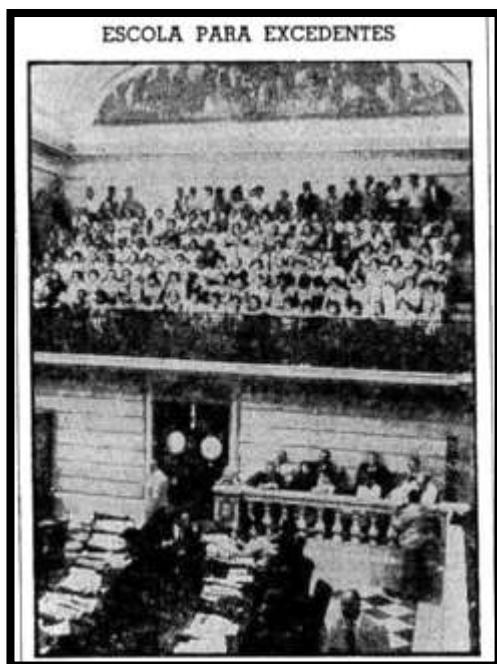
Cerca de sete mil normalistas das cinco escolas da Prefeitura foram ontem ao Catete para manifestar ao presidente da República o seu desagrado pela ordem para matricular as excedentes, praticamente reprovadas nos últimos exames de admissão. O Sr. Kubitschek negou-se a receber as moças e só uma comissão delas (dez ao todo) pode entrar em Palácio, onde as recebeu o subchefe da Casa Civil, Sr. Ciro dos Anjos, que nada sabia a respeito e ficou muito espantado com tudo. (...) foi a primeira vez que as cinco Escolas Normais fizeram uma passeata juntas<sup>267</sup>.

O advogado Jorge Saloupe Sobrinho, que passou a defender a causa das candidatas excedentes, acusou publicamente o ex-diretor do IE, Mário de Brito, de promover a animosidade entre os grupos e incitar as Normalistas aos protestos contra JK e contra a

<sup>267</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Cordão contra normalistas. 08.04.60. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.16.

nova Escola Normal. Os periódicos Diário Carioca, Última Hora, Diário de Notícias<sup>268</sup> reproduziam a acusação de Saloupe Sobrinho em diferentes momentos, enquanto as Normalistas das cinco escolas transitavam do executivo federal ao legislativo municipal, pressionando desde a Presidência da República até a Câmara dos Vereadores para interromper o projeto de criação da nova Unidade que, segundo a proposta, deveria ter o mesmo regulamento da Escola Normal Carmela Dutra.

Na imagem abaixo, percebemos no *plano de conteúdo* os vereadores do Distrito Federal realizando os trabalhos na Câmara vigiados por cidadãos. Entretanto, no tocante ao *plano de expressão*, isto é, a quantidade de informações que traz a imagem (MAUAD, 1996), o grupo de cidadãos era quase totalmente composto por Normalistas que pareciam estar em uma situação de observação sobre o que os vereadores pretendiam ou não votar. A imagem não remete apenas a uma impressão de participação cidadã, mas também a uma interpretação da pressão exercida sobre o Legislativo no sentido de exigir respeito aos interesses dos grupos ali presentes. Coincidentemente ou não, a votação naquele dia acabou por ser adiada.



Um público constituído sobretudo de moças e outras pessoas interessadas na questão lotou ontem as galerias da Câmara dos Vereadores, enquanto se discutia o projeto que cria uma nova Escola Normal para matrícula das excedentes, com o mesmo regulamento da Escola Normal Carmela Dutra. A maioria dos oradores que se sucederam na tribuna se manifestaram favoráveis à proposição, que, entretanto, não chegou a ser votada, o que deverá ser feito hoje.  
(Reportagem na terceira página)

Figura 40 – DIÁRIO CARIOCA. ‘Quórum’ adiou (para hoje) votação da escola normal. 08.04.60. p. 1.  
Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.16.

<sup>268</sup> DIÁRIO CARIOCA. ‘Quórum’ adiou (para hoje) votação da escola normal. 04.04.60. p. 1.; Prefeito aprovará amanhã Escola Sarah Kubitschek. 17.04.60. p. 1.; ÚLTIMA HORA. Instruídas por seu diretor, normalistas prosseguirão em greve contra ato de JK. 12.04.60. p. 7. DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Ex-excedentes contra excedentes. 12.04.60. p. 10. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.16.

No sentido de aumentar a pressão sobre os políticos, as passeatas se transformaram em uma “Campanha contra o Empurrão” das Normalistas unidas do Distrito Federal contra a absorção das excedentes nas unidades que as alunas denunciavam com problemas estruturais e que precisavam de novos investimentos.

Segundo uma comissão de normalistas, que representando todas as Escolas do Distrito veio ontem ao Jornal do Brasil, somente “a ignorância da diferença existente entre reprovadas e excedentes pode ter levado o Presidente da República a ordenar ao Secretário de Educação a instalação de uma Escola só para as alunas de empurrão”.

“— E se mais uma Escola tiver de ser instalada não se comprehende que seja para aproveitar as falsas excedentes: principalmente em se sabendo que a Escola Azevedo Amaral não tem sede própria, funciona em prédio emprestado”<sup>269</sup>.

A afinidade do movimento com as direções das unidades, principalmente o IE e a ENCD tornaram-se evidentes quando o Jornal do Brasil também publicou o que identificou ser a condição para o fim da greve.

“Rejeitando o projeto, retornarão aos seus cargos não apenas o Secretário de Educação mas também os diretores do Instituto e da Escola Normal Carmela Dutra, que se demitiram em solidariedade ao Sr. Américo Jacobina Lacombe. A rejeição e o retorno são , portanto, condições suspensivas da greve”<sup>270</sup>.

A participação das Normalistas chamava a atenção da mídia, mas pelo fato de muitas delas serem menores de idade, as famílias das jovens também se envolveram no movimento, fazendo com que as passeatas e protestos se avolumassem ainda mais. Então no dia 9 de abril de 1960, houve nova concentração de Normalistas e Excedentes na Câmara dos Vereadores.

Colocadas frente a frente, em dois setores diferentes as galerias da Câmara, as normalistas, de um lado, e as excedentes, de outro, travaram,

---

<sup>269</sup> JORNAL DO BRASIL. Campanha contra empurrão prossegue: normalistas vão ficar em greve até segunda. 9 de abril de 1960. p.1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 6.8.16.

<sup>270</sup> Idem.

ontem, um duelo de interesses, assistindo os debates, na Câmara, em que se votara o projeto do aproveitamento das últimas. No final, venceram as excedentes, que promoveram ruidosas manifestações, enquanto as normalistas se retiraram em silêncio, antes da votação<sup>271</sup>.

Havia, contudo, no centro das ações desses pais que levavam as filhas para protestos e pressões na Câmara dos Vereadores, um sentimento de que o(s) ano(s) de investimento nos cursinhos pré-normais espalhados pela cidade dava(m) a esses grupos o direito de sustentar uma posição social que suas famílias alcançaram. Esse sentimento típico das classes médias era corroborado pela participação dos diretores do IE e da ENCD, o que resultava em certa coordenação e planejamento entre os grupos, visando o interesse comum de impedir a criação da nova unidade. O Diário Carioca, mais tarde, denunciaria essa relação:

Ontem estiveram no Palácio Guanabara cinco normalistas do Instituto de Educação, usando o veículo privativo do diretor desse educandário, Sr. César Dacorso Neto, caminhoneta n. 89-39, a fim de falar com o prefeito sobre o projeto que beneficia as excedentes. Não estando o prefeito, as normalistas se retiraram usando a mesma viatura privativa do diretor do IE<sup>272</sup>.

Mário de Brito (IE), no dia seguinte a sua demissão, em 10 de abril de 1960, ainda se posicionou publicamente mais uma vez ao afirmar:

As que se dizem excedentes, não o são de fato. São elas as candidatas recusadas após a última prova e muitas lograram, apenas, em algumas das provas que fizeram notas iguais a 0,2 e 0,3. Essas as que foram mandadas matricular (BRITO, 1960)<sup>273</sup>.

Hilda Matos (ENCD), por sua vez, colocou o seguinte:

– Que os pais lutem pela admissão de suas filhas, mesmo que elas não tenham alcançado o nível exigido pelo concurso de seleção, é natural; mas, é incrível que as autoridades cedam à pressão de movimento que é

<sup>271</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Excedentes ganham escola. 09.04.61. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 24.07.17.

<sup>272</sup> DIÁRIO CARIOWA. Despedida de JK: Catete e S. Dumont; Escola para as excedentes será aprovada hoje pela Assembléia. 21 de abril de 1960. P. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 6.8.16.

<sup>273</sup> CORREIO DA MANHÃ. Normalistas protestam contra a matrícula de favor da excedentes. 10.04.60. p. 6. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.16.

liderado inclusive por pessoa de fora, influente, que tem filha e sobrinhas reprovadas. Seria uma desumanidade, realmente, deixar fora da escola, por falta de vagas alunas que fizeram o exame e passaram. Mas, não é este o caso atual. Será um prejuízo tremendo para o nível intelectual das escolas normais a admissão dessas alunas que obtiveram notas baixíssimas, já sabendo de antemão, portanto, que não poderiam ser selecionadas. Já estive, em outras ocasiões, ao lado de excedentes – mas, naquelas vezes, era excedentes mesmo. Desta vez, não há dúvida de que elas não devem ser aproveitadas<sup>274</sup>.

Enquanto os jornais acusavam a Prefeitura de passividade diante da pressão exercida pelo governo federal<sup>275</sup>, Juscelino Kubitscheck, apesar da insistência das protestantes, continuou sem receber a comissão de normalistas que tentava barrar o projeto. Depois de alguns protestos, a simpatia pelo perfil cativante do presidente fora substituído pelo escárnio, retratado pelo Correio da Manhã, bem em frente ao Palácio do Catete da seguinte forma:



Figura 41 – “BOSSA NOVA: NÓS POR SELEÇÃO, ELAS POR EMPURRÃO”. CORREIO DA MANHÃ. Presidente não recebeu normalistas no Catete. 08.04.60. p 2. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.16.

<sup>274</sup> JORNAL DO BRASIL. Ordem do presidente para aproveitar reprovadas leva Carmela Dutra a greve. 07.04.60. p. 9. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.16.

<sup>275</sup> CORREIO DA MANHÃ. Demissão. 05.04.60 p. 6. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.16.

O movimento das Normalistas contra a nova escola a ser criada em 1960 traduzia-se como uma repetição do que vimos acontecer por ocasião da criação da Escola Normal Carmela Dutra em 1946. Esse movimento, agora ampliado, reunia cinco escolas que da mesma forma que haviam feito com as primeiras estudantes suburbanas, negavam a identidade de Normalista às alunas excedentes (LIMA, 2015).

Na obra de Claude Dubar (2005), a constituição de uma identidade mostra-se relacionada aos movimentos de *atribuição* e a *identificação*. No caso da *atribuição*, como já descrevemos, ocorre a imposição de uma instituição ao indivíduo, neste caso, ao grupo de candidatas excedentes, fazendo-o identificar-se – forçosamente ou não – ao conjunto de práticas e valores utilizados desde um momento anterior por tal instituição. Tal processo de *atribuição* estava por ser realizada pela Câmara e pela Prefeitura com a criação de uma nova unidade que funcionaria “com as mesmas finalidades e regulamentos vigentes para a ENCD<sup>276</sup>”, quando as alunas das demais escolas, incluindo a própria ENCD, unidade na qual as primeiras discentes haviam sofrido um processo semelhante, tentavam negar a essas excedentes tal *atribuição*. Tratava-se, naquele momento, de colocar de lado as diferenças entre as Escolas Normais, em prol do que acreditavam ser uma identidade comum das Normalistas, baseada na ideia de ‘merecimento’ da conquista do *sonho*. Por conta disso, essa identidade comum também negava a *atribuição* que seria feita às candidatas não aproveitadas, então rotuladas como Normalistas não pelo que consideravam ‘mérito’, mas por ‘empurrão’ do presidente JK.

Depois da primeira demonstração de força, as passeatas das Normalistas uniformizadas foram proibidas pela Secretaria de Educação e Juscelino Kubitschek tornou-se alvo de mais protestos. A vereadora Maria Ligia Lessa Bastos (UDN), personagem que havia tentado impedir a todo custo a criação da Escola Normal Carmela Dutra nos anos 1940, também se posicionou publicamente contra a proposta de criação de mais uma Escola (LIMA, 2015). Junto dela, nos cinco votos contrários à criação da nova unidade, estiveram: Raul Brunini (UDN), Dulce Magalhães (Partido Democrata Cristão – PDC), Arnaldo Nogueira (UDN) e Luciano Lopes (Partido Libertador – PL)<sup>277</sup>.

<sup>276</sup> CORREIO DA MANHÃ. Aprovado sem emendas o projeto criando a nova Escola Normal. 9 de abril de 1960. P. 6. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 6.8.16.

<sup>277</sup> Idem. p. 11.

O Projeto de criação da nova Escola Normal, apresentado em uma sexta-feira, dia 8 de abril, fora aprovado no mesmo dia, sem emendas e, em apenas dois dias, foi publicado como Projeto 392-A, que “Manda aproveitar ainda, no presente exercício escolar, as excedentes relativas à primeira série do curso ginásial do Instituto de Educação e da Escola Normal Carmela Dutra, tanto as desse ano como as de 1959<sup>278</sup>”. A redação do projeto que virou lei ainda dizia:

Art. 1º Fica criada uma escola normal da Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal a ser instalada ainda no corrente ano (...) com as mesmas finalidades e regulamentos vigentes para a Escola Normal Carmela Dutra.

Parágrafo 1º – Serão matriculadas no corrente ano no primeiro ano do curso normal da escola ora criada as candidatas não aproveitadas por falta de vaga, na última prova de seleção feita no corrente ano para os demais cursos normais da PDF (...)

Parágrafo 3º – Serão aproveitadas no corrente ano escolar todas as candidatas ao concurso de seleção para admissão à primeira série do Curso Ginásial do Instituto de Educação e Escola [Normal] Carmela Dutra que realizaram as provas do referido concurso e são consideradas aprovadas, porém, excedendo o limite de vagas que foi estabelecido. Serão aproveitadas, também as excedentes de 1959<sup>279</sup>.

A imagem publicada no dia seguinte pelo Diário Carioca reitera nossas colocações sobre a dualidade de opinião dos jornais destinados à classe média carioca a respeito dos privilégios de ser Normalista. Isso, pois, sob uma análise de seu *plano de expressão* (MAUAD, 1996) logo abaixo, podemos ver que o periódico focalizou o grupo de pessoas que seriam favorecidas com a criação da nova Escola Normal como se fosse uma multidão, além de destacar no título e na legenda que as excedentes do concurso eram gratas ao Presidente JK e ao próprio jornal.

Conforme descrito pelo Jornal Diário Carioca, e a partir das relações que estudamos deste periódico com o vereador Frederico Trotta, uma enorme manchete tomou a primeira página da edição do dia 9 de abril de 1960: “Vereador aprovou (32 x 4) Escola “Júlia Kubitschek”<sup>280</sup>. A reportagem trazia ainda as informações sobre o que seria a simpatia do prefeito Sá Freire Alvim em criar a nova unidade e sobre a Comissão de excedentes das

<sup>278</sup> CORREIO DA MANHÃ. Aprovado sem emendas o projeto criando a nova Escola Normal. 09.04.60. p. 6. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 6.8.16.

<sup>279</sup> Idem.

<sup>280</sup> DIÁRIO CARIOSA. Vereador aprovou (32 x 4) Escola “Júlia Kubitschek”. 9 de abril de 1960. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 3.9.16.

Escolas Normais que fizeram um agradecimento público a ele, além de agradecer também ao presidente Juscelino Kubitschek e aos vereadores.

**EXCEDENTE AGRADECE A JK E DC**



*Veio ontem à redação do DIÁRIO CARIOPA uma comissão de excedentes dos cursos ginásial e normal das escolas normais da Prefeitura, a fim de expressar seu agradecimento ao presidente da República (extensivo ao DC, ao prefeito, vereadores e outras autoridades), que determinou suas matrículas. O problema de escola para essas excedentes aprovadas e não matrículadas até então já está solucionado, pois ontem mesmo a Câmara de Vereadores aprovou, por 32 votos contra 4, o projeto que cria a escola normal "Júlia Kubitschek" — conforme damos notícia em outro local desta edição*

Figura 42 – DIÁRIO CARIOPA. Vereador aprovou (32 x 4) Escola “Júlia Kubitschek”. 09.04.60. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 03.09.16.

Como protesto, o grupo de Normalistas das cinco unidades escreveu um memorial dirigido ao Prefeito do Distrito Federal e ao Presidente da República. Entre outras reclamações, as estudantes refletiam ainda a visão antiga e glamorosa dos “anos dourados”, embora a realidade da estrutura das unidades já fosse outra, conforme colocamos. Assim, o grupo de jovens comparou o concurso para as Escolas Normais do Rio de Janeiro a um concurso de beleza, argumentando:

Cabe aqui uma comparação dentro das atividades sociais correntes, que poderá esclarecer melhor o caso. Suponhamos que se tratasse de um concurso de beleza, com três provas sucessivas (uma de vestido de passeio, outra de vestido de baile e outra de maiô) ao qual tivessem concorrido 135 candidatas, para escolha e uma única, por processo semelhante ao que foi usado para a admissão das normalistas. Seriam escolhidas as 25 candidatas que mais se distinguissem na primeira prova; em seguida, selecionar-se-iam as cinco que mais se distinguissem na segunda prova (aliada à primeira) e, finalmente, se escolheria uma dessas cinco finalistas, que teriam concorrido à terceira prova, levando-se em conta, igualmente, seu comportamento nas duas provas anteriores. Será que as cinco finalistas deveriam ser proclamadas, todas elas, rainhas de beleza? E se o fossem, para que teria servido a prova final?<sup>281</sup>

Conforme observamos anteriormente, a nova unidade foi criada em um período de agitação política e, ao mesmo tempo, em uma espécie de limbo institucional entre a dissolução da Câmara dos Vereadores do Distrito Federal e a instituição de uma Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, no período de mudança da Capital para Brasília. Essa movimentação foi tão intensa e rápida que o projeto aprovado na Câmara dos Vereadores não teve tempo para se tornar Lei por conta da obstrução da pauta. Os vereadores estavam realmente interessados em saber o que iria acontecer com os seus mandatos.

Durante esse período de impasse entre a dissolução ou não da Câmara dos Vereadores, que começou com o substitutivo do deputado San Tiago, em 22 de fevereiro, a UDN obstruiu a pauta da Câmara e causou um impasse que só seria resolvido em 12 de abril daquele mesmo ano (MOTTA, 2000).

(...) impasse só resolvido na madrugada do dia 12 de abril. Com algumas emendas, um segundo substitutivo foi então apresentado à Câmara como “a fórmula de tranquilidade dos espíritos”. A urgência pedida por Sérgio Magalhães [PTB] foi finalmente aprovada a partir de entendimentos entre as lideranças da UDN, do PTB e do PSD, e o novo substitutivo se transformou na Lei n.º 3.752, com “normas para a convocação da Assembleia Constituinte da Guanabara e outras providências”, conhecida como Lei San Tiago Dantas e considerada a certidão de nascimento do mais novo estado da Federação brasileira (MOTTA, 2000, p. 33-34. Grifos da autora).

<sup>281</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Câmara aprova projeto que aproveita excedentes. 09.04.60. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 6.8.16.

Por fim, o substitutivo reafirmava a escolha do governador provisório pelo Presidente da República e reconhecia “o direito de os 50 vereadores integrarem, junto com os 30 deputados a serem eleitos em outubro, a futura Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara” (MOTTA, 2000, p. 34). Assim, os mandatos dos vereadores da última legislatura da Câmara do Distrito Federal no Rio de Janeiro se estenderam até 31 de janeiro de 1963. A “tranquilidade dos espíritos” dos parlamentares destravou as discussões na Câmara a partir do dia 12 de abril de 1960, em uma terça-feira.

Enquanto Juscelino se despedia oficialmente do Rio de Janeiro em 20 de abril de 1960, na mudança para a nova capital, o Jornal Diário Carioca mostrava as fotos presidenciais ao lado da manchete “Escola para as excedentes será aprovada hoje pela Assembleia”<sup>282</sup>.



Figura 43 – DIÁRIO CARIOCA. Despedida de JK: Catete e S. Dumont; Escola para as excedentes será aprovada hoje pela Assembléia. 21 de abril de 1960. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 6.8.16.

Finalmente, apesar de anunciada nos jornais a criação da Escola Normal para 21 de abril, mesmo dia da inauguração oficial de Brasília, provavelmente os vereadores da Câmara da antiga Capital estiveram envolvidos com os festejos da nova Capital. Por conta disso, a unidade só foi mesmo concebida quando o Estado da Guanabara foi criado, sendo que a Lei n.º 1, de 26 de abril de 1960, em seu primeiro artigo, a lei que criou a nova unidade. O ato de criação da unidade foi assinado pelo Governador e Secretário provisórios José Sette Câmara Filho e Celso Ferreira da Cunha. Desta forma, essa unidade dentre as seis tradicionais do Rio de Janeiro, diferente das demais inauguradas sob o regime legal do Distrito Federal, foi a única inaugurada sob a égide do Estado da Guanabara.

<sup>282</sup> DIÁRIO CARIOCA. Despedida de JK: Catete e S. Dumont; Escola para as excedentes será aprovada hoje pela Assembléia. 21 de abril de 1960. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 6.8.16.

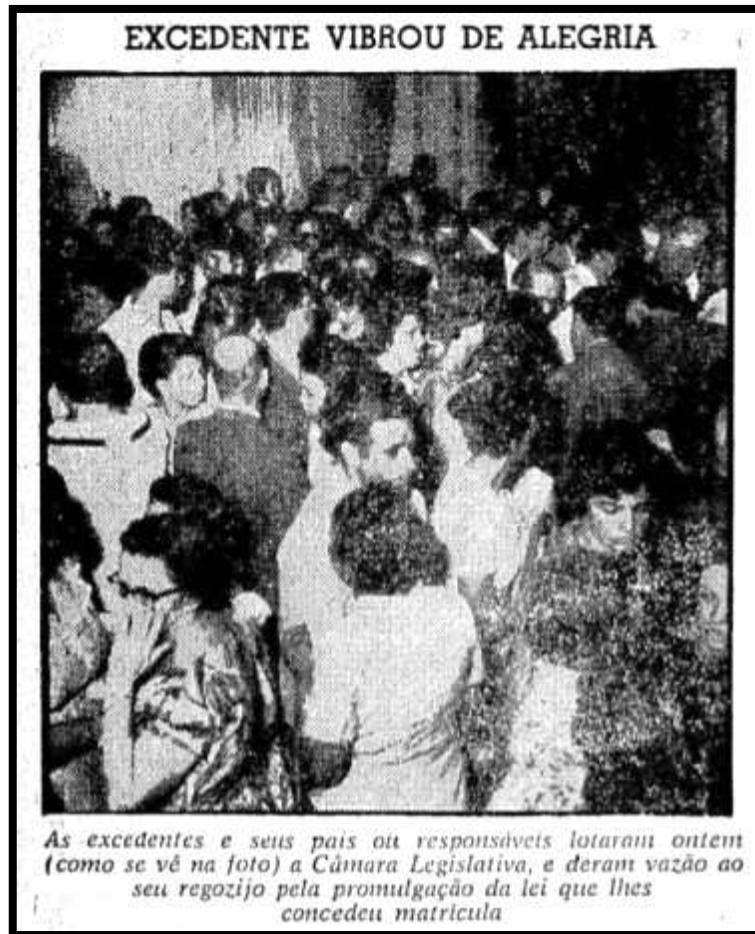


Figura 44 – DIÁRIO CARIOSA. Excedentes (237) vencem batalha pela matrícula. 27.04.60. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 6.8.16.

Com a assinatura às pressas dos mandatários públicos provisórios, o Diário Carioca ainda informou: “para a imediata instalação, só falta o prédio”<sup>283</sup>. Aliás, em um primeiro momento, diante de falta de locação da Escola Normal Ignácio Azevedo do Amaral, conforme anunciado pelas protestantes, as excedentes chegaram a alugar e apresentar ao Secretário de Educação e Saúde Celso Cunha um prédio na Tijuca para que a nova unidade funcionasse<sup>284</sup>. Nessa ocasião, a diretora da Escola Paulo de Frontin, Marilda Cavalcante Horta, ofereceu as dependências da nova unidade fosse instalada.

<sup>283</sup> DIÁRIO CARIOSA. Aprovação hoje da lei que dará escola para excedentes. 26.04.60. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 6.8.16.

<sup>284</sup> DIÁRIO CARIOSA. Excedente já alugou o prédio. 28 de abril de 1960. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.16.

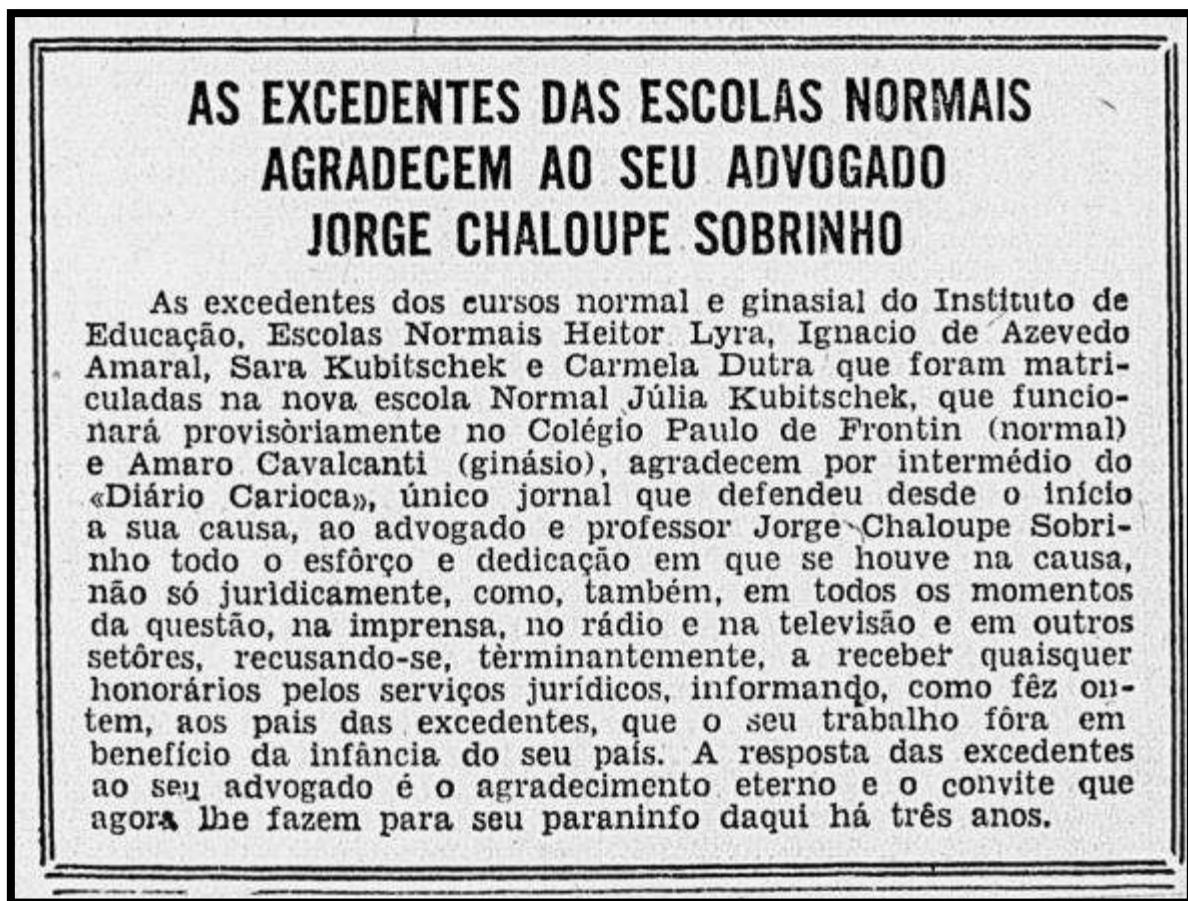


Figura 45 – DIÁRIO CARIOCA. Anúncio. 12.06.60. p.7. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.16.

No entanto, faltava ainda o nome da Escola Normal. A proposta inicial do projeto de Frederico Trotta de que a nova unidade se chamasse “Escola Normal Estácio de Sá”<sup>285</sup> em homenagem ao fundador da cidade do Rio de Janeiro. Contudo, o grupo de excedentes respondeu ao apoio de JK sugerindo que a denominação da nova escola fosse “Júlia Kubitschek” em homenagem à mãe do Presidente da República.

#### NÃO MUDARÃO NOME

Sabedores de que o sr. Frederico Trotta havia proposto outro nome para a nova escola, os excedentes informaram ao DC que, em absoluto, darão sua aquiescência àquela iniciativa. <<O nome já foi dado e a placa alusiva à inauguração já está feita. É uma sincera homenagem à mãe do grande presidente Juscelino Kubitschek>>” – afirmaram<sup>286</sup>.

<sup>285</sup> DIÁRIO CARIOCA. Celso vai aprovar projeto: excedentes. 26.04.60. p. 3. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.16.

<sup>286</sup> DIÁRIO CARIOCA. Excedentes (237) vencem batalha pela matrícula. 27.04.60. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.16.

Mantendo a ideia das excedentes de que o nome de sua unidade deveria ser Escola Normal Júlia Kubitschek, novas alunas organizaram uma caravana em direção a cidade de Diamantina (MG) para convidar Júlia Kubitschek para a inauguração da unidade, mesmo que ainda não ainda não tendo sede. Mesmo assim, as ex-excedentes, mostravam-se confiantes na instalação da Escola: “— Temos a palavra do presidente Juscelino Kubitschek, que não é homem para recuar; basta ver a construção de Brasília – disse uma delas. Esperam também estar estudando na nova escola antes da mudança da capital para Brasília”<sup>287</sup>.

Júlia Coelho Kubitschek de Oliveira nasceu em 1873, em Diamantina, Minas Gerais. Filha de Augusto Elias Kubitschek e Maria Joaquina Coelho Kubitschek, tinha ascendência Tcheca (RIBAS, 2014) e formou-se como professora normalista na Escola Normal da cidade. Caminhava por quase dez quilômetros entre Diamantina e o grupo escolar onde lecionava<sup>288</sup>. Já completados 24 anos de idade, casou-se com João Nepomuceno Kubitschek, de quem ficou viúva pouco tempo depois, em 1905. Júlia, segundo apontou Affonso Heliodoro (amigo de JK) era extremamente pragmática, talvez por conta das dificuldades de criar seus filhos como professora primária. "Seus gestos eram comedidos e suas exteriorizações sentimentais raríssimas e discretas. Nunca beijava os filhos nem lhes fazia carinhos desnecessários"<sup>289</sup>.

Júlia Kubitschek conseguiu transferência para o Município de Grupiara e obteve permissão para residir na escola onde passou a lecionar. Naquela escola formou o filho Juscelino no ensino primário<sup>290</sup>. Júlia Kubitschek morreu em 1971, com quase cem anos de idade.

Mesmo diante de uma última tentativa das Normalistas de tentar barrar a criação da nova unidade, com um mandado de segurança<sup>291</sup>, a unidade foi criada. O jornal Diário Carioca ainda informava o que considerava sua conquista da seguinte forma: “Durante a cerimônia de inauguração, será fixada, na porta do prédio, uma placa com os dizeres:

<sup>287</sup> DIÁRIO CARIOPA. Convite a Dona Júlia para estrear a escola. 13.04.60. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.16.

<sup>288</sup> Disponível em: [http://www.projetomemoria.art.br/JK/verbetes/julia\\_kubitschek.html](http://www.projetomemoria.art.br/JK/verbetes/julia_kubitschek.html). Acessado dia 20.05.17.

<sup>289</sup> Idem.

<sup>290</sup> Disponível em: <http://jk.cpdoc.fgv.br/trajetoria-de-vida/01-infancia-juventude>. Acessado dia 20.05.17.

<sup>291</sup> DIÁRIO CARIOPA. Excedentes. 27.04.60. s/p. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 6.8.16.

“Escola Normal Júlia Kubitschek. Agradecimentos ao Presidente da República e ao DIÁRIO CARIOWA”<sup>292</sup>.

A ENJK foi inaugurada dentro da Escola Paulo de Frontin, na Rua Barão de Ubá, a apenas um quilômetro do IE, no dia 15 de junho de 1960<sup>293</sup>, estando a diretora Marilda Cavalcanti Horta à frente das duas Escolas, segundo descreveu o jornal Correio da Manhã. Já o Grêmio Cultural da Unidade, chamado de Monteiro Lobato, foi fundado no mês seguinte<sup>294</sup>.

A unidade permaneceu funcionando na Escola Paulo de Frontin até 1961 e depois mudou-se para o Centro da cidade, onde passou a dividir instalações com o Liceu de Artes e Ofícios<sup>295</sup>, até o ano de 1979, quando se transferiu definitivamente para a Rua General Cadwell, número 182, também no Centro (FARIA; BRAGA, 2016). O hino da unidade, assim como os da ENHL e ENIAA, também foi composto pela professora e musicista Olintina Costa nos anos 1960<sup>296</sup>, sendo o responsável pela letra o professor Geraldo Menezes.

### **Hino da Escola Normal Júlia Kubitschek**

Com as aves à luz da manhã/ Vão em bando no céu procurar/ Do saber a coroa louçã/ Haveremos também alcançar/ Seja o livro celeste luzeiro/ A guiar-nos os passos da vida/ Nossa escola o refúgio altaneiro/ E a esperança da Pátria querida/ Salve Júlia Kubitscheck/ Templo augusto doce lar (Bis)/ O teu nome saberemos/ Entre luz glorificar/ Os exemplo de honra e dever/ Sejam em nós atributos divinos/ Só assim poderemos vencer/ E criar nossos próprios destinos/ Nessa casa de estudo e bondade/ Apliquemos devoto fervor/ Adorando no livro a verdade/ E o Brasil crescerá neste amor<sup>297</sup>.

<sup>292</sup> DIÁRIO CARIOWA. Aprovação hoje da lei que dará escola às excedentes – JK talvez venha para inaugurar. 26.04.60. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 6.8.16.

<sup>293</sup> DIÁRIO CARIOWA. Escola D. Júlia será instalada esta manhã. 15.06.60. p. 12. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.16.

<sup>294</sup> CORREIO DA MANHÃ. Fundado, na Escola Júlia Kubitschek, o Grêmio Cultural Monteiro Lobato. 30.07.60. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.02.17.

<sup>295</sup> O Liceu de Artes e Ofícios foi criado 9 de janeiro de 1858, por Francisco Joaquim Bethencourt da Silva. Sua finalidade era proporcionar o estudo das artes e sua aplicação necessária aos ofícios e indústrias. Disponível em <http://www.liceudearteseoficios.com.br>. Acessado dia 05.04.17.

<sup>296</sup> Foi igualmente impossível aferir o ano exato da criação do Hino. Entretanto, nossa primeira referência encontrada data do dia das mães do ano de 1961, isto é, no mês de maio. Desta forma, consideramos sua criação entre os anos de 1960 e 1961. Fonte: DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *Educação moral e cívica nas escolas*. 20.05.61. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.02.17.

<sup>297</sup> Autor indefinido. CHAVES, Iduina. *Vestida de Azul e branco como manda a tradição: cultura e rituais na Escola*. 1. Editoras Quartet e Intertexto, Rio de Janeiro, 2000. p. 77.

Assim, enquanto as Normalistas de cinco escolas criadas no tempo em que o Rio de Janeiro era Distrito Federal anunciavam um protesto sob a forma de enterro<sup>298</sup> da educação carioca, a Escola Normal Júlia Kubitschek, criada oficialmente pelo Estado da Guanabara, apenas iniciava uma peregrinação<sup>299</sup> por um prédio próprio que só iria acabar em 1979, com a inauguração do seu edifício na Rua General Caldwell, número 182, Central. Iniciava também, por conta de todo seu processo de criação, em meio às efervescências políticas de abril de 1960, a construção de uma identidade própria, uma vez que havia começado a funcionar tão próxima a Escola Normal modelo, mas ao mesmo tempo, tão distante de ser aceita por ela.

### **As Normalistas contra a LDBEN de 1961: os privilégios mais uma vez ameaçados**

A LDBEN de 1961 trouxe interessantes propostas de mudanças no que diz respeito ao curso das Normalistas. Para entender algumas dessas propostas, devemos considerar que nos anos 1950, embora o curso normal não fosse técnico ou tecnológico, era encarado como uma espécie de formação profissional, pois, em consequência de sua formatura, o ex-aluno tornava-se um profissional diplomado com recursos advindos do Erário PÚblico. Não haveria necessidade, segundo o pensamento da época, de novos investimentos públicos nesse indivíduo que já que o indivíduo tinha conquistado uma formação para o mercado de trabalho.

Contudo, após a segunda guerra mundial, conforme já expusemos, a procura pelos bancos escolares havia crescido vertiginosamente em um período chamado pelo sociólogo Rui Canário (2008) de “os Trinta Gloriosos: 1945 – 1975”. E naturalmente, as famílias das classes médias começaram a buscar para os seus filhos uma formação intelectual para além do ensino médio. As pressões pela democratização do acesso ao ensino superior aumentaram na medida em que o entendimento geral era de que quanto mais tempo as pessoas tivessem de estudo, maiores e melhores seriam as remunerações e suas chances de colocação no mercado de trabalho<sup>300</sup>. Segundo descreveu Rui Canário, esse pensamento

<sup>298</sup> DIÁRIO CARIOWA. Enterro. 30.04.60. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.16.

<sup>299</sup> Apesar da proposta inicial de serem instaladas no prédio alugado na Tijuca, a nova unidade foi instalada na Escola Paulo de Frontin, na Pç. Da Bandeira até 1961, quando passou a dividir instalações com o Liceu de Artes e Ofícios, no Centro, até 1979.

<sup>300</sup> Esta ideia, em síntese, vai ser desenvolvida como conceito, chamado de Teoria do Capital Humano, descrito por Theodore W. Schultz, em O Capital Humano: investimentos em Educação e Pesquisa, publicado nos anos 1970 (1971). Para este autor, “ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de

manteve-se firme até meados da década de 1970, quando a crise do petróleo atingiu fortemente o ocidente em vários setores da economia, demonstrando que o acesso a educação poderia não ser um fator determinante para o emprego.

Essa ideologia – de longa duração – determinou o crescimento da procura pelo Curso Normal, mais acentuado entre as décadas de 1930 a 1960, devido a dois motivos que identificamos: em primeiro lugar, a necessidade da formação de mais docentes para atender uma política voltada para as massas, no tocante a construção de mais escolas primárias. Em segundo lugar, a procura por mobilidade social, identificada com a melhoria *status social* no caso da Normalista, provocada pela conquista da vaga de professor na rede pública de ensino para as classes mais baixas ou por um “bom casamento” e/ou pela possibilidade de acesso às Universidades, para as classes médias. Todavia, enquanto o pensamento que identificava a Escola à mobilidade social já atravessava três décadas, o pensamento político – como é de sua característica, mudava com maior rapidez (RÉMOND, 2003). Com efeito, a mudança da cultura política do país, em descompasso com a ideologia desenvolvida sobre a escola como redentora de suas mazelas, produziu reações da comunidade escolar do Curso Normal, das Normalistas, das candidatas e das famílias de candidatas a Normalistas, que tentaram deter esse processo de transmutação pela qual passava a Educação PÚblica.

Quanto às Normalistas, dentro dessa perspectiva, até o ano de 1953, tinham seu acesso restringido ao ensino superior, uma vez que a sua formação profissional já estaria realizada. Porém, as pressões por mais educação e acesso ao ensino superior mudariam aos poucos essa situação de ingresso às universidades (TANURI, 2000). Na verdade, em casos específicos, essa possibilidade já vinha acontecendo desde 1945, através do inciso b, § 2º, art. 1 da Lei n. 8195/1945 que aceitava para ingresso na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil o diploma, devidamente registrado, “de professores normalistas com o curso regular de pelo menos seis anos e exercício magisterial na disciplina escolhida, para os cursos de pedagogia, letras neo-latinas, letras anglo-germânicas, letras clássicas, geografia e história” (BRASIL, 1945)<sup>301</sup>.

---

escolha posto à disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar” (idem: p.33).

<sup>301</sup> Em 20 de janeiro de 1939, o Decreto n.º 1.063, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas e o Ministro Gustavo Capanema transfere os cursos da Universidade do Distrito Federal para a Universidade do Brasil. Em 27 de março do mesmo ano, o Ministro encaminha ao Presidente o projeto de decreto-lei, organizando a Faculdade Nacional de Filosofia. Na exposição de motivos, assinala que ela “representa sem dúvida um dos mais seguros e decisivos passos, tentados em nosso país, para o fim de dar à educação e à cultura nacionais

Tal medida reconhecia como portadores de diploma de curso superior os normalistas que cursaram pelo menos seis anos no antigo curso da Escola de Professores, depois Escola de Educação, que funcionou no Instituto de Educação, diploma esse conferido pela UDF, extinta em 1939. Mas foi o Decreto-Lei nº 34.330 de outubro de 1953 que facultou o ingresso das estudantes egressas do curso normal em nível médio ao ensino superior de Pedagogia e Letras da Faculdade de Filosofia<sup>302</sup>. Além disso, em 1954, foi permitido que as Normalistas também realizassem o ensino superior em Geografia e História na mesma Faculdade de Filosofia. Entretanto, a equivalência total, isto é, a possibilidade de realizar qualquer graduação que se quisesse após o fim do curso normal, só viria com a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (LOPES, 2009). Embora a Lei viesse atender às pressões sociais por mais educação – entendemos também essa movimentação como busca por maior mobilidade social –, o educador Anísio Teixeira declarou que

Na década de 50, uma lei federal completou a integração, dispondo sobre a equivalência de todos os cursos médios, que passaram a dar direito a acesso ao ensino superior. Neste grupo de cursos médios, incluía-se o curso normal. Estavam, dêste modo, dado o passo para a sua descaracterização como curso vocacional de habilitação ao magistério primário. Este curso passa também agora a ser uma modalidade de curso para acesso à universidade (Faculdade de Filosofia). Perde-se a antiga unidade de propósito e a perfeita caracterização de escola vocacional. O mesmo sucedeu também com as escolas normais regionais de 4 anos de estudos, que adaptaram seu currículo ao do primeiro ciclo do curso secundário, considerando-se equivalentes a ginásios (TEIXEIRA, 1966, p. 282).

Conforme observou Anísio Teixeira, o Curso Normal deixaria de ser um fim em si mesmo e passa a ser um meio para alcançar o ensino superior. Isso aconteceu devido à reconhecida qualidade de ensino das Escolas Normais no período. Dessa maneira, uma candidata a Normalista que antes procurava o curso pela mobilidade social em alcançar o serviço público ou que buscava uma boa formação com intuito de um bom casamento, agora também passa a procurar a formação Normal pelo aumento das chances de chegar ao

---

solidez e elevação. Em 4 de abril de 1939, através do Decreto-lei nº 1.190, institui a Faculdade Nacional de Filosofia (...). Extinta, em 1968, ela continua presente na memória daqueles que a produziram e, indiretamente, através das dez unidades da UFRJ que nela têm suas origens: Escola de Comunicação, Faculdade de Educação, Faculdade de Letras, Instituto de Biologia, Instituto de Física, Instituto de Geociências, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Matemática, Instituto de Psicologia e Instituto de Química". ARQUIVO FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA. Disponível em: <http://www.fe.ufrj.br/proedes/arquivo/fnfi.htm>. Acessado dia 20.08.16.

<sup>302</sup> Idem.

ensino superior. Assim, perde-se a ideia de “escola vocacional” enquanto é fomentada a perspectiva da Escola Normal com curso de passagem para o ensino superior.

De toda forma, a LDBEN de 20 de dezembro de 1961 (Lei nº 4.024), fora resultante de disputas de ideias e valores de diferentes grupos sociais que tentaram refletir seus interesses na promulgação de diferentes artigos dessas Diretrizes (cf. Capítulo 3). Mais do que isso, a LDBEN mostrava-se como efeito da mudança da cultura política no Brasil. Depois de mais de uma década de discussões, concentradas principalmente nos anos 1950, a lei foi promulgada, oferecendo importantes passos no sentido de atender aos interesses de grupos privatistas da educação. Em muitos dos artigos da Lei é possível perceber a influência de tais grupos em sua redação, realizada em grande parte, pelo então deputado Federal Carlos Lacerda, posteriormente governador do Estado da Guanabara.

Carlos Lacerda enquanto deputado federal passara a representar os segmentos sociais que estavam a favor das ideias liberais em relação ao ensino, posicionando-se contra a gerência estatal sobre esse tema. Com o discurso de promoção da Educação Democrática, Lacerda, no artigo 6º de seu substitutivo, dizia que

É vedado ao Estado exercer ou de qualquer modo favorecer o monopólio do ensino, assegurado o direito paterno de prover, com prioridade absoluta a educação dos filhos e o dos particulares comunicarem aos outros os seus conhecimentos (LOPES, 2013, p. 8).

Filosoficamente, o pensamento de Carlos Lacerda defendia a família cristã e a participação da Igreja na formação moral do cidadão brasileiro. Defendia também o liberalismo econômico, a propriedade privada e a ideia de que o Estado deveria formar os cidadãos não para si, mas para atender às necessidades e pretensões de desenvolvimento que vislumbrava para o país. Essas opiniões foram, também, muitas vezes refletidas nos grupos presentes nos Congressos Nacionais dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (CONEPE) que se reuniam desde os anos 1940. Tais empresários decidiram congregar suas forças em uma frente única contra possíveis protestos estudantis e opiniões contrárias aos seus interesses.

Esses conflitos entre os defensores da escola pública e os defensores do ensino privado que ocorreram durante todo processo de discussão dessa lei até a sua aprovação, e que continuou após a aprovação da LDBEN em

1961, com manifestações estudantis e o apoio de diversos intelectuais ligados à Universidade de São Paulo e da imprensa, como o jornal *O Estado de S. Paulo*, fizeram com que os proprietários de estabelecimentos de ensino tivessem que ter uma organização coesa em torno de seus interesses. E essa organização se deu no âmbito dos Congressos Nacionais dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (SCARFONI, 2013, p. 3).

O movimento estudantil que visava combater a sanha dos estabelecimentos particulares esteve diante da organização dos donos de Estabelecimentos particulares de Ensino, que organizados na CONEPE (Congressos Nacionais dos Estabelecimentos Particulares de Ensino) propagavam a ideia de que o ensino público nos moldes defendidos pelos remanescentes dos Pioneiros da Educação Nova deveria acabar. De fato, os donos de estabelecimentos de ensino particulares reuniram-se por vinte anos (desde 1944), antes, portanto, do final da segunda guerra mundial, passando pelo ano de 1946 e nos anos próximos, quando foi promulgada a Constituição que mais uma vez refletiu as disputas entre os projetos educacionais católico e escolanovista, e quando, eles contestaram por mais uma vez o privilégio das Normalistas das Escolas PÚblicas de terem acesso exclusivo ao serviço público ao final e sua formação (cf. Capítulo 2). Suas reuniões entraram pela década de 1960, chegando a 1964<sup>303</sup>, quando, progressivamente, suas ideias deixaram o reduto do seu Congresso e tomaram a administração federal. As ambições desse grupo, aliados aos interesses dos educadores católicos, que ainda ansiavam pela regulamentação do ensino de religião em meio a um Estado oficialmente laico, estavam refletidos nos artigos propostos no Substitutivo Lacerda (1958), como podemos perceber nestes exemplos:

Art. 3º - A educação da prole é direito inalienável e imprescritível da família.

Art. 4º - A escola é, fundamentalmente, prolongamento e delegação da família.

Art. 5º - Para que a família, por si ou por seus mandatários, possa desobrigar-se do encargo da educar a prole, compete ao Estado oferecer-lhe os suprimentos de recursos técnicos e financeiros indispensáveis, seja estimulando a iniciativa particular, seja proporcionando ensino oficial gratuito ou de contribuição reduzida.

Art. 6º - É assegurado o direito paterno de prover, com prioridade absoluta, a educação dos filhos; e dos particulares, de comunicarem aos

<sup>303</sup> O CONEPE se reuniu nos anos de 1944, 1946, 1948, 1949, 1952, 1960, 1963 e 1964. (SCARFONI, 2012).

outros os seus conhecimentos, vedado ao Estado exercer ou, de qualquer modo, favorecer o monopólio do ensino.

Art. 7º - O Estado outorgará igualdade de condições às escolas oficiais e às particulares:

- a) pela representação adequada das instituições educacionais nos órgãos de direção de ensino;
- b) pela distribuição das verbas consignadas para a educação entre as escolas oficiais e as particulares proporcionalmente ao número de alunos atendidos;
- c) pelo conhecimento, para todos os fins, dos estudos realizados nos estabelecimentos particulares (*apud* COUTINHO, 2006, pp. 2-3).

Os jornais rivais – Tribuna da Imprensa, de propriedade de Carlos Lacerda e o Última Hora, de propriedade de Samuel Wainer, amigo do falecido presidente Getúlio Vargas – mantinham seu antagonismo através dos títulos de matérias que expunham seus posicionamentos políticos. Enquanto a Tribuna da Imprensa, sobretudo ressaltava o “Espírito Sadio” do substitutivo Lacerda, em manchetes como “Liberdade de educação é mais importante que Brasília”<sup>304</sup>, “Substitutivo da educação descentraliza o ensino e anula erro constitucional”<sup>305</sup> e “Espírito sadio norteou substitutivo Lacerda”<sup>306</sup>, O Última hora, sublinhava o quão retrógrado acreditava ser o substitutivo dizendo em títulos que “Estudantes: Guerra as taxas altas e ao Projeto-Lacerda (...) Combate ao substitutivo Lacerda: “Conjunto de aberrações””<sup>307</sup> ou “Educadores: É retrógrado o Substitutivo Lacerda”<sup>308</sup>.

Tais como os jornais de hoje, a Tribuna da Imprensa e a Última hora também deram voz a pessoas de destaque na sociedade brasileira para defenderem suas posições, variando apenas a qualidade daqueles que se pronunciavam. Pela Tribuna, localizamos as seguintes falas de juristas:

“O substitutivo Carlos Lacerda, ao projeto de Diretrizes e Bases da Educação, merece os aplausos irrestritos de quantos se preocupam, no país, com os assuntos que se referem ao ensino. Ao invés, o projeto da Comissão de Educação – injusto, mas sobretudo retrógrado – é uma inépcia que desafia adjetivações. Só merece repulsa, repulsa enfática de

<sup>304</sup> TRIBUNA DE IMPRENSA. Liberdade de educação é mais importante que Brasília. 19 de dezembro de 1958. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.08.16.

<sup>305</sup> TRIBUNA DE IMPRENSA. Substitutivo da educação descentraliza o ensino e anula erro constitucional. 23 de dezembro de 1958. p. 4. Idem.

<sup>306</sup> TRIBUNA DE IMPRENSA. Espírito sadio norteou substitutivo Lacerda. 24 de dezembro de 1958. p. 2. Idem.

<sup>307</sup> TRIBUNA DE IMPRENSA. Estudantes: Guerra as taxas altas e ao Projeto-Lacerda (...) Combate ao substitutivo Lacerda: “Conjunto de aberrações. 2 de abril de 1959. p. 1. Idem.

<sup>308</sup> TRIBUNA DE IMPRENSA. Educadores: É retrógrado o Substitutivo Lacerda. 25 de abril de 1959. p. 7. Idem.

indignação” Estas as declarações do professor Roberto Piragibe da Fonseca, diretor da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, da qual é catedrático e diretor da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas (...)<sup>309</sup>.

“Uma nação que se forma nas bases estabelecidas pelo substitutivo apresentado pelo deputado Carlos Lacerda ao projeto de Diretrizes e Bases da Educação é essencialmente democrática, dado o grande princípio básico do substitutivo, que é a liberdade de ensino” – disse à TRIBUNA DA IMPRENSA o professor Benjamim de Moraes, catedrático de três Faculdades de Direito, em mais um pronunciamento sobre a reforma do ensino<sup>310</sup>.

A escritora Lúcia Benedetti, louvando a iniciativa do deputado Carlos Lacerda em apresentar um substitutivo ao Projeto de Diretrizes e Bases da Educação, disse-nos que há necessidade de uma reforma do ensino e base democrática. Declarou a escritora: – “Não posso deixar de observar o quanto me agrada o item do substitutivo do deputado Carlos Lacerda, no qual os exames de fim de ano são postos em situação secundária, dando-se maior importância às notas e ao aproveitamento do aluno durante os meses de estudo”. – “Está provado – acrescentou – que o mau aluno pode ter rotinas brilhantes e que o aluno brilhante pode fazer um exame lastimável”<sup>311</sup>.

Já a Última Hora, passou a palavra aos “intelectuais do ensino”, identificados com o movimento escolanovista e ferrenhos defensores do ensino público:

Ainda outro dia (...), um notável técnico de ensino, Paschoal Lemme, do grupo de Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Carneiro Leão, os melhores do Brasil, dizia: “A adoção de uma solução como a preconizada no substitutivo Lacerda, que para mim representaria um retrocesso à Idade Média, seria uma verdadeira calamidade, como tudo que pretende fazer parar ou regredir o progresso histórico”. O que admira é que jornais democráticos não morem no assunto... Uns, por politicagem, o defendem; outros, fazem boca de siri...<sup>312</sup>.

– A educação só será livre quando fôr libertada dos dogmas, das tradições velhas e dos interesses de grupos. O que temos hoje, é uma ficção educacional. A legislação do ensino atual é capciosa e satisfaz, apenas, ao aluno e ao professor, nunca à própria educação. Não é através de títulos

<sup>309</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. Ensino sob tutela não é democrático. 18 d dezembro de 1958. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.8.16.

<sup>310</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. “A revolução da educação é um imperativo dos partidos”. 26 de dezembro de 1958. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.8.16.

<sup>311</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. Há necessidade de reforma do ensino em base democrática. 20-21 de dezembro de 1958. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.8.16.

<sup>312</sup> ÚLTIMA HORA. A meta do ensino. 29 de fevereiro de 1959. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 04.10.16.

que uma Nação se desenvolve, e sim pelo saber. A escola como disse o deputado Carlos Lacerda, não é o prolongamento da educação em família, mas a busca de um benefício assegurado pelo Estado – declarou, a certa altura dos debates, o professor Anísio Teixeira, argumentando contra o Substitutivo Lacerda<sup>313</sup>.

– Se aprovado, o substitutivo Lacerda, será a medida mais retrógrada já tomada pelo Parlamento Nacional. Resultaria no estrangulamento total do desenvolvimento nacional. Se o Brasil sofresse o impacto pela aprovação de tal Substitutivo, seria a calamidade pública. O substitutivo Lacerda caracteriza-se por ser uma agressão frontal à escola pública. E a hostilidade é de tal ordem que num dos seus artigos, há a determinação de que só haverá escola pública, quando não puder haver uma particular – disse, inicialmente, o Professor Darcy Ribeiro<sup>314</sup>.

Os interesses dos estabelecimentos particulares de ensino estavam tão evidentes que os remanescentes do movimento dos Pioneiros da Educação Nova, aliados a novos intelectuais que comungavam de suas ideias relativamente a uma Escola Pública, Gratuita, Obrigatória e Única, se levantaram novamente no Manifesto dos Educadores: Mais uma vez Convocados, publicado em vários jornais em janeiro de 1959.

Quando, porém, o Congresso se dispunha a iniciar a discussão desse projeto de lei que ali passara por um dilatado período de hibernação, desencadeia-se inesperadamente uma ofensiva contra a escola pública, em nome da liberdade de ensino. (...) Mas, continuando a decomposição do problema em seus elementos principais, implica essa campanha contra a escola pública, se não é um dos fatores que a desencadearam um aspecto econômico: é praticamente uma larga ofensiva para obter maiores recursos do Estado, do qual se reclama, não aumentar cada vez mais os meios de que necessita o ensino público, mas de sangrá-lo para sustentar, com o esgotamento das escolas que mantém, as de iniciativa privada. O grave documento a que acima nos referimos, "apresenta, de fato, como suas linhas mestras (nas palavras, insuspeitas e autorizadas, d'"O Estado de S. Paulo"<sup>315</sup>) êstes três princípios fundamentais: 1) o ensino será ministrado sobretudo pelas entidades privadas e, supletivamente, pelo poder público; 2) o ensino particular não será fiscalizado pelo Estado; 3) o Estado subvencionará as escolas privadas, a fim de que estas possam igualar os vencimentos dos seus professores aos dos professores oficiais. É, como se vê (conclui o grande diário), a instituição no Brasil, do reinado do ensino livre: livre da fiscalização do Estado, mas remunerado pelos cofres públicos"<sup>316</sup>.

<sup>313</sup> ÚLTIMA HORA. É retrógrado o substitutivo-Lacerda. 25 de abril de 1959. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 04.10.16.

<sup>314</sup> Idem.

<sup>315</sup> O ESTADO DE S. PAULO. Liberdade de ensino remunerada. 7 de janeiro de 1959.

<sup>316</sup> Manifesto dos Educadores: Mais uma Vez Convocados. [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc2\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc2_22e.pdf). Acessado dia 30.09.16.

O Jornal Última Hora não deixou de atacar o seu rival com o que acreditava ser o fim do Projeto de Carlos Lacerda, na Manchete: “Pá de Cal no Substitutivo Lacerda – Lei do Ensino: Maiores Educadores do Brasil apresentam novo projeto”<sup>317</sup>. Porém, as disputas ainda não haviam terminado e Lacerda apresentou novo projeto aprofundando o teor liberal e privatizante. No meio dessas disputas, entretanto, estavam as Normalistas, com os seus privilégios mais uma vez ameaçados pelas proposições em que estavam envolvidos diretamente os interesses dos Estabelecimentos Particulares de Ensino. Afinal, uma rede de formação de professores primários que fosse pública e que tornasse seus alunos, com exclusividade, servidores públicos, não servia aos interesses dos donos de escolas normais privadas.

Alguns artigos da Lei nº 4.024, ao considerarmos as exposições que fizemos sobre os privilégios das normalistas e ao crescente empresariado que via na educação mais uma possibilidade de lucro, tornam-se especialmente importantes para análise em nosso estudo. Assim, destacamos que no Substitutivo Lacerda e na redação da Lei apareceram os seguintes pontos:

Art. 19 – Não haverá distinção de direitos para qualquer fim entre os estudos realizados em estabelecimentos oficiais e os realizados em estabelecimentos particulares reconhecidos. (...)

Art. 58 – Os que se graduarem nos cursos referidos nos artigos 53 e 55 [Escolas Normais e Institutos de Educação], em estabelecimentos oficiais ou particulares reconhecidos, terão igual direito a ingresso no magistério primário, oficial ou particular cabendo aos Estados e ao Distrito Federal regulamentar o disposto neste artigo. (...)

Art. 116 – Enquanto não houver número suficiente de professores formados pelas escolas normais ou pelos Instituto de Educação e sempre que se registre essa falta, a habilitação do exercício do magistério a título precário até que cesse a falta, será feito por meio do exame de suficiência realizado em escola normal ou instituto de educação oficial, para tanto credenciado pelo Conselho Estadual de Educação<sup>318</sup>.

Como se observa, nesses três artigos e nos argumentos expostos no tópico anterior, um dos principais interesses do Substitutivo Lacerda é a equiparação dos estabelecimentos de ensino particulares aos chamados oficiais (públicas) para fins de ingresso no magistério primário oficial, pois as Normalistas das escolas privadas só podiam lecionar em escolas primárias da rede de ensino particular. Na prática, tratava-se de acabar com o privilégio de exclusividade na ascensão ao serviço público que as Normalistas do ensino oficial vinham

<sup>317</sup> ÚLTIMA HORA. Pá de Cal no Substitutivo Lacerda. 25 de abril de 1959. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 04.10.16.

<sup>318</sup> Idem.

mantendo desde 1888. Em especial, seria atingido o alunado da ENCD e do IE, que já haviam assistido a criação de outras quatro Escolas Normais e o compartilhamento dos cargos públicos que buscavam ocupar no final de sua formação. Isso por que, sem distinção de direitos para qualquer fim, conforme proposto, qualquer Normalista poderia dar aula nas escolas públicas, desde que habilitada por exame de suficiência.

Conforme previsto pelos donos de escolas particulares, a resposta das classes atingidas pelas propostas de Lacerda não tardou a acontecer. Nos meses seguintes, os Diretores da IE, ENCD e ENSK convocaram

todas as alunas a comparecerem, no dia 1 de fevereiro, às 14 horas, ao auditório do Instituto de Educação, rua Mariz e Barros, 273, afim de tratarem de seus direitos de futura nomeação para o magistério oficial, ameaçados pelo Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ora em fase adiantada de tramitação no Congresso Nacional<sup>319</sup>.

Uma comissão de alunas das Escolas Normais recém-criadas autointitulada “Comando Revolucionário”, juntamente com a União Nacional dos Estudantes (UNE), iniciaram movimentos de pressão junto aos parlamentares no sentido de barrar a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

(...) o senador petebista [Lima Teixeira (PTB-Bahia)] disse haver sido assediado por uma comissão de estudantes do Instituto de Educação e da Escola Normal Carmela Dutra que lhe foram solicitar voto contrário à nova lei da Educação. Frisou, a seguir, textualmente, que “os seus argumentos me convenceram”, do que se deduz que ele, a exemplo do senador Lourival Fontes, votará contrariamente aprovado pelo Legislativo Federal<sup>320</sup>.

Aliado partidário do falecido Getúlio Vargas, o Senador Lima Teixeira não era um voto certo para a aspiração das Normalistas. Após a morte de Getúlio em 1954, Lima havia sido eleito senador pela Bahia em uma coligação entre o PTB e a UDN, assumindo o cargo no ano de 1955. Consta também, que segundo os seus assessores, Lima havia se colocado ao lado do General Henrique Teixeira Lott para barrar a conspiração que visava impedir que Juscelino Kubitschek assumisse a presidência em 1956<sup>321</sup>. Por outro lado, já havia se posicionado ao lado das Normalistas o senador Lourival Fontes, que havia sido chefe do

<sup>319</sup> DIÁRIO CARIOCA, Instituto Convoca professoras. 30.01.60. p. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 10.02.17.

<sup>320</sup> DIÁRIO DA NOITE. Normalistas paralisam o tráfego para pedir o apoio dos senadores. 4 de abril de 1960. P. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.8.16.

<sup>321</sup> LIMA TEIXEIRA. Verbete biográfico. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-de-lima-teixeira>. Acessado dia 22.8.16.

Departamento de Imprensa e Propaganda<sup>322</sup> durante o período mais autoritário do Estado Novo, apoiou a campanha de Vargas em 1950-1951, tornando-se Chefe da Casa Civil (1951-1954) e senador por Sergipe após a morte do presidente (LOPES, 1999). No passado, ambos apoiavam Getúlio, bem como o Jornal *Última Hora*, que noticiou o protesto da seguinte forma, contra o presidente JK:



Figura 46 – *ÚLTIMA HORA*. Passeata Monstro: Normalistas em defesa da Escola Pública! 4 de fevereiro de 1960. P. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.8.16.

Com faixas que diziam “querem acabar com a escola pública”, “ajude nós a conservar a E.P. para seus filhos”, o discurso das normalistas para população era o de defesa da Educação e da Escola Pública, concentrando-se nos mesmos artigos que citamos anteriormente. Passando a fala ao presidente da União Nacional dos Estudantes, o jornal destacou em uma página o posicionamento dos estudantes contra a LDBEN.

<sup>322</sup> O DIP funcionou com o nome de Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) entre 1934 e 1937, tornando-se Departamento Nacional de Propaganda, em 1938 e, finalmente, em 1939, Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

O Sr. Aron Abend, presidente da Comissão de Educação da UNE, um dos oradores, condenou os artigos 19 e 58, principalmente do projeto de Diretrizes e Bases do Ensino que vai entrar em discussão no Senado, dizendo que “quem estuda a legislação do ensino chega a conclusão de que só o Estado deve dar educação” e que “o que se pretende, com o atual projeto de Diretrizes é a canalização de verbas oficiais para o comércio do ensino regular”. (...) “Hoje com essa demonstração de combate das normalistas, iniciam os estudantes um formidável movimento de luta, não no sentido empírico como vinha sendo conduzida a batalha, mas de maneira efetiva e de luta”<sup>323</sup>.

Um exército de normalistas e ginasianas do Instituto de Educação e da Escola Normal Carmela Dutra, “armadas” de miniaturas da Constituição Federal e erguendo faixas e cartazes alusivos à batalha pela derrubada, no Senado, dos dispositivos inconstitucionais contidos no projeto das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (aprovado pela Câmara dos deputados) interrompeu o transito, ontem, na avenida Rio Branco e, logo após, tomou as escadarias do Monroe, onde exortou os senadores a deixarem por alguns instantes o plenário a fim de se pronunciarem em praça pública sobre a nova lei do ensino. O senador baiano Lima Teixeira, foi o único a atender ao apelo “azul e branco”. Enquanto o “Comando Revolucionário”, constituído de alunas do Instituto de Educação e da “Carmela Dutra”, rompendo as barreiras do protocolo, procurava estabelecer contato direto com o microfone portátil da Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários, tecendo catilinárias contra “a pretendida capitalização das verbas da escola pública para os tubarões do ensino”<sup>324</sup>.

Nos dias seguintes, o “Comando Revolucionário” das Normalistas, com o apoio do Diretor do IE, professor Mario de Brito, entregou ao candidato à presidência da República Marechal Henrique Teixeira Lott um memorial apontando que o artigo 58 feria frontalmente o artigo 171 da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946, pois iria contra a competência dos Estados de Legislar sobre o assunto<sup>325</sup>. O texto da CF dizia: “Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino. Parágrafo único - Para o desenvolvimento desses sistemas a União cooperará com auxílio pecuniário, o qual, em relação ao ensino primário, provirá do respectivo Fundo Nacional”<sup>326</sup>.

<sup>323</sup> ÚLTIMA HORA. Passeata Monstro: Normalistas em defesa da Escola Pública! 4 de fevereiro de 1960. P. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.8.16.

<sup>324</sup> DIÁRIO DA NOITE. Normalistas paralisam o tráfego para pedir o apoio dos senadores. 4 de abril de 1960. P. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.8.16.

<sup>325</sup> DIÁRIO DA NOITE. Lott vai lutar contra as “Diretrizes” na campanha. 9 de abril de 1960. p. 6. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.8.16.

<sup>326</sup> Constituição Federal de 1946. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm). Acessado dia 21.11.16.

A tática usada pelas Normalistas e pela UNE foi de iniciar um ciclo de Comícios-Relâmpagos, com o intuito de “informar ao povo carioca do perigo em que se encontrava o ensino no Brasil, (...) [por assim dizer,] a canalização dos recursos financeiros da União para as escolas particulares”<sup>327</sup>, além de pressionar diretamente os congressistas com entrevistas e pedir a intervenção do vice presidente da República, João Goulart<sup>328</sup>, segundo informou o jornal *Última Hora*, de propriedade de Samuel Wainer, amigo do ex-presidente Getúlio Vargas.

O jornal *Última Hora*, responsável por publicar a carta testamento de Vargas após o seu suicídio em agosto de 1954, manteve a oposição ao jornalista Carlos Lacerda e ao jornal *Tribuna da Imprensa*. Não por coincidência, o periódico se manteve em funcionamento até o ano de 1964, quando não resistiu ao Golpe Militar e encerrou suas atividades (LEAL, 2009). O *Diário Carioca*, por sua vez, abordou o tema de forma a evitar tomar uma posição publicamente.

Desta maneira, ao retratar os protestos das estudantes, o jornal publicou uma foto em que as Normalistas parecem estar em um grupo de estudos, buscando a construção de argumentos para serem levados para à população. A imagem abaixo, tem como título “Querem esclarecer”, ressaltando “o posicionamento das Normalistas”, não do *Diário Carioca*. A foto, realizada pelo periódico, ainda mostra o jornalista, de costas, com a mão levemente erguida como se estivesse questionando o grupo de alunas da Escola Normal Carmela Dutra que o procurou para publicar as suas opiniões. Tal impressão é corroborada pela legenda da imagem, onde o jornal ressalta que as normalistas estavam em uma campanha de esclarecimento popular sobre a proposta de LDBEN que tramitava no Congresso.

<sup>327</sup> **ÚLTIMA HORA**. Todo país, de norte a sul, na batalha pela Escola PÚblica. 10 de fevereiro de 1960. p. 4. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.8.16.

<sup>328</sup> **ÚLTIMA HORA**. Greve dos secundaristas ganha corpo: Estudantes irão as ruas. 11 de fevereiro de 1960. p. 2. E Normalistas vão pedir (amanhã) a Jango: apoio à luta em defesa da Escola PÚblica. 15 de fevereiro de 1960. P. 4. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.8.16.



Figura 47 – DIÁRIO CARIOPA. ‘Escola Pública está à morte’: normalistas. 16 de fevereiro de 1960. p. 1.  
Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.8.16.

Na mesma página, o jornal publica a notícia abaixo como se fosse o resultado das conversações entre as alunas com o seguinte título entre aspas “‘Escola Pública está à morte’: normalistas”, prosseguindo com o texto:

Um grupo de alunas da Escola Normal Carmela Dutra, representando as normalistas cariocas empenhadas numa campanha de esclarecimento popular, que culminará com a Semana da Escola Pública (15 a 22 de março), esteve ontem em nossa redação, protestando contra a constitucionalidade de certos itens do projeto de Diretrizes e Bases do Ensino e expressando sua confiança em que o mesmo seja depurado pelo Senado<sup>329</sup>.

Embora a campanha das normalistas passasse, tão somente, a ideia de defesa da Escola Pública quando buscava derrubar os artigos que garantiriam que recursos do erário

<sup>329</sup> DIÁRIO CARIOPA. ‘Escola Pública está à morte’: normalistas. 16 de fevereiro de 1960. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.8.16.

público fossem destinados às instituições privadas de ensino, o movimento também não perdia o foco nos artigos que atingiriam diretamente as suas vantagens. Desta maneira, o uniforme das normalistas era usado nos protestos e destacado nas fotos dos jornais como expressão de orgulho por pretender ser um dos símbolos da qualidade da Escola Pública, mas também como expressão do preconceito de quem queria defender seus interesses frente a uma provável democratização das suas vantagens.

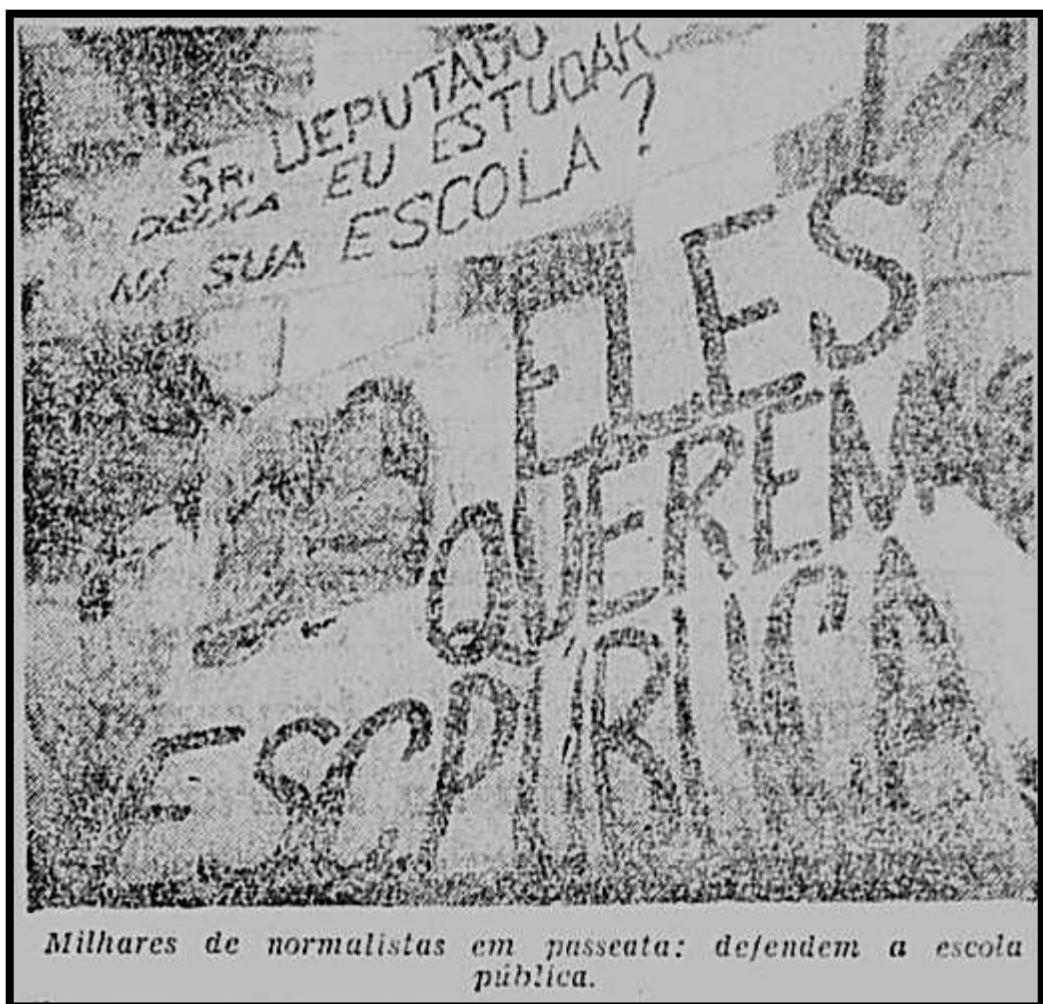


Figura 48 – ÚLTMA HORA. Milhares de normalistas em passeata: defendem a escola pública.

Desse modo, aprovado na Câmara dos Deputados Federais em junho de 1961, o projeto seguiu para o Senado, diante da fé das normalistas de que suas reivindicações eram justas e os artigos que as interessavam seriam derrubados. Contudo, as normalistas do início dos anos 1960 não se pautavam apenas na fé, e, em entrevista, as alunas da Escola

Normal Carmela Dutra assim se posicionaram diante do avanço do projeto ao Senado e da organização de uma possível greve geral dos estudantes:

“Isso ainda não foi deliberado, pois não acreditamos que os senadores repitam o absurdo cometido pelos deputados. Temos irrestrita confiança nos componentes da Câmara Alta e não pensamos em nenhuma providência caso viesse a ser repetido o que ocorreu na Câmara Federal”. E acrescentaram: – “Quanto aos preparativos de uma propalada greve estudantil, isso não passa de um boato criado pelos inimigos da escola pública, para que o nosso movimento seja mal visto”<sup>330</sup>.

A campanha da UNE foi intensificada, sendo as Normalistas novamente convocadas pelos jornais.

#### ESTUDANTES EM GREVE NACIONAL CONTRA ANUIDADES E PROJETO DE DIRETRIZES.

##### 40 Mil Folhetos

Os dirigentes da UNE e alunas das escolas normais da Prefeitura empenhadas no movimento contra a aprovação do projeto de Diretrizes e Bases iniciam, hoje, a distribuição de 40 mil folhetos nas filas de matrículas das escolas primárias. Quase cem voluntárias já se apresentaram para executar essa tarefa, mas os organizadores da campanha lançam um apelo a todas as alunas do Instituto de Educação e Escola Normal Carmela Dutra e até mesmo professoras primárias da municipalidade no sentido de se apresentarem hoje à UNE, às 20 horas (...)<sup>331</sup>

Quando a votação alcançou a Câmara Alta, entretanto, a atuação das manifestantes havia se intensificado. Porém, a citação feita por Darcy Ribeiro de que os assessores de Juscelino Kubitschek “queriam a nova capital livre de badernas estudantis, assim como de greves de operários fabris”<sup>332</sup> finalmente pode ser compreendida quando o Senado ignorou os protestos que estavam acontecendo lá na antiga capital, na época Estado da Guanabara, além de ignorar também as possíveis emendas dos demais parlamentares e até um substitutivo de teor mais progressista, rendendo-se à força dos interesses privativos e

<sup>330</sup> DIÁRIO CARIOCA. ‘Escola Pública está à morte’: normalistas. 16 de fevereiro de 1960. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.8.16.

<sup>331</sup> ÚLTIMA HORA. Estudantes em greve nacional Contra anuidades e projeto de diretrizes. 3 de março de 1960. P. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.8.16.

<sup>332</sup> Disponível em: [http://www.fd.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=538:o-nascimento-da-unb-por-darcy-ribeiro&catid=82&Itemid=319&lang=pt](http://www.fd.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=538:o-nascimento-da-unb-por-darcy-ribeiro&catid=82&Itemid=319&lang=pt). Acessado dia 22.06.17.

aprovando a Lei com os referidos artigos. Os efeitos dessa movimentação, contudo, veremos no próximo item.

### **Transformações e Permanências: a Escola Pública**

A aprovação Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, apesar dos seus 25 vetos, parciais ou completos feitos pelo presidente João Goulart, manteve elementos considerados como vitória para os interesses privatistas na educação. O Art. 2º, manteve a influência dos interesses tradicionalistas quando apontou que “A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Parágrafo único. À família cabe escolher o gênero de educação que deve dar a seus filhos”. Já o artigo 3º da Lei atestou a liberdade de ensino particular em todos os níveis.

O direito à educação é assegurado:

I - pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor;

II - pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos (BRASIL, 20 de dezembro de 1961).

O artigo 5º, a seu turno, ofereceu ainda mais claramente um caminho que mostrava como os donos de estabelecimentos particulares de ensino deveriam atuar nas próximas décadas para conseguirem avançar em seus intentos: a participação nos conselhos escolares em todos os níveis e redes de ensino.

São assegurados aos estabelecimentos de ensino públicos e particulares legalmente autorizados, adequada representação nos conselhos estaduais de educação, e o reconhecimento, para todos os fins, dos estudos neles realizados (BRASIL, 20 de dezembro de 1961).

Prevaleceu, mesmo diante do movimento de pressão das Normalistas sobre o Congresso, o pensamento do deputado federal Carlos Lacerda - neste momento já governador do Estado da Guanabara, a cujo sistema educacional estavam submetidas as Escolas Normais que citamos – o qual entendia que a responsabilidade pela educação em

uma sociedade democrática não cabia ao Estado, mas sim à iniciativa privada. A escola, para ele, *lócus* de uma educação complementar iniciada no seio familiar e dominada pelos estabelecimentos particulares, faria o país dar um salto no sentido da modernização. Naturalmente, o pensamento de Lacerda estava alicerçado em interesses e demandas, segundo a visão do historiador Sérgio Montalvão:

Reeleito em outubro de 1958, Lacerda aspirava à presidência da República, apoiado pela classe média da cidade do Rio de Janeiro, que iria elegê-lo governador do Estado da Guanabara em 1960. E é com vistas a este eleitorado que o deputado patrocina os interesses do setor privado da educação, ainda majoritariamente de propriedade das congregações católicas. Portanto, além dos aspectos characteristicamente econômicos que estiveram em jogo na formação de um *lobby* no Congresso Nacional, forçando a chamada orientação privatista da educação, o substitutivo Lacerda remete às ligações entre confissão religiosa e intervenção política. (MONTALVÃO, 2010, p. 10)

Diante da forte pressão das escolas particulares, restava a esperança dos vetos do Presidente da República João Goulart (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB), que já havia sido procurado pelas normalistas no período em que era apenas o vice da coligação com Jânio Quadros, da União Democrática Nacional (BUFFA, 1979). Mesmo sob um sistema parlamentarista temporário (1961 – 1963) orquestrado pelo Congresso Nacional para diminuir o poder de João Goulart, ainda cabia ao presidente vetar ou aprovar completamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Finalmente, no dia 20 de dezembro de 1961, a LDBEN (Lei 4.024, BRASIL, 1961) foi aprovada com alguns vetos que mostram claramente o intento político de Jango em manter o seu mandato, ou seja, conceder aberturas aos estabelecimentos de ensino particulares, ao mesmo tempo em que mantinha alguns pontos que iam ao encontro dos interesses das classes médias e mais pobres no tocante aos benefícios do Curso Normal.

Em relação às Normalistas, sua movimentação, bem como a pressão de suas famílias não havia sido em vão. Isso ficou claro na alínea “a”, do artigo 69, onde se lê que os cursos de graduação, estariam “abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação” (BRASIL, 1961). Com isso, como abordamos anteriormente, é caracterizado o que Anísio Teixeira apontou como perda do caráter vocacional do Curso Normal.

Os artigos 19, 58 e 116, também citados anteriormente, receberam especial atenção e redação da Presidência da República. O artigo 19 foi profundamente alterado sob um argumento que assombraria a maior parte dos professores da rede pública de ensino nos dias atuais, conforme descrevemos bem no início do nosso trabalho. Ao justificar o veto parcial do artigo, o governo federal refletiu o *preconceito* das normalistas da rede oficial de ensino diante da formação realizada pelos estabelecimentos privados. Jango afirmou: “É sabido que, embora equivalentes, tais estudos podem ser distinguidos quanto à qualidade e à eficácia” (BRASIL, 1961, p. 4).

Com isso, o artigo 19 ganhou a seguinte redação: “Não haverá distinção de direitos ~~para qualquer fim~~ entre os estudos realizados em estabelecimentos oficiais e os realizados em estabelecimentos particulares reconhecidos” (BRASIL, 1961, p. 4). Se por um lado a Presidência concedia aberturas aos estabelecimentos privados de ensino, por outro lustrava o *orgulho* das alunas das Escolas Normais PÚblicas, mantendo sua distinção e exclusividade frente às escolas particulares.

Principal alvo da luta das Normalistas, o artigo 58 também recebeu especial atenção. Enquanto o artigo 60, dizia que “o provimento efetivo em cargo de professor nos estabelecimentos oficiais de ensino médio será feito por meio de concurso de títulos e provas” (BRASIL, 1961, p. 1), ou seja, apontava que haveria concurso para professores do Ensino Médio oficial, o caso dos professores de Ensino Primário recebeu diferente solução. O artigo 58, que trazia em seu corpo o objeto explícito pelo qual lutavam as Normalistas, isto é, o privilégio de acesso ao cargo público, foi completamente vetado, sob mesmo argumento anteriormente proposto pelas normalistas em protesto: “O artigo deve ser vetado porque viola manifestadamente a Constituição no que diz respeito à autonomia dos Estados, quanto aos seus serviços de ensino” (BRASIL, 1961, p. 7). Com isso, o governo Goulart se eximia da responsabilidade de decidir pelo fim do privilégio, passando a responsabilidade aos Estados. E isso é algo a se considerar com muita atenção, posto que no Estado da Guanabara, ninguém menos no que o proposito do substitutivo, Carlos Lacerda, era então o Governador.

O artigo 116, que tentava impor um exame ao final da formação das normalistas antes que assumissem o cargo de servidoras, seguindo um modelo parecido com o que foi colocado para os professores do ensino médio no artigo 60, foi totalmente rejeitado. O argumento presidencial, desta vez, colocava na berlinda a credibilidade do ensino no

Brasil, mostrando a situação real do professorado, quando a redação do voto afirmou que a criação de exames pós-formatura das normalistas “poderiam afugentar do magistério pessoas que não alcançam os níveis desejáveis de qualificação, mas são, muitas vezes, as únicas disponíveis” (BRASIL, 1961, p. 21). Assim, mesmo diante da falta de profissionais para trabalhar na rede pública, o acesso das jovens formadas em escolas normais particulares fora negado, enquanto a admissão automática das seis Escolas Normais públicas oficiais do Estado da Guanabara fora mantido.

Como justificar a lógica da argumentação presidencial senão por meio do apelo ao signo de prestígio que as famílias das Normalistas mantinham em ter suas filhas nas renomadas Escolas Normais? O orgulho de ser Normalista motivava-se na certeza de uma instrução nobre que evidenciava um distintivo social e reafirmava, ainda nessa época (ao menos no imaginário popular das famílias cariocas), o papel de missionárias do saber, “depositária[s] das esperanças de um país que perseguia a passos largos a utopia do desenvolvimento” (LOPES, 2013 p. 334). Além disso, tanto as Normalistas das escolas públicas quanto parte da opinião pública defendia a manutenção daquela prerrogativa alegando que as jovens já haviam passado por uma prova de seleção muito difícil ao serem admitidas nas Escolas Normais públicas, enquanto as candidatas que não logravam êxito nessa empreitada, optavam pelo “plano b” e se matriculavam nas Escolas Normais privadas.

Porém, nesse mesmo contexto, ao proteger os privilégios conquistados e mantendo afastados outros grupos que poderiam acabar com aquele benefício, as Normalistas basearam suas ações em um *preconceito*<sup>333</sup> que impedia o processo de democratização do acesso ao funcionalismo público.

Tal como era a prerrogativa dos jovens que tinham “futuro garantido” e passavam automaticamente ao Curso Normal, a vantagem das Normalistas dos cursos públicos de se tornarem professoras da rede municipal (depois estadual com a criação do Estado da Guanabara) de educação, gozando das vantagens do cargo público vitalício, manteve-se devido às pressões dos grupos ainda interessados na ascensão social que representava ser professor.

<sup>333</sup> Orgulho e Preconceito são termos em destaque neste parágrafo e no subtítulo do capítulo em referência ao best-seller da escritora britânica Jane Austen, chamado originalmente de *Pride and prejudice*, lançado em 1813. A história aborda questões morais, culturais e educacionais que surgem com o envolvimento amoroso dos protagonistas, que são de classes diferentes.

Entretanto, como descreve François Dubet, em *El declive de la institución* (2006), os anos 1960 seriam o marco de uma transformação nos programas institucionais, nesse caso, das instituições escolares. Em que pese considerarmos ainda prestigiada a formação de professores Normalistas no Rio de Janeiro, devemos ressaltar que esse modelo tradicional de ensino começou a enfrentar transformações desde a primeira lei do novo Estado da Guanabara, em 1960, e na LDBEN de 1961. As instituições formadoras do magistério primário, o *status* da profissão desse professor e as crenças de mobilidade social foram postas à prova em um processo de transmutação onde os eventos da mudança de capital para Brasília e a criação do Estado da Guanabara tiveram força, tanto quanto a atuação das Comissões de Pais, dos parlamentares e também da mídia, mas que para nós, tiveram a promulgação da LDBEN de 1961 como ponto de inflexão para o arco histórico que decidimos estudar.

Promulgada a Lei, contudo, é hora de iniciarmos a terceira Parte de nosso estudo: E os ‘Anos de Chumbo’ das Normalistas do Rio de Janeiro.

**FIM DO VOLUME 1**